UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS - UNISANTOS

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Negócios

Uso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como ferramenta de mensuração dos tributos de empresas selecionadas no Brasil

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES

Santos

2008

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS - UNISANTOS

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Negócios

Uso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como ferramenta de mensuração dos tributos de empresas selecionadas no Brasil

Pérsio Belluomini Moraes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios. Área de concentração: Organização e Gestão.

Santos

2008

Pérsio Belluomini Moraes

Esta dissertação será julgada pelo programa de Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios.

_____

Prof. Dr. Getulio Kazue Akabane
Coordenador do Curso

_____

Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco.
Orientador

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco.

_____

Prof. Dr. José Alberto Carvalho dos Santos Claro

_____

Prof. Dr. Ivan Ricardo Peleias

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS
SibiU

M828u

Título da dissertação: Uso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como ferramenta de mensuração dos tributos de empresas selecionadas no Brasil. / Pérsio Belluomini Moraes - Santos:

[s.n.] 2008.

193f.; 30 cm. (Dissertação de Mestrado - Universidade Católica de Santos, Programa em Gestão de Negócios)

I. Moraes, Pérsio Belluomini. II. Título.

CDU 65.01(043.3)

Dedicatória

A meus pais Horácio Braga Moraes (in memorian) e Maximília V. B. Moraes por toda atenção, carinho, incentivo e vibração que sempre tiveram a cada vitória minha.

A meus irmãos e sobrinhos pela força e incentivo que me deram durante esta jornada.

A minha querida esposa Miriam Dondon S. Moraes (Tete), uma pessoa realmente especial e iluminada, que esteve sempre ao meu lado durante toda essa jornada me apoiando, que além de minha eterna namorada sempre será minha grande amiga, companheira, conselheira e incentivadora, sem a qual nada disso seria possível e nem faria sentido.

Agradecimento

Agradeço a Universidade Católica de Santos – Unisantos, na figura de todos os professores do curso de Mestrado em Gestão de Negócios, que sempre passaram seus ensinamentos e experiências que muito ajudaram nesta dissertação, e aos demais funcionários, sempre tão gentis.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco, que sempre esteve ao meu lado nesta caminhada, me orientando, aconselhando e auxiliando nesta dissertação.

Agradeço aos professores que participaram da banca de minha qualificação, juntamente com meu orientador, Prof. Dr. José Alberto C.S.Claro e Prof. Dr. Belmiro do Nascimento João, que com suas observações e conselhos, muito contribuíram para a execução e conclusão deste trabalho.

Agradeço a duas pessoas muito especiais para mim: ao contador Sebastião de Sá, meu primeiro professor e incentivador na vida profissional, e ao amigo Prof. Dr. José Dominguez Fernandez (Pepe), que me colocou na vida acadêmica, sempre caminhou ao meu lado, aconselhando-me e incentivando-me, durante todo o mestrado.

Resumo

Esta dissertação identificou, mensurou e comparou, através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a carga tributária de empresas brasileiras selecionadas, nos vários ramos de atividade econômica, seguindo a classificação da Revista Exame – Melhores e Maiores, permitindo assim, uma conseqüente análise de causa e efeito referente aos principais agentes envolvidos. A análise foi efetuada com base nas DVAs publicadas de duas empresas de grande porte, no período correspondente aos anos de 2005 a 2007, entre as melhores classificadas, em cada um dos 19 (dezenove) setores pesquisados, que elaboraram e divulgaram suas DVAs. A comparação identificou como se comporta a carga tributária em cada uma destas empresas, bem como em seus respectivos setores e no aspecto geral, em relação à carga tributária anual medida no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o impacto que esta parcela distribuída para o governo teve sobre a distribuição entre seus demais agentes, ou seja, os funcionários, os financiadores e os acionistas. Empregou-se como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica, tanto de fonte primária como secundária, centrada em estudos de Tinoco (1984 e 2001), Santos (2003), Ribeiro (1998), de Lucca (1998), entre outros, além das teorias contábeis fundamentais, artigos e relatórios divulgados em revistas e periódicos especializados, consulta aos projetos de lei e de instruções normativas referentes aos relatórios da Demonstração do Valor Adicionado. O relatório social analisado é a Demonstração do Valor Adicionado de empresas brasileiras selecionadas, com alguns dados complementares para a análise sendo obtidas junto ao Balanço Social e a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, que serviram de base para a experimentação prática. Estes relatórios foram obtidos através de documentação indireta, e se deu através da coleta de Demonstrações do Valor Adicionado e outros relatórios, de duas empresas classificadas nos diversos setores da economia com preferência a empresas de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange* – NYSE), que são divulgados através do sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), revistas, ou mesmo nos sítios das empresas que disponibilizam essas informações ao público em geral, entre os anos de 2005 e 2007. Em decorrência da pesquisa foi possível identificar a importância dessa demonstração em atender às necessidades relacionadas à informação relativa à riqueza gerada e como essa riqueza foi distribuída entre os que contribuíram para sua geração, como também para inferir como se comporta a carga tributária em cada um dos setores estudados, comparando-os com a carga tributária brasileira e entre os setores, e mensurando como os tributos influem na distribuição do valor adicionado entre os demais agentes, principalmente funcionários e acionistas. A partir dos objetivos traçados, da coleta dos dados e da análise, é possível tecer alguns comentários: a DVA se mostrou um útil instrumento de informação para diversos usuários além de servir como base para analisar o peso que a carga tributária exerce sobre os diversos setores da economia brasileira e de que forma a riqueza é repartida entre seus agentes, podendo-se tomar decisões de como tornar essa divisão mais justa e igualitária para todos os envolvidos e para a sociedade de forma geral.

Palavras chaves: Demonstração do Valor Adicionado; Distribuição de valor; Balanço Social; Carga Tributária.

ABSTRACT

This thesis identified, measured and compared, through the Value Added Statement, the tax burden of Brazilian companies selected in the various branches of economic activity, following the classification of Exame Magazine - Best Major and, thus, a subsequent analysis of cause and effect referring to the main players involved. The analysis was based on the ranking published in two large-sized companies in the corresponding period the years 2005 to 2007, classified among the best in each of the 19 (nineteen) sectors surveyed, who produced and released its ranking. The comparison identified behaves as if the tax burden in each of these companies as well as in their respective industries and the general appearance, in relation to annual tax measure in Brazil by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and the impact this plot was distributed to the government on the distribution among its other agents, like employees, shareholders and the donors. We applied methodology as the documentary research and literature, both primary and secondary source, focused on studies of Tinoco (1984 and 2001), Santos (2003), Rhodes (1998), from Lucca (1998), among others, in addition to fundamental accounting theories, articles and reports published in magazines and specialized journals, consulting projects for law and regulatory instructions regarding reports of the Value Added Statement. The report analyzed is the Value Added Statement of Brazilian companies selected, with some additional data for the analysis being obtained from the Social Balance and Statement of Income for the year - DRE, which served as the basis for practical experimentation. These reports were obtained through indirect documentation, and took over the collection of Value Added Statement and other reports, the two companies classified in the different sectors of the economy with a preference for open capital companies, with shares traded on the Stock Exchange St. Paulo (Bovespa) and the Stock Exchange of New York (New York Stock Exchange - NYSE), which are disseminated through the website of the Securities Commission (CVM), magazines or even on the sites of companies that provide such information to the public in general, between the years 2005 and 2007. As a result of the research was to identify the importance of this demonstration on the needs related to information on the wealth generated and how this wealth was distributed among those who contributed to his generation, but also to infer behaves as if the tax burden in each of the sectors studied, comparing them with the tax burden between the Brazilian and sectors, and measuring how taxes affect the distribution of value added among other agents, mainly employees and shareholders. From the objectives outlined, data collection and analysis, you can make a few comments: the DVA was an util source of information for multiple users as well as serve as a basis for examining the influence that the tax burden on the Brazilian exercises various sectors of the Brazilian economy and how the wealth is divided among its agents, they may be making decisions on how to make the division more just and equal for all concerned and for society in general.

Key words: Value Added Statement; Value distribution; Social Balance; taxes burden.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1. Balanço Social Amplo 25
Figura 2. Modelo de DVA da CVM 47

QUADROS

Quadro 1. Linhao do tempo do Balanço Social 28
Quadro 2. Usuários do Balanço Social e da Contabilidade 31

GRÁFICOS

Grafico 1. Evolução da Carga Tributária no Brasil entre 2001 e 2006 53
Grafico 2. Carga Tributária medida no setor – Atacado de Alimentos 123
Grafico 3. Distribuição do Valor Adicionado – Atacado de Alimentos 123
Grafico 4. Carga Tributária medida no setor – Auto-Industria 124
Grafico 5. Distribuição do Valor Adicionado – Auto-Industria 125
Grafico 6. Carga Tributária medida no setor – Bens de Capital 126
Grafico 7. Distribuição do Valor Adicionado – Bens de Capital 126
Grafico 8. Carga Tributária medida no setor – Bens de Consumo Supérfluo 127
Grafico 9. Distribuição do Valor Adicionado – Bens de Consumo Supérfluo 128
Grafico 10. Carga Tributária medida no setor – Energia 129
Grafico 11. Distribuição do Valor Adicionado – Energia 130
Grafico 12. Carga Tributária medida no setor – Farmcêutico 131
Grafico 13. Distribuição do Valor Adicionado – Farmacêutico 131
Grafico 14. Carga Tributária medida no setor – Indústria da Construção 132
Grafico 15. Distribuição do Valor Adicionado – Indústria da Construção 133
Grafico 16. Carga Tributária medida no setor – Mineração 134
Grafico 17. Distribuição do Valor Adicionado – Mineração 134
Grafico 18. Carga Tributária medida no setor – Papel e Celulose 135
Grafico 19. Distribuição do Valor Adicionado – Papel e Celulose 136
Grafico 20. Carga Tributária medida no setor – Quimica e Petroqímica 137
Grafico 21. Distribuição do Valor Adicionado – Química e Petroquímica 138
Grafico 22. Carga Tributária medida no setor – Serviços 139
Grafico 23. Distribuição do Valor Adicionado – Serviços 140
Grafico 24. Carga Tributária medida no setor – Serviços Públicos 141
Grafico 25. Distribuição do Valor Adicionado – Serviços Públicos 141
Grafico 26. Carga Tributária medida no setor – Siderurgia e Metalurgia 142
Grafico 27. Distribuição do Valor Adicionado – Siderurgia e Metalurgia 143
Grafico 28. Carga Tributária medida no setor – Telecomunicações 144
Grafico 29. Distribuição do Valor Adicionado – Telecomunicações 145
Grafico 30. Carga Tributária medida no setor – Textil 146
Grafico 31. Distribuição do Valor Adicionado – Textil 146
Grafico 32. Carga Tributária medida no setor – Transportes 147
Grafico 33. Distribuição do Valor Adicionado – Transportes 148
Grafico 34. Carga Tributária medida no setor – Varejo 149
Grafico 35. Distribuição do Valor Adicionado – Varejo 149
Grafico 36. Carga Tributária medida no setor – Seguros 150
Grafico 37. Distribuição do Valor Adicionado – Seguros 151
Grafico 38. Carga Tributária medida no setor – Bancos 152
Grafico 39. Distribuição do Valor Adicionado – Bancos 152
Grafico 40. Comparativo da Carga Tributária por setor – 2005 154

Grafico 41. Empresas com Maior e Menor Carga Tributária em 2005 156
Grafico 42. Comparativo da Carga Tributária por setor – 2006 157
Grafico 43. Empresas com Maior e Menor Carga Tributária em 2006 158
Grafico 44. Comparativo da Carga Tributária por setor – 2007 159
Grafico 45. Empresas com Maior e Menor Carga Tributária em 2007 161
Grafico 46. Distribuição do Valor Adicionado entre 2005 e 2007 162

TABELAS

Tabela 1. Carga Tributária Brasileira de 1996 a 2007 52
Tabela 2. Demonstração do Valor Adicionado da Sadia 59
Tabela 3. Demonstração do Valor Adicionado da Perdigão 61
Tabela 4. Demonstração do Valor Adicionado da Random 62
Tabela 5. Demonstração do Valor Adicionado da Iochpe 64
Tabela 6. Demonstração do Valor Adicionado da Villares 65
Tabela 7. Demonstração do Valor Adicionado da Taurus 67
Tabela 8. Demonstração do Valor Adicionado da Natura 68
Tabela 9. Demonstração do Valor Adicionado da Souza Cruz 70
Tabela 10. Demonstração do Valor Adicionado da CPFL 72
Tabela 11. Demonstração do Valor Adicionado da Elektro 73
Tabela 12. Demonstração do Valor Adicionado da Apsen 75
Tabela 13. Demonstração do Valor Adicionado da Roche 76
Tabela 14. Demonstração do Valor Adicionado da Duratex 78
Tabela 15. Demonstração do Valor Adicionado da Camargo Correa 79
Tabela 16. Demonstração do Valor Adicionado da Vale 81
Tabela 17. Demonstração do Valor Adicionado da MRN 82
Tabela 18. Demonstração do Valor Adicionado da Suzano 84
Tabela 19. Demonstração do Valor Adicionado da Klabin 86
Tabela 20. Demonstração do Valor Adicionado da Petrobras 88
Tabela 21. Demonstração do Valor Adicionado da Fosfertil 89
Tabela 22. Demonstração do Valor Adicionado da Dasa 91
Tabela 23. Demonstração do Valor Adicionado da Medial 92
Tabela 24. Demonstração do Valor Adicionado da Sanepar 93
Tabela 25. Demonstração do Valor Adicionado da Sabesp 95
Tabela 26. Demonstração do Valor Adicionado da Usiminas 97
Tabela 27. Demonstração do Valor Adicionado da CSN 98
Tabela 28. Demonstração do Valor Adicionado da Telefonica 100
Tabela 29. Demonstração do Valor Adicionado da Vivo 101
Tabela 30. Demonstração do Valor Adicionado da Grendene 103
Tabela 31. Demonstração do Valor Adicionado da Karsten 104
Tabela 32. Demonstração do Valor Adicionado da Tam 106
Tabela 33. Demonstração do Valor Adicionado da Localisa 108
Tabela 34. Demonstração do Valor Adicionado da Riachuelo 109
Tabela 35. Demonstração do Valor Adicionado da Pão de Açucar 111
Tabela 36. Demonstração do Valor Adicionado da Porto Seguro 112
Tabela 37. Demonstração do Valor Adicionado da Mapfre 114
Tabela 38. Demonstração do Valor Adicionado do Banco Itau 116
Tabela 39. Demonstração do Valor Adicionado do Banco Santander 117
Tabela 40. Demonstração do Valor Adicionado do Banco do Brasil 119
Tabela 41. Demonstração do Valor Adicionado do Banco Bradesco 120
Tabela 42. Comparativo da Carga Tributária Nacional e da Amostra 153

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1. Introdução 12
1.2. Objetivos 14
1.2.1. Objetivo Geral 16
1.2.2. Objetivos Específicos 16
1.3. Justificativa 17
1.4. Problema 18
1.5. Metodologia 19
1.6. Delimitação do Estudo 20
1.7. Estrutura do Trabalho 21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 23
2.1. Introdução 23
2.2. Balanço Social 24
2.3. Recursos Humanos 26
2.4. Responsabilidade Social 33
2.5. Demonstração do Valor Adicionado (DVA) 42
2.6. Meio Ambiente 48
2.7. Carga Tributária 50
3. PESQUISA SOBRE AS DVAs DAS EMPRESAS 55
3.1. Metodologia da Pesquisa 55
3.2. Apresentação das Empresas Estudadas. 58
3.2.1. Atacado – Alimentos 58
3.2.2. Auto-Industria 62
3.2.3. Bens de Capital 64
3.2.4. Bens de Consumo Supérfluos 67
3.2.5. Energia 70
3.2.6. Farmacêutico 74
3.2.7. Industria da Construção 77
3.2.8. Mineração 80
3.2.9. Papel e Celulose 83
3.2.10. Química e Petroquímica 86
3.2.11. Serviços 90
3.2.12. Serviços Públicos 93
3.2.13. Siderurgia e Metalurgia 96
3.2.14. Telecomunicações 99
3.2.15. Têxtil 102
3.2.16. Transportes 105
3.2.17. Varejo 108
3.2.18. Seguradoras 111
3.2.19. Bancos 114
4. ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 122
4.1. Metodologia das Análises 122
4.2. Análise Setorial das Demonstrações do Valor Adicionado 122
4.2.1. Setor de Atacado Alimentos 122
4.2.2. Setor de Auto-Indústria 124
4.2.3. Setor de Bens de Capital 125
4.2.4. Setor de Bens de Consumo Supérfluos 127
4.2.5. Setor de Energia 128
4.2.6. Setor Farmacêutico 130
4.2.7. Setor da Industria da Construção 132
4.2.8. Setor de Mineração 133
4.2.9. Setor de Papel e Celulose 135

4.2.10. Setor de Química e Petroquímica 136
4.2.11. Setor de Serviços 138
4.2.12. Setor de Serviços Públicos 140
4.2.13. Setor de Siderurgia e Metalurgia..... 142
4.2.14. Setor de Telecomunicações..... 143
4.2.15. Setor Têxtil 145
4.2.16. Setor de Transporte 147
4.2.17. Setor de Varejo 148
4.2.18. Setor de Seguros 150
4.2.19. Setor de Bancos 151
4.3. Análise Geral das Demonstrações do Valor Adicionado 153
4.3.1. Comparativo da Carga Tributária em 2005 153
4.3.2. Comparativo da Carga Tributária em 2006 157
4.3.3. Comparativo da Carga Tributária em 2007 159
4.3.4. Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado Geral 162
CONSIDERAÇÕES FINAIS 164
REFERENCIAS 168
ANEXOS 174

1 INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

Durante muito tempo, a busca pela competitividade entre as empresas se deu no campo econômico-financeiro, ou seja, a preocupação primordial era dirigida à qualidade do produto, preço competitivo e, principalmente, o lucro e a rentabilidade da empresa. Inclusive a solidez e posição que a empresa possuía junto ao mercado, estava diretamente relacionada a esses dados.

Com o aumento constante da concorrência, tornou-se comum a busca por algum tipo de vantagem competitiva. Isto se deve ao fato de que as empresas lutam pela vitória sobre seus concorrentes ou, até mesmo, única e exclusivamente pela sobrevivência.

Esta corrida desenfreada pode levá-las a desrespeitar princípios éticos, como o respeito ao consumidor, o cumprimento à legislação trabalhista ou ainda à preservação do meio ambiente. Com isso, as empresas se preocupavam, principalmente, com os resultados a obter, tentando maximizá-lo, mesmo que para isso, tivessem que sacrificar a ética.

De acordo com Tinoco, (1984 e 2001), a partir de 1960, nos Estados Unidos, começou um questionamento sobre a responsabilidade social que cabia às empresas, já que a guerra do Vietnã gerou profunda insatisfação popular, devido à utilização de armamentos sofisticados que prejudicavam o homem e o meio ambiente. Desta forma várias organizações tomaram posição por uma nova moral empresarial onde, além da parte econômico financeira, as empresas começaram a observar também o meio ambiente e a sociedade que a cercava. Em seguida, na Europa, a sociedade desejava mais informações sociais das empresas, principalmente por parte da sociedade, a fim de se obter informações sobre as condições de trabalho e emprego nas empresas.

Assim surgiu o tema Responsabilidade Social, ou seja, uma nova visão gerencial da empresa. Esta nova visão continua a se importar com lucro e rentabilidade, porém, tem que se comprometer também com as questões sociais diretamente relacionadas com as empresas.

Um número crescente de empresas já está incorporando à sua estratégia temas como meio ambiente e ecologia, saúde, educação e comunidade, já que

estes valores deixaram de ser obrigação exclusiva do governo e passaram a fazer parte do planejamento de quem produz a riqueza das nações, as empresas.

Portanto, as empresas passaram a ser resultado da forma como elas interagem com seus públicos, os acionistas, clientes, fornecedores, mercado, meio ambiente e a sociedade de um modo geral.

Conforme Carvalho, apud Tinoco, (2001, p.25),

> A noção de responsabilidade social remete para a atitude da empresa – em face das exigências da sociedade, em conseqüência de suas atividades – a avaliação e compensação dos custos sociais que a mesma gera e ampliação do campo de seus objetos, definindo o papel social a desenvolver para, assim, obter legitimidade e responsabilidade perante os diversos grupos humanos que a interagem e a comunidade em seu conjunto.

Neste contexto, os relatórios das empresas deixaram de conter apenas a apresentação dos dados financeiros e econômicos, que serviam apenas aos gestores, fornecedores, instituições financeiras e governamentais e incorporaram também os aspectos sociais da empresa.

Desta forma, com relação à Responsabilidade Social, pode-se dizer que está na participação direta da empresa nas ações da comunidade onde está inserida, como também na minimização de possíveis danos ambientais decorrentes de sua atividade, capacitando a empresa a crescer e permanecer no mercado, cada dia mais competitivo.

Certo, apud Batista & Ramos, (2001, p.18), definiu Responsabilidade Social como sendo “o grau em que os administradores de uma organização realizam atividades que protejam e melhorem a sociedade além do exigido para atender aos interesses econômicos e técnicos da organização”.

Para se ter uma visão geral da importância e abrangência do termo Responsabilidade Social, pode-se citar Franco (2002, p. 3):

> O fato ignorado é que responsabilidade social corporativa pressupõe a transformação dos sistemas de gestão, mediante a utilização de um conjunto de ferramentas que agirão sobre todos os relacionamentos organizacionais. Isto quer dizer que responsabilidade social envolve a redefinição dos relacionamentos com os acionistas, os funcionários, os fornecedores, as entidades governamentais, enfim, de todos os relacionamentos dentro do contexto social em que atua a corporação, tendo como base, referenciais éticos.

Enfim, a empresa socialmente responsável deve, em suas atividades, fazer muito mais que apenas cumprir as exigências legais. Ela deve ter um comportamento ético e ajudar a construir uma sociedade melhor. E isso vale para todos os públicos com que a empresa se relacione. Assim, deve também zelar pela segurança e saúde de seus funcionários, respeitar os direitos dos consumidores, ser transparente, não prejudicar o meio ambiente, estimular a cidadania das comunidades em que está inserida, manter relações éticas com governo e sindicatos, e divulgar de forma clara os meios que se utiliza para ser socialmente responsável.

Um importante componente do Balanço Social é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). De acordo com Santos (2003, p.35), “a DVA deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade”.

Pelos autores Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p.10),

> Com a DVA, torna-se possível uma melhor avaliação do conjunto de empresas formadoras de uma sociedade. Os Valores Adicionados por elas, calculados por meio da DVA, constituem-se numa parte significativa de toda a riqueza gerada por um país. É, também, por meio da DVA que se pode mostrar e avaliar como essa riqueza está sendo distribuída por meio dos impostos pagos ao governo, lucros e dividendos aos acionistas, e ainda remunerações pagas aos trabalhadores.

Deve-se ressaltar também a importância da elaboração e divulgação da DVA, que como instrumento de informações relevantes e ferramenta fundamental para a tomada de decisões. Segundo Tinoco (2001, p.65), “A elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pela empresas em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábeis/financeiras das organizações”.

É este relatório, a Demonstração do Valor Adicionado, que se pretende, nesta dissertação, analisar, comparar e recolher informações relevantes no sentido de usá-lo como importante ferramenta de mensuração social e fiscal.

1.2. Objetivos

Qualquer que seja o tipo de trabalho acadêmico que esteja sendo executado

é necessário sempre ter um objetivo, uma meta a ser alcançada, ou seja, saber definir o real propósito desta produção científica.

De acordo com Vergara (1998, p. 25), “o objetivo final, se alcançado, dá suporte ao problema. Os objetivos intermediários são metas de cujo atingimento depende o alcance do objetivo final”.

Ainda sobre o tema, de acordo com Lakatos (2001, p. 219), “objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das idéias estudadas”.

Com a finalidade de fundamentar as regras das estruturas das produções científicas e acadêmicas, continua Lakatos (ibid, p. 219), “objetivos explícitos apresentam caráter mais concreto. Tem função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares”.

Assim sendo, torna-se necessário situar e objetivar, de forma clara e concisa quais são os objetivos a serem alcançados com esta dissertação.

No Brasil, devido à falta de normas e leis que visem a organizar, sistematizar, orientar e definir as reais finalidades e metodologias de como devem ser expressas as informações sociais, muitas vezes levavam os Balanços Sociais (BSs), como as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), a se transformarem em meros formulários a serem preenchidos, sem a preocupação em torná-los instrumentos capazes de fornecerem análises e avaliações das empresas na área sócio-ambiental. Porém, esta realidade mudou partir de dezembro de 2007 com as mudanças definidas com a Lei 11.638/07 que obriga as empresas de capital aberto a publicarem a Demonstração do Valor Adicionado.

Por ser um tema ainda relativamente novo no Brasil, apenas nos últimos anos começou a ser debatido, estudado e passou a ter um melhor embasamento científico que lhe propicie uma noção da real dimensão e importância que estes relatórios podem fornecer.

Inclusive, entende-se como uma questão fundamental, a possibilidade de se extrair da DVA, dados capazes de suprir as informações sociais necessárias para análise, gestão e ferramenta adicional importante para a tomada de decisão empresarial, que não são fornecidas pelas demonstrações contábeis normais.

Conforme Santos (2003, p.37),

> Os efeitos da apresentação de uma DVA são bastante importantes,

> pois possibilitarão uma análise que de forma alguma poderia ser alcançada apenas com as demonstrações tradicionais que a Contabilidade hoje oferece. A apresentação da riqueza gerada e a forma de sua distribuição poderão até mesmo derrubar determinados mitos. Identificar entre os agentes econômicos quais são os maiores ou menores beneficiários, passa a ser uma tarefa possível dentro da empresa. A DVA indicará exatamente a forma de distribuição da riqueza gerada.

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é identificar, informar, mensurar e comparar a carga tributária existente hoje no Brasil, nos vários ramos de atividade econômica, seguindo a classificação da Revista Exame – Melhores e Maiores, através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), permitindo assim, uma conseqüente análise de causa e efeito referente aos principais agentes envolvidos.

Estas informações virão através da análise elaborada e comparação de valores contidos na Demonstração do Valor Adicionado, divulgadas entre as empresas com melhores classificações em cada setor da Revista Melhores e Maiores, no período compreendido entre 2005 e 2007, evidenciando como evoluiu a distribuição de suas riquezas entre seus agentes.

1.2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

a) Apresentar para os agentes econômicos internos, acionistas, trabalhadores e gestores, e para os agentes econômicos externos, fornecedores, clientes, governo e sociedade em geral, a DVA como uma ferramenta de acompanhamento e comparação da evolução destas distribuições, e cobrando ações que visem transformar esta distribuição em algo mais igualitário e justo.

b) Apresentar a estrutura conceitual da Demonstração do Valor Adicionado, utilizada como instrumento para evidenciar e mensurar a forma como esta riqueza é distribuída, destacando a implicação dessa demonstração com a responsabilidade social das empresas.

1.3. Justificativa

Neste ponto, torna-se necessário refletir sobre o porque da realização da pesquisa, procurando identificar as razões da preferência pelo tema escolhido e sua importância, ou seja, a relevância que este tem em relação a outros temas como as vantagens e benefícios que poderão proporcionar.

Portanto, a justificativa num projeto de pesquisa, como o próprio nome indica, é o convencimento de que o trabalho de pesquisa é fundamental de ser efetivado, algo que exalte a importância do tema a ser estudado, justificando a necessidade imperiosa de se levar a efeito tal empreendimento.

Segundo Lakatos (2001, p. 220), “a justificativa é de suma importância, geralmente é o elemento que contribui mais diretamente na aceitação da pesquisa. Consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa”.

Seguindo estes fundamentos, pode-se afirmar que a abordagem deste tema mostra-se importante e relevante, pois ao se disponibilizarem as informações contidas na DVA, varias entidades se fortaleceram, valendo-se do conteúdo do relatório para avaliação das atuações das empresas no meio-social onde operam, tornando os empresários mais conscientes, mais participativos das decisões da comunidade e as empresas mais conscientes da sua responsabilidade social.

Com esta análise pode-se comparar, tanto no tempo como entre empresas nos diversos setores estudados, a forma como determinados itens variaram sua relevância e peso na distribuição da riqueza da empresa, como, por exemplo, a evolução da carga tributária, o nível de emprego e remuneração de seus colaboradores e a parte que coube aos acionistas. Desta forma, os usuários destas informações poderão tomar decisões quanto a melhor estratégia a seguir.

Para isso, proceder-se-á a uma análise com base nas publicações destes relatórios de empresas brasileiras, nos diversos setores estudados, de 2005 a 2007, com a intenção de permitir uma análise das evoluções da participação dos principais agentes, ou seja, o governo através dos impostos e contribuições, tanto fiscais como trabalhistas, dos trabalhadores, financiadores e acionistas.

Outro ponto de importância referente ao tema escolhido é divulgar a importância deste relatório, destacando a gama de informações nele contidas,

colaborando na iniciativa da publicação do DVA juntamente com as demais demonstrações contábeis que hoje são disponibilizadas.

Deve-se destacar também, a importância da medição da carga tributária brasileira, que afeta todas as empresas, através da análise da participação do governo sobre o valor adicionado pelas empresas, medindo a variação ocorrida, em cada setor da economia, nos anos de 2005, 2006 e 2007, modificando a distribuição das riquezas geradas entre os outros participantes.

Enfim, deve-se ressaltar a importância que possibilita uma análise desses relatórios, a fim de se avaliar o efetivo benefício da implementação de ações que levem a empresa e a sociedade em geral a intensificarem as ações para as transformações que se fizerem necessárias e que gere uma distribuição equânime entre as partes envolvidas.

1.4. Problema

O problema é a mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa, já que após a definição do tema, o uso da DVA como ferramenta para medir a carga tributária brasileira e a divisão da riqueza entre seus agentes, levanta-se uma questão para ser respondida com o auxílio da hipótese, que poderá ser confirmada ou negada.

Tanto que, de acordo com Lakatos (2001, p. 220), “a formulação do problema prende-se ao tema proposto: esclarece a dificuldade específica com a qual se defronta e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa”.

Já, conforme Severino (2000, p. 74),

> O raciocínio, parte essencial de um trabalho, não se desencadeia quando não se estabelece devidamente o problema. Em outras palavras, o tema deve ser problematizado. Toda argumentação, todo o raciocínio desenvolvido num trabalho logicamente construído, é uma demonstração que visa solucionar determinado problema.

Ainda tratando do problema, como escreve Vergara (1998, p. 21),

> Problema é uma questão não resolvida, é algo para o qual se vai buscar respostas, via pesquisa. Uma questão não resolvida pode estar referida a alguma lacuna epistemológica ou metodológica percebida, a alguma dúvida quanto à sustentação de uma afirmação geralmente aceita, a alguma necessidade de por à prova uma suposição, à vontade de compreender e explicar uma situação do cotidiano ou outras situações.

Partindo do exposto, o que se pretende nesta dissertação é investigar a possibilidade de extrair dos dados contidos na Demonstração do Valor Adicionado, informações relevantes referentes à forma de obtenção e distribuição da riqueza gerada pela empresa, de acordo com seu ramo de atividade, bem como a influencia da carga tributária sobre esta distribuição.

Enfim, o grande problema que se apresenta é: pode a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), servir para analisar e determinar, de forma clara e prática, o impacto da carga tributária sobre a distribuição da riqueza gerada pelas organizações no Brasil?

o tempo como entre os beneficiários.

1.5. Metodologia

A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata, de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa. Pode-se dizer também que, é a explicação do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado, do tempo previsto, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho.

Como Severino (2000, p. 162),

> Nesta fase do projeto (...) o autor deve anunciar o tipo de pesquisa que desenvolverá. Trata-se de explicitar aqui se trata de pesquisa empírica, com trabalho de campo ou de laboratório, de pesquisa teórica ou de pesquisa histórica ou se de um trabalho que combinará, e até que ponto, as várias formas de pesquisa. Diretamente relacionados com o tipo de pesquisa serão os métodos e técnicas a serem adotados. Entende-se por métodos os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto técnicas são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados.

Conforme Vergara (1998, p. 44), “o leitor deve ser informado sobre o tipo de pesquisa que será realizada, sua conceituação e justificativa à luz da investigação específica. Há várias taxionomias de tipos de pesquisa, conforme critérios utilizados pelos autores”.

Ainda de acordo com a autora, ela propõe dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, Vergara (1998) enumera que uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista; já quanto aos meios de investigação, pode ser pesquisa de campo, pesquisa de

laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação ou ainda um estudo de caso.

Portanto, quanto aos fins, esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, e o modelo de estudo da pesquisa classifica-se como descritiva exploratória, que permite maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explicito e delinear a melhor forma de analisar as DVAs das empresas.

Assim sendo, quanto aos meios de investigação, a base desta dissertação foi em pesquisa documental e bibliográfica, tanto de fonte primária como secundária, centrada em estudiosos do assunto, como Tinoco (1984 e 2001), Santos (2003), Ribeiro (1998), de Lucca (1998), entre outros, além das teorias contábeis fundamentais, artigos e relatórios divulgados em revistas, periódicos especializados e jornais de circulação nacional, consulta aos projetos de lei e de instruções normativas referentes aos relatórios da Demonstração do Valor Adicionado.

Os relatórios contábeis e sociais analisados como a DVA, Balanço Social, DRE, que serviram de base para a experimentação prática, foram obtidos através de documentação indireta, e se deu através da coleta de Demonstrações do Valor Adicionado e outros relatórios, de duas empresas classificadas nos diversos setores da economia. A classificação se deu conforme a Revista Exame – Maiores e Melhores (2007 e 2008), com preferência a empresas de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange* – NYSE), que são divulgados através do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), revistas, ou mesmo nos *sites* das próprias empresas que disponibilizam essas informações ao público em geral.

1.6. Delimitação do Estudo

Neste aspecto, deve-se procurar definir qual o campo, ou tipos de população que fará parte da pesquisa. Conforme Vergara (1998, p.48), “um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objeto de estudo”.

Ainda como a autora Vergara (1998, p.49), “existem dois tipos de amostra: probabilística e não probabilística”.

Neste trabalho foi utilizada uma amostra não probabilística, selecionadas por facilidade de acesso aos dados e importância da organização no cenário nacional, conforme classificação da Revista Exame – Melhores e Maiores

Conforme escreve Lakatos (2001, p. 223), “a delimitação do universo consiste em explicar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando sua características comuns, como por exemplo, sexo, faixa etária, organizações a que pertencem, comunidades em que vivem, etc.”.

De forma a não tornar o campo de pesquisa algo inatingível ou de dimensões tão grande que possam inviabilizar o trabalho, ou pelo menos, torná-lo algo difícil de se concretizar, deve-se colocar uma limitação ao universo de pesquisa.

Martins (2000, p.37), diz que,

> “A importância de determinar o âmbito da pesquisa e estabelecer contornos do estudo, decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno. A seleção dos aspectos mais relevantes e a determinação do ‘recorte’ é, pois, crucial para atingirmos os propósitos do estudo e chegarmos a uma compreensão mais completa sobre a situação estudada”.

Devido à gama de tipos de empresas existentes que já apresentam sistematicamente, mesmo que de forma voluntária, em seus relatórios anuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como forma de delimitar o campo de atuação, este trabalho se ateve em analisar relatórios de empresas brasileiras. Deu-se preferência as companhias de capital aberto, nos anos de 2005, 2006 e 2007, de vários setores da economia, seguindo a classificação da Revista Exame – Melhores e Maiores. Foram escolhidas duas empresas por setor, para que se possa traçar um paralelo sobre a influencia da carga tributária neste universo. Em alguns poucos casos, como da Mapfre Seguros, por total falta de empresas de capital aberto para o estudo, foram escolhidas empresas sociedades anônimas de capital fechado.

1.7. Estrutura do Trabalho

Além do capitulo 1, já exposto, o capítulo 2 deste trabalho conceitua e detalha a fundamentação teórica sobre o tema, através de pesquisa bibliográfica, que serviu de base para a formação da análise das DVAs. Neste capítulo foram abordados os conceitos sobre Responsabilidade Social, o Balanço Social, o Meio Ambiente, a

Demonstração do Valor Adicionado e Carga Tributária, objeto desta dissertação, que foi avaliado em seu contexto histórico, legal e de importância.

No capítulo 3, são apresentados e analisados individualmente a Demonstração do Valor Adicionado – DVA das empresas, com o auxilio de outros relatórios econômicos e sociais que se fizeram necessários, justificando a escolha destas empresas, para fins de acompanhamento e verificação da evolução e tendências das empresas no campo social.

Por fim, no capítulo 4, são apresentadas as análises comparativas das Demonstrações do Valor Adicionado, tanto por setor como no aspecto geral, com os resultados alcançados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Introdução

O Balanço Social que contém a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), conforme Tinoco (1984 e 2001), é um dos instrumentos que expressam o exercício da responsabilidade social corporativa. É um assunto relativamente novo no Brasil, cujo marco inicial da discussão sobre este assunto, tanto nos meios acadêmicos como empresariais, é a dissertação de mestrado de Tinoco, em 1984. Apenas recentemente este assunto tem despertado um interesse maior nos meios de comunicação em geral e, por conseqüência, atingido os mais variados segmentos da sociedade como um todo, incluindo o meio empresarial, acadêmico, entidades civis e governamentais.

Pode ser destacado também o pioneirismo desta dissertação com relação ao tema, já que é uma das primeiras que utilizam a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como instrumento para medir a carga tributária no Brasil. Tal estudo foi efetuado através do estudo da DVA de 40 (quarenta) empresas de vários setores da economia no país. E este tema teve sua importância ampliada, já que em dezembro de 2007 foi sancionada a Lei 11638/07 que torna obrigatório a elaboração e publicação das DVAs pelas empresas de capital aberto no Brasil, o que irá possibilitar várias outras pesquisas sobre este tema.

No final do último século, a Responsabilidade Social, o Balanço Social e a DVA passaram a ser tratadas com muito mais ênfase e importância pelas empresas, que notaram ser este um anseio popular, ou seja, a sociedade como um todo, estava cobrando que as empresas tivessem um papel social mais destacado, que se tornasse realidade a responsabilidade social empresarial e sua divulgação.

A sociedade brasileira sabe que o Estado é insuficiente para solucionar todos os problemas sociais, econômicos e ambientais que existem hoje em dia. Isto vem despertando, tanto nas pessoas físicas como nas empresas, uma nova visão sobre estes problemas e uma maior procura por soluções e reflexões sobre cidadania. Os consumidores querem exercer cada vez mais sua cidadania no momento da compra, escolhendo empresas cidadãs, com profundo e comprovado comprometimento com a Responsabilidade Social Empresarial. E as empresas, por outro lado, conscientes desta escolha por parte dos consumidores, procuram desenvolver, ampliar e divulgar

suas ações voltadas aos diversos tópicos envolvidos na Responsabilidade Social, como meio ambiente, educação, saúde, reciclagem, etc..

O principal meio de comunicação que as empresas possuem nos dias de hoje para informar a sociedade em geral, ou seja, seus usuários internos e internos, sobre seus atos e resultados das ações sociais da empresa é o Balanço Social e, em particular, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Como nesta dissertação, o tema escolhido é a influencia da carga tributária em relação à distribuição da riqueza gerada pelas empresas, demonstrado através da DVA, torna-se imprescindível a completa definição e fundamentação teórica sobre os principais tópicos abordados, ou seja, a Responsabilidade Social, o Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e carga tributária.

2.2. Balanço Social

O Balanço Social hoje em dia é confundido por boa parte da população empresarial e demais usuários dos relatórios sociais das empresas, como sendo apenas o relatório que exprime as questões referentes aos recursos humanos das empresas, cujo título é conhecido por Balanço Social das empresas.

Porém, o termo Balanço Social é bem mais abrangente que apenas este relatório, pois engloba uma série de informações relevantes sobre as várias vertentes da empresa socialmente responsável.

Esta confusão quanto a real definição sobre o Balanço Social, se inicia quando surgiu um relatório na França, onde eram expressos informações sobre os recursos humanos das empresas, que foi denominado de Balanço Social *(Bilan Social)*. A partir deste fato, apesar de vários estudos, trabalhos e artigos científicos sobre o assunto, associou-se o nome Balanço Social a este tipo de relatório.

Conforme Tinoco (2001, p.42),

> O Balanço Social surgiu inicialmente na França, revelando informações, exclusivamente, dos recursos humanos, que trabalhavam nas organizações. Esta forma de evidenciação, que tinha como público alvo o público interno, ou seja, o pessoal, objetivava, por um lado, avaliar alguns aspectos sobre a atividade desenvolvida pela organização no âmbito social em benefício de seus colaboradores e, por outro lado, servir de base a um esforço de concentração e mentalização de não divulgar, unicamente, os resultados econômicos e financeiros da entidade, mas também sua eficácia social.

Este tipo de relatório, amplamente divulgado e conhecido do público, é conhecido como Balanço Social em sentido restrito.

Já em meados dos anos setenta, ainda conforme Tinoco (2001), principalmente na Inglaterra, Alemanha e Holanda, começou um movimento no sentido de ampliar as informações sociais das empresas, além da parte de pessoal, incorporando ao tema Balanço Social, uma outra demonstração relevante e principal objeto desta dissertação, que é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

As principais informações contidas nesta demonstração são o valor adicionado, ou agregado, pelas empresas, através dos recursos oriundos de suas vendas, subtraindo-se destas os bens e serviços adquiridos de terceiros, como também, de que forma esta riqueza foi distribuída entre seus vários agentes como funcionários, governo, financiadores externos e acionistas.

Neste momento, o Balanço Social já contemplava a parte de pessoal e o DVA, e adicionou-se a estes pontos a Responsabilidade Social Empresarial, ou seja, um relatório onde são descritos todos os aspectos sociais que a empresa trabalha, retornando para a sociedade, parte de sua riqueza.

Por fim, mais recentemente, foi agregado ao Balanço Social, um conjunto de informações referentes aos aspectos ambientais, ou seja, como a empresa age em relação a recursos naturais renováveis, ao meio ambiente como um todo, tanto no aspecto do uso como nas conseqüências que este uso acarreta.

Desta forma, o Balanço Social em seu sentido mais amplo, engloba e é sustentado por estes quatro itens: Recursos Humanos, Responsabilidade Social, Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Meio Ambiente, conforme figura abaixo.

Figura 1 – Balanço Social Amplo. Fonte: Tinoco (2001, p.43)

Corroborando Tinoco, Cunha e Ribeiro (2004) dizem que,

> O Balanço Social possui pelo menos quatro vertentes, que são: a de Recursos Humanos, a Ambiental, a das Relações com a sociedade e a do Valor Adicionado. Do balanço social, podem se obter indicadores tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa, seja de caráter econômico, como a relação entre salários pagos ao trabalhador e as receitas brutas e a produtividade social da empresa, seja de caráter social, como nível de absenteísmo e evolução do emprego na empresa.

Cada um destes assuntos, que formam o Balanço Social amplo, será tratado nos tópicos a seguir.

2.3. Recursos Humanos

Se a Responsabilidade Social já faz parte da realidade de muitas empresas, como é que se pode informar a todos os agentes envolvidos no processo, sobre as atividades sociais implementadas por elas, no tocante a seus empregados?

Um dos relatórios mais conhecidos de divulgação da Responsabilidade Social Empresarial é o Balanço Social, que expressa, quantitativamente, os atos das empresas e prestam contas dos impactos de sua atuação na área social, principalmente com referencia a parte de recursos humanos da organização, ou seja, informações e benefícios de seus colaboradores.

Primeiramente vamos situar historicamente o Balanço Social. De acordo com Kroetz (2000), nos Estados Unidos, os estudos partiram das universidades e as características principais dos modelos dirigiram-se aos aspectos sociais públicos, às questões da diminuição da violência e da melhoria das relações das empresas com os consumidores. Na Europa, as propostas do Balanço Social desenvolveram-se em direção à solidariedade econômica do bloco europeu em formação e enfatizaram os aspectos do planejamento humano e social na empresa, no sentido de que assumissem igualdade de competência e aceitação, comparativamente aos demais processos empresariais: econômico, comercial, tecnológico etc..

Para Tinoco (1984), a propagação da idéia do Balanço Social torna-se mais acentuada, principalmente na Europa Ocidental, a partir do final da década de 60. Muitos países, como Alemanha, Itália, Grã-Bretanha, Suíça, Espanha, França, entre outros, se destacaram nessa expansão. Houve uma cobrança maior de informações sobre as condições de trabalho e emprego nas empresas, sendo que o primeiro país

a instituir a obrigatoriedade de publicação de tais informações foi à França em 1977, através da Lei nº 77.769 de 12 de julho de 1977, que foi posta em prática em 1979, obrigando entidades que possuíam 300 (trezentos) ou mais funcionários a publicar o Balanço Social, onde estas informações estavam inseridas.

No Brasil, a primeira manifestação relacionada à importância de se divulgar a responsabilidade social deu-se em 1965 quando a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) aprovou e publicou a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa", que retratava as crises do mundo contemporâneo chamando a atenção para as exigências sociais. Ea partir de 1977 a ADCE passa a organizar congressos anuais e o tema Balanço Social sempre foi objeto de reflexão.

Porém, foi somente a partir dos anos 80, no entanto, que o tema "Balanço Social" passou a ser difundido no Brasil, graças aos estudos desenvolvidos inicialmente por Tinoco, em 1984. Nessa época, a abordagem científica do assunto ganhava espaço nas discussões, e posteriormente este tema também foi abordado por Ribeiro em 1998 em sua dissertação de mestrado, e De Lucca em 1998.

Em 1984, João Eduardo Prudêncio Tinoco, estudioso e o precursor do tema no Brasil, principalmente nos meios acadêmicos, defendeu sua dissertação de Mestrado na FEA/USP, sobre o tema "Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade", o que impulsionou a discussão do tema entre pesquisadores e estudiosos.

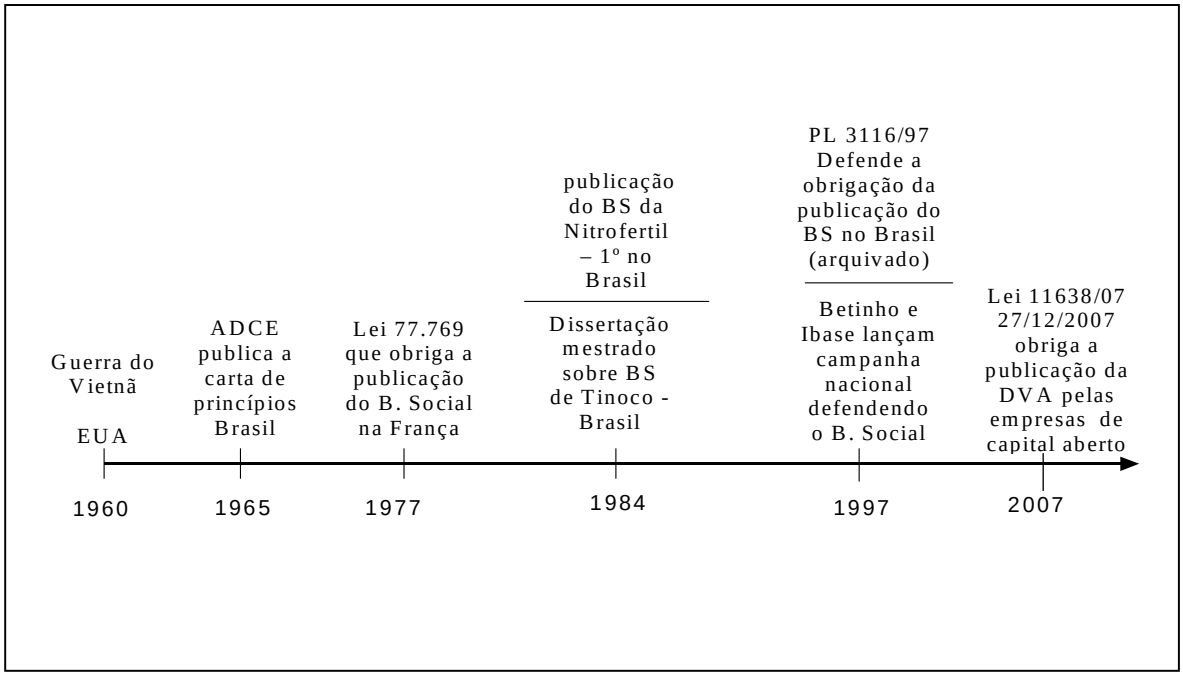
Conforme Lima (2001), em 1984, a Nitrofértil S.A. torna-se a primeira empresa privada nacional a publicar o Balanço Social, sendo seguida por empresas como a Petrobras, Usiminas, Telebrás, CMTC, Banespa, Acesita, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Grupo Norberto Odebrecht, Bradesco, dentre outras.

Após os trabalhos acadêmicos pioneiros, as discussões sobre o Balanço Social esfriaram em todo o território brasileiro. Somente em meados da década de 90, a questão voltou à cena por meio da iniciativa do sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que lançou uma campanha nacional de valorização do Balanço Social, mobilizando diversas entidades no sentido de torná-lo uma ferramenta democrática de participação social das empresas.

A partir de sua iniciativa, o poder público passou a se interessar pelo assunto. Alguns projetos de lei começaram a surgir nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para o fortalecimento desse importante instrumento de divulgação da

responsabilidade social das empresas. Assim, algumas empresas nacionais privadas e estatais e algumas internacionais instaladas no país passaram a elaborar e a divulgar o Balanço Social, mostrando o quão importante é à existência de mecanismos de prestação de contas que tenham conteúdos sociais, econômicos e ambientais, promovendo, benefícios tanto para quem divulga quanto para quem recebe as informações.

Com relação aos principais pontos da evolução do Balanço Social, pode ser visto na linha do tempo simplificada, onde são mostrados alguns marcos históricos que caracterizam sua trajetória:



Quadro 1: Linha do Tempo do Balanço Social (baseado na Linha do Tempo do Instituto Ethos)
Fonte: www.ethos.org.br (acessado em 25/05/2008)

Para Tinoco (2001, p.27), a origem da implantação do Balanço Social, ocorreu em 1977, na França, onde evidenciava basicamente os aspectos sociais relativos aos recursos humanos. Este Balanço Social surgiu em função dos trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos que exigiam que as organizações informassem não apenas os dados econômico-financeiros das empresas, mas que incorporassem as informações sociais, especialmente as relativas ao emprego, tendo em vista a discussão da responsabilidade social.

Pelos autores Pinto e Ribeiro (2004, p.22),

> O Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das organizações. Esse instrumento, que vem sendo amplamente discutido, fornece dados aos usuários da informação contábil a

> respeito das políticas internas voltadas à promoção humana de seus empregados e à qualidade de vida nas organizações; sobre a formação e distribuição da riqueza; da postura das entidades em relação ao meio ambiente e quanto a contribuições espontâneas à comunidade.

Para Tinoco (1984, p.96), a Holanda foi o primeiro país do mundo a ter publicado seus *social jarverslag* – relatórios sociais. Seu modelo utiliza-se de medidas qualitativas para informar o impacto dos objetivos sociais da empresa, e quantitativas para programas sociais a serem implementados.

Desta forma, o Balanço Social passa a ser um instrumento eficaz e extremamente útil para divulgação e valoração das ações sociais que as empresas implementaram, demonstrando a todos seus usuários estas informações.

Com referencia a definições do tema em questão, para Iudícibus et al. (2000, p. 31), “o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”.

Santos (2003, p.80) define Balanço social como:

> É um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. Será um poderoso referencial de informações nas definições de política de recursos humanas, nas decisões de incentivos fiscais, no auxilio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

Neste sentido, como forma de deixar evidente que o Balanço Social deve ser utilizado como uma importante ferramenta de informações sociais, e não como uma peça de marketing ou simples propaganda de suas atividades sociais, o sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, conforme site da Ibase, afirma que cabe às empresas oferecer dados sobre as atividades no campo social a entidades autônomas e independentes da sociedade civil. São imprescindíveis o acompanhamento, a análise e a participação nesse esforço conjunto. O Balanço Social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas.

Conforme Tinoco (2001, p.30), o Balanço Social é algo extremamente necessário para a gestão das empresas e essas informações tem dois objetivos básicos:

1. No plano geral, fornece um quadro de indicadores a um grupo social que, após ter sido apenas um fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa.

2. No plano de funcionamento da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se assim, associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente.

Portanto, tal como os relatórios contábeis tradicionais, que exprimem os resultados financeiros e econômicos da empresa, o Balanço Social, é um relatório que sintetiza em sua demonstração diversas informações relevantes quanto à atuação social da empresa, que irão servir para todos os agentes envolvidos, ou seja, seus stakeholders. E cada um dos envolvidos procura, nestes relatórios as informações que mais lhe interessam.

Seguindo este mesmo raciocínio, Pinto a Ribeiro (2004, p.27) escrevem que:

> O Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das organizações. Esse instrumento, que vem sendo amplamente discutido, fornece dados aos usuários da informação contábil a respeito das políticas internas voltadas à promoção humana de seus empregados e à qualidade de vida nas organizações; sobre a formação e distribuição da riqueza; da postura das entidades em relação ao meio ambiente e quanto a contribuições espontâneas à comunidade.

Para Tinoco (1984, p. 45):

> O Balanço Social tem por ambição descrever uma certa realidade econômica e social de uma entidade, através do qual é suscetível de avaliação. Em decorrência dele as relações entre o fator capital e o fator trabalho podem ser melhor regulados e harmonizados, na medida em que as forças sociais avancem e tomem posição, especialmente nos países de Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, onde se observa a ocorrência de um capitalismo selvagem. Nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido várias empresas já

> vêm consagrando o balanço social como instrumento de gestão e de informação. Essas empresas divulgam normalmente informação econômica e social a seus trabalhadores, pois sua estrutura não é posta em causa, sendo o lucro aceito como uma vocação normal da empresa, permitindo que a relação entre dirigentes e assalariados torne-se consensual e não conflituosa.

Segundo Tinoco (2001, p.35), o quadro abaixo demonstra os principais agentes envolvidos associados às informações que possuem maior relevância para cada um deles:

USUÁRIOS	**METAS RELEVANTES**
Clientes	Produtos com qualidade; recebimento de produtos em dia; produtos mais baratos; cortesia no atendimento
Fornecedores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa; salários adequados; incentivo a promoção; Produtividade; valor adicionado; segurança no emprego.
Investidores Potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação
Acionistas controladores	Retorno sobre o Patrimônio Líquido; Retorno sobre o Ativo; Continuidade; crescimento no mercado; valor adicionado.
Acionistas Minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez
Gestores	Retorno sobre o Patrimônio Líquido; continuidade; valor patrimonial; da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.
Governo	Lucro Tributável; valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança; qualidade e cidadania.

Quadro 2 – Usuários do Balanço social e da contabilidade (Tinoco, 2001, p.35)

No Brasil, a elaboração e divulgação do Balanço Social não são obrigatórias. Já existiram diversas ações, no âmbito municipal, estadual e nacional, no sentido da obrigatoriedade deste relatório, como também da Demonstração do Valor Adicionado, através de legislação própria para este fim. Porem, apenas em dezembro de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.638/07, que altera significativamente a Lei das Sociedades por Ações, que começa a valer já em 01/01/2008.

Essas mudanças colocam os relatórios contábeis brasileiros dentro do padrão internacional do IFRS (*International Financial Reporting Standard*), que será obrigatório para as companhias abertas do Brasil a partir de 2008, de acordo com a CVM.

Entre as alterações impostas pela lei, o artigo 176, obriga as empresas de capital aberto a elaborar e publicar a DVA (Demonstração de Valor Adicionado).

Um dos problemas brasileiros com relação ao uso e publicação do Balanço Social, diz respeito a sua normatização. Atualmente, no Brasil existem vários modelos de Balanços Sociais sendo apresentados e usados pelas empresas, como o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), apenas para citar alguns exemplos mais conhecidos, bem como os preconizados por Tinoco (2001), Massioni (2005) e Miashiro (2007). Desta forma, torna-se difícil conseguir extrair dos relatórios informações e indicadores sociais, principalmente pela diversidade de informações e formas de apresentação desses dados.

A idéia da necessidade de normatização do Balanço Social também é defendida por vários autores e pessoas diretamente ligados ao assunto, como João Sucupira, Coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que defende a adoção de informações mínimas para os balanços, fato que seria fundamental para permitir análise e comparações dos demonstrativos.

Corroborando essa idéia, Perottoni (2001, p. 51) enfatiza que, "... é necessário que tenhamos uma padronização na elaboração e publicação do Balanço Social. Precisamos lutar por uma legislação que determine regras a serem seguidas por todos".

Ainda sobre o assunto, para Freire (2001, p. 24):

> Embora as diferentes formas de Balanços Sociais tenham sido inspiradas nos modelos europeus (principalmente o francês), o seu campo de aplicação, destino e objetivos ainda não foram claramente delineados no Brasil. E todos os BSs que têm sido preparados no Brasil são, claramente, nada mais do que simples demonstrativos técnico-gerenciais, cada um com limitações que lhe são características.

Pode-se afirmar que, com a grande importância dada atualmente aos blocos comerciais, e, em particular, ao Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) para o Brasil, deve-se pensar, inclusive, numa metodologia semelhante para os países

envolvidos, apenas adequando às realidades e culturas locais, para ser operacionalizado nos países que compõem o bloco comum da América.

Nessa mesma linha, Elorriaga (1995, p. 8) destaca que “este planteamiento obliga a renunciar a experimentos exclusivamente puntuales para integrarse em um planteamiento a largo prazo, em el que periodicamente se analicen unas mismas áreas, para permitir la comparación y la valoración de su evolucion”.

Enfim, o Balanço Social é um relatório que demonstra para a sociedade o envolvimento e o comprometimento que a empresa possui com as questões sociais, demonstrando ser uma empresa cidadã, envolvida com a responsabilidade Social.

Atualmente no Brasil existem alguns modelos de Balanço Social sendo utilizados por diversas empresas brasileiras, de forma espontânea. Entre estes modelos, o mais utilizado atualmente é o modelo do Ibase, que a maioria das empresas que os faz e divulga, utiliza.

Nesse sentido, para divulgar os resultados de sua ação sócio-ambiental, a empresa precisa elaborar o seu balanço social, e procurar trabalhar com campos de ação relacionados aos seus funcionários, ao seu público externo (fornecedores, clientes, comunidade etc.) e ao meio ambiente. Isso resulta no estabelecimento de um processo de comunicação social da empresa com todos os seus públicos, ou seja, seus stakeholders. A empresa, a partir da elaboração e publicação do balanço social, cria um espaço de multiplicação das suas ações sociais e ambientais, pois pode servir como incentivadora da prática social/ambiental para outras organizações da cadeia produtiva, devendo angariar opiniões e sugestões de seus públicos na construção desse instrumento de informação, além de avaliar como está conduzindo as suas ações nessa área, permitindo, assim, melhorias naquilo que apresenta deficiências e incorreções.

2.4. Responsabilidade Social

Anteriormente, as empresas focavam suas metas e objetivos, unicamente voltada para seus lucros e rentabilidade, não se importando com o meio onde estava inserida. Não era costume se importar com o meio ambiente e sua preservação; nem com a saúde e educação da sociedade em geral, onde estavam inseridos seus consumidores; nem na ajuda da resolução dos principais problemas sociais existentes.

Ainda, conforme Lima (2001, p.15), em 1953, nos Estados Unidos, surgiu o primeiro livro que enfocava o assunto. O livro, analisando o tema com extensão e profundidade, chamava-se: *Social Responsibilities of the Businessmen*, de Howard Bowen. Esta obra foi traduzida para várias línguas provocando grande repercussão, tanto nos meios acadêmicos como empresariais.

No Brasil, a primeira manifestação relacionada à importância da responsabilidade social deu-se em 1965 quando a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) aprovou e publicou a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa”, que retratava as crises do mundo contemporâneo chamando a atenção para as exigências sociais.

Para uma melhor interpretação da expressão, deve-se, primeiramente, entender as palavras isoladamente, para em seguida definirmos o termo Responsabilidade Social.

Para Ferreira (2001, p.1236), o termo responsabilidade significa qualidade ou condição de responsável; capacidade de entendimento ético-jurídico e determinação volitiva, adequada, que constitui pressuposto penal necessário de punibilidade.

Conforme o dicionário Michaelis (2004, p.1859), o termo responsabilidade tem o significado de qualidade de responsável; dever jurídico de responder pelos próprios atos e os de outrem, sempre que estes atos violem os direitos de terceiros, protegidos por lei, e de reparar os danos causados; o dever de dar conta de alguma coisa que se fez ou mandou fazer, por ordem pública ou particular; imposição legal ou moral de reparar ou satisfazer qualquer dano ou perda.

Quanto ao termo social, Ferreira (2001, p.1326) escreve que é da sociedade ou relativo a ela, que interessa a ela.

Neste sentido, o dicionário Michaelis (2004, p.2085) descreve social como pertencente ou relativo à sociedade, conveniente à sociedade ou próprio dela, e relativo, pertencente, devotado ou apropriado ao intercurso ou às relações amigáveis ou por elas caracterizado.

Portanto, pode-se concluir que o termo Responsabilidade Social, no seu valor exato, tem a qualidade de ser responsável e responder por seus atos, perante toda a sociedade.

Conforme Ashley (2002, p.21), a idéia de responsabilidade social nas empresas, sem ainda o sentido atual da expressão, teve sua divulgação no caso

Dodge versus Ford, em 1919, nos Estados Unidos. Este caso tratava da amplitude dos atos praticados por Henry Ford, como presidente e acionista majoritário, em tomar decisões que iriam contra os interesses de um grupo de acionistas da Ford, representados por John e Horace Dodge. Em 1916, Henry Ford, argumentando a realização de objetivos sociais, decidiu por conta própria, não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo este valor para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários dos funcionários entre outras coisas. A Suprema Corte de Michigan se posicionou a favor dos Dodge e justificou sua decisão explicando que a empresa existia para beneficio de seus acionistas e que diretores tem liberdade apenas quanto aos meios de se alcançar tal fim, não podendo usar os lucros auferidos pra outros fins. Portanto, a filantropia corporativa e, de certa forma, uma forma de se praticar a responsabilidade social, antes mesmo de se conhecer este termo, só poderia ser realizada, na medida em que tal ato favorecesse os resultados da empresa e a posterior distribuição deste entre os acionistas.

Neste sentido, Pinto e Ribeiro (2004, p.22) escreveram que:

> O que se discute hoje é que a empresa não pode somente visar a lucros. Em seu relacionamento com a sociedade existem obrigações implícitas, tais como: a preservação do meio ambiente mediante uso adequado dos recursos naturais e investimentos em processos produtivos compatíveis com a conservação ambiental, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional visando à qualificação, a qualidade dos produtos e serviços que oferece ao mercado, e outras que não são exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável.

Pode-se afirmar que o lucro e a rentabilidade são questões importantes para as empresas, já que todas buscam otimizar seus resultados, inclusive visando sua continuidade e sobrevivência. Porém, outras variáveis, além das econômicas e financeiras, passaram a possuir valor relevante na vida das empresas, pois estão intimamente ligadas. Para se produzir, é necessário utilizar-se de mão de obra, de bens naturais e do meio ambiente.

Já, de acordo com Tunca e Crowther (2005, p.13):

> A maioria das pessoas concorda que a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) está preocupada com aquilo que é (ou deveria ser) a relação entre a empresa e as partes interessadas, tais como clientes, empregados, os governos e os cidadãos. Infelizmente, é o foco sobre os lucros das empresas e da criação de valor do acionista (normalmente com aumento do preço), que tanto tem causado preocupação pública e publicidade negativa sobre o comportamento das empresas. (tradução livre)

Neste mesmo sentido de que a Responsabilidade Social e o lucro podem, e devem, andar lado a lado. Abreu et all (2003, p.23), expressam que:

> Defendemos que a responsabilidade social das empresas fornece um caminho que anula os efeitos negativos de um livre mercado global desregulado. Este argumento baseia-se na importância da ética e comportamento ético - para cada um de nós como indivíduos e para cada corporação – que nada mais é do que um coletivo de pessoas que se uniram para uma finalidade específica (tradução livre)

Porém, o significado do termo responsabilidade social, é algo que ainda não há um consenso conceitual. Como apresentado à frente, existem variações sobre o tema e várias vertentes conceituais. Neste sentido, conforme Reis e Medeiros (2007, p.12), “o tema pode ser considerado em construção, e outras terminologias estão sendo incorporadas à responsabilidade social, além de expressões usualmente utilizadas como responsabilidade social empresarial ou corporativa”.

Um ícone da Responsabilidade Social no Brasil foi Herbert de Souza, o Betinho, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Foi ele quem difundiu a discussão na sociedade sobre Responsabilidade Social, e que chamou as empresas que a praticavam de empresa pública e cidadã.

Por outro lado, nos últimos anos, muito se tem ouvido falar, tanto no meio empresarial quanto na mídia, juntamente ao termo Responsabilidade Social, do termo cidadania empresarial ou empresa cidadã. Popularmente, este conceito tem sido tratado de maneira bastante simplista, ou seja, como algo que traz vantagem competitiva à organização frente à crescente concorrência e seu aspecto mais ressaltado tem sido o de investimento na comunidade através de projetos ou ações sociais com recursos transferidos por empresas.

Desta forma, Martinelli, (1997, p.85), propõe uma perspectiva de evolução da empresa, que pode ser classificada em três estágios, a saber:

a) a empresa unicamente como um negócio, instrumento de interesses para o investidor, que em geral não é um empresário, e sim um “homem de negócios” com uma visão mais imediatista e financeira dos retornos de seu capital;

b) a empresa como organização social que aglutina os interesses de vários grupos de *stakeholders* - clientes, funcionários, fornecedores, sociedade (comunidade) e os próprios acionistas – e mantém com eles relações de interdependência. Estas relações podem estar refletidas em ações reativas

(resolução de conflitos) ou pró-ativas, tendo para cada grupo de *stakeholders* uma política clara de atuação.

c) a empresa-cidadã, que opera sob uma concepção estratégica e um compromisso ético, resultando na satisfação das expectativas e respeito dos parceiros.

Ainda com referencia a Responsabilidade Social, Reis e Medeiros (2007, p.9), escrevem que "é possível compreender-se a responsabilidade social na Filosofia como a responsabilidade individual e de livre escolha pela realização ou não de um ato, em função de antever as conseqüências sociais que poderão ocorrer; mas, uma vez realizado, este ato deve ser assumido por quem o realizou".

Para Tinoco (2001, p.116), responsabilidade social é:

> Seu conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas que, em sua lógica de performance e lucros, passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem-estar para a sociedade. Assim, o tema permeia a estrutura organizacional e gerencial das empresas e grupos, concretizando-se, de forma distributiva, pelo destino de parte da riqueza adicional produzida em beneficio de funcionários e seus familiares e pela realização de ações cooperativas com o desenvolvimento das comunidades, no âmbito local, regional e nacional, as quais podem ou não se relacionar diretamente com os objetivos do negócio empresarial.

Outra definição de Responsabilidade Social Empresarial foi dada em 1999 no *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD*), onde na perspectiva do grupo brasileiro, apud Wanderley e Collier, (2000),

> RSE exige o comprometimento compartilhado de todas as empresas, comunidades e acionistas diante do desenvolvimento sustentável (indo além do desenvolvimento econômico, incluindo as questões sociais e ambientais), com a visão de melhorar o padrão de justiça social, enquanto mantendo comportamento ético que satisfaça as necessidades básicas e melhore a qualidade de vida dos segmentos da sociedade direta ou indiretamente inseridos nas esferas de influencia das suas atividades.

É importante ressaltar que este termo saiu das discussões acadêmicas e passou realmente a ser aplicado nas empresas em geral, passando a fazer parte de sua estratégia e objetivos a serem alcançados. Neste sentido, segundo Ashley (2000, p. 13), a responsabilidade social empresarial é um conceito difundido ao redor do mundo, nas últimas décadas, e vem sendo posto em prática,

principalmente, pelas multinacionais. Criado originalmente para dar uma resposta as demandas sociais, tem sido usado como estratégia de negócios. A imagem de uma empresa confiável é um valor indispensável nas relações comerciais globalizadas. Um arranhão na imagem, proveniente de uma conduta questionável, pode afetar a opinião dos investidores internacionais. Ou seja, os caminhos para fornecer rendimentos aos acionistas (*shareholders*) ficaram mais complexos, pois na chamada "Era da Informação", os consumidores têm mais acesso a alguns detalhes dos negócios. Ou seja, transparência gera confiança que gera bons negócios.

E não basta apenas seguir leis e normas, a empresa deve colocar em prática, e divulgar, ações sociais voltadas para o meio ambiente, seus empregados, seus clientes e fornecedores, ou seja, a sociedade em geral.

Quanto ao tema, consta do *Livro Verde, da Comission de las Comunidades Europeas,* (2001, p.7) a seguinte afirmação:

> Ser socialmente responsable no significa solamente cumplir plenamente las obligaciones jurídicas, sino también ir más allá de su cumplimiento invirtiendo «más» en el capital humano, el entorno y las relaciones con los interlocutores. La experiencia adquirida con la inversión en tecnologías y prácticas comerciales respetuosas del medio ambiente sugiere que ir más allá del cumplimiento de la legislación puede aumentar la competitividad de las empresas. La aplicación de normas más estrictas que los requisitos de la legislación del ámbito social, por ejemplo en materia de formación, condiciones laborales o relaciones entre la dirección y los trabajadores, puede tener también un impacto directo en la productividad. Abre una vía para administrar el cambio y conciliar el desarrollo social con el aumento de la competitividad.

Quanto ao uso, regulamentação e divulgação das informações sobre a Responsabilidade Social Empresarial no Brasil pode-se destacar que tem evoluído muito nos últimos anos. Entre as várias iniciativas existentes no país para a divulgação da Responsabilidade Social, existe o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que é uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa, conforme sua própria definição em seu site na Internet.

O Instituto Ethos é uma organização que apóia e divulga textos e artigos sobre Responsabilidade Social, criou vários prêmios de incentivo ao tema, direcionados a estudantes, jornalistas e empresas. Criou, também, os Indicadores Ethos de

Responsabilidade Social Empresarial, que é uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da empresa. Enfim, é uma organização brasileira que se preocupa e age para a divulgação e ampliação do número de empresas socialmente responsáveis no Brasil.

Porém, não se pode deixar de citar também o trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, que no início de 1980 foi fundada pelo Betinho, e que é uma instituição de caráter suprapartidário e supra-religioso, dedicada a democratizar a informação sobre as realidades econômicas, políticas e sociais no Brasil. Inclusive, conforme consta em seu site (www.ibase.org.br), é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã. Entre os temas e campos de atuação que o Ibase julga prioritários, encontra-se a economia solidária e a responsabilidade social e ética nas organizações.

Com relação à América Latina, o Brasil está bem à frente no quesito Responsabilidade Social Empresarial. Ursini e Bruno (2004, p.67) dizem que:

> Otro ejemplo és la creciente publicación de informes com informaciones socio-ambientales por um número cada vez mayor de empresas brasileñas. Vale destacar también el papel del sector financiero en la promoción de la RSE en Brasil, con el lanzamiento, en 2005, del Índice de Sostenibilidad Empresarial de la Bolsa de Valores del Estado de São Paulo (Bovespa), el cuarto índice de este tipo em el mundo. Brasil también está entre los 4 países con más certificaciones en la norma SA 8000 en el mundo; ha actuado como fomentador de las Metas del Milenio y del Pacto Global8 de la ONU en el médio empresarial.

Com relação à citação acima, vale destacar que a norma SA 8000 que é uma ferramenta de gestão das relações de trabalho, de acordo com o Instituto Ethos, é uma norma internacional de avaliação da responsabilidade social que existe para empresas fornecedoras e vendedoras. A norma traz todos os requisitos e a metodologia de auditoria para uma correta avaliação das condições do local de trabalho. Estas condições incluem trabalho infantil, trabalhos forçados, saúde e segurança no trabalho, liberdade de associação, discriminação, práticas disciplinares, carga horária, benefícios e as responsabilidades da gerência em manter e melhorar as condições do trabalho. A norma SA 8000 foi criada em 1998

por um grupo internacional liderado pelo CEPAA (*Council for Economic Priorities Accreditation Agency* – Órgão de Credenciamento do Conselho de Prioridades Econômicas), cujo nome atual é SAI (*Social Accountability International*). Além da norma SA 8000 há outras normas nesta categoria, entre elas, o Fair Labor *Association Code*, o *American Apparel Manufacturers Code*, o *International Council of Toys Industries Code*, além de vários códigos próprios das empresas. Cada norma ou código tem pequenas variações em seu escopo, em seus requisitos de monitoração e aceitação.

Inclusive, atualmente está em elaboração a ISO 26000, onde representantes de mais de 70 países participam do processo de construção desta ISO, com publicação prevista para 2009. O diferencial dessa ISO (Organização Internacional de Estandardização – *International Organization for Standardization*, em inglês), comparando com as outras normas das séries, é que não será certificável, ou seja, ela servirá apenas como um guia de diretrizes e não para conseguir selos e certificados de Responsabilidade Socioambiental pelas organizações. É uma ISO de Responsabilidade Social.

Com relação ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo, de acordo com informes no site da Bovespa, o ISE foi formulado com base no conceito internacional do *Triple Botton Line (TBL),* que avalia, de forma integrada, as dimensões econômico-financeira, social e ambiental das empresas. Aos princípios do TBL foram adicionados critérios e indicadores de governança corporativa, a exemplo do índice da Bolsa de Joanesburgo. Os quatro blocos temáticos são precedidos por um grupo de indicadores gerais básicos e de natureza do produto. O TBL das empresas foi abordado a partir de quatro critérios: Política, que engloba indicadores de comprometimento; Gestão, avalia planos, programas, metas e monitoramento; Desempenho, indicadores de performance; e, finalmente, Cumprimento Legal, verifica o atendimento da legislação nas áreas de concorrência, consumidor, trabalhista, ambiental, entre outras.

Ainda de acordo com o site da Bovespa, já há alguns anos iniciou-se uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Tais aplicações, denominadas “investimentos socialmente responsáveis” (SRI), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Essa demanda

veio se fortalecendo ao longo do tempo e hoje é amplamente atendida por vários instrumentos financeiros no mercado internacional. Atenta a isso, a BOVESPA, em conjunto com várias instituições, decidiu unir esforços para criar um índice de ações que seja um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Portanto, obsessão pelos lucros a qualquer custo, seja ele qual for, ficou para trás. Pelo menos para quem pretende triunfar na competitiva globalização. As empresas e o mercado financeiro acordaram para um tema que está na mente da população: lucro sim, porém com responsabilidade social. Afinal, os consumidores não dão mais confiança para as corporações que agem fora dos padrões éticos e os investidores fogem das companhias poluidoras. Enfim, pode-se afirmar que a Responsabilidade Social passou a ser uma ferramenta fundamental a ser utilizada pelas empresas que querem sobreviver e triunfar neste mercado competitivo.

Muitas empresas já se mobilizaram para a questão e formatarem projetos voltados para uma gestão socialmente responsável, investindo na relação ética, transparente e de qualidade com todos os seus públicos de relacionamento. Essas iniciativas, apesar de apresentarem resultados positivos, representam, na maioria das vezes, ações pontuais e desconectadas da missão, visão, planejamento estratégico e posicionamento da empresa e, conseqüentemente, não expressam um compromisso efetivo para o desenvolvimento sustentável.

O conceito de responsabilidade social empresarial traz, ainda, a questão da relação da empresa com seus diversos públicos de interesse, conforme expresso na definição do Instituto Ethos: “Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

Ou seja, espera-se cada vez mais que as organizações sejam capazes de reconhecer que podem provocar impactos ambientais, econômicos e sociais e, a partir desse pano de fundo, construam relacionamentos com os seus diferentes públicos de interesse, os chamados *stakeholders* – público interno, fornecedores, clientes, acionistas, comunidade, governo e sociedade, meio ambiente, entre outros.

2.5. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado teve sua origem na Europa, principalmente por influência da França e da Alemanha como forma de mensuração da participação da empresa no contexto social.

No contexto brasileiro, conforme Tinoco e Moraes (2008, p.7):

> a cronologia do tema Demonstração do Valor Adicionado – DVA, no Brasil indica-nos que o trabalho pioneiro sobre a Demonstração do Valor Adicionado foi elaborado por Alberto Almada Rodrigues, e publicado na Revista Brasileira de Contabilidade em 1981. Posteriormente, outros pesquisadores abordaram o tema, como Tinoco (1984) em sua dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, intitulada: Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade. A esse autor seguiu-se a dissertação de Márcia Martins Mendes De Luca em 1991, e a tese (Livre-Docência) em 1999, de Ariovaldo dos Santos, ambos apresentados a FEA/USP. Mais recentemente outros pesquisadores como Kroetz (2000), Cunha, Ribeiro e Santos (2005), Mazzioni (2005), Miashiro (2007) empreenderam trabalhos nesse tema.

Dentro deste enfoque, a Demonstração do Valor Adicionado, é uma demonstração que será capaz de atender às necessidades relacionadas à informação sobre a riqueza gerada e como essa riqueza foi distribuída entre os elementos que contribuíram para sua geração.

De acordo com De Luca (1998, p.56), a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) - um apêndice normalmente sintético do balanço contábil de uma companhia que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa - constitui inclusive um dos componentes do balanço social, como apontado por Tinoco (1984).

Apesar das vantagens que essa demonstração pode trazer, no Brasil, ela não era obrigatória. No entanto, vários trabalhos já foram publicados por estudiosos e pesquisadores da ciência contábil sobre a DVA, mostrando a importância e a necessidade de se elaborar e apresentar esse relatório.

Quanto a definições sobre a DVA, pode-se citar vários autores. De Luca (1998, p.32) enfatiza que: “estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização”.

Segundo De Luca (1998, p.61), pode-se definir Valor Adicionado como sendo:

> a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza

> da empresa. Tais esforços são, em geral, os empregados que fornecem a mão-de-obra, os investidores que fornecem o capital, os financiadores que emprestam os recursos e o governo que fornece a lei e a ordem, infra-estrutura sócio-econômica e os serviços de apoio.

Conforme Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p.9), há autores que colocam em dúvida o potencial social das informações contidas na demonstração, que diz que a DVA pode ser um importante componente contábil do balanço social, mas apresenta informações que estão muito aquém daquelas que seriam necessárias para seu reconhecimento como balanço social.

De fato, as informações prestadas pela DVA estão aquém daquelas prestadas pelo balanço social, porém, nunca teve pretensões de ser o próprio, mas apenas de compô-lo, como é destacado por Santos, (2003, p.35), “a Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do balanço social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade”.

Neste sentido, Martins, apud Rodrigues Junior (2003), diz que:

> DVA é uma explanação de como a empresa criou riquezas (valor de suas vendas de bens e serviços deduzidos dos bens e serviços adquiridos de terceiros) e como a distribuiu entre: fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Vê-se, então, à parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via royalties); aos de recursos humanos via seus salários, gratificações, honorários, participações nos resultados, etc. e, finalmente, ao governo via impostos, diretos e indiretos. Extraordinária forma de ver a função social da empresa, além de qual a sua parcela na criação da riqueza global do País, o PIB, em vez de só dar tanta ênfase à linha final da demonstração do resultado tradicional, de interesse exclusivo dos proprietários.

No entanto, é importante ressaltar que a DVA não pode ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício e nem com o *Economic Value Added* (EVA). Neste sentido, Oliveira, Firmino etall (1999, p. 41), afirmam que essa demonstração é elaborada através de dados provenientes da Contabilidade Financeira, logo, oriundos de registros efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que podem ser obtidos a partir da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), mas jamais poderá ser confundida com ela.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal avaliar qual foi o resultado e como este resultado foi gerado. Essa demonstração

apresentada de forma resumida e agrupada, pouco revela ao público externo sobre o que a empresa está fazendo pela comunidade e pelo País, ou seja, como a organização está distribuindo esta riqueza gerada entre seus agentes.

Com referencia a relação entre DRE e DVA, Neves e Viceconti (2002) escrevem que:

> Já no caso da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a parte que cabe aos terceiros (capitalistas, empregados, governo) é considerada como despesas/custos, do ponto de vista dos proprietários, pois aparece como redução do lucro, conseqüentemente, como redução da parcela que cabe a cada proprietário. Ao analisarem-se as duas demonstrações, pode-se concluir que ambas têm enfoques bem diferentes e objetivam fornecer informações sob diferentes pontos de vista, embora sejam complementares e imprescindíveis. Por isso, a elaboração e divulgação das duas demonstrações (DRE e DVA) atendem, de forma eficaz, à necessidade que os usuários possuem de informações adicionais às atuais demonstrações contábeis obrigatórias.

Na visão da FIPECAFI (2003):

> O Demonstrativo de Resultado do Exercício é mais conhecido e obrigatório pela Lei nº 6.404/76, e tem como principal objetivo avaliar quanto foi o lucro ou prejuízo que a empresa obteve. É um Instrumento Contábil de grande importância, mas direcionado aos donos das empresas, ficando um demonstrativo vazio para a comunidade. A necessidade de instrumentos Contábeis mais transparentes, juntamente, com a relação intersocial existente com a globalização de mercado exige conhecimentos adicionais, que podem ser identificados na DVA. Não se desprezando o lucro é claro, pelo fato de ser uma característica fundamental da continuidade das empresas.

Já a CVM, em sua Nota Explicativa á Instrução CVM Nº 469, de 2 de Maio de 2008, explica que:

> A DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu produto interno bruto - PIB.

A Demonstração do Valor Adicionado, a partir dos dados retirados da Demonstração de Resultados, mostra a riqueza gerada pela empresa e como esta riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram direta ou indiretamente, para a geração dessa riqueza, enquanto a DRE tem suas informações voltadas, principalmente, para os investidores (de uma maneira geral e

dentre eles, os proprietários) e o governo, ou seja, visa informar os usuários interessados no lucro líquido.

Segundo De Luca (1998, p.32), “para o proprietário, os salários, juros, impostos, etc. são tratados como despesas, pois na realidade representam reduções de sua parte na riqueza criada, ou seja, do seu lucro. E a Demonstração do Valor Adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa”.

De acordo com a citação acima, se percebe que a DRE não se preocupa, diferentemente da DVA, em demonstrar aos mais variados usuários das informações contábeis qual a parcela que cabe a cada um dos envolvidos da riqueza gerada pela empresa. No caso de uma empresa que vem tendo prejuízo, a DVA passa a ocupar uma importância ainda maior dentre os vários demonstrativos contábeis, pois evidenciará se apesar de haver prejuízo, a empresa agregou valor e distribuiu entre aqueles que participaram na produção do produto ou serviços gerados por ela. (Oliveira, Firmino et. all, 1999, p. 43).

As características básicas contidas na DVA, de uma forma resumida, são:

1. Fornecer informações que demonstre a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade que está inserida.
2. Demonstra o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, conforme abaixo:

- dispêndio na remuneração e benefícios dos empregados;
- geração de tributos ao governo (municipal, estadual e federal);
- remuneração do capital de terceiros através de juros e aluguéis;
- remuneração dos acionistas através da distribuição de lucros e retenções.

Deve-se destacar que, todos os relatórios sociais que estão sendo feitos e publicados pelas empresas eram, até dezembro de 2007, totalmente voluntárias.

Porém, algumas mudanças na Lei das Sociedades Anônimas foram implantadas em 27 de dezembro de 2007, pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, quando sancionou a Lei 11.638/07. Inclusive, Tinoco e Kraemer (2008) falam desta importante e inovadora lei em seu livro.

Esta lei, em seu artigo 176, diz que, as empresas de capital aberto, deverão, obrigatoriamente, apresentar a Demonstração do Valor Adicionado. Ainda, no artigo 188, inciso II, diz que deve constar da DVA, o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

A CVM, em sua Nota Explicativa a Instrução CVM Nº 469, de 2 de Maio de 2008, em seu item 5 – Novas Demonstrações – sub-item 5.1 – Demonstração do Valor Adicionado DVA – ressalta que:

> a DVA foi inserida pela Lei nº 11.638, de 2007, no conjunto de demonstrações financeiras que as companhias abertas devem apresentar ao final de cada exercício social, estando, portanto, sujeita a todas as regras de aprovação, de divulgação e de auditoria aplicáveis às demais demonstrações. Convém ainda ressaltar que, embora não seja exigida nas normas internacionais, a CVM não vê qualquer conflito com estas, posto que a DVA, além de ser uma informação adicional, agrega bastante qualidade ao conjunto básico de demonstrações exigidas pelo IASB.

Quanto a normatização da DVA, ficou a CVM encarregada de explicitar o modelo da Demonstração do Valor Adicionado a ser utilizado pelas empresas, já a partir de 2009. E a CVM, através da Nota Explicativa á Instrução CVM Nº 469, em seu item 5.1 diz que “As linhas gerais de elaboração dessa demonstração já mereceram orientação em ofícios circulares da CVM, conforme pode ser observado no item 1.12 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 2007. Essa orientação deverá ser utilizada para elaboração e divulgação da DVA enquanto a CVM não emitir norma contábil específica sobre a matéria”.

Já o artigo 1.12 deste Oficio Circular da CVM, explica que:

> Devemos ressaltar que esse modelo, até mesmo por não se tratar de informação obrigatória, não deve inibir a apresentação de demonstração mais detalhada e melhor adaptada ao segmento de negócio da empresa. Caso a empresa julgue necessário, poderá apresentar essas informações em notas explicativas às demonstrações contábeis, ao invés de incluí-las no corpo do Relatório da Administração.

E a CVM, ainda neste Oficio Circular, mostra o modelo de DVA a ser seguido pelas empresas que irão demonstrar e publicar estas informações, como também sua instrução de preenchimento. Segue abaixo modelo proposto pela CVM:

Demonstração do Valor Adicionado		
em R$ mil	20X1	20X2
DESCRIÇÃO		
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-Primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Remuneração de capital de terceiros (Juros e aluguéis)		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.		

Figura 2. MODELO DVA - Fonte CVM - Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 2007

Este modelo é importante neste trabalho. Pretende-se nesta dissertação, verificar através das DVAs de algumas empresas brasileiras, o impacto que a carga tributária tem sobre as mesmas, bem como sua evolução nos últimos anos e, finalmente, como interfere na distribuição da riqueza entre os demais agentes.

Para isso, é muito importante o perfeito entendimento do que é a DVA, bem como a forma de apresentá-la.

Sendo assim, parece lógico que a elaboração e apresentação, tanto do Balanço Social como da DVA, deveria se tornar comum entre as empresas, juntamente com os relatórios econômicos financeiros atualmente apresentados.

E como os demais relatórios contábeis, a Demonstração do Valor Adicionado pode e deve ser analisada para complementar as informações contidas no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício entre outros.

Pode-se extrair da DVA, informações financeiras e sociais das empresas, percebendo-se como os resultados foram alcançados e como eles foram empregados em benefício da sociedade e de que forma essa riqueza gerada foi distribuída entre os elementos que contribuíram para sua geração.

2.6. Meio Ambiente

Devido à falta de cuidado e preocupação com as empresas em relação ao meio ambiente, até pouco tempo atrás, fez com que considerável parcela da sociedade exigisse das empresas, em geral, uma postura mais responsável no tocante ao meio ambiente.

E desta forma, para não deixar impune, foram criadas leis ambientais que procuram direcionar as empresas de como devem proceder quanto a questões relacionadas com o meio ambiente. De acordo com Taveira, apud Ribeiro (1998):

> O direito ambiental estabeleceu princípios que seriam a base para a formulação das leis ambientais. Desta forma, o usuário do meio ambiente tem que controlar seus impactos, caso contrário, não deve fazer uso do meio ambiente; como usuário, deve contribuir para a melhora da definição da política ambiental do país e seus desdobramentos; e, ainda, deve arcar com todos os custos relacionados à minimização dos impactos que provocou ao meio ambiente durante o desfrute dos recursos naturais.

Neste sentido, as empresas por uma questão de sobrevivência, devem preservar e demonstrar que não causam danos ao meio ambiente e, no caso de causarem, explicar quais são as ações que a organização está tomando para diminuir, sanar ou minimizar estes impactos negativos que causou.

Apesar da resistência inicial de vários empresários em relação aos vultuosos gastos necessários para diminuir os prejuízos provocados no meio ambiente, esta resistência tem sido abandonada pelas empresas atualmente.

Os autores Ribeiro e Lisboa, (1999), afirmam que,

> Tal resistência começou a ser quebrada diante das pressões dos movimentos ambientalistas locais e internacionais, quanto ao estágio e gravidade da degradação do meio ambiente, as quais motivaram a implementação de ações governamentais mais rigorosas, e que por fim culminaram com o surgimento da consciência de responsabilidade social das empresas. Outro fator fundamental para combater tal resistência foi à criação das normas internacionais de qualidade ambiental e a ampla aceitação destas, principalmente no mercado internacional.

Para este fim, torna-se importante à apresentação de um relatório que demonstre como as empresas têm agido em relação do meio ambiente, e este relatório seria o Balanço Ambiental.

De acordo com Tinoco (2001, p.102):

> Este balanço, que tem sua origem no Balanço Social, pode, às vezes, portar informações físicas e monetárias. O fulcro de tal apresentação é duplo:
> a) os reportes entre dados físicos e dados monetários devem permitir acumular, ao menos parcialmente, as insuficiências em matéria de avaliação;
> b) a colocação em paralelo dos sois sistemas de dados permite evidenciar os custos específicos, que representam os investimentos antipoluição, segundo os setores.

Para Christophe, apud Tinoco (2001, 103):

> Justifica-se o uso de dados físicos num balanço ambiental, por permitirem, apesar das falhas inerentes a seu modo de calculo (as informações em quantidade físicas são insuficientes porque não levam em conta os efeitos sobre o ecossistema dos rejeitos de poluição, efeitos que podem variar segundo a situação geográfica de uma empresa, ou do período do ano), afinar a análise da situação ambiental da empresa.

A relação da empresa com o meio ambiente é algo que deve ser vista como algo relevante dentro da estratégia da empresa. Ribeiro (1998) diz que, “as estratégias das empresas devem levar em conta, necessariamente, a preocupação com gastos relevantes por natureza e volume, principalmente em função da relação custo/benefício. No campo ambiental, os gastos, considerando os temas citados acima, tornaram-se relevantes para a organização, bem como para a qualidade de vida da população atual e das gerações futuras”.

Neste sentido, de acordo com Alves (2001):

> A questão ambiental não é apenas um modismo, mas um assunto que tende a ser discutido, cada dia mais, com maior seriedade e severidade. O descaso com a natureza e a exploração predatória de nossa flora, fauna e recursos hídricos e energéticos, que já comprometem toda a biota do planeta, estão com os dias contados, vez que há uma forte tendência mundial no sentido de incorporar o respeito ao meio ambiente em todos os ramos de atividade. Tal fato não ocorre por acaso. O homem finalmente deu-se conta que se continuar degradando e destruindo seu hábitat poderá ser responsável por sua própria extinção. Ou seja, preocupar-se com o meio ambiente tornou-se uma questão de sobrevivência.

Portanto, a questão da preservação do meio ambiente tornou-se um tema importante para as organizações, como o uso de uma ferramenta que possa mensurá-lo e demonstrar a todos os seus usuários e interessados, quais são os esforços, em termos qualitativos e quantitativos, que a empresa está usando para a melhoria ambiental e gestão responsável implementada para a preservação do meio ambiente em que está inserida.

2.7. Carga Tributária

Conforme Afonso e Meireles (2006, p.2), “Carga tributária é um indicador que expressa quanto os governos retiram compulsoriamente da economia como impostos, taxas, contribuições e títulos assemelhados, recolhidos durante um período, no dia do vencimento ou referente a datas passadas”.

Portanto, para cálculo da carga tributária são considerados todos os impostos, taxas e contribuições, tanto federais, como estaduais e municipais.

Conforme conceituado pela Receita Federal (2007, p.3),

> O conceito de carga tributária é amplo e inclui contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais e econômicas, além dos impostos, taxas e contribuições de melhoria relativos às três esferas de governo, abrangidos pelo conceito de tributo nos termos do art. 145 da Constituição Federal. Também estão incluídas no cálculo da carga tributária as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Sistema S e contribuições previdenciárias.

As discussões a respeito do sistema tributário brasileiro e sobre a necessidade de sua reformulação já fazem parte há algum tempo da agenda de debates de toda a sociedade. Desde o início dos anos 90 formulou-se um grande

número de propostas de reforma tributária, tanto por iniciativa de congressistas e órgãos de classe quanto do próprio governo federal, não tendo sido implementadas em razão das inúmeras e divergentes questões e interesses que cercam a matéria.

O fato é que as alterações no cenário internacional, com uma crescente abertura de nossa economia, vêm impondo novos desafios no sentido da harmonização fiscal. Além disso, a estabilização e o crescimento da economia decorrentes do Plano Real propiciaram uma apreciável elevação da receita pública, o que faz com que surjam, freqüentemente, críticas provenientes daqueles que consideram excessivo o nível de nossa carga tributária.

De acordo com análise apresentada pelo Dieese (2007), o Brasil apresenta a terceira maior carga tributária do mundo entre as maiores economias mundiais, ficando atrás somente de França e Itália.

Esses números mostram que os brasileiros pagam muitos impostos sem ter como deles fugir, sem saber e, por isso, sem reclamar. Isso porque os impostos vêm embutidos no preço das mercadorias e serviços. São os chamados impostos indiretos.

Tais tributos assumem formas e denominações das mais diversas no Brasil: impostos (como o ICMS estadual, o IPI federal e o ISS municipal); contribuições (como o Cofins, o PIS e a CIDE, sobre combustíveis); e taxas (como a Fust federal, sobre telefonia), apenas para citar alguns exemplos.

Como causa, o ônus é pesado não só pelo tamanho das alíquotas, mas também porque, com freqüência, elas incidem sobre o próprio valor do imposto (as chamadas alíquotas por dentro são aplicadas apenas no Brasil), com a agravante de muitos impostos serem cobrados sobre o valor de outros impostos (por exemplo, a Cofins incide sobre o ICMS, que incide sobre a Cofins, e assim por diante).

Para mensuração do indicador, a carga tributária é o produto de uma conta de divisão muito simples: tudo o que se arrecada dividido por tudo que se produz, em um país. Assim, o primeiro passo é identificar, junto aos documentos oficiais, o montante da arrecadação de tributos. Depois, dividir tal somatório pelo valor nominal do PIB. Em ambos os casos, tudo expresso a preços correntes.

Para Afonso e Meireles (2006, p.4), carga tributária é um indicador que expressa quanto que os governos retiram compulsoriamente da economia.

Atualmente, no Brasil, fazer uma análise comparativa passou a não ser uma tarefa tão simples, já que a partir de 2007, foi utilizada uma nova metodologia na

forma de cálculo do PIB, além de alguns ajustes nos valores referentes à arrecadação de tributos, conforme divulgado no informe da Receita Federal (2006). Devido a esses ajustes de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os valores da série de carga tributária divulgada referente ao ano de 2006 e seguintes, não são diretamente comparáveis com aqueles divulgados nos anos anteriores.

De acordo com dados do IBGE, de 1996 a 2006, a carga tributária cresceu quase dez pontos percentuais (nova metodologia), passando de 25,19% para 35,06% do PIB (Produto Interno Bruto), e mais de 11% se o calculo for realizado com dados da antiga metodologia de medição da carga tributária feita pela Receita Federal.

Como valores comparativos para as análises que serão efetuadas ao final desta dissertação entre as empresas selecionadas, foi tomado como base os valores apurados pelo IBGE seguindo a nova metodologia.

Para se ter uma visão de como tem evoluído a carga tributária no Brasil, o quadro a seguir mostra o valor bruto da carga tributária e o percentual desta em relação ao PIB entre 1996 e 2007, seguindo-se os dois padrões (antigo e atual).

Tabela 1 – Carga Tributária Brasileira de 1996 a 2007

	PIB		TRIBUTOS			TOTAL	CARGA TRIB/PIB	
ANO	METODO-LOGIA ANTERIOR	NOVA METODO-LOGIA (*)	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	ARRECA-DAÇÃO	ANTERIOR	NOVA
1996	778.887	**843.966**	139.484	62.980	10.116	**212.580**	**27,29%**	**25,19%**
1997	870.743	**939.147**	158.566	69.320	11.305	**239.191**	**27,47%**	**25,47%**
1998	914.188	**979.276**	181.828	72.070	14.219	**268.117**	**29,33%**	**27,38%**
1999	973.846	**1.065.000**	210.691	79.154	15.096	**304.941**	**31,64%**	**28,63%**
2000	1.101.255	**1.179.482**	250.302	95.383	16.011	**361.696**	**32,84%**	**30,67%**
2001	1.198.736	**1.302.136**	278.599	108.262	16.884	**403.745**	**33,68%**	**31,01%**
2002	1.346.028	**1.477.822**	341.510	122.234	18.742	**482.486**	**35,84%**	**32,65%**
2003	1.556.182	**1.699.948**	391.052	139.137	22.990	**553.179**	**35,54%**	**32,54%**
2004	1.766.621	**1.941.498**	454.313	166.117	29.705	**650.135**	**36,80%**	**33,49%**
2005	1.937.598	**2.147.943**	514.417	187.873	30.574	**732.864**	**37,82%**	**34,12%**
2006	2.100.946	**2.332.936**	570.789	211.956	35.193	**817.938**	**38,80%**	**35,06%**
2007		**2.558.821**	650.997	233.416	38.832	**923.924**		**36,08%**

(*) Novos valores correntes do PIB divulgados pelo IBGE em 28/03/2007)

Fonte:IBGE - http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=265&id_pagina=1 (acessado em 26/06/08)

Portanto, para fins de utilização do valor da carga tributária neste estudo, para os anos de 2005, 2006 e 2007, serão utilizados os valores calculados pela nova metodologia, ou seja, 34,12%, 35,06% e 36,08% respectivamente.

Os formatos pelos quais tais recursos são extraídos são os mais diferentes. Impostos constituem a forma de clássica de tributo, destinada a financiar o Poder Público em geral, porém, existem outras formas jurídicas, com outras denominações, utilizadas para extrair recursos de forma compulsória da sociedade. A própria Constituição Federal também prevê a exigência compulsória de taxas e contribuições, com finalidades as mais diferentes, porém, sempre marcados pela destinação a financiar gastos específicos dos governos – ora para financiar um conjunto de ações ou serviços estatais, ora como contrapartida de um bem ou serviço público recebido diretamente pelo contribuinte.

Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), a carga tributária tem evoluído em todas as esferas dos governos nos últimos anos, conforme gráfico abaixo:

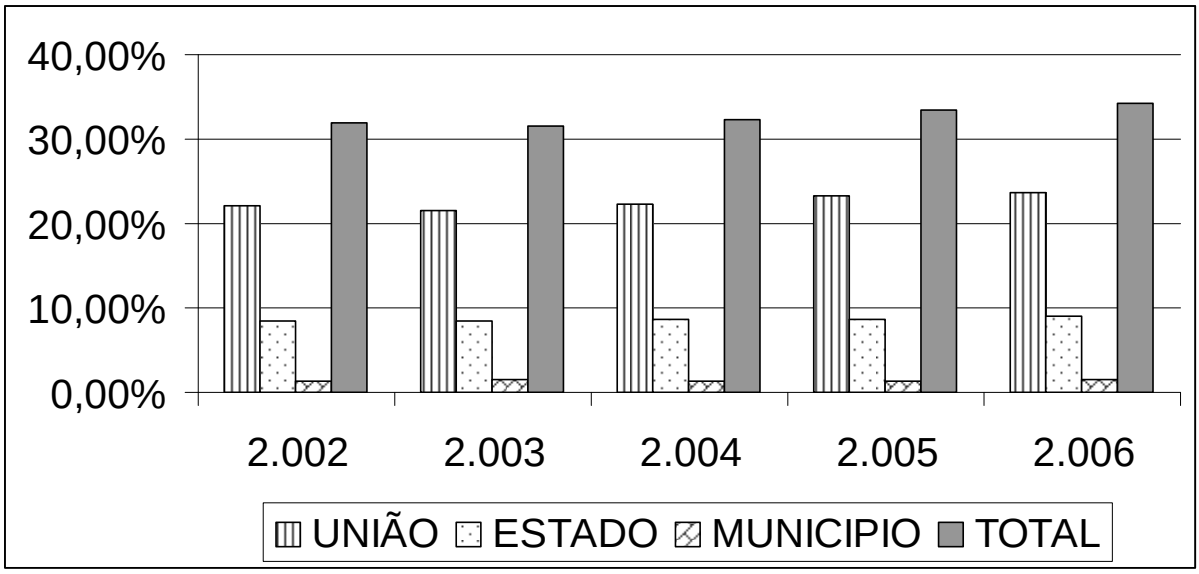


Gráfico 1 – Evolução da Carga Tributária no Brasil – 2002/2006

Fonte: DIEESE – www.dieese.org.br e Anuários dos Trabalhadores 2007 – Dieese.

Portanto, a carga tributária brasileira está em patamares extremamente elevados, e conforme exposto neste capítulo, esta é uma parte do valor agregado das empresas que é destinada ao governo, através dos impostos, taxas e tributos.

Como a parte do governo está aumentando, e nem sempre o lucro ou a riqueza gerada para distribuição entre os agentes cresce na mesma proporção, esta

dissertação pretende-se estudar a influencia deste aumento da carga tributária sobre a riqueza distribuída nas empresas através da análise da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), de empresas líderes nos diversos setores da economia, por tratar-se de um tema atual e relevante.

3. PESQUISA SOBRE AS DVAs DAS EMPRESAS

3.1. Metodologia da Pesquisa

Neste estudo, foram pesquisadas Demonstrações do Valor Adicionado de empresas, de preferência, de capital aberto no Brasil. Devido a não obrigatoriedade de apresentação da DVA, em alguns setores não foi possível encontrar empresas de capital aberto para serem analisadas. Nestes casos, foram escolhidas empresas sociedades anônimas de capital fechado, como ocorreu, por exemplo no setor de Mineração com a inclusão da Mineração Rio do Norte e no setor de seguradoras com a Mapfre Vera Cruz Seguradora.

Para tanto, foram coletados relatórios de DVAs de empresas, através do site da Comissão de Valores Mobiliários. Quando a empresa não envia a DVA para a CVM por não se tratar de um relatório obrigatório até 2008, no site das próprias empresas, sempre procurando os documentos enviados para a CVM ou nos Relatórios Anuais, no período compreendido entre 2005 e 2007 para se ter uma maior confiabilidade nos dados apresentados.

Para melhor organizar os dados, o universo foi dividido em 19 (dezenove) setores, seguindo a metodologia da revista Exame - Melhores e Maiores (2007 e 2008), que engloba os principais setores da economia brasileira, tanto na indústria, como no comércio e na prestação de serviços, montando um painel do cenário corporativo brasileiro.

Porém, algumas pequenas modificações na divisão destes grupos foram efetuadas com a finalidade de tornar a pesquisa mais abrangente ou por absoluta falta de dados para se coletar.

Na revista Exame – Melhores e Maiores existe o grupo Bens de Consumo onde são encontrados vários e diversificados ramos de atividade como bebidas, fumos, cosméticos e alimentos. Com a intenção de tornar este grupo mais coeso e prático para a análise, tanto dentro do grupo quanto no geral, foram escolhidas empresas do setor de bens de consumo na área de bens supérfluos, escolhendo os ramos de cosmético (Natura) e fumo (Souza Cruz). Tal escolha também foi influenciada por já existirem o ramo de alimentos (atacado) e o farmacêutico.

Na revista Exame – Melhores e Maiores, existe também o grupo de Eletroeletrônicos, onde está incluída a Indústria Digital. Este grupo foi excluído do

estudo em virtude de ser formado, na maioria, por empresas Ltda que não divulgam seus relatórios contábeis e sociais. Das poucas empresas deste grupo que eram sociedades anônimas, não foi encontrada a divulgação de suas DVAs. Por este motivo, este grupo não faz parte deste trabalho.

Desta forma, a divisão dos setores ficou assim representada:

- Atacado – Alimentos
- Auto Industria
- Bens de Capital
- Bens de Consumo Supérfluos
- Energia
- Farmacêutico
- Industrias da Construção
- Mineração
- Papel e Celulose
- Química e Petroquímica
- Serviços
- Serviços Públicos
- Siderurgia e Metalurgia
- Telecomunicações
- Têxtil
- Transporte
- Varejo
- Seguradoras
- Bancos

Para cada um destes setores foram escolhidas duas empresas, privadas ou estatais, com controle acionário nacional ou não, que tivessem elaborado e publicado a Demonstração do Valor Adicionado no período estudado e que estivessem classificadas entre as melhores de cada setor pela revista Exame – Melhores e Maiores. Apenas para uma melhor visão, no setor de Bancos, foram pesquisadas quatro instituições.

Vale ressaltar que as Demonstrações do Valor Adicionado são expressas em moeda de valor nominal de cada ano estudado, e não em moeda constante.

A principal fonte de coleta de dados das Demonstrações de Valores Adicionados das empresas foi o sitio www.cvm.gov.br, da Comissão de Valores Monetários (CVM), mediante pesquisa nos relatórios anuais e obrigatórios, centrada nas notas explicativas que as empresas divulgam. Quando não era encontrado na CVM, pesquisou-se, então, no sitio da empresa, junto a Relação com Investidores (ou simplesmente Investidores), procurando os relatórios anuais ou Relatórios de Sustentabilidade e Responsabilidade Social divulgados pelas companhias, para coleta dos dados necessários.

Porém, algumas dificuldades foram encontradas. Como a DVA até o ano de 2007 não era um relatório obrigatório entre as demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas, várias companhias pesquisadas não as apresentavam a CVM e nem em relatórios apresentados para seus acionistas.

Nestes casos estão empresas de grande porte e importantes como Unilever, Volkswagen, General Motors, Shell, Carrefour, Citybank, Credicard City, entre outras.

Outra dificuldade encontrada entre as empresas pesquisadas, que já publicavam espontaneamente a DVA, foi encontrar vários modelos e metodologias de apresentação destes valores. A grande maioria usava o modelo aprovado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 2007, apresentado no capítulo 2 desta dissertação. Porém, outros modelos foram encontrados, alguns bastante resumidos e outros apenas demonstrados graficamente, inclusive junto a CVM. Foi procurado, nestes casos, sempre que possível, a pesquisa de outras empresas, dentro do mesmo setor econômico, que possuíssem dados mais consistentes e confiáveis para coleta de dados e posterior análise.

Por fim, já que o tema desta dissertação é mostrar a utilização da DVA como instrumento de medição da carga tributária de empresas no Brasil e como esta carga de impostos afeta os demais parceiros, foram apresentadas, para cada uma das empresas selecionadas, suas DVAs completas, identificando o valor adicionado a distribuir em cada ano e a distribuição deste valor entre seus agentes.

Com a finalidade de auxiliar no processo de análise das empresas, adicionou-se ao final das DVAs algumas informações consideradas importantes, como o número de funcionários de cada empresa por ano, a riqueza gerada por funcionário anual e a relação valor adicionado a distribuir sobre a Receita Total a cada ano estudado.

3.2. Apresentação das Empresas Estudadas.

A seguir, serão apresentadas as empresas escolhidas em cada um dos setores, com sua Demonstração do Valor Adicionado, em valores absolutos nominais da época, e em percentual, além de um pequeno histórico de cada uma, recolhido nos sítios das próprias empresas e uma análise sucinta de cada empresa.

Para uma melhor compreensão, para cada empresa foi indicado seu nome completo e, entre parênteses, a forma resumida que será tratada, tanto na parte teórica como na apresentação das análises de seus dados.

Cabe salientar que nas Demonstrações de Valores Adicionados - DVAs apresentadas a seguir, os valores são expressos em milhares de reais e, portanto, a riqueza gerada por funcionário também é apresentada em milhares de reais por funcionário.

3.2.1. Atacado – Alimentos

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Sadia e Perdigão.

3.2.1.1. Sadia S/A (Sadia):

Com base no sitio da Sadia (www.sadia.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Fundada em 1944 por Attilio Fontana, no oeste catarinense, ao longo dos anos a Sadia firmou sua excelência no segmento agroindustrial e na produção de alimentos derivados de carnes suína, bovina, de frango e de peru, além de massas, margarinas e sobremesas. Nos últimos anos, a Sadia se especializou, cada vez mais, na produção e distribuição de alimentos industrializados congelados e resfriados diferenciados. Uma das preocupações da companhia é desenvolver, constantemente, novos produtos.

Líder nacional em todas as atividades em que opera, a Sadia também é uma das maiores empresas de alimentos da América Latina e uma das maiores exportadoras do País. No mercado brasileiro tem um portifólio de cerca de 680 itens, que são distribuídos para mais de 300 mil pontos-de-venda. Para o mercado externo exporta perto de mil produtos para mais de 100 países.

Companhia aberta desde 1971, a Sadia lançou, em 2001, seus *American Depositary Receipts (ADR)* na Bolsa de Nova York e aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.

A Sadia é reconhecida como uma empresa socialmente responsável, preocupada com o meio ambiente e a comunidade, possuindo em seu site seus relatórios sociais e seu Balanço Social, sendo o número de empregados nos anos estudados de 52.422 em 2007, 47.290 em 2006 e 45.281 em 2005. Sua DVA é apresentada a seguir:

Tabela 2 – Demonstração do Valor Adicionado da Sadia

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	8.232.688		7.816.396		9.734.269	
Riqueza gerada por terceiros	206.736		319.956		82.447	
Insumos adquiridos de terceiros	(5.476.318)		(5.226.512)		(6.327.056)	
Retenções	-		-		-	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**2.963.106**		**2.909.840**		**3.489.660**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	994.309	33,56%	1.084.173	37,26%	1.300.877	37,28%
GOVERNO	1.022.339	34,50%	1.016.230	34,92%	1.252.165	35,88%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	91.445	3,09%	154.143	5,30%	-82.870	-2,37%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	201.359	6,80%	118.920	4,09%	206.584	5,92%
LUCROS RETIDOS	653.654	22,06%	536.374	18,43%	812.904	23,29%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**2.963.106**	**100,00%**	**2.909.840**	**100,00%**	**3.489.660**	**100,00%**

Número de Funcionários	45.281	47.290	52.422
Riqueza Gerada por Funcionário	65,44	61,53	66,57
Valor Adicionado / Receita Total	35,99%	37,23%	35,85%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

É importante destacar que houve uma queda acentuada na receita da companhia no ano de 2006, proveniente principalmente de dois fatores: i) baixa da cotação do dólar no ano, que se refletiu na receita com exportações e ii) interrupção da exportação de carne bovina para alguns paises do exterior, referente a sanções impostas ao país, devido a problemas de garantia quanto à origem e qualidade do produto.

Quanto à análise da DVA da Sadia, pode-se perceber que a parte do governo do valor distribuído teve aumento nos três anos estudados, passando de 34,50% em 2005 a 35,88% em 2007, acompanhando as taxas médias da carga tributária

brasileira nestes anos de 34,12% em 2005, 35,06% em 2006 e 36,08% em 2007, conforme demonstrado na tabela 1 (pág. 54).

A parte destinada aos empregados também teve elevação nos três anos. No que tange à parcela distribuída aos acionistas ocorreu diminuição no exercício de 2006, por conta de dividendos e lucro retido. Quanto ao valor adicionado por funcionário, apesar de ter evoluído no período, também sofreu uma queda no ano de 2005.

Quanto ao percentual da receita total que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes teve um crescimento no ano de 2006 em relação a 2005, porém caiu sensivelmente no ano de 2007, chegando a um nível mais baixo que o apurado em 2005.

3.2.1.2. Perdigão S/A (Perdigão)

Elaborou-se o histórico da empresa com base no sitio da Perdigão (www.perdigão.com.br), conforme referenciado a seguir:

A Perdigão é uma das maiores empresas de alimentos da América Latina, sendo uma das principais companhias brasileiras na captação de leite. É uma empresa de escala internacional, pois seus produtos chegam a mais de 110 países.

Fundada em 1934 por imigrantes italianos em Videira (SC), a empresa, que se originou de um pequeno armazém de secos e molhados, iniciou as atividades industriais com um abatedouro de suínos em 1939.

A empresa emprega hoje mais de 55 mil funcionários e opera unidades industriais em oito Estados brasileiros, além da Argentina, Inglaterra, Holanda e Romênia. Escritórios comerciais da empresa estão instalados na Inglaterra, Holanda, Hungria, Espanha, Áustria, Itália, França, Rússia, Emirados Árabes Unidos (Dubai), Cingapura, Japão e Ilha da Madeira (Portugal), além de centro de distribuição na Holanda.

Desde 2006, a Perdigão integra o Novo Mercado da Bovespa, sendo a primeira empresa brasileira de alimentos a lançar ações (ADRs) na Bolsa de Nova York.

Preocupa-se com as questões sociais e ambientais, disponibilizando em seu sítio os relatórios socio-ambientais. O número de empregados nos anos estudados foi de 44.757 em 2007, 39.055 em 2006 e 35.556 em 2005.

A DVA é apresentada a seguir.

Tabela 3 – Demonstração do Valor Adicionado da Perdigão

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	5.728.272		5.866.621		7.431.034	
Riqueza gerada por terceiros	5.923		64.279		17.480	
Insumos adquiridos de terceiros	(3.689.988)		(3.836.060)		(4.721.955)	
Retenções	(117.343)		(245.925)		(293.638)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**1.926.864**		**1.848.915**		**2.432.921**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	684.753	35,54%	773.449	41,83%	973.295	40,01%
GOVERNO	786.489	40,82%	763.220	41,28%	1.015.052	41,72%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	94.658	4,91%	187.872	10,16%	120.084	4,94%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	108.289	5,62%	42.297	2,29%	103.383	4,25%
LUCROS RETIDOS	252.675	13,11%	82.077	4,44%	221.107	9,09%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**1.926.864**	**100,00%**	**1.848.915**	**100,00%**	**2.432.921**	**100,00%**

Número de Funcionários	35.556	39.055	44.757
Riqueza Gerada por Funcionário	54,19	47,34	54,36
Valor Adicionado / Receita Total	33,64%	31,52%	32,74%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

A carga tributária, ou seja, à parte do valor adicionado distribuído ao governo, conforme explicitado na tabela 03 da empresa teve uma elevação nos três anos pesquisados, passando de 40,82% em 2005 para 41,72% em 2007, bem acima da carga tributária brasileira, o que se configura como exorbitante, já que a empresa produz alimentos, para a população brasileira, inclusive a de baixa renda. Já a parte destinada aos empregados, apesar de ter evoluído no período, sofreu uma queda em 2007 com relação a 2006. No que concerne aos acionistas observou-se queda na parte destinada a eles (remuneração do capital próprio e lucro retido), passando de aproximadamente 18,7% em 2005 para 13,3% em 2005, ocorrendo uma redução mais acentuada em 2006. Quanto ao índice de valor adicionado por funcionário, nota-se que se manteve estável no período, apesar de também sofrer uma queda em 2006.

Quanto ao percentual da receita total que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes teve uma queda no ano de 2006 em relação a 2005, e obteve um crescimento no ano de 2007, porém não chegando ao patamar apurado em 2005.

3.2.2. Auto-Industria

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Random e Iochpe-Maxion.

3.2.2.1. Randon S/A Implementos e Participações (Randon)

Com base no sitio da Randon S/A (www.randon.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

As atividades da Randon tiveram seu início em 1949, quando seus fundadores, Raul Anselmo Randon, e seu irmão, Hercílio Randon montaram uma oficina voltada à reforma de motores e posteriormente à fabricação de freios a ar para caminhões, na cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Randon, especificamente, foi constituída em 26 de agosto de 1976 sob a forma de uma sociedade limitada com a denominação social de “RAR Participações e Administração Ltda.”, tendo sido transformada em uma sociedade anônima em 16 de setembro de 1992, quando passou a se chamar “Randon Participações S.A.”.

Preocupa-se com as questões sociais e ambientais, divulgando em seu sítio os programas e resultados nesta área.

O número de empregados nos anos estudados foi de 8.027 em 2007, 7.476 em 2006 e .6828 em 2005. A DVA da empresa está apresentada na tabela 4 :

Tabela 4 – Demonstração do Valor Adicionado da Random

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	2.455.071		2.496.331		3.161.391	
Riqueza gerada por terceiros	102.954		111.306		101.987	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.759.583)		(1.736.128)		(2.228.038)	
Retenções	(40.336)		(43.912)		(52.065)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**758.106**		**827.597**		**983.275**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	253.126	33,39%	277.528	33,53%	333.885	33,96%
GOVERNO	224.781	29,65%	244.616	29,56%	290.897	29,58%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	115.055	15,18%	117.453	14,19%	112.789	11,47%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	83.763	11,05%	97.448	11,77%	127.643	12,98%
LUCROS RETIDOS	81.381	10,73%	90.552	10,94%	118.061	12,01%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**758.106**	**100,00%**	**827.597**	**100,00%**	**983.275**	**100,00%**

Número de Funcionários	6.828	7.476	8.027
Riqueza Gerada por Funcionário	111,03	110,70	122,50
Valor Adicionado / Receita Total	30,88%	33,15%	31,10%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao analisar a DVA da Randon, nota-se que a empresa manteve bastante estabilizada sua distribuição entre todos seus agentes no período pesquisado. Percebe-se também que, apesar do aumento do numero de empregados que a empresa teve durante os três anos, o índice de valor adicionado por funcionário teve um acréscimo de aproximadamente 10% no mesmo período.

Com relação a carga tributária da Random, nota-se que não houve nenhuma mudança significativa nos valores que cabiam ao governo dentro do período estudado, permanecendo estável e em tono de 29,5%.

Quanto ao percentual da receita total que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes teve um crescimento no ano de 2006 em relação a 2005, e uma queda em 2007, porém ficando acima do patamar apurado em 2005.

3.2.2.2. Iochpe-Maxion S/A (Iochpe)

Com base no sitio da Iochpe-Maxion S/A (www.iochpe-maxion.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A origem da Companhia data de 1918, no ramo madeireiro, no Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo do tempo, a Iochpe-Maxion diversificou suas atividades para o setor financeiro e, subseqüentemente, para o setor industrial.

Durante a década de 80, a Companhia adquiriu diversas empresas industriais, particularmente no segmento de equipamentos agrícolas. A partir da década de 90 passou a concentrar sua atuação nos segmentos de autopeças e equipamentos ferroviários, alienando grande parte dos ativos e participações que não eram ligados a esses segmentos.

Em 1998, iniciou-se um processo de reestruturação operacional e definição do portfólio de negócios.

A Iochpe-Maxion é o maior fabricante nacional de rodas e chassis para veículos comerciais e de vagões de carga e fundidos ferroviários

É uma empresa preocupada com as questões sociais e ambientais conforme divulgação dos relatórios socio-ambientais em seu site, e o número de funcionários no período foi de 6.503 em 2007, 5.870 em 2006 e 6.310 em 2005. A DVA está explicitada na tabela 5:

Tabela 5– Demonstração do Valor Adicionado da Iochpe

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	1.792.786		1.591.268		1.563.772	
Riqueza gerada por terceiros	3.616		6.914		35.291	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.357.518)		(1.147.301)		(1.121.323)	
Retenções	(27.119)		(26.292)		(31.008)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**411.765**		**424.589**		**446.732**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	192.968	46,86%	212.570	50,06%	224.657	50,29%
GOVERNO	101.069	24,55%	120.800	28,45%	100.931	22,59%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	45.588	11,07%	33.426	7,87%	48.753	10,91%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	28.442	6,91%	22.789	5,37%	26.785	6,00%
LUCROS RETIDOS	43.698	10,61%	35.004	8,24%	45.606	10,21%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**411.765**	**100,00%**	**424.589**	**100,00%**	**446.732**	**100,00%**
Número de Funcionários	6.310		5.870		6.503	
Riqueza Gerada por Funcionário	65,26		72,33		68,70	
Valor Adicionado / Receita Total	22,97%		26,68%		28,57%	

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Iochpe constatou-se que a empresa é intensiva em mão-de-obra, evidenciando a demonstração que a parcela que coube à mão-de-obra oscilou entre 46,86% em 2005, alcançando 50,29% no ano de 2007.

A carga tributária subiu em 2006, alcançando 28,45%, com relação a 2005 (24,55%), porém diminuiu substancialmente em 2007 (22,59%), bem abaixo da carga tributária brasileira, enquanto a parte destinada aos empregados aumentou nos três anos.

Quanto aos acionistas, os percentuais de distribuição nos período mantiveram-se constantes. Já no índice de valor adicionado por funcionários, nota-se que em 2006 houve um aumento, porém o número de funcionários neste ano caiu, e em 2007, apresentou-se um aumento no número de funcionários, e em contrapartida, ocorreu uma diminuição no índice.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, teve um crescimento no período estudado, chegando a 28,57% em 2007.

3.2.3. Bens de Capital

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Villares e Taurus.

3.2.3.1. Aços Villares S/A (Villares)

Elaborou-se o histórico da empresa com base no sitio (www.villares.com.br), , conforme referenciado a seguir:

A Aços Villares é a principal produtora de aços especiais para construção mecânica da América Latina e a terceira maior produtora mundial de cilindros forjados e fundidos para laminação. Companhia aberta listada na Bovespa, com 100% de ações ordinárias, a Aços Villares é controlada pela *Corporación Sidenor S.A. y Cia*., SRC, subsidiária integral da *Corporación Sidenor S.A*., maior produtora de aços especiais da Espanha. No Brasil, a Aços Villares atua com aços para construção mecânica e laminação.

Preocupa-se com as questões sociais e ambientais, divulgando em seu site o Balanço Social.

O número de empregados no período estudado foi de 3.287 em 2007, 3.107 em 2006 e 2.997 em 2005.

A DVA é apresentada na tabela 6.

Tabela 6 – Demonstração do Valor Adicionado da Villares

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	2.194.451		2.082.082		2.527.660	
Riqueza gerada por terceiros	10.908		67.677		49.841	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.290.878)		(1.212.268)		(1.519.637)	
Retenções	(67.618)		(72.578)		(74.496)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**846.863**		**864.913**		**983.368**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	174.238	20,57%	182.040	21,05%	207.558	21,11%
GOVERNO	367.942	43,45%	331.887	38,37%	403.404	41,02%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	84.964	10,03%	99.572	11,51%	54.982	5,59%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	172.171	20,33%	94.272	10,90%	102.702	10,44%
LUCROS RETIDOS	47.548	5,61%	157.142	18,17%	214.722	21,84%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**846.863**	**100,00%**	**864.913**	**100,00%**	**983.368**	**100,00%**

Número de Funcionários	2.997	3.107	3.287
Riqueza Gerada por Funcionário	282,57	278,38	299,17
Valor Adicionado / Receita Total	38,59%	41,54%	38,90%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Villares nota-se que a parte destinada ao governo de 2006 de 38,37% caiu bastante em relação a 2005 que alcançou 43,45%, já em 2007 ocorreu aumento em 2007 para 41,02%, porém não atingindo o valor alcançado em 2005. Mesmo assim, ficou bem acima do valor da carga tributária média brasileira em 2007 (36,08%).

Quanto às parcelas destinadas aos empregados e aos acionistas, nota-se que se mantiveram constantes durante todo o período pesquisado.

Na Villares, o número de funcionários cresceu nos três anos, e o índice de valor adicionado por funcionários teve uma queda em 2006 e recuperou-se em 2007, superando, inclusive, o valor inicial de 2005.

Quanto ao percentual da receita total que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, percebe-se que teve um crescimento no ano de 2006 (51,54%) em relação a 2005 (38,59%). Quanto ao índice em 2007 (38,90%), apresentou uma queda em relação a 2006, porém ficando acima do patamar apurado em 2005.

3.2.3.2. Forjas Taurus S/A (Taurus)

Com base no sitio da Forjas Taurus S/A (www.taurusforjados.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Com mais de 60 de existência, hoje exporta para mais de 70 países e é uma das três maiores fabricantes mundiais de armas curtas.

Fundada em abril de 1983, a Taurus Blindagens é líder no mercado brasileiro de coletes à prova de balas e atua também nos mercados de Autopeças, de Agroindústria, Eletro Ferragens entre outros.

A Divisão de Forjados, uma das unidades do complexo produtivo da Taurus, com sede no município de São Leopoldo - Rio Grande do Sul - Brasil, é responsável pela produção de peças forjadas, utilizando materiais como aço carbono, aços ligados, aços inoxidáveis, titânio, alumínio e outros metais não ferrosos.

Com a possibilidade de desenvolver linhas específicas de produtos para todo o setor Industrial, a Taurus vem conquistando desde 1995 novos mercados como o de Autopeças, o de Agroindústria, Eletro Ferragens entre outros.

Conforme seu site, tem preocupação e programas sociais e ambientais, divulgando seus resultados e seu Balanço Social. Possuía o seguinte numero de empregados no período estudado: 3.664 em 2007, 3.150 em 2006 e 2.245 em 2005.

A seguir,sua DVA é apresentada na tabela 7.

Tabela 7 – Demonstração do Valor Adicionado da Taurus

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	386.391		478.196		514.907	
Riqueza gerada por terceiros	11.711		15.682		23.979	
Insumos adquiridos de terceiros	(238.719)		(276.225)		(257.760)	
Retenções	(10.011)		(11.463)		(15.609)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**149.372**		**206.190**		**265.517**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	65.380	43,77%	86.860	42,13%	114.234	43,02%
GOVERNO	50.225	33,62%	66.150	32,08%	73.040	27,51%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	15.550	10,41%	22.828	11,07%	34.600	13,03%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	6.416	4,30%	9.091	4,41%	13.853	5,22%
LUCROS RETIDOS	11.801	7,90%	21.261	10,31%	29.790	11,22%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**149.372**	**100,00%**	**206.190**	**100,00%**	**265.517**	**100,00%**

Número de Funcionários	2.245	3.150	3.664
Riqueza Gerada por Funcionário	66,54	65,46	72,47
Valor Adicionado / Receita Total	38,66%	43,12%	51,57%

Fonte: Taurus – http://www.taurusforjados.com.br/portugues/index.php (acessado em 15/07/2008)

Na DVA da Taurus, percebe-se que a carga tributária (parcela do governo) teve uma queda nos três anos estudados, passando de 33,62% em 2005 para 27,51% em 2007. Tal valor se encontra abaixo da média da carga tributária brasileira.

Quanto aos empregados, seus valores de mantiveram estáveis no período. E a parcela dos acionistas (remuneração de capital próprio e lucro retido) foi a que apresentou uma alta, passando de 12,20% em 2005 para 16,44% em 2007.

Em relação ao valor adicionado por funcionário, apesar do aumento no número de funcionários, o índice apresentou uma tendência de alta, pois houve um aumento no valor durante todo o período.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes a empresa teve um importante crescimento em todo o período estudado, indo de 38,66% em 2005 para 51,57% em 2007.

3.2.4. Bens de Consumo Supérfluos

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Natura e Souza Cruz.

3.2.4.1. Natura Cosméticos S/A (Natura)

Com base no sitio da Natura Cosméticos S/A (www.natura.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Antonio Luiz da Cunha Seabra funda a Natura, formada por uma loja e um laboratório, em São Paulo em 1969, e em 1974 houve a opção pela venda direta e o surgimento das consultoras Natura.

Em 1981 entra no mercado de maquiagem e perfumaria, e em 1982 ocorre o início de operações no Chile, primeira iniciativa da empresa no exterior

A Natura é líder no mercado nacional de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal e sua marca está entre as mais valorizadas do país.

Em 2001 a Natura publica o primeiro Relatório Anual da América Latina seguindo o modelo da Global Reporting Initiative (GRI), que desenvolve modelos de relatórios voluntários sobre o impacto social e ambiental das atividades das empresas.

A abertura de capital, com ações negociadas no Novo Mercado da Bovespa e em 2004 obteve a certificação NBR ISO 14001.

Desenvolve ações socio-ambientais, divulgado em seu site os resultados e seu Balanço Social. O número de empregados no período estudado foi de 5.919 em 2007, 5.130 em 2006 e 4.128 em 2005.

Sua DVA é apresentada a seguir, na tabela 8:

Tabela 8 – Demonstração do Valor Adicionado da Natura

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	3.201.561		3.842.193		4.237.900	
Riqueza gerada por terceiros	54.714		43.391		51.039	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.731.670)		(2.132.303)		(2.329.712)	
Retenções	(44.035)		(55.625)		(74.916)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**1.480.570**		**1.697.656**		**1.884.311**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	306.416	20,70%	379.669	22,36%	390.264	20,71%
GOVERNO	727.181	49,11%	817.140	48,13%	948.252	50,32%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	50.091	3,38%	40.073	2,36%	83.539	4,43%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	319.443	21,58%	359.435	21,17%	415.137	22,03%
LUCROS RETIDOS	77.439	5,23%	101.339	5,97%	47.119	2,50%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**1.480.570**	**100,00%**	**1.697.656**	**100,00%**	**1.884.311**	**100,00%**

Número de Funcionários	1.291	1.477	1.650
Riqueza Gerada por Funcionário	1.146,84	1.149,39	1.142,01
Valor Adicionado / Receita Total	46,25%	44,18%	44,46%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA da Natura, nota-se que o percentual referente ao governo diminuiu em 2006 (48,13%) com relação a 2005 (49,11%), porém voltou a subir em 2007 (50,32%), ultrapassando o valor alcançado em 2005, acima da carga tributária brasileira. Com relação aos empregados, houve um aumento em 2006 (22,36%) com relação a 2005 (20,70%), porém voltou a cair em 2007 (20,71%). Os acionistas tiveram uma queda em sua parcela. E, apesar do aumento do número de funcionários no período, o índice de valor adicionado por funcionários manteve-se praticamente estável.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes a empresa apresentou um decréscimo em 2006 com relação a 2005, e manteve-se no patamar de 44% no ano de 2007.

3.2.4.2. Souza Cruz S/A (Souza Cruz)

Com base no sitio da Souza Cruz S/A (www.souzacruz.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Foi no dia 25 de abril de 1903, com apenas 16 funcionárias e uma máquina de produzir cigarros, o imigrante português Albino Souza Cruz começou a produzir, em um sobrado no centro do Rio de Janeiro, a marca Dalila, o primeiro produto da então nascente Souza Cruz & Cia.

Em 1914, Albino Souza Cruz transformou a companhia em uma sociedade anônima, passando o controle acionário ao grupo BAT (*British American Tobacco*).

A Souza Cruz é hoje líder absoluta no mercado nacional de cigarros e um dos cinco maiores grupos empresariais do Brasil, exportando para mais de 50 países.

A Souza Cruz é hoje líder absoluta no mercado nacional de cigarros e um dos cinco maiores grupos empresariais do Brasil e a 4ª maior contribuinte de impostos do país, com participação de 60,2% do mercado total brasileiro.

Atuando em todo o ciclo do produto, desde a produção e processamento de fumo até a fabricação e distribuição de cigarros

Tem ações na área social e ambiental, divulgando em seu site seu Balanço Social. Possuía, no período estudado o seguinte numero de empregados: 7.236 em 2007, 6.517 em 2006 e 6.569 em 2005. Sua DVA é apresentada a seguir:

Tabela 9 – Demonstração do Valor Adicionado da Souza Cruz

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	7.945,10		8.692,10		10.005,50	
Riqueza gerada por terceiros	41,80		205,50		319,30	
Insumos adquiridos de terceiros	(2.296,30)		(2.625,30)		(3.020,30)	
Retenções	(134,10)		(126,60)		(117,70)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**5.556,5**		**6.145,7**		**7.186,8**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	362,8	6,53%	374,4	6,09%	458,7	6,38%
GOVERNO	4.435,0	79,81%	4.747,1	77,24%	5.538,9	77,07%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	66,2	1,19%	200,0	3,25%	281,1	3,91%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	692,0	12,45%	822,9	13,39%	907,8	12,63%
LUCROS RETIDOS	0,7	0,01%	1,3	0,02%	0,3	0,00%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**5.556,7**	**100,00%**	**6.145,7**	**100,00%**	**7.186,8**	**100,00%**

Número de Funcionários	6.569	6.517	7.236
Riqueza Gerada por Funcionário	845,90	943,03	993,20
Valor Adicionado / Receita Total	69,94%	70,70%	71,83%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Analisando-se a DVA da Souza Cruz, constata-se que houve uma pequena queda na parte do governo enquanto a parcela dos empregados e dos sócios ficou praticamente estável. Porém, existe uma enorme diferença entre a parte distribuída para o governo, de aproximadamente 77%, e as parcelas distribuídas para os empregados, em torno de 6% e dos sócios de 13%. Nota-se, também, que a parte destinada do valor adicionado ao governo está muito acima da carga tributária média do Brasil.

Com referencia ao valor adicionado por funcionários, mesmo com o aumento do número de funcionários existente no período, este valor cresceu acentuadamente durante todo o período.

À parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes, à empresa teve um pequeno acréscimo em todo período estudado, passando de 69,94% em 2005 para 71,83% em 2007.

3.2.5. Energia

Para este setor foram pesquisadas as empresas: AES Tiete e Elektro.

3.2.5.1. CPFL Energia S/A (CPFL)

Com base no sitio da CPFL Energia S/A (http://www.cpflpiratininga.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Com seis anos de existência, a holding CPFL Energia (Companhia Piratininga de Força e Luz Energia) já se transformou em uma das maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, com atuação nos segmentos de geração, comercialização e distribuição de energia elétrica.

Com uma plataforma de distribuição que atende 568 municípios paulistas, gaúchos, paranaenses e mineiros, a CPFL Energia intensificou seus negócios nos últimos anos com a participação em vários empreendimentos de oferta de energia nova e ainda com o início de suas atividades de comercialização de energia elétrica, tornando-se líder nesse segmento no mercado livre brasileiro.

Criada em agosto de 2002, a holding CPFL Energia é controlada pelo consórcio VBC Energia (Grupo Camargo Corrêa e Grupo Votorantim), pelo Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), pela Bonaire Participações (empresa que reúne quatro outros fundos de pensão: Funcesp, Sistel, Petros e Sabesprev), e ainda por acionistas minoritários que detêm cerca de 27,6% das ações.

São 568 cidades brasileiras atendidas e um contingente de 6,3 milhões de clientes, sendo responsável pela distribuição de 14% de toda a eletricidade consumida no Brasil.

Criada em 2003, a comercializadora CPFL Brasil é responsável pela venda de 23% de toda energia do mercado livre no Brasil. Líder em seu segmento, a CPFL Brasil tem em sua carteira 91 clientes livres.

Com três usinas hidrelétricas em construção no Sul do país, a CPFL Geração conta atualmente com 1.588 MW de potência instalada em seu parque gerador

Divulga em seu site todas as práticas sociais e ambientais como também, seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 7.176 em 2007, 5.836 em 2006 e 5.838 em 2005.

A seguir é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, da empresa.

Tabela 10 – Demonstração do Valor Adicionado da CPFL

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	10.750.999		12.192.527		14.119.468	
Riqueza gerada por terceiros	554.347		528.801		392.600	
Insumos adquiridos de terceiros	(4.825.737)		(5.173.242)		(6.061.072)	
Retenções	(431.494)		(482.479)		(563.399)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**6.048.115**		**7.065.607**		**7.887.597**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	387.220	6,40%	352.733	4,99%	315.394	4,00%
GOVERNO	3.903.307	64,54%	4.624.713	65,45%	5.249.604	66,56%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	736.310	12,17%	684.065	9,68%	679.163	8,61%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	917.985	15,18%	1.333.891	18,88%	1.561.264	19,79%
LUCROS RETIDOS	103.293	1,71%	70.205	0,99%	82.172	1,04%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**6.048.115**	**100,00%**	**7.065.607**	**100,00%**	**7.887.597**	**100,00%**

Número de Funcionários	5.838	5.836	7.176
Riqueza Gerada por Funcionário	1.035,99	1.210,69	1.099,16
Valor Adicionado / Receita Total	56,26%	57,95%	55,86%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA da CPFL vê-se que a parte destinada ao governo teve uma alta, passando de 64,54% em 2005 para 66,56% em 2007, ficando bem acima da média da carga tributária brasileira no período. Já os funcionários sofreram uma queda na sua parcela do valor adicionado, passando de 6,40% em 2005 para 4,00% em 2007. Em contrapartida, os acionistas tiveram um ganho no período, passando de 16,89% em 2005 para 20,83% em 2007.

Porém, vale destacar a grande diferença encontrada entre a parte destinada ao governo de aproximadamente 60%, e os demais agentes, ou seja, aproximadamente 5% para os funcionários e 20% para os acionistas. Inclusive, por se tratar de uma empresa do setor de energia, de um setor importante tanto para as empresas como para a sociedade, é um valor muito elevado de carga tributária.

Quanto ao índice de valor adicionado por funcionário, apesar do quadro de funcionários da empresa ter uma alta relevante, o índice obteve um alto crescimento entre 2005 e 2006, decaindo em 2007, porém ficando em um valor acima do apontado em 2005.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a distribuir, a empresa apresentou uma certa estabilidade durante o período estudado passando de 56,26% em 2005 para 55,86% em 2007.

3.2.5.2. Elektro Eletricidade e Serviços S/A (Elektro)

Com base no sitio da Elektro Eletric.e Serviços S/A (www.elektro.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Elektro foi constituída por meio da Assembléia Geral Extraordinária da Cesp, realizada em 6 de janeiro de 1998, sendo inicialmente uma sociedade por ações de capital fechado, sendo que em 23 de janeiro de 1998, a Cesp aprovou alteração estatutária da Elektro, elevando o seu capital social por meio da cessão de ativos relativos à distribuição de energia elétrica da Cesp.

A Elektro obteve seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 8 de julho de 1998.

Possui em seu site relatório onde apresenta seus programas, ações e resultados na área social e ambiental, como seu Balanço Social. Possuía o seguinte numero de empregados no período estudado: 2.690 em 2007, 2.649 em 2006 e 2.558 em 2005. Sua DVA é apresentada a seguir:

Tabela 11 – Demonstração do Valor Adicionado da Elektro

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	3.350.234		3.607.586		3.577.711	
Riqueza gerada por terceiros	409.441		194.630		129.695	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.377.832)		(1.352.493)		(1.407.674)	
Retenções	(112.792)		(119.235)		(119.399)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**2.269.051**		**2.330.488**		**2.180.333**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	147.800	6,51%	163.700	7,02%	172.738	7,92%
GOVERNO	1.089.750	48,03%	1.462.100	62,74%	1.352.310	62,02%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	373.175	16,45%	203.000	8,71%	188.374	8,64%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	608.693	26,83%	476.604	20,45%	443.566	20,34%
LUCROS RETIDOS	49.633	2,19%	25.084	1,08%	23.345	1,07%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**2.269.051**	**100,00%**	**2.330.488**	**100,00%**	**2.180.333**	**100,00%**

Número de Funcionários	2.558	2.649	2.690
Riqueza Gerada por Funcionário	887,04	879,76	810,53
Valor Adicionado / Receita Total	67,73%	64,60%	60,94%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA da Elektro, infere-se que houve um aumento significativo no percentual da carga tributária nos período, passando de 48,03% em 2005 para 62,74% em 2006 e mantendo-se estável em 2007, com 62,02%. Tais valores se encontram bem acima da média da carga tributária brasileira.

A parte destinada aos funcionários teve uma pequena alta no período, passando de 6,51% em 2005 para 7,92% em 2007, e a parte dos acionistas sofreu uma queda bem acentuada, passando de 29,02% em 2005 para 21,41% em 2007. Seguindo a tendência apresentada na outra empresa deste setor, é bastante elevada à diferença entre a parte destinada ao governo e a parte destinada aos demais agentes.

Nota-se que o número de funcionários no período praticamente ficou estável, porém o índice de valor adicionado por funcionários teve uma queda bastante significativa.

E a parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes, a empresa teve um decréscimo em todo período estudado, passando de 67,73% em 2005 para 60,94% em 2007.

3.2.6. Farmacêutico

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Apsen e Roche.

3.2.6.1. Apsen Farmacêutica (Apsen)

Com base no sitio da Apsen Farmacêutica (www.apsen.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Apsen Farmacêutica é uma empresa brasileira tradicional no mercado farmacêutico, com mais de quatro décadas de existência, já que foi criada em 1969.

A empresa atua em diversas áreas da saúde e produz no Brasil, vários produtos específicos para atender as mais diversas patologias, além de atuar no segmento de pesquisa de novas indicações para produtos tradicionais no mercado.

Mantém programas e ações na área ambiental e social, divulgando em seu site seus relatórios e o Balanço Social.

O número de empregados no período estudado foi de 396 em 2007, 522 em 2006 e 488 em 2005.

A seguir a Demonstração do Valor Adicionado da Apsen Farmacêutica é apresentada.

Tabela 11 – Demonstração do Valor Adicionado da Apsen

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	107.209		124.690		161.376	
Riqueza gerada por terceiros	393		607		617	
Insumos adquiridos de terceiros	(39.390)		(49.260)		(60.074)	
Retenções	(1.051)		(1.414)		(1.979)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**67.161**		**74.623**		**99.940**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	28.171	41,95%	33.379	44,73%	47.949	47,98%
GOVERNO	23.186	34,52%	25.176	33,74%	31.392	31,41%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	4.030	6,00%	7.655	10,26%	8.384	8,39%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	2.800	4,17%	0	0,00%	0	0,00%
LUCROS RETIDOS	8.974	13,36%	8.413	11,27%	12.215	12,22%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**67.161**	**100,00%**	**74.623**	**100,00%**	**99.940**	**100,00%**

Número de Funcionários	488	522	396
Riqueza Gerada por Funcionário	137,63	142,96	252,37
Valor Adicionado / Receita Total	62,64%	59,85%	61,93%

Fonte: Apsen – http://www.apsen.com.br/novosite/index.php?modulo=home (acesso em 15/07/2008)

Ao se analisar a DVA da Apsen, percebe-se que a carga tributária teve uma pequena queda no período, passando de 34,52% em 2005 para 31,41% em 2007, ficando abaixo da média da carga tributária brasileira. Já a parte destinada aos empregados apresentou um acréscimo de aproximadamente 6% no período, passando de 41,95% em 2005 para 47,98% em 2007. No que tange a parcela dos acionistas, ocorreu uma queda, passando de 17,53% em 2005 para 12,22% em 2007.

Já o índice de valor adicionado por funcionário no período sofreu também uma queda, mesmo com o número de funcionários tendo decrescido no mesmo período.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes, a empresa teve uma variação pequena durante o período estudado passando de 62,64% em 2005 para 61,93% em 2007, mesmo apresentando uma queda mais acentuada em 2006, atingindo 59,85%, recuperando-se a seguir.

3.2.6.2. Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A (Roche)

Com base no sitio da Produtos Roche Química e Farmacêutica S/A (www.roche.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Roche Brasil é considerada pelo Grupo uma das mais importantes afiliadas na América Latina. No país, está entre as maiores empresas no ranking da indústria farmacêutica. Atualmente exporta para a América Latina 23,2% dos comprimidos e dos líquidos estéreis e 4% dos líquidos orais que produz.

A Roche Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado. Mantém programas sociais, divulgados através de seu site. O número de funcionários no período foi de 1.325 em 2007, 1.228 em 2006 e 1.163 em 2005. A seguir seu DVA:

Tabela 12 – Demonstração do Valor Adicionado da Roche

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	1.118.902		1.572.428		1.518.218	
Riqueza gerada por terceiros	21.021		15.817		3.786	
Insumos adquiridos de terceiros	(798.153)		(1.194.917)		(1.091.681)	
Retenções	(30.865)		(30.726)		(29.676)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**310.905**		**362.601**		**400.648**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	122.329	39,35%	133.973	36,95%	149.150	37,23%
GOVERNO	85.561	27,52%	63.270	17,45%	155.110	38,71%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	1.250	0,40%	885	0,24%	631	0,16%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	101.764	32,73%	164.474	45,36%	95.757	23,90%
LUCROS RETIDOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**310.905**	**100,00%**	**362.601**	**100,00%**	**400.648**	**100,00%**

Número de Funcionários	1.163	1.228	1.325
Riqueza Gerada por Funcionário	267,33	295,28	302,38
Valor Adicionado / Receita Total	27,79%	23,06%	26,39%

Fonte: Roche – http://www.roche.com.br/ri/relatorios.htm (acessado em 21/07/2008)

Na análise da DVA da Roche, constatou-se que houve um aumento na carga tributária no período. Porém, no ano de 2006 em relação a 2005 apresentou uma queda acentuada passando de 27,52% em 2005 para 17,45% em 2006. No ano seguinte, em 2007, o valor destinado ao governo voltou a crescer atingindo 38,71%, ficando bem acima do valor apresentado no começo do período estudado, e ficando no último ano, acima do valor de carga tributária brasileira.

Em relação à parte destinada aos funcionários, esta sofreu uma pequena queda no período, passando de 39,35% em 2005 para 37,23% em 2007. No mesmo período, a parte destinada aos acionistas sofreu uma queda brusca passando de 32,73% em 2005 para 23,90% em 2007.

Quanto à riqueza gerada por funcionários, apesar do aumento no número de funcionários no período, houve uma melhora bastante significativa neste índice.

E a parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, a empresa apresentou um decréscimo acentuado em 2006 (23,06%) com relação a 2005 (27,79%). Porém, em 2007 apresentou uma alta neste índice, chegando a 26,39%, porém não alcançando o patamar atingido em 2005.

3.2.7. Industria da Construção

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Duratex e Camargo Correa.

3.2.7.1. Duratex S/A (Duratex)

Com base no sitio da Duratex S/A (www.duratex.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

No dia 31 de março de 1951 nasceu a Duratex S.A Indústria e Comércio, instalando seu escritório no centro de São Paulo.

Em 1954, entrou em operação a primeira fábrica da Duratex, no município de Jundiaí.

Em abril de 1966, a Duratex obteve, junto ao Banco Central da República do Brasil, o Certificado da Condição de Sociedade Anônima de capital aberto.

Importantes ações voltadas à melhoria da Governança Corporativa foram adotadas ao longo do segundo semestre do ano de 2004, e em 2005 a Duratex aderiu ao Nível 1 do Índice de Governança Corporativa da Bovespa.

Atualmente a Duratex é uma empresa privada de capital aberto, brasileira e controlada pelo Grupo Itaúsa – Investimento Itaú S/A, do qual também fazem parte o Banco Itaú Holding Financeira, as empresas Elekeiroz, Itautec e Itaúsa Empreendimentos.

Mantém e divulga em seu site todas suas ações e relatórios referentes a seus trabalhos sociais e ambientais, como seu Balanço Social.

O número de funcionários durante o período estudado foi de 6.785 em 2007, 6.076 em 2006 e 5.890 em 2005.

A seguir, na tabela 14, será apresentada a Demonstração do Valor Adicionado da Duratex.

Tabela 14 – Demonstração do Valor Adicionado da Duratex

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	1.702.084		1.958.658		2.222.439	
Riqueza gerada por terceiros	(93.173)		(100.241)		(119.295)	
Insumos adquiridos de terceiros	(663.198)		(777.906)		(883.773)	
Retenções	(80.368)		(78.971)		(82.754)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**865.345**		**1.001.540**		**1.136.617**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	240.295	27,77%	261.122	26,07%	287.711	25,31%
GOVERNO	361.563	41,78%	414.992	41,44%	467.417	41,12%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	126.014	14,56%	99.413	9,93%	62.233	5,48%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	46.343	5,36%	76.875	7,68%	154.568	13,60%
LUCROS RETIDOS	91.130	10,53%	149.138	14,89%	164.688	14,49%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**865.345**	**100,00%**	**1.001.540**	**100,00%**	**1.136.617**	**100,00%**

Número de Funcionários	5.890	6.076	6.785
Riqueza Gerada por Funcionário	146,92	164,84	167,52
Valor Adicionado / Receita Total	50,84%	51,13%	51,14%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Da análise da DVA da Duratex verificou-se que a carga tributária incidente sobre o valor adicionado da empresa manteve-s estável durante todo o período, sempre acima da carga tributária média do Brasil, enquanto que a parte destinada aos funcionários sofreu uma pequena queda, passando de 27,77% em 2005 para 25,31% em 2007. Já os acionistas tiveram um acréscimo em sua parte, passando de 15,89% em 2005 (lucro retido e remuneração de capital próprio) para 28,09% em 2007. E apesar do aumento no número de funcionários no período o índice de valor adicionado por funcionários apresentou uma boa melhora.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes, houve um pequeno acréscimo por todo o período estudado, passando de 50,84% em 2005 para 51,14% em 2007.

3.2.7.2. Construtora e Com. Camargo Corrêa S.A. (Camargo Correa)

O histórico da Construtora e Com. Camargo Correa S/A foi elaborado com base no sítio (www.camargocorrea.com.br), conforme referenciado a seguir:

Sebastião Camargo, o fundador da Construtora e Comércio Camargo Corrêa, conheceu o advogado Sylvio Corrêa, em 1939, e abriu com ele uma pequena

construtora, a Camargo Corrêa & Cia Ltda. Engenheiros e Construtores, com um capital de 200 contos de réis.

Nos anos 50, a construção de Brasília era o sonho maior do empreiteiro, e coube à Camargo Corrêa a abertura de várias estradas que possibilitaram o acesso à capital federal. Em 1960, JK sugeriu que Camargo construísse um moinho de trigo para abastecer Brasília. Em 1962, quando a empreiteira construiu a hidrelétrica Usina de Jupiá, no rio Paraná, uma das maiores do Brasil, concluída em 1968, a imponência da obra obrigou que uma cidade fosse construída ao seu redor para alojar os 12 mil funcionários.

A Camargo Corrêa foi responsável por mais de mil obras (incluindo as rodovias Imigrantes e Bandeirantes, o gasoduto Brasil-Bolívia, além da usina nuclear de Angra I e as hidrelétricas de Ilha Solteira, Itaipu e Tucuruí).

A Camargo Corrêa é uma das principais construtoras do Brasil e pertence ao Grupo Camargo Corrêa. Além de engenharia e construção, o grupo atua nos setores de cimento, geração e distribuição de energia, indústria têxtil e de calçados e concessões rodoviárias. Mantém e divulga em seu site suas ações no âmbito social e ambiental, inclusive seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 1.025 em 2007, 1.088 em 2006 e 1.025 em 2005. A seguir, é apresentada sua DVA.

Tabela 15 – Demonstração do Valor Adicionado da Camargo Correa

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	7.633.022		10.035.921		13.144.953	
Riqueza gerada por terceiros	567.195		934.173		1.031.354	
Insumos adquiridos de terceiros	(4.488.273)		(6.164.529)		(7.908.821)	
Retenções	(364.756)		(689.388)		(709.976)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**3.347.188**		**4.116.177**		**5.557.510**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	1.024.475	30,61%	1.087.907	26,43%	1.024.653	18,44%
GOVERNO	1.647.995	49,24%	1.952.177	47,43%	2.822.696	50,79%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	620.296	18,53%	519.439	12,62%	674.547	12,14%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	54.422	1,63%	556.654	13,52%	1.035.614	18,63%
LUCROS RETIDOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**3.347.188**	**100,00%**	**4.116.177**	**100,00%**	**5.557.510**	**100,00%**

Número de Funcionários	1.025	1.088	1.025
Riqueza Gerada por Funcionário	3.265,55	3.783,25	5.421,96
Valor Adicionado / Receita Total	43,85%	41,01%	42,28%

Fonte: site da empresa - http://www.camargocorrea.com.br/ (acessado em 15/07/2008)

Na análise da DVA da Camargo Correa, infere-se que a parte destinada ao governo, apesar de ter apresentado uma queda em 2006 (47,43%) em relação a 2005 (49,24%), voltou a subir em 2007 (50,79%) ultrapassando o valor inicial de 2005, e ficando bem acima do valor médio da carga tributária brasileira. No mesmo período a parte dos funcionários sofreu uma queda bastante acentuada, passando de 30,61% em 2005 pára 18,44% em 2007 e mostra também um aumento muito grande na parte dos acionistas, passando de 1,63% em 2005 para 18,63% em 2007, proveniente do incremento de lucros, decorrente da melhora operacional do setor em que a empresa atua. Isso, por sua vez, refletiu-se no acréscimo da fatia do governo, já que esse se apropria de impostos. E nota-se também que, apesar do número de funcionários manter-se constante no período, o índice de valor adicionado por funcionários teve uma alta significativa.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, a empresa teve um decréscimo em 2006 (41,01%) em relação a 2005 (43,85%), obtendo um acréscimo em 2007 (42,28%), porém não alcançando o nível obtido em 2005.

3.2.8. Mineração

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Vale e CSN.

3.2.8.1. Companhia Vale do Rio Doce (Vale)

Com base no sitio da Companhia Vale do Rio Doce (www.vale.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Vale nasceu em 1942, criada pelo governo brasileiro como Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997 foi privatizada no dia 06 de maio de 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com financiamento subsidiado, disponibilizado aos compradores pelo BNDES. e hoje é uma empresa global, atuando nos cinco continentes.

A Vale produz e comercializa minério de ferro, pelotas, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas.

Em novembro de 2007, passou a ter um só nome: Vale.

A Vale é hoje uma empresa privada, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, e ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na

Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), integrando o Dow Jones Sector Titans Composite Index.

Possui e divulga em seu site programas sociais e ambientais, inclusive o Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 60.405 em 2007, 55.819 em 2006 e 38.828 em 2005. A seguir sua DVA é apresentada.

Tabela 16 – Demonstração do Valor Adicionado da Vale

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	35.350.000		46.746.000		66.385.000	
Riqueza gerada por terceiros	(50.000)		502.000		2.112.000	
Insumos adquiridos de terceiros	(14.643.000)		(19.063.000)		(24.116.000)	
Retenções	(1.994.000)		(2.530.000)		(4.170.000)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**18.663.000**		**25.655.000**		**40.211.000**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	1.884.000	10,09%	3.311.000	12,91%	5.021.000	12,49%
GOVERNO	4.510.000	24,17%	5.693.000	22,19%	9.678.000	24,07%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	790.000	4,23%	2.111.000	8,23%	3.952.000	9,83%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	5.597.000	29,99%	4.327.000	16,87%	6.692.000	16,64%
LUCROS RETIDOS	5.882.000	31,52%	10.213.000	39,81%	14.868.000	36,97%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**18.663.000**	**100,00%**	**25.655.000**	**100,00%**	**40.211.000**	**100,00%**

Número de Funcionários	38.828	55.819	60.405
Riqueza Gerada por Funcionário	480,66	459,61	665,69
Valor Adicionado / Receita Total	52,79%	54,88%	60,57%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Vale, nota-se que a parte destinada ao governo mantém-se constante durante todo o período estudado,no valor aproximado de 24%, apresentando-se bem abaixo da média da carga tributária brasileira.

A parte destinada aos funcionários apresentou uma pequena ascensão, passando de 10,09% em 2005 para 12,49% em 2007 e a parte dos acionistas (remuneração do capital próprio e lucro retido) teve uma queda, passando de 61,51% em 2005 para 53,61% em 2007. Nota-se também que os principais beneficiários da Vale quanto à distribuição do valor adicionado são os acionistas.

Apesar do aumento expressivo que a Vale teve em seu quadro de funcionários no período, seu índice de valor adicionado por funcionários teve uma melhora bastante significativa.

E a parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, a empresa apresentou um acréscimo significativo em todo o período estudado, passando de 52,79% em 2005 para 60,57% em 2007.

3.2.8.2. Mineração Rio do Norte S/A (MRN)

Com base no sitio da Mineração Rio do Norte S/A (www.mrn.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

As primeiras ocorrências de bauxita na Amazônia, localizadas no extremo oeste do Estado do Pará, foram descobertas pela Alcan na década de 60. A partir daí, foi fundada em 1970, pelo Grupo Alcan do Brasil, a Mineração Rio do Norte S.A.

Em junho de 1974, foi assinado o acordo de acionistas da Mineração Rio do Norte, atualmente composto pelas seguintes empresas: Vale (40%), BHP Bilion Metais (14,8%), Rio Tinto Alcan (12%), CBA-Votorantim (10%), Alcoa Brasil (8,58%), Alcoa World Alumina (5%), Norsk Hydro (5%) e Abalco (4,62%).

A capacidade inicial de produção foi de 3,35 milhões toneladas anuais, e a capacidade expandiu-se em função do aumento da demanda de mercado e da grande aceitação da bauxita produzida pela MRN nas refinarias de todo o mundo.

Divulga suas ações sociais e ambientais em seu site e o número de funcionários no período estudado foi de 1.355 em 2007, 1.344 em 2006 e 1.348 em 2005. A seguir é apresentada sua DVA.

Tabela 17 – Demonstração do Valor Adicionado da MRN

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	1.966.722		2.352.128		2.430.996	
Riqueza gerada por terceiros	(181.749)		(148.307)		(106.146)	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.314.212)		(1.442.669)		(1.634.105)	
Retenções	(71.364)		(71.478)		(79.689)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**399.397**		**689.674**		**611.056**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	78.388	19,63%	62.588	9,08%	67.836	11,10%
GOVERNO	96.132	24,07%	157.197	22,79%	196.603	32,17%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	-22.422	-5,61%	88.537	12,84%	38.377	6,28%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	122.731	30,73%	185.971	26,97%	152.504	24,96%
LUCROS RETIDOS	124.568	31,19%	195.381	28,33%	155.736	25,49%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**399.397**	**100,00%**	**689.674**	**100,00%**	**611.056**	**100,00%**

Número de Funcionários	1.348	1.344	1.355
Riqueza Gerada por Funcionário	296,29	513,15	450,96
Valor Adicionado / Receita Total	20,31%	29,32%	25,14%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da MRN contatou-se que a carga tributária da empresa, apesar da queda ocorrida em 2006 (22,79%) em relação a 2005 (24,07%), voltou a crescer em 2007 atingindo o valor de 32,17%, e superando o patamar encontrado em 2005. Mas o valor da carga tributária apresentada pela MRN ficou abaixo da média de carga tributária brasileira.

A parcela destinada aos funcionários caiu acentuadamente no período, indo de 19,63% em 2005 para 11,10% em 2007, mesmo tendo mantido quantativamente seu quadro de funcionários.

E a parte destinada aos acionistas apresentou uma queda durante o período, passando de 61,92% em 2005 para 50,45% em 2007.

Embora a empresa tenha mantido o número de funcionários no período estudado, o índice de valor adicionado por funcionários cresceu bastante.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes, houve um acréscimo no ano de 2006 (29,32%) em relação a 2005 (20,31%), caindo em 2007 para 25,14%, porém ficando acima do valor alcançado em 2005.

3.2.9. Papel e Celulose

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Suzano e Klabin.

3.2.9.1. Suzano Papel e Celulose S/A (Suzano)

Com base no sitio da Suzano Papel e Celulose S/A (www.suzano.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Suzano Papel e Celulose iniciou as atividades em 1924, quando seu fundador, Leon Feffer, começou as operações no negócio de papel através da revenda de papéis nacionais e importados utilizados para a fabricação de cartões de visita, blocos para anotações e papel de carta. Com a aquisição da primeira máquina de papel no final da década de 30, foi iniciada a produção própria de papel.

Na década de 50, a Companhia foi à primeira produtora a nível mundial a utilizar a celulose de eucalipto em escala industrial, e em meados da década de 60 a primeira a produzir papel para imprimir e escrever utilizando 100% de celulose de eucalipto.

Em maio de 2003, visando estar em linha com melhores práticas de governança corporativa, a empresa aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da

Bovespa, garantindo dessa forma a transparência nas operações e a qualidade da prestação de contas aos acionistas.

Em março de 2005, ocorreu a aquisição da Ripasa S.A. Celulose e Papel, de forma compartilhada com a VCP, companhia do Grupo Votorantim. Durante o ano de 2006 foi finalizado o processo de reestruturação societária da Ripasa. Mantém e divulga em seu site, a ações da empresa tanto no campo social como em relação ao ambiente, inclusive divulgando seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 3.546 em 2007, 3.241 em 2006 e 3.283 em 2005. A seguir é apresentada sua DVA.

Tabela 18 – Demonstração do Valor Adicionado da Suzano

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	3.250.064		3.657.089		3.917.225	
Riqueza gerada por terceiros	14.579		16.863		(54.750)	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.756.446)		(1.981.553)		(2.271.143)	
Retenções	(250.642)		(318.025)		(368.278)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**1.257.555**		**1.374.374**		**1.223.054**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	344.224	27,37%	379.009	27,58%	251.252	20,54%
GOVERNO	359.753	28,61%	368.361	26,80%	601.458	49,18%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	53.755	4,27%	183.315	13,34%	-169.009	-13,82%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	138.438	11,01%	114.059	8,30%	161.222	13,18%
LUCROS RETIDOS	361.385	28,74%	329.630	23,98%	378.131	30,92%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**1.257.555**	**100,00%**	**1.374.374**	**100,00%**	**1.223.054**	**100,00%**

Número de Funcionários	3.283	3.241	3.546
Riqueza Gerada por Funcionário	383,05	424,06	344,91
Valor Adicionado / Receita Total	38,69%	37,58%	31,22%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA da Suzano, verificou-se que a carga tributária da empresa no período estudado teve uma alta bastante acentuada passando de 28,61% em 2005 para 49,18% em 2007, saindo de um valor abaixo da carga tributária brasileira em 2005 e passando a apresentar um valor bem acima desta média em 2007. Enquanto isso, a parte destinada aos funcionários sofreu uma queda, saindo de 27,37% em 2005 para 20,54% em 2007, sem ter apresentado um grande aumento em seu quadro e funcionários.

Com relação a parte dos sócios, apesar de ter apresentado uma queda em 2006 (32,28%) em relação a 2005 (39,75%), voltou a melhorar em 2007 (44,10%) ficando acima do encontrado no ano inicial.

O índice de valor adicionado por funcionários, mesmo tendo mantido praticamente estável o número de funcionários no período, apresentou uma queda acentuada no período estudado.

E com relação à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes a empresa teve um decréscimo significativo em todo o período estudado, passando de 38,69% em 2005 para 31,22% em 2007.

3.2.9.2. Klabin S/A (Klabin)

Com base no sitio da Klabin S/A (www.klabin.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Fundada no ano de 1899 em São Paulo, A Klabin é a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil e líder nos mercados de papéis e cartões para embalagem, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. É também a maior recicladora de papéis da América do Sul, além de produzir e comercializar madeira em toras – utilizada na indústria moveleira e na construção civil.

No ponto de vista ambiental, a empresa possui 165 mil hectares de matas nativas preservadas, intercalando o plantio de espécies exóticas com florestas nativas, num sistema conhecido como mosaico. São 215 mil hectares de florestas plantadas de pínus e eucalipto manejados de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável. As áreas plantadas mesclam-se com 175 mil hectares de matas nativas preservadas que possibilitam o desenvolvimento de programas de educação ambiental para colaboradores e comunidades.

A Klabin é, desde 1979, uma empresa aberta e é desde dez/2002, nível 1 de Governança Corporativa

Mantém e divulga em seu site seus programas sociais e ambientais, além de seu Balanço Social. O número de funiconários que possuia no periodo estuado foi de 7.384 em 2007, 6.912 em 2006 e 6.883 em 2005.

A seguir, na tabela 19, é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado da Klabin.

Tabela 19 – Demonstração do Valor Adicionado da Klabin

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	3.346.968		3.370.633		3.511.381	
Riqueza gerada por terceiros	126.487		337.867		626.569	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.908.918)		(1.931.774)		(2.096.254)	
Retenções	(245.070)		(242.860)		(243.911)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**1.319.467**		**1.533.866**		**1.797.785**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	355.580	26,95%	366.255	23,88%	341.977	19,02%
GOVERNO	365.598	27,71%	495.683	32,32%	564.786	31,42%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	289.181	21,92%	198.436	12,94%	269.593	15,00%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	171.775	13,02%	231.117	15,07%	293.003	16,30%
LUCROS RETIDOS	137.333	10,41%	242.375	15,80%	328.426	18,27%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**1.319.467**	**100,00%**	**1.533.866**	**100,00%**	**1.797.785**	**100,00%**

Número de Funcionários	6.883	6.912	7.384
Riqueza Gerada por Funcionário	191,70	221,91	243,47
Valor Adicionado / Receita Total	39,42%	45,51%	51,20%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Klabin, infere-se que a parte destinada ao governo apresentou uma alta em 2007 (31,42%) em relação a 2005 (27,71%), mesmo correndo uma pequena queda no ano de 2006, mas permaneceu abaixo da média nacional de carga tributária.

À parte dos empregados, mesmo tendo se mantido praticamente constante o número de empregados no período, apresentou uma queda bastante acentuada, passando de 26,95% em 2005 para 19,02% em 2007. E quanto a parte destinada aos acionistas, houve uma alta, passando de 23,43% em 2005 para 34,57% em 2007.

O índice de valor adicionado por funcionário teve uma melhora significativa no período estudado, principalmente quando se leva em conta que o quadro de funcionários praticamente se manteve estável.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes, ocorreu um acréscimo significativo em todo o período estudado, passando de 39,42% em 2005 para 51,20% em 2007.

3.2.10. Química e Petroquímica

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Petrobras e Fosfertil.

3.2.10.1. Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras (Petrobras)

Com base no sitio da Petróleo Brasileiro S/A (www2.petrobras.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Em outubro de 1953, com a edição da Lei 2.004, a constituição da Petrobras foi autorizada com o objetivo de executar as atividades do setor petróleo no Brasil em nome da União.

A Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS iniciou suas atividades com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que manteve sua função fiscalizadora sobre o setor.

Em 1997, o Brasil, através da Petrobras, ingressou no seleto grupo de 16 países que produz mais de 1milhão de barris de óleo por dia. Em 2003, coincidindo com a comemoração dos seus 50 anos, a Petrobras dobrou a sua produção diária de óleo e gás natural ultrapassando a marca de 2 milhões de barris.

No dia 21 de abril de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início à produção da plataforma P-50, no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos, o que permitiu ao Brasil atingir auto-suficiência em petróleo, e em 2008 houve a descoberta das bacias na camada pré-sal no litoral paulista (Santos) que pode colocar o país no grupo de exportadores de petróleo.

Em 2007, a Petrobras foi classificada como a 7ª maior empresa de petróleo do mundo com ações negociadas em bolsas de valores, de acordo com a *Petroleum Intelligence Weekly (PIW),* publicação que divulga anualmente o ranking das 50 maiores e mais importantes empresas de petróleo.

A renovação da participação na composição do Índice Dow Jones Mundial de Sustentabilidade (DJSI) também foi destaque em 2007.

No início de 2008, a Petrobras foi reconhecida através de pesquisa *da Management & Excellence (M&E)* a petroleira mais sustentável do mundo. Em primeiro lugar no ranking, com a pontuação de 92,25%, a Companhia é considerada referência mundial em ética e sustentabilidade, considerando 387 indicadores internacionais, entre eles queda em emissão de poluentes e em vazamentos de óleo, menor consumo de energia e sistema transparente de atendimento a fornecedores.

É uma empresa preocupada e que realiza ações nos campos social e ambiental, e divulga em seu site os relatórios socio-ambientais, como também seu

Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 68.931 em 2007, 62.266 em 2006 e 53.727 em 2005.

A seguir é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado - DVA da empresa.

Tabela 20 – Demonstração do Valor Adicionado da Petrobras

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	179.391.488		206.285.196		220.049.376	
Riqueza gerada por terceiros	586.878		2.709.687		2.388.195	
Insumos adquiridos de terceiros	(63.702.823)		(78.476.689)		(91.603.451)	
Retenções	(8.034.718)		(9.823.557)		(10.695.825)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**108.240.825**		**120.694.637**		**120.138.295**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	9.642.797	8,91%	10.394.800	8,61%	12.812.067	10,66%
GOVERNO	63.809.074	58,95%	72.040.924	59,69%	70.604.774	58,77%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	10.074.109	9,31%	10.746.690	8,90%	13.466.839	11,21%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	8.039.866	7,43%	9.489.972	7,86%	8.323.383	6,93%
LUCROS RETIDOS	16.674.979	15,41%	18.022.251	14,93%	14.931.232	12,43%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**108.240.825**	**100,00%**	**120.694.637**	**100,00%**	**120.138.295**	**100,00%**

Número de Funcionários	53.727	62.266	68.931
Riqueza Gerada por Funcionário	2.014,64	1.938,37	1.742,88
Valor Adicionado / Receita Total	60,34%	58,51%	54,60%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na analise da DVA da Petrobras nota-se que a carga tributária incidente sobre a empresa manteve-se estável no período, porém bem acima da média da carga tributária brasileira, quase atingindo o valor de 60%.

A parte destinada aos funcionários teve uma ligeira alta passando de 8,91% em 2005 para 10,66% em 2007, enquanto à parte dos acionistas (lucro retido e remuneração do capital próprio) apresentou uma queda, passando de 22,84% em 2005 para 19,36% em 2007. Portanto, se deduz que a parcela destinada ao governo é bem mais alta que a parte destinada a cada uma dos demais agentes envolvidos.

O índice de valor adicionado por funcionários apresentou uma queda acentuada de 13,49% em seu valor, talvez por seu número de funcionários ter crescido 28,30% no período.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, a empresa apresentou um decréscimo em todo o período estudado, passando de 60,34% em 2005 para 54,60% em 2007.

3.2.10.2. Fertilizantes Fosfatados S/A Fosfertil (Fosfertil)

Com base no sitio da Fertilizantes Fosfatados S/A Fosfertil (www.fosfertil.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A empresa foi criada pelo governo federal em 1977, com o objetivo de realizar pesquisas e comercializar a rocha fosfática da jazida de Patos de Minas. Em 1980, a Fosfertil incorporou a Valep e a Valefertil, e em 1992, a empresa foi privatizada, por meio do Programa Nacional de Desestatização.

Um ano depois a Fosfertil adquiriu o controle da Ultrafertil, e em 1982 registra a Fosfertil como companhia de capital aberto tendo suas ações negociadas na Bolsa.

No ano de 2004, embora mantendo as razões sociais de Fertilizantes Fosfatados S/A – Fosfertil e Ultrafertil, a empresa adota uma única cédula de identidade corporativa: Fosfertil.

A empresa tem preocupação constante nos aspectos tangente à qualidade da saúde dos seus trabalhadores, focando ainda a questão da segurança no trabalho e meio ambiente. Divulga seus trabalhos ambientais e sociais em seu site, inclusive seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 2.864 em 2007, 2.641 em 2006 e 2.445 em 2005.

A seguir a DVA da Fosfertil.

Tabela 21 – Demonstração do Valor Adicionado da Fosfertil

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	2.239.003		2.277.053		2.681.159	
Riqueza gerada por terceiros	27.957		26.354		59.050	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.495.982)		(1.554.987)		(1.632.939)	
Retenções	(85.997)		(122.825)		(162.046)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**684.981**		**625.595**		**945.224**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	187.926	27,44%	180.001	28,77%	186.026	19,68%
GOVERNO	163.041	23,80%	153.293	24,50%	305.152	32,28%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	69.191	10,10%	63.300	10,12%	10.056	1,06%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	149.688	21,85%	82.481	13,18%	259.473	27,45%
LUCROS RETIDOS	115.135	16,81%	146.520	23,42%	184.517	19,52%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**684.981**	**100,00%**	**625.595**	**100,00%**	**945.224**	**100,00%**

Número de Funcionários	2.445	2.641	2.864
Riqueza Gerada por Funcionário	280,16	236,88	330,04
Valor Adicionado / Receita Total	30,59%	27,47%	35,25%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Fosfertil constatou-se que a carga tributária aumentou durante todo o período, passando de 23,80% em 2005 para 32,28% 2007, porém, mantendo-se abaixo do valor médio de carga tributária no Brasil.

Já a parte destinada aos funcionários passou de 27,44% em 2005 para 19,68% em 2007, tendo, portanto, uma queda significativa e a parcela que coube aos acionistas apresentou uma melhora, passando de 38,66% em 2005 para 46,97% em 2007.

Mesmo a empresa mantendo estável o número de funcionários durante o período, o índice de valor adicionado apresentou uma melhora significativa.

E quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado, a empresa apresentou um decréscimo no ano de 2006 (27,47%) em relação a 2005 (30,59%), recuperando-se em 2007 alcançando 35,25% e superando a marca de 2005.

3.2.11. Serviços

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Dasa e Medial.

3.2.11.1. Diagnósticos da América S/A (Dasa)

Com base no sitio da Diagnósticos da América S/A – Dasa (www.diagnosticosdaamerica.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Fundada em São Paulo em 1961 por dois médicos da Univ Paulista de Medicina, e em 2004 abriu seu capital sendo a primeira empresa do ramo de saúde da América Latina a ser listada na CVM.

A Diagnósticos da América S/A (DASA) é a maior empresa prestadora de serviços de medicina diagnóstica da América Latina.

Para assegurar e comprovar sua qualidade, a DASA obteve certificações de qualidade, como a ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e INMETRO (2000) e as creditações pelo *College of American Pathologists – CAP* (2003) e PALC - Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica.

Divulga em seu site, suas praticas sociais e ambientais através de seus relatórios de sustentabilidade. O número de funcionários no período estudado foi de 10.045 em 2007, 6.981 em 2006 e 5.727 em 2005.

A seguir é apresentada a DVA da Diagnósticos da América S/A, DASA.

Tabela 22 – Demonstração do Valor Adicionado da Dasa

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	552.234		707.341		909.784	
Riqueza gerada por terceiros	21.820		51.663		41.226	
Insumos adquiridos de terceiros	(226.165)		(337.028)		(400.301)	
Retenções	(75.607)		(89.874)		(126.538)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**272.282**		**332.102**		**424.171**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	117.412	43,12%	150.958	45,46%	202.725	47,79%
GOVERNO	70.369	25,84%	99.801	30,05%	65.998	15,56%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	74.229	27,26%	64.757	19,50%	98.416	23,20%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	116	0,04%	602	0,18%	13.858	3,27%
LUCROS RETIDOS	10.156	3,73%	15.984	4,81%	43.174	10,18%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**272.282**	**100,00%**	**332.102**	**100,00%**	**424.171**	**100,00%**

Número de Funcionários	5.727	6.981	10.045
Riqueza Gerada por Funcionário	47,54	47,57	42,23
Valor Adicionado / Receita Total	49,31%	46,95%	46,62%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

A análise da DVA da Dasa mostra que a carga tributária teve uma queda bastante acentuada no período, passando de 25,84% em 2005 para 15,56% em 2007, situando-se bem abaixo da carga tributária brasileira.

Em contrapartida, a parte destinada aos funcionários obteve uma ligeira alta passando de 43,12% em 2005 para 47,79% em 2007.

E a parte dos acionistas também apresentou uma melhora relevante indo de 3,77% em 2005 para 13,45% em 2007.

Mesmo com uma alta considerável em seu quadro de funcionários no período, acima de 75%, o índice de valor adicionado por funcionários teve uma queda, porém em percentual inferior, de aproximadamente 11%.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado, a empresa apresentou um decréscimo em 2006 (46,95%) em relação a 2005 (49,31%), mantendo-se neste patamar em 2007 com 46,62%.

3.2.11.2. Medial Saúde S/A (Medial)

Com base no sitio da Medial Saúde S/A (www.medialsaude.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

O reconhecimento conquistado é resultado do processo de profissionalização e implementação de governança corporativa que culminou na abertura de capital da Medial Saúde, em setembro de 2006. A empresa foi à primeira operadora de planos médico-hospitalares a ingressar na Bovespa.

Pratica e divulga em seu site suas ações nos campo social e ambiental. O número de funcionários no período estudado foi de 4.980 em 2007, 4.645 em 2006 e 4.322 em 2005. A seguir a DVA da Medial.

Tabela 23 – Demonstração do Valor Adicionado da Medial

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	882.482		1.154.053		1.622.699	
Riqueza gerada por terceiros	12.465		32.125		53.950	
Insumos adquiridos de terceiros	(689.625)		(953.445)		(1.195.949)	
Retenções	(6.925)		(9.023)		(59.879)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**198.397**		**223.710**		**420.821**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	92.820	46,78%	129.590	57,93%	268.731	63,86%
GOVERNO	61.137	30,82%	68.131	30,46%	110.496	26,26%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	14.287	7,20%	17.659	7,89%	26.628	6,33%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	15.272	7,70%	4.747	2,12%	2.315	0,55%
LUCROS RETIDOS	14.881	7,50%	3.583	1,60%	12.651	3,01%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**198.397**	**100,00%**	**223.710**	**100,00%**	**420.821**	**100,00%**

Número de Funcionários	4.322	4.645	4.980
Riqueza Gerada por Funcionário	45,90	48,16	84,50
Valor Adicionado / Receita Total	22,48%	19,38%	25,93%

Fonte: Medial - http://www.medialsaude.com.br/ri (acessado em 20/07/2008)

Na análise da DVA da Medial verificou-se que, enquanto à parte do governo do valor adicionado caiu de 30,82% em 2005 para 26,26% em 2007, situando-se em um valor bem abaixo da média da carga tributária brasileira, a parte destinada aos funcionários obteve uma alta bastante elevada, passando de 46,78% em 2005 para 63,86% em 2007. Já os acionistas tiveram uma redução expressiva, passando de 15,20% em 2005 para 3,56% em 2007.

Porém, apesar do número de funcionários manter-se estável durante o período, o índice de valor adicionado por funcionário obteve uma alta também significativa, de quase 85%.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado, esta apresentou um decréscimo em 2006 (19,38%) em relação a 2005 (22,48%), porém se recuperou em 2007, alcançando 25,93%, acima do obtido em 2005.

3.2.12. Serviços Públicos

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Sanepar e Sabesp.

3.2.12.1. Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

Com base no sitio da Cia. Saneamento do Paraná (www.sanepar.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Fundada em 1963, a Sanepar é responsável pela distribuição de água tratada e coleta de esgoto sanitário de 623 municípios do Paraná, atendendo a cerca de 7,5 milhões de habitantes. O governo do estado tem 60% do controle acionário da empresa, e o restante pertence ao Grupo Dominó, formado pelas empresas Vivendi, Andrade Gutierrez, Opportunity e Copel.

A Sanepar é a empresa de saneamento do Estado do Paraná, prestando serviços de fornecimento de água tratada em 344 sedes municipais e em 275 distritos ou localidades de menor porte.

Pratica e divulga em seu site suas ações nos campo social e ambiental. O número de funcionários no período estudado foi de 6.336 em 2007, 6.378 em 2006 e 4.907 em 2005. A seguir a DVA da Sanepar.

Tabela 24 – Demonstração do Valor Adicionado da Sanepar

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	1.204.964		1.235.892		1.307.660	
Riqueza gerada por terceiros	20.378		25.257		14.099	
Insumos adquiridos de terceiros	(369.934)		(371.989)		(376.364)	
Retenções	(104.693)		(114.765)		(129.443)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**750.715**		**774.395**		**815.952**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	214.136	28,52%	266.446	34,41%	303.108	37,15%
GOVERNO	208.694	27,80%	216.872	28,01%	219.364	26,88%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	134.837	17,96%	113.997	14,72%	136.526	16,73%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	54.028	7,20%	49.661	6,41%	43.937	5,38%
LUCROS RETIDOS	139.020	18,52%	127.419	16,45%	113.017	13,85%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**750.715**	**100,00%**	**774.395**	**100,00%**	**815.952**	**100,00%**

Número de Funcionários	4.907	6.378	6.336
Riqueza Gerada por Funcionário	152,99	121,42	128,78
Valor Adicionado / Receita Total	62,30%	62,66%	62,40%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Sanepar, observou-se que a parte destinada ao governo teve uma pequena queda no período, passando de 27,80% em 2005 para 26,88% em 2007, mesmo havendo uma pequena alta no período intermediário de 2006 (28,01%). Desta forma, sua carga tributária ficou bem abaixo da média da carga tributária brasileira no período.

Os funcionários tiveram um acréscimo relevante na sua parcela do valor adicionado, passando de 28,52% em 2005 para 37,15% em 2007. E os acionistas tiveram uma perda no período, passando de 25,72% em 2005 para 19,23% em 2007. Pode-se dizer, portanto, que a diminuição da carga tributária somada a diminuição da parcela dos sócios, acabou gerando ganhos expressivos para os funcionários.

Quanto ao índice de valor adicionado por funcionário, como a empresa teve um acréscimo no número de funcionários entre os anos de 2005 e 2006, o índice apresentou uma queda referente a este período. Porém, nos dois últimos anos, com o número de funcionários estáveis, este índice obteve uma pequena alta, porém fiando distante do valor alcançada em 2005.

A parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído apresentou uma estabilidade durante o período estudado passando de 62,30% em 2005 para 62,40% em 2007.

3.2.12.2. Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)

Com base no sitio da Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (http://www.sabesp.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Em 1973, com a implantação do Plano Nacional de Saneamento, foram criadas as companhias estaduais de saneamento.

No Estado de São Paulo, como resultado da fusão das empresas e autarquias que até então gerenciavam os serviços de água e coleta de esgotos nos municípios, surgiu a Sabesp.

A Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - é uma empresa de economia mista, de capital aberto que tem como principal acionista o Governo do Estado de São Paulo, atua como concessionária de serviços sanitários

municipais e conta com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e Nova Iorque.

A Sabesp atende a 60% da população do Estado, prestando serviços a 366 dos 645 municípios e fornecendo água tratada para outros seis, que fazem sua própria distribuição.

Sua matéria-prima é a água. Daí sua implicação direta com o meio ambiente, o ciclo hidrológico e a preservação dos mananciais.

Hoje, a Sabesp planeja, executa e opera sistemas de água, esgotos e efluentes industriais, preservando o meio ambiente e melhorando as condições de vida da população. Surge daí sua implicação direta com o meio ambiente, o ciclo hidrológico e a preservação dos mananciais.

Divulga em seu site suas ações sociais e ambientais como seu Balanço Social, e o número de funcionários no período estudado foi de 16.850 em 2007, 16.978 em 2006 e 16.050 em 2005.

A seguir é apresentada a Demonstração do valor Adicionado – DVA da Sabesp.

Tabela 25 – Demonstração do Valor Adicionado da Sabesp

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	5.077.234		5.523.456		6.096.214	
Riqueza gerada por terceiros	114.662		125.474		132.123	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.257.686)		(1.357.402)		(1.619.315)	
Retenções	(595.981)		(642.171)		(622.549)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**3.338.229**		**3.649.357**		**3.986.473**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	1.010.595	30,27%	1.144.264	31,36%	1.100.481	27,61%
GOVERNO	895.548	26,83%	1.035.912	28,39%	1.136.948	28,52%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	566.439	16,97%	690.276	18,92%	700.341	17,57%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	348.216	10,43%	270.841	7,42%	300.744	7,54%
LUCROS RETIDOS	517.431	15,50%	508.064	13,92%	747.959	18,76%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**3.338.229**	**100,00%**	**3.649.357**	**100,00%**	**3.986.473**	**100,00%**

Número de Funcionários	16.050	16.978	16.850
Riqueza Gerada por Funcionário	207,99	214,95	236,59
Valor Adicionado / Receita Total	65,75%	66,07%	65,39%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA da Sabesp, infere-se que a carga tributária teve uma pequena evolução no período estudado, passando de 26,83% em 2005 para 28,52%

em 2007, situando-se durante todo o período abaixo da média de carga tributária brasileira.

A parte destinada aos funcionários apresentou uma queda, passando dos 30,27% em 2005 para 27,61% em 2007, enquanto à parte dos acionistas manteve-se praticamente constante e de aproximadamente 25%.

Apesar do número de funcionários também se manter constante no período estudado, o índice de valor adicionado por funcionários apresentou uma boa melhora.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado, a empresa apresentou uma certa estabilidade durante o período, passando de 65,75% em 2005 para 65,39% em 2007.

3.2.13. Siderurgia e Metalurgia

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Usiminas e CSN.

3.2.13.1. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas)

Com base no sitio da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (http://www.usiminas.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

No dia 25 de abril de 1956, em um cenário brasileiro de euforia e otimismo gerados pelo Plano de Desenvolvimento do governo Kubitscheck, fundou-se a Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, no Horto de Nossa Senhora, atual Ipatinga.

Dois anos depois, em 1958, a Usiminas tornou-se uma *joint venture*, com a participação de capital estatal em parceria com acionistas japoneses, permitindo um novo estilo de gestão compartilhada - nos moldes da iniciativa privada.

O Sistema Usiminas destaca-se como o maior complexo siderúrgico de aços planos da América Latina e um dos 20 maiores do mundo.

Divulga em seu site seu Balanço Social e os programas sociais e ambientais. O número de funcionários no período estudado foi de 8.191 em 2007, 8.074 em 2006 e 7.962 em 2005.

A seguir, na tabela 26, é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado da Usiminas.

Tabela 26 – Demonstração do Valor Adicionado da Usiminas

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	16.879.513		16.238.606		18.437.866	
Riqueza gerada por terceiros	1.037.184		335.363		298.232	
Insumos adquiridos de terceiros	(8.827.771)		(9.410.116)		(10.296.119)	
Retenções	(558.789)		(601.128)		(624.789)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**8.530.137**		**6.562.725**		**7.815.190**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	903.206	10,59%	980.465	14,94%	1.155.201	14,78%
GOVERNO	3.008.993	35,27%	2.619.184	39,91%	3.410.423	43,64%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	699.509	8,20%	447.615	6,82%	38.525	0,49%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.115.308	13,07%	850.000	12,95%	1.115.595	14,27%
LUCROS RETIDOS	2.803.121	32,86%	1.665.461	25,38%	2.095.446	26,81%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**8.530.137**	**100,00%**	**6.562.725**	**100,00%**	**7.815.190**	**100,00%**

Número de Funcionários	7.962	8.074	8.191
Riqueza Gerada por Funcionário	1.071,36	812,82	954,12
Valor Adicionado / Receita Total	50,54%	40,41%	42,39%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Usiminas, notou-se que a parte destinada a governo apresentou uma alta, passando de 35,27% em 2005 para 43,64% em 2007, situando-se acima da carga tributária média brasileira.

A parcela dos funcionários também teve uma alta, passando de 10,59% em 2005 para 14,78% em 2008, e a parte dos sócios sofreu uma pequena queda, indo de 45,93% em 2005 para 41,04% em 2007.

Apesar do quadro de funcionários no período ter tido um aumento de aproximadamente 3% no período, o índice de valor adicionado por funcionários no mesmo período teve um decréscimo de aproximadamente 11%.

Já à parte do valor adicionado a ser distribuído apresentou uma queda durante o período estudado, indo de 50,54% em 2005 para 40,41% em 2006 e tendo uma pequena recuperação em 2007, chegando a 42,39%, abaixo do nível apresentado em 2005.

3.2.13.2. Cia Siderúrgica Nacional (CSN)

Com base no sitio da Cia Siderúrgica Nacional - CSN (www.csn.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Companhia Siderúrgica Nacional foi fundada em 9 de abril de 1941 e iniciou suas operações em 1º de outubro de 1946. O seu aço viabilizou a implantação das

primeiras indústrias nacionais, núcleo do atual parque fabril brasileiro, sendo privatizada em 1993. A CSN concentra suas atividades em siderurgia, mineração e infra-estrutura. E detém a posição de liderança no setor siderúrgico brasileiro.

As operações industriais da CSN contam com sistemas de gerenciamento da qualidade e meio ambiente certificados pelas normas ISO 9001 e ISO 14001.

Divulga suas ações sociais e ambientais em seu site como seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 14.274 em 2007, 13.659 em 2006 e 12.396 em 2005. A seguir é apresentada sua DVA.

Tabela 27 – Demonstração do Valor Adicionado da CSN

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	12.171.505		11.137.990		14.200.945	
Riqueza gerada por terceiros	105.664		(395.425)		493.354	
Insumos adquiridos de terceiros	(4.733.062)		(4.666.912)		(5.937.656)	
Retenções	(924.095)		(961.393)		(1.132.275)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**6.620.012**		**5.114.260**		**7.624.368**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	612.776	9,26%	674.353	13,19%	696.573	9,14%
GOVERNO	3.133.833	47,34%	2.807.183	54,89%	3.483.876	45,69%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	868.121	13,11%	465.199	9,10%	521.569	6,84%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.324.087	20,00%	1.129.366	22,08%	870.672	11,42%
LUCROS RETIDOS	681.195	10,29%	38.159	0,75%	2.051.678	26,91%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**6.620.012**	**100,00%**	**5.114.260**	**100,00%**	**7.624.368**	**100,00%**

Número de Funcionários	12.396	13.659	14.274
Riqueza Gerada por Funcionário	534,04	374,42	534,14
Valor Adicionado / Receita Total	54,39%	45,92%	53,69%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da CSN percebeu-se que a carga tributária da empresa expressa através da parte destinada ao governo de seu valor adicionado, mesmo com o acréscimo ocorrido em 2006 (54,89%) em relação a 2005 (47,35%), voltou em 2007 ao mesmo patamar encontrado em 2005 (45,69%), mantendo-se acima da média de carga tributária brasileira.

No início do período estudado as cargas tributárias das duas empresas deste setor (Usiminas e CSN) tinham valores bastantes diferentes, porém pode-se observar que no final do período, mais precisamente no ano de 2007, os valores que cabem ao governo praticamente se igualaram (43,64% na Usiminas e 45,69% na CSN).

A mesma situação ocorreu com a parte dos funcionários, mantendo-se estável no período, passando de 9,26% em 2005 para 13,19% em 2006 e retornando em 2007 (9,14%), bem próximo do patamar alcançado em 2005 .

No que tange a parte destinada aos sócios, ocorreu uma melhora, passando de 30,29% em 2005 para 38,33% em 2007.

Embora a empresa tenha aumentado o número de funcionários no período estudado, o índice de valor adicionado por funcionários manteve-se estável.

E quanto a parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, a empresa apresentou uma queda durante o período estudado, indo de 54,39% em 2005 para 45,92% em 2006 e tendo uma pequena recuperação em 2007, chegando a 53,69%, quase voltando ao nível apresentado em 2005.

3.2.14. Telecomunicações

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Telefônica e Vivo.

3.2.14.1. Telecomunicações de São Paulo S/A – Telesp (Telefônica)

Com base no sitio da Telecomunicações de S.Paulo S/A (www.telefonica.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Telefônica é operadora de telefonia fixa no Estado de São Paulo desde 1998, quando o grupo espanhol *Telefónica Internacional* adquiriu a Telesp Participações, no leilão de privatização da Telebrás, posicionando-se hoje em 2008 como operadora líder no Brasil. O Grupo ocupa a quarta posição no setor de telecomunicações a nível mundial por capitalização em bolsa.

É a segunda operação do grupo em importância, perdendo apenas para a Espanha. A empresa espanhola está presente em 40 países e atua com telefonias fixa e móvel, Internet e banda larga.

A Telefônica é uma das operadoras integradas de telecomunicações, atuando na área de comunicação, informação e entretenimento, com presença na Europa, África e na América Latina.

A companhia dispõe de um dos perfis mais internacionais do setor ao gerar mais de 60% do seu negócio fora do seu mercado doméstico (Espanha), e se constitui como a operadora de referência no mercado de língua hispânico-portuguesa.

Possui programas nas áreas sociais e ambientais, divulgados em seu sítio. O número de funcionários no período estudado foi de 7.467 em 2007, 8.215 em 2006 e 7.770 em 2005.

A seguir, na tabela 28, é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado da Telefônica.

Tabela 28 – Demonstração do Valor Adicionado da Telefônica

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	19.827.370		20.648.186		20.539.986	
Riqueza gerada por terceiros	704.362		539.142		501.308	
Insumos adquiridos de terceiros	(6.668.529)		(6.571.169)		(6.838.668)	
Retenções	(2.716.491)		(2.676.035)		(2.699.123)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**11.146.712**		**11.940.124**		**11.503.503**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	585.204	5,25%	772.412	6,47%	851.271	7,40%
GOVERNO	6.662.138	59,77%	7.270.036	60,89%	7.185.213	62,46%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	1.357.423	12,18%	1.081.525	9,06%	1.104.059	9,60%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.662.343	14,91%	2.110.520	17,68%	2.362.960	20,54%
LUCROS RETIDOS	879.604	7,89%	705.631	5,91%	0	0,00%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**11.146.712**	**100,00%**	**11.940.124**	**100,00%**	**11.503.503**	**100,00%**

Número de Funcionários	7.770	8.215	7.467
Riqueza Gerada por Funcionário	1.434,58	1.453,45	1.540,58
Valor Adicionado / Receita Total	56,22%	57,83%	56,01%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Telefônica, observou-se que a parte destinada ao governo (carga tributária) apresentou um aumento no período, passando de 59,77% em 2005 para 62,46% em 2007, bem acima da média da carga tributária nacional.

Do mesmo modo, os funcionários tiveram uma participação maior no valor adicionado da empresa, passando de 5,25% em 2005 para 7,40% em 2007, e os acionistas observaram sua participação diminuir, passando dos 22,80% em 2005 para 20,54 em 2007.

Apesar do número de funcionários ter se mantido estável, o índice de valor adicionado por funcionários apresentou uma melhora no período estudado.

Com relação à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuída, houve uma certa estabilidade durante o período estudado passando de 56,22% em 2005 para 56,01% em 2007.

3.2.14.2. Vivo S/A (Vivo)

Com base no sitio da Vivo S/A (www.vivo.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Global Telecom é a operadora de telefonia celular que cobre os estados do Paraná e de Santa Catarina que, em 2000, foi comprada pela Telesp Celular. Com a criação da *joint venture* entre os grupos Portugal Telecom (controladora da Telesp Celular) e da *Telefónica Móviles* para os negócios de telefonia móvel no Brasil, a Global Telecom passa a fazer parte da Brasilcel, nome *da joint venture* no país. Em 2003, adotou o nome Vivo.

Consciente da sua Responsabilidade Socioambiental desenvolve ações para tornar seus produtos e serviços acessíveis para as pessoas com deficiência, com o Programa Soluções Inclusivas e coordena as iniciativas voltadas às causas da inclusão socioeducacional do jovem deficiente visual.

A Vivo também desenvolve projetos de preservação do meio ambiente, como a iniciativa de recolhimento de baterias usadas e ensina a manejar corretamente todo o material produzido e descartado pela empresa.

Divulga suas ações sociais e ambientais em seu sítio e o Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 5.600 em 2007, 5.896 em 2006 e 5.519 em 2005. A seguir, na tabela 29, é apresentada a DVA. Da Vivo.

Tabela 29 – Demonstração do Valor Adicionado da Vivo

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	8.781.100		13.021.400		15.491.900	
Riqueza gerada por terceiros	565.700		286.800		208.700	
Insumos adquiridos de terceiros	(3.656.900)		(5.646.100)		(6.999.200)	
Retenções	(1.552.500)		(2.394.400)		(2.486.000)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**4.137.400**		**5.267.700**		**6.215.400**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	361.700	8,74%	575.100	10,92%	598.400	9,63%
GOVERNO	2.734.100	66,08%	3.051.200	57,92%	4.480.200	72,08%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	1.950.900	47,15%	1.617.100	30,70%	1.236.200	19,89%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	-50.400	-1,22%	24.800	0,47%	0	0,00%
LUCROS RETIDOS	-858.900	-20,76%	-500	-0,01%	-99.400	-1,60%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**4.137.400**	**100,00%**	**5.267.700**	**100,00%**	**6.215.400**	**100,00%**

Número de Funcionários	5.519	5.896	5.600
Riqueza Gerada por Funcionário	749,66	893,44	1.109,89
Valor Adicionado / Receita Total	47,12%	40,45%	40,12%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Vivo constatou-se que a carga tributária da empresa cresceu consideravelmente em 2007 (72,08%) com relação a 2005 (66,08%), mesmo apresentado uma pequena queda em 2006 (57,92%), ficando muito acima da média de carga tributária brasileira.

Os funcionários obtiveram no período uma participação maior, passando de 8,74% em 2005 para 9,63% em 2007 e os acionistas, embora a empresa tenha apresentado prejuízos no período, este valor passou a ser bem menor, indo de -21,98% em 2005 para -1,6% em 2007. Porém nota-se que o valor destinado ao governo nesta empresa é muito superior a parcelas dos demais agentes envolvidos;

E embora o número de funcionários tenha praticamente se mantido constante no período, o índice de valor adicionado por funcionários apresentou uma melhora significativa.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído entre seus agentes, o índice apresentou uma queda durante o período estudado, indo de 47,12% em 2005 para 40,45% em 2006 e mantendo-se estável em 2007, no patamar de 40,12%, abaixo do índice apresentado em 2005.

3.2.15. Têxtil

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Grendene e Karsten.

3.2.15.1. Grendene S/A (Grendene)

Com base no sitio da Grendene S/A (www.grendene.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Grendene nasceu em Farroupilha, em 1971, como fabricante de embalagens plásticas para garrafões de vinhos, hoje é uma das maiores fabricantes de calçados do país, com exportações para 60 países.

A Grendene é uma das maiores produtoras mundiais de calçados sintéticos e líder em vários segmentos no mercado brasileiro, com uma logística de distribuição que atinge desde distribuidores a varejistas tradicionais e não-tradicionais em todo o território nacional e no exterior.

Em 29 de outubro de 2004, a Grendene abriu o seu capital, com registro no Novo Mercado da BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, que caracteriza o mais alto nível de Governança Corporativa no Mercado de Capitais Brasileiro.

Quando foram lançados os níveis diferenciados de Governança Corporativa, que entrou em vigor a contar de 06/02/2006, e a empresa já se encontra adequada a essas regras.

Divulga suas ações sociais e ambientais em seu site e seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 23.584 em 2007, 21.444 em 2006 e 20.493 em 2005. A seguir sua DVA.

Tabela 30 – Demonstração do Valor Adicionado da Grendene

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	1.308.891		1.350.341		1.475.777	
Riqueza gerada por terceiros	112.096		145.687		135.929	
Insumos adquiridos de terceiros	(757.711)		(724.401)		(797.277)	
Retenções	(26.675)		(26.514)		(19.306)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**636.601**		**745.113**		**795.123**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	258.544	40,61%	218.741	29,36%	237.232	29,84%
GOVERNO	178.618	28,06%	266.903	35,82%	281.719	35,43%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	114.038	17,91%	124.486	16,71%	150.164	18,89%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	81.251	12,76%	128.261	17,21%	119.724	15,06%
LUCROS RETIDOS	4.150	0,65%	6.722	0,90%	6.284	0,79%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**636.601**	**100,00%**	**745.113**	**100,00%**	**795.123**	**100,00%**

Número de Funcionários	20.493	21.444	23.584
Riqueza Gerada por Funcionário	31,06	34,75	33,71
Valor Adicionado / Receita Total	48,64%	55,18%	53,88%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Grendene, verificou-se que a parte destinada ao governo teve uma alta relevante, indo de 28,06% em 2005 para 35,82% em 2006 e mantendo-se neste nível, 35,43%, em 2007. Mas com estes valores, a empresa se encontra abaixo da média da carga tributária brasileira.

Os funcionários tiveram sua participação reduzida, passando de 40,61% em 2005 para 29,84% em 2007.

E os acionistas tiveram sua participação aumentada, indo de 13,41% em 2005 para 15,85% em 2007.

Apesar da empresa ter aumentado o número de funcionários no período estudado, o índice de valor adicionado também apresentou uma melhora neste período.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado, a empresa apresentou um acréscimo no ano de 2006 (55,18%) em relação a 2005 (48,64%), apresentado uma pequena queda em 2007 (53,88%).

3.2.15.2. Karsten S/A (Karsten)

Com base no sitio da Karsten S/A (www.karsten.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Karsten é uma indústria têxtil brasileira de cama, mesa e banho, com sede em Blumenau, estado de Santa Catarina. Foi fundada em setembro de 1882 pelo imigrante alemão Johann Karsten com teares adquiridos na Alemanha e uma pequena fiação.

Tornou-se uma companhia de capital aberto em 1971, e em 1977 implantou a sua própria fiação, completando assim toda a cadeia de produção.Muda a razão social para Karsten S.A. e a produção estende-se para o segmento cama.

Está presente em mais de 40 países, tornando-a uma das maiores exportadoras do país em artigos têxteis.

Pratica ações sociais e ambientais e as divulga em seu site. O número de funcionários no período foi de 2.346 em 2007, 2.596 em 2006 e 2.526 em 2005. A seguir sua DVA.

Tabela 31 – Demonstração do Valor Adicionado da Karsten

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	344.506		341.297		322.809	
Riqueza gerada por terceiros	13.459		15.434		8.118	
Insumos adquiridos de terceiros	(207.686)		(222.177)		(175.308)	
Retenções	(13.231)		(11.538)		(11.241)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**137.048**		**123.016**		**144.378**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	83.058	60,61%	92.037	74,82%	79.253	54,89%
GOVERNO	24.898	18,17%	29.892	24,30%	40.971	28,38%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	25.760	18,80%	24.626	20,02%	13.192	9,14%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.600	1,17%	0	0,00%	4.500	3,12%
LUCROS RETIDOS	1.732	1,26%	-23.539	-19,13%	6.464	4,48%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**137.048**	**100,00%**	**123.016**	**100,00%**	**144.380**	**100,00%**

Número de Funcionários	2.526	2.596	2.346
Riqueza Gerada por Funcionário	54,25	47,39	61,54
Valor Adicionado / Receita Total	39,78%	36,04%	44,73%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Karsten observa-se que a participação do governo no valor adicionado da empresa cresceu bastante no período, passando de 18,17% em 2005 para 24,30% em 2006 e atingindo 28,38% em 2007.

Em contrapartida, a participação dos funcionários caiu, passando de 60,61% em 2005 para 54,89% em 2007, bem acima da queda do numero de funcionários na empresa no período.

Já os acionistas obtiveram uma alta significativa em termos percentuais, passando de 2,43% em 2005 para 7,60% em 2007.

Apesar do número de funcionários ter diminuído no período estudado, o índice de valor adicionado por funcionários obteve um acréscimo, porém, em termos proporcionais, menor que a diminuição do quadro de funcionários.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado, a empresa apresentou um decréscimo no ano de 2006 (36,04%) em relação a 2005 (39,78%), tendo uma alta em 2007, alcançando 44,73%, bem acima do valor de 2005.

3.2.16. Transportes

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Tam e Localiza.

3.2.16.1. TAM Linhas Aéreas S/A (TAM)

Com base no sitio da Tam Linhas Aéreas S/A (www.tam.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Em janeiro de 1961 foi fundada a TAM Marília no interior do Estado de São Paulo, onde o falecido Comandante Rolim Amaro foi contratado como piloto. Em 1971, o Comandante Rolim Amaro tornou-se principal executivo e um dos acionistas minoritários da TAM Marília. Em maio de 1976 foi fundada a TAM Regionais, primeira empresa de transporte aéreo regular do grupo, com 67% do seu capital detido pelo Comandante Rolim Amaro. Em 1978, o Comandante Rolim Amaro passou a ser o principal acionista da TAM Marília, com 98% de participação acionária.

Em 1986, foi obtida a concessão para operar no Aeroporto Internacional de Guarulhos e a Brasil-Central Linha Aérea Regional S.A. foi transformada em TAM Transportes Aéreos Meridionais S.A., segunda maior empresa aérea nacional.

A Tam é uma sociedade “holding” constituída em maio de 1997 com a denominação de CIT – Companhia de Investimentos em Transportes, com o objetivo específico de participar, administrar e concentrar participações em empresas de transporte aéreo. Em novembro de 1997, ocorreu uma reestruturação acionária com conseqüente aumento da participação acionária da TAM Marília no capital e a alteração da denominação social para TAM – Companhia de Investimentos em Transportes, e em setembro de 2002, foi alterado novamente a denominação social para TAM S.A.

Em 17 de junho de 2005, foi concluída a oferta pública de distribuição primária e secundária de suas ações preferenciais, oferecendo um total de 30.190.000 ações preferenciais aos investidores no Brasil, Estados Unidos e outros países.

Possui programas e ações na área social e publica em seu site seus relatórios socio-ambientais e o Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 19.574 em 2007, 13.159 em 2006 e 9.637 em 2005. A seguir sua DVA.

Tabela 32 – Demonstração do Valor Adicionado da Tam

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	5.894.880		7.675.220		8.404.850	
Riqueza gerada por terceiros	105.721		254.178		450.192	
Insumos adquiridos de terceiros	(3.607.906)		(4.416.884)		(5.121.049)	
Retenções	(86.694)		(102.572)		(116.845)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**2.306.001**		**3.409.942**		**3.617.148**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	583.552	25,31%	768.530	22,54%	1.132.323	31,30%
GOVERNO	729.904	31,65%	1.139.480	33,42%	1.042.360	28,82%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	805.171	34,92%	890.182	26,11%	1.313.579	36,32%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	29.405	1,28%	133.519	3,92%	72.093	1,99%
LUCROS RETIDOS	157.969	6,85%	478.231	14,02%	56.793	1,57%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**2.306.001**	**74,69%**	**3.409.942**	**77,46%**	**3.617.148**	**100%**

Número de Funcionários	9.637	13.159	19.574
Riqueza Gerada por Funcionário	239,29	259,13	184,79
Valor Adicionado / Receita Total	39,12%	44,43%	43,04%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na analise da DVA da Tam, inferiu-se que houve um acréscimo na participação do governo no valor adicionado da empresa, passando de 31,65% em 2005 para

33,42% em 2006, e caindo em 2007 para 28,82%, situando-se abaixo da média da carga tributária brasileira.

Já os funcionários tiveram sua participação aumentada, indo de 25,31% em 2005 para 31,30% em 2007 e os acionistas obtiveram uma diminuição em sua participação, passando de 8,13% em 2005 para 3,56% em 2007.

O número de funcionários aumentou sensivelmente, mais do que dobrando no período estudado, e seu índice do valor adicionado por funcionários teve uma queda, porém em um percentual bem menor que o aumento do quadro de empregados.

A parte da receita que se transformou em valor adicionado apresentou uma alta no ano de 2006 (44,43%) em relação a 2005 (39,12%), decaindo um pouco em 2007, chegando a 43,04%, porém, situando-se acima do nível alcançado em 2005.

3.2.16.2. Localiza Rent a Car S/A (Localiza)

Com base no sitio da Localiza Rent a Car S/A (www.localiza.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Localiza foi fundada em 1973, durante o período do primeiro choque do petróleo, e com o passar do tempo, a empresa ampliou substancialmente a sua presença no mercado brasileiro e alavancou vendas muito acima do esperado.

Em 2005, a empresa inicia a oferta pública de ações no Novo Mercado da Bovespa. As práticas de governança já faziam parte da condução dos negócios da Localiza desde 1994, com a empresa contando com auditores externos na apuração dos números.

Em 1997, a empresa começou a adotar as normas da SEC (*Security Exchange Comission*) americana, e entre as normas incorporadas, está a divulgação trimestral dos balanços da Localiza.

E em 2005 a Localiza entra para o Novo Mercado da Bovespa.

Através de seu site divulga suas práticas sociais e o Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 2.692 em 2007, 2.333 em 2006 e 1.845 em 2005.

A seguir, na tabela 33, é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado da Localiza.

Tabela 33 – Demonstração do Valor Adicionado da Localiza

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	não informado		1.145.901		1.531.392	
Riqueza gerada por terceiros	não informado		23.877		25.452	
Insumos adquiridos de terceiros	não informado		(539.037)		(769.174)	
Retenções	não informado		(212.638)		(271.526)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**382.477**		**418.103**		**516.144**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	53.547	14,00%	83.990	20,09%	93.177	18,05%
GOVERNO	86.440	22,60%	108.484	25,95%	142.209	27,55%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	145.724	38,10%	107.218	25,64%	123.766	23,98%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	30.216	7,90%	112.490	26,90%	51.499	9,98%
LUCROS RETIDOS	66.551	17,40%	5.921	1,42%	105.493	20,44%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**382.477**	**100,00%**	**418.103**	**100,00%**	**516.144**	**100,00%**

Número de Funcionários	1.845	2.333	2.692
Riqueza Gerada por Funcionário	207,30	179,21	191,73
Valor Adicionado / Receita Total		36,49%	33,70%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA da Localiza, notou-se que a participação do governo teve um acréscimo durante todo o período estudado, passando de 22,60% em 2005 para 27,55% em 2007.

Da mesma forma, a participação dos funcionários também apresentou uma alta, passando de 14,00% em 2005 para 18,05% em 2007.

O mesmo fato ocorreu com a participação dos acionistas que cresceu de 25,30% em 2005 para 30,42% em 2007.

Com o aumento no quadro de funcionários da empresa no período, o índice de valor adicionado por funcionários decresceu, porém em uma proporção menor do que a do aumento do número de funcionários, o que é benéfico para a empresa.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, por falta de dados referentes ao ano de 2005, será feita a analise apenas dos anos de 2006 e 2007. E neste período houve uma queda, passando de 34,49% em 2006 para 33,70% em 2007, sendo que o aumento no quadro de funcionários neste período, não foi relevante.

3.2.17. Varejo

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Riachuelo e Pão de Açúcar.

3.2.17.1. Guararapes Confecções S/A (Riachuelo)

Com base no sitio da Guararapes Confecções S/A (www.guararapes.ind.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

A Guararapes foi fundada em 06 de outubro de 1956, na cidade de Recife-PE, pelos irmãos Nevaldo Rocha e Newton Rocha. Dois anos depois, em setembro de 1958, sua matriz foi transferida para Natal-RN, onde está presente até os dias de hoje.

Em 1979, a Guararapes adquiriu a cadeia de lojas Riachuelo, expandindo sua área de atuação para o varejo.

O mercado de varejo de moda brasileiro é marcado pela grande pulverização. As três maiores redes de varejo têxtil dominam apenas 5% do mercado. Já em economias mais desenvolvidas, os grandes *players* chegam a deter 70% de *market share.*

Desenvolve um modelo de governança corporativa, iniciado desde 1970 quando da abertura de seu capital, e com maior ênfase nos últimos períodos com o crescimento não só dos resultados operacionais do Grupo, como também de toda sua estrutura de negócios.

Divulga seus relatórios socioeconômicos e o Balanço Social em seu site, e o número de funcionários no período estudado foi de 16.774 em 2007, 13.221 em 2006 e 9.669 em 2005. A seguir sua DVA.

Tabela 34 – Demonstração do Valor Adicionado da Riachuelo/Guararapes

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	2.161.918		2.213.758		2.287.701	
Riqueza gerada por terceiros	239.478		287.338		324.340	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.013.056)		(963.936)		(971.913)	
Retenções	(47.945)		(58.325)		(70.956)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**1.340.395**		**1.478.835**		**1.569.172**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	322.443	24,06%	363.723	24,60%	424.250	27,04%
GOVERNO	726.403	54,19%	735.292	49,72%	773.264	49,28%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	212.629	15,86%	184.959	12,51%	191.938	12,23%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	19.656	1,47%	48.048	3,25%	44.616	2,84%
LUCROS RETIDOS	59.264	4,42%	146.813	9,93%	135.104	8,61%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**1.340.395**	**100,00%**	**1.478.835**	**100,00%**	**1.569.172**	**100,00%**

Número de Funcionários	9.669	13.221	16.774
Riqueza Gerada por Funcionário	138,63	111,86	93,55
Valor Adicionado / Receita Total	62,00%	66,80%	68,59%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Riachuelo (Guararapes) percebe-se que a participação do governo diminuiu durante todo o período, passando de 54,19% em 2005 para 49,28% em 2007, porém situando-se acima da carga tributária média brasileira.

Os funcionários tiveram sua participação aumentada de 24,06% em 2005 para 27,04% em 2007 e os sócios também aumentaram sua participação, passando de 5,89% em 2005 para 11,45% em 2007.

Se o número de funcionários cresceu aproximadamente 73,5% no período estudado e seu índice de valor adicionado por funcionários teve uma queda de 32,50% no mesmo período, portanto, menor que o aumento do quadro de funcionários, o que é satisfatório.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, ocorreu um acréscimo no valor de todo o período, indo de 62,00% em 2005 para 68,59% em 2007.

3.2.17.2. Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar)

Com base no sitio da Cia Brasileira de Distribuição (www.grupopaodeacucar.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Em 1948, o imigrante português Valentim dos Santos Diniz funda a doceria Pão de Açúcar. Com o desenvolvimento dos negócios, após quatro anos foram abertas duas filiais e, em 1959, é inaugurado o primeiro supermercado da rede.

Após a incorporação da cadeia Sirva-se, em 1965, a rede chegava a 11 lojas. No ano seguinte, é inaugurada em Santos a primeira loja fora da cidade de São Paulo. Em 1968, quando a rede já era composta por 64 lojas, foi criada a Divisão Internacional, fazendo com que as lojas do Grupo Pão de Açúcar (GPA) chegassem a Portugal, Angola e Espanha.

Organizou a oferta pública inicial, em outubro de 1995, sendo a primeira emissão de ações preferenciais de uma companhia varejista de alimentos na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. E em maio de 1997, foram captados US$ 172,5 milhões na NYSE (primeiras ADRs listadas na Bolsa de Nova York por uma empresa varejista brasileira), e a rede está presente em 14 estados e no Distrito Federal.

Possui programas sociais e ambientais e os divulga através de seu site, juntamente com seu Balanço Social. O numero de funcionários no período estudado foi de 66.165 em 2007, 63.607 em 2006 e 62.803 em 2005. A seguir sua DVA.

Tabela 35 – Demonstração do Valor Adicionado do Pão de Açúcar

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	16.116.206		16.121.445		17.635.617	
Riqueza gerada por terceiros	494.716		688.536		325.026	
Insumos adquiridos de terceiros	(12.694.895)		(13.185.329)		(14.246.426)	
Retenções	(630.283)		(559.592)		(578.725)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**3.285.744**		**3.065.060**		**3.135.492**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	1.221.736	37,18%	1.259.446	41,09%	1.303.257	41,56%
GOVERNO	819.878	24,95%	728.459	23,77%	687.995	21,94%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	987.140	30,04%	991.631	32,35%	933.362	29,77%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	62.053	1,89%	20.312	0,66%	50.084	1,60%
LUCROS RETIDOS	194.937	5,93%	65.212	2,13%	160.794	5,13%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**3.285.744**	**100,00%**	**3.065.060**	**100,00%**	**3.135.492**	**100,00%**

Número de Funcionários	62.803	63.607	66.165
Riqueza Gerada por Funcionário	52,32	48,19	47,39
Valor Adicionado / Receita Total	20,39%	19,01%	17,78%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA do Pão de Açúcar percebe-se que a carga tributária (parcela do governo) diminuiu no período, passando de 24,95% em 2005 para 21,94% em 2007, bem abaixo da carga tributária média brasileira.

Os funcionários tiveram um acréscimo em sua participação, indo de 37,18% em 2005 para 41,56% em 2007, enquanto os acionistas mantiveram sua participação praticamente estável, apresentando uma pequena queda, passando de 7,82% em 2005 para 6,73% em 2007.

Se o número de funcionários no período teve um pequeno aumento, o índice de valor adicionado apresentou uma pequena queda, seguindo a mesma proporção.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, ocorreu uma diminuição no valor de todo o período, indo de 20,39% em 2005 para 17,78% em 2007.

3.2.18. Seguradoras

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Porto Seguro e Mapfre.

3.2.18.1. Porto Seguro S/A (Porto Seguro)

Com base no sitio da Porto Seguro S/A (www.portoseguro.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Em 1945 a Porto Seguro é fundada em São Paulo. Em 1972 Abrahão Garfinkel, ex-diretor da Boa Vista Seguros, adquire a Porto Seguro e no ano de 1976 a Companhia ingressa no mercado de consórcio de automóveis, anteriormente, chamado de Porto Unidas.

Já em 1985 a empresa cobre 70% do território brasileiro, altera sua imagem corporativa e ganha nova identidade visual.

A Porto Seguro Vida e Previdência é criada em 1986. A empresa lança o seu Seguro Saúde no ano de 1991 e em 1995 a Companhia ingressa no mercado de seguros do Uruguai.

No ano de 2004 a Companhia lista suas ações no Novo mercado da BOVESPA, e em 2007 o grupo adota uma nova logomarca com o objetivo de atualizar a identidade visual

Possui programas sociais e ambientais, e os divulga em site juntamente com seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 5.320 em 2007, 4.707 em 2006 e 4.589 em 2005. A seguir é apresentado a Demonstração do Valor Adicionado – DVA da Porto Seguro.

Tabela 36 – Demonstração do Valor Adicionado da Porto Seguro

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	3.311.722		3.886.955		4.350.348	
Riqueza gerada por terceiros	104.549		141.977		185.512	
Insumos adquiridos de terceiros	(2.488.907)		(2.797.960)		(3.255.367)	
Retenções	-		-		-	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**927.364**		**1.230.972**		**1.280.493**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	322.446	34,77%	388.291	31,54%	419.258	32,74%
GOVERNO	287.471	31,00%	349.972	28,43%	401.268	31,34%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	82.267	8,87%	45.137	3,67%	39.940	3,12%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	75.720	8,17%	141.077	11,46%	128.693	10,05%
LUCROS RETIDOS	159.460	17,19%	306.495	24,90%	291.334	22,75%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**927.364**	**100,00%**	**1.230.972**	**100,00%**	**1.280.493**	**100,00%**

Número de Funcionários	4.589	4.707	5.320
Riqueza Gerada por Funcionário	202,08	261,52	240,69
Valor Adicionado / Receita Total	28,00%	31,67%	29,43%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Porto Seguro, pode-se observar que a participação do governo manteve-se praticamente estável, em torno de 31%, durante todo o período estudado, situando-se um pouco abaixo do índice da carga tributária brasileira.

Os funcionários tiveram um decréscimo em sua participação, indo de 34,77% em 2005 para 32,74% em 2007. E os acionistas obtiveram uma participação maior no valor adicionado da empresa, passando de 25,36% em 2005 para 32,80% em 2007.

Apesar de ter ocorrido um aumento no quadro de funcionários da empresa no período estudado, o índice do valor adicionado por funcionários obteve uma melhora de 2007 em relação a 2005.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, apresentou uma alta no ano de 2006 (31,67%) em relação a 2005 (28,00%), e decaindo um pouco em 2007, chegando a 29,43%, porém acima do nível alcançado em 2005.

3.2.18.2. Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A (Mapfre)

Com base no sitio da Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A (www.mapfre.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Fundada em 1933, como uma cooperativa, seu objetivo era prestar assistência a trabalhadores acidentados na Espanha.

Em 1992, a Mapfre chega ao Brasil, e compra parte das ações do Grupo Vera Cruz.

Em 1996, a Mapfre assumiu o controle integral do Grupo, graças a uma mudança na legislação brasileira, que antes não permitia que capital estrangeiro controlasse empresas de seguros. Em 2002, começa o processo de transição da marca Vera Cruz para Mapfre Seguros.

Hoje a Mapfre internacionalizou-se e está presente em 39 países, inclusive em 21 países da América.

Possui e divulga suas ações ambientais e sociais em seu site, inclusive seu Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 1.864 em 2007, 1.730 em 2006 e 1304 em 2005.

A seguir, na tabela 37 é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado da Mapfre.

Tabela 37 – Demonstração do Valor Adicionado da Mapfre

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	2.058.625		2.828.071		3.167.281	
Riqueza gerada por terceiros	8.706		84		3.465	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.755.769)		(2.395.472)		(2.613.276)	
Retenções	-		-		-	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**311.562**		**432.683**		**557.470**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	105.301	33,80%	129.368	29,90%	151.481	27,17%
GOVERNO	160.953	51,66%	216.401	50,01%	251.406	45,10%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
LUCROS RETIDOS	45.308	14,54%	86.914	20,09%	154.583	27,73%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**311.562**	**100,00%**	**432.683**	**100,00%**	**557.470**	**100,00%**

Número de Funcionários	1.304	1.730	1.864
Riqueza Gerada por Funcionário	238,93	250,11	299,07
Valor Adicionado / Receita Total	15,13%	15,30%	17,60%

Fonte: Mapfre – http://www.mapfre.com.br/iContent/arquivo.jsp?idArquivo=3974 (acesso 18/07/2008)

Ao se analisar a DVA da Mapfre, verificou-se que a participação do governo sobre seu valor adicionado teve uma queda, passando de 51,66% em 2005 para 45,10% em 2007, porém situando-se em um valor acima da carga tributária brasileira.

Os funcionários tiveram uma participação menor, passando de 33,80% em 2005 para 27,17% em 2007, enquanto os acionistas obtiveram um acréscimo em sua parte, passando de 14,54% em 2005 para 27,73% em 2007.

Outro ponto a ser comentado foi o aumento no índice do valor adicionado por funcionários, apesar do aumento do quadro de funcionários da empresa durante o período estudado.

Quanto à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuído, ocorreu uma pequena alta no valor de todo o período, indo de 15,13% em 2005 para 17,60% em 2007.

3.2.19. Bancos

Para este setor foram pesquisadas as empresas: Itaú, Santander, Banco do Brasil e Bradesco.

Quanto ao setor bancário, em virtude das DVAs apresentarem em sua parte superior (formação do valor adicionado) apenas receitas, não faria sentido calcular o índice que relaciona o valor adicionado em função da Receita Total. Por esta razão este valor não aparece junto a DVA como nos demais setores.

3.2.19.1. Banco Itaú S/A (Itaú)

Com base no sitio do Banco Itaú S/A (www.itau.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

O Banco Itaú propriamente dito foi fundado em 1944, na cidade de Itaú de Minas na época município de Pratápolis, Minas Gerais, mas a história oficial do banco começa em 30 de dezembro de 1943, quando Alfredo Egídio de Sousa Aranha fundou, na cidade de São Paulo, o Banco Central de Crédito. Ainda assim, considera-se o ano de 1945 como o primeiro ano de funcionamento do banco, pois ele só foi autorizado a operar em 1944. Assim, a primeira agência do Banco Central de Crédito foi aberta em 2 de janeiro de 1945.

A pedido do governo federal, o Banco Central de Crédito mudou de nome, em 1952, para Banco Federal de Crédito. Mais tarde, o governo federal usaria o termo "Banco Central" como nome de sua autoridade monetária principal.

Os anos 60 e 70 foram marcados por diversas incorporações, fusões e aquisições, que proporcionaram um rápido crescimento ao banco.

Em 1973, após outras mudanças de nome, o banco passa a se chamar apenas Banco Itaú, (Itaú, em tupi-guarani, significa pedra escura). Em 1974, foi criada a Itaúsa - Investimentos Itaú, holding que detém controle acionário do banco e de outras empresas.

Até o ano de 2003, o Banco Itaú S.A. controlava todas as operações brasileiras do Grupo Itaúsa na área financeira. Visando uma melhor organização do conglomerado, em novembro de 2002, o Banco Itaú passou a ser uma subsidiária do Itaú Holding, que controla também o Itaú BBA e Itaucred.

O Banco Itaú S.A., sediado em São Paulo, é o braço do Itaú Holding voltado ao setor de varejo, oferecendo serviços de finanças e seguros a mais de 12,4 milhões de pessoas físicas e pequenas empresas, sendo o segundo maior banco privado do Brasil.

Possui programas e ações sociais e ambientais, disponibilizando seus relatórios em seu site, inclusive o Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 65.089 em 2007, 59.921 em 2006 e 51.036 em 2005.

A seguir, na tabela 38. é apresentado a Demonstração do Valor Adicionado do Banco Itau.

Tabela 38 – Demonstração do Valor Adicionado do Banco Itaú

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais Interm.Financ	11.156.714		12.529.696		15.476.486	
Receitas Prestação Serviços	798.239		1.126.390		1.218.943	
Outras Receitas/Despesas Operac	2.044.540		(46.616)		5.278.756	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**13.999.493**		**13.609.470**		**21.974.185**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	4.126.879	29,48%	5.109.247	37,54%	5.800.799	26,40%
GOVERNO	4.665.862	33,33%	4.146.173	30,47%	7.754.693	35,29%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.886.612	13,48%	2.228.106	16,37%	2.829.615	12,88%
LUCROS RETIDOS	3.320.140	23,72%	2.125.944	15,62%	5.589.078	25,43%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**13.999.493**	**100,00%**	**13.609.470**	**100,00%**	**21.974.185**	**100,00%**

Número de Funcionários	51.036	59.921	65.089
Riqueza Gerada por Funcionário	274,31	227,12	337,60

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA do Banco Itaú inferiu-se um pequeno acréscimo durante todo o período estudado, na participação do governo, passando de 33,33% em 2005 para 35,29% em 2007.

Já a participação dos funcionários teve um decréscimo, passando de 29,48% em 2005 para 26,40% em 2007, enquanto os acionistas mantiveram estável sua participação sobre o valor adicionado.

Um ponto positivo a ser ressaltado é que, apesar do quadro de empregados da empresa ter aumentado, seu índice de valor adicionado por funcionários também apresentou uma melhora relevante.

3.2.19.2. Banco Santander Meridional S/A (Santander)

Com base no sitio do Banco Santander S/A (www.santander.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

O Santander é um dos maiores conglomerados financeiros do Brasil, com presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, sendo que sua presença está estrategicamente concentrada nas principais cidades das Regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional.

O processo de forte crescimento dos negócios no Brasil foi iniciado em 1997 com a aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. Nos anos seguintes, foram mais três aquisições, que o fizeram ganhar posição entre os maiores grupos financeiros do setor no país, inclusive o controle do Banespa em 2000.

Em agosto de 2006, as diretorias executivas do Banco Santander Meridional S.A. (BSM), do Banco Santander Brasil S.A. (BSB), do Banco Santander S.A. (BSSA) e do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa) e o Conselho de Administração do Banespa aprovaram a proposta de reestruturação societária constituída pelas incorporações do BSB, do BSSA e do Banespa pelo BSM, que passou a denominar-se Banco Santander Banespa S.A., continuando a ser vinculado societariamente, em nível mundial, ao Banco Santander Central Hispano. Em março de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a abertura de capital do Banco Santander Banespa S.A.

Possui ações sociais e ambientais e divulga estes relatórios em seu site. O número de funcionários no período estudado foi de 22.965 em 2007, 23.355 em 2006 e 22.141 em 2005. A seguir, a DVA do Banco Santander.

Tabela 39 – Demonstração do Valor Adicionado da Banco Santander

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais Interm.Financ	não informado		5.296.327		5.849.070	
Receitas Prestação Serviços	não informado		2.904.234		3.741.419	
Outras Receitas/Despesas Operac	não informado		(3.812.807)		(4.401.917)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**4.897.366**		**4.387.753**		**5.188.572**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	2.098.521	42,85%	1.953.428	44,52%	2.059.575	39,69%
GOVERNO	1.054.403	21,53%	1.011.377	23,05%	1.283.601	24,74%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	0	0,00%	163.224	3,72%	0	0,00%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.412.890	28,85%	675.714	15,40%	1.743.006	33,59%
LUCROS RETIDOS	331.552	6,77%	584.010	13,31%	102.390	1,97%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**4.897.366**	**100,00%**	**4.387.753**	**100,00%**	**5.188.572**	**100,00%**

Número de Funcionários	22.141	23.355	22.965
Riqueza Gerada por Funcionário	221,19	187,87	225,93

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA do Banco Santander nota-se que a participação governamental no valor adicionado passou de 21,53% em 2005 para 24,74% em 2007, porém, mesmo apresentando este aumento, seu valor continua abaixo da carga tributária média brasileira.

Se os funcionários tiveram uma participação menor no período, indo de 42,85% em 2005 para 39,69% em 2007, os acionistas tiveram sua participação praticamente estabilizada no período, situando-se em torno de 34%.

Quanto ao número de funcionários e o valor do índice de valor adicionado por funcionários também se mantiveram estáveis, apesar de ter ocorrido uma queda em 2006 em relação a 2007, porém voltando ao nível inicial em 2007.

3.2.19.3. Banco do Brasil S/A (Banco do Brasil)

Com base no sitio do Banco do Brasil S/A (www.bb.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

Foi criado o primeiro banco do Brasil em 12 de outubro de 1808 pelo Rei D. João VI, por sugestão do conde de Linhares, Rodrigo de Sousa Coutinho, num conjunto de ações que visavam a criação de indústrias manufatureiras no Brasil, incluindo isenções de impostos para importação de matérias-primas e de exportação de produtos industrializados.

Instalou-se inicialmente na Rua Direita, esquina com Rua de São Pedro, no Rio de Janeiro, com 1 mil e 200 contos de réis de capital. Funcionando como uma espécie de banco central misto, foi o quarto banco emissor do mundo, depois do Banco da Suécia , Banco da Inglaterra e Banco da França.

Com o saque de vultosa quantia e o retorno de D. João VI para Portugal, esse primeiro Banco do Brasil veio a falir.

Anos mais tarde, Irineu Evangelista de Souza, que viria a ser Barão e Visconde de Mauá, criou em 1851 uma nova instituição denominada Banco do Brasil. Como antes, também nascida de um lançamento público.

Atualmente ocupa posição de destaque no sistema financeiro nacional, sendo o primeiro em ativos financeiros, volume de depósitos totais, carteira de crédito, base de clientes pessoas físicas, câmbio exportação, administração de recursos de terceiros (o maior da América Latina) e faturamento de cartão de crédito.

O Banco do Brasil S.A. (BB) é uma instituição financeira brasileira, constituída na forma de sociedade de economia mista, com participação da União (governo federal brasileiro) com 70% das ações.

Possui diversos programas e ações sociais e ambientais, divulgado seus resultados nestas áreas através de seu sitio, inclusive o Balanço Social. O numero de funcionários no período estudado foi de 81.855 em 2007, 82.672 em 2006 e 83.751 em 2005. A seguir a DVA do Banco do Brasil.

Tabela 40 – Demonstração do Valor Adicionado da Banco do Brasil

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais Interm.Financ	10.809.261		10.808.310		15.154.739	
Receitas Prestação Serviços	7.648.070		8.887.274		9.901.622	
Outras Receitas/Despesas Operac	(2.022.842)		(3.683.082)		(6.277.188)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**16.434.489**		**16.012.502**		**18.779.173**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	7.117.829	43,31%	7.722.250	48,23%	8.759.401	46,64%
GOVERNO	5.163.058	31,42%	2.246.475	14,03%	4.961.653	26,42%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.498.071	9,12%	2.417.510	15,10%	2.023.248	10,77%
LUCROS RETIDOS	2.655.531	16,16%	3.626.267	22,65%	3.034.871	16,16%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**16.434.489**	**100,00%**	**16.012.502**	**100,00%**	**18.779.173**	**100,00%**

Número de Funcionários	83.751	82.672	81.855
Riqueza Gerada por Funcionário	196,23	193,69	229,42

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA do Banco do Brasil pode-se observar que a participação do governo sofreu uma queda acentuada de 2006 em relação a 2005, passando de 31,42% em 2005 para 14,03% em 2006, apresentando um acréscimo em 2007 (26,42%), porém não chegando ao valor de 2005, ficando abaixo da carga tributária brasileira.

Os funcionários tiveram um acréscimo em sua participação, passando de 43,31% em 2005 para 46,64% em 2007 e os acionistas apesar do pequeno aumento na sua participação, praticamente mantiveram seus valores estáveis, indo de 25,28% em 2005 para 26,93% em 2007.

Se o número de funcionários caiu no período, o valor adicionado por funcionário obteve um acréscimo superior à queda percentual de seu quadro, o que é benéfico para a empresa.

3.2.19.4. Banco Bradesco S/A (Bradesco)

Com base no sitio do Banco Bradesco S/A (www.bradesco.com.br), elaborou-se o histórico da empresa, conforme referenciado a seguir:

O Banco Bradesco foi fundado em 1943 como um banco comercial sob o nome de "Banco Brasileiro de Descontos S.A." Em 1948, iniciou um período de intensa expansão, que fez com que se tornasse o maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Expandiu suas atividades em todo o país durante a década de 70, conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, mudou sua denominação para Banco Bradesco S.A.

De acordo com o ranking do Banco Central de dezembro de 2007, é o maior banco do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil, em termos de total de ativos.

O Bradesco é a instituição financeira brasileira com melhor colocação no ranking da revista Fortune, que traz a lista das 500 maiores empresas do mundo em 2007.

Possui ações socio-ambientais e divulga seus resultados e relatórios nesta área através de seu sitio, incluindo o Balanço Social. O número de funcionários no período estudado foi de 65.050 em 2007, 63.163 em 2006 e 61.347 em 2005. A seguir a DVA do Bradesco.

Tabela 41 – Demonstração do Valor Adicionado do Banco Bradesco

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais Interm.Financ	14.774.823		15.982.117		18.032.173	
Receitas Prestação Serviços	7.348.879		8.897.882		10.805.490	
Outras Receitas/Despesas Operac	(7.195.365)		(10.088.616)		(9.004.035)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**14.928.337**		**14.791.383**		**19.833.628**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	4.648.293	31,14%	5.505.287	37,22%	5.973.382	30,12%
GOVERNO	4.765.970	31,93%	4.232.056	28,61%	5.850.522	29,50%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.881.000	12,60%	2.159.571	14,60%	2.822.796	14,23%
LUCROS RETIDOS	3.633.074	24,34%	2.894.469	19,57%	5.186.928	26,15%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**14.928.337**	**100,00%**	**14.791.383**	**100,00%**	**19.833.628**	**100,00%**

Número de Funcionários	61.347	63.163	65.050
Riqueza Gerada por Funcionário	243,34	234,18	304,90

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Ao se analisar a DVA do Banco Bradesco, constata-se que a participação do governo decresceu, indo de 31,93% em 2005 para 29,50% em 2007, mantendo-se abaixo da carga tributária brasileira.

Os empregados também tiveram uma diminuição em sua participação, passando de 31,14% em 2005 para 30,12% em 2007, mesmo apresentando uma melhora no ano de 2006.

Os acionistas tiveram sua participação aumentada no período, passando de 36,94% em 2005 para 40,38% em 2007.

E, embora o número de funcionários tenha crescido no período, o índice de valor adicionado por funcionário teve alta, demonstrando uma boa gestão deste item pela empresa.

4. ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

4.1. Metodologia das Análises

A seguir apresenta-se uma análise geral baseada nas Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) das empresas selecionadas.

Primeiramente será efetuada a análise separadamente por setor, comparando e analisando os dados das duas empresas contidas em cada setor.

Em seguida, a análise será realizada de forma geral, ou seja, com o exame sendo feito sobre todas as empresas de todos os setores estudados.

Todos os dados para as análises e gráficos apresentados adiante, foram extraídos dos DVAs das empresas apresentadas no capítulo anterior.

E, conforme tabela 1 (pág. 54), para efeito comparativo entre a parte destinada ao governo e a carga tributária, utilizar-se-á os valores da carga tributária calculada pelo novo método, ou seja, 34,12% para 2005, 35,06% para 2006 e 36,08% para 2007.

4.2. Análise Setorial das Demonstrações do Valor Adicionado

4.2.1. Setor de Atacado Alimentos

Conforme mostra o gráfico 02, constata-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado da Perdigão é bem superior à carga tributária brasileira medida pelo IBGE, enquanto que na Sadia, a parte do governo é praticamente igual à carga tributária.

Nota-se, ainda, que a parcela destinada ao governo, nas duas empresas, subiu todos os anos, durante o período estudado. Portanto, infere-se que a carga tributária referente ao setor de atacado, medida nas empresas estudadas, é crescente e na mesma proporção do crescimento da carga tributária brasileira.

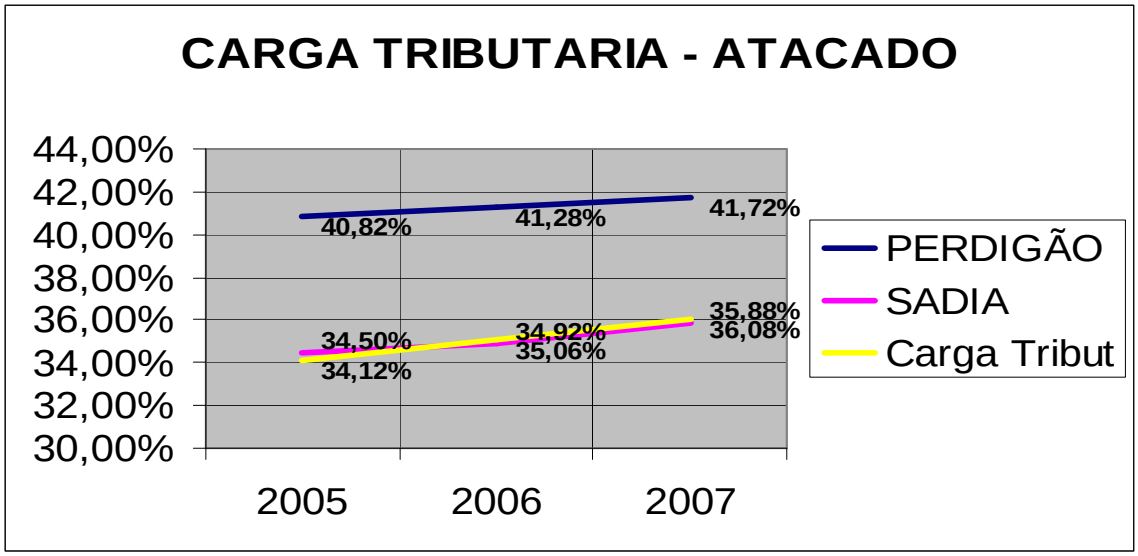


Gráfico 02 – Carga tributária medida no setor – Atacado de Alimentos

Já no gráfico 03, onde se visualiza como o valor adicionado do setor de atacados de alimentos foi repartido entre seus agentes, percebe-se que, como a parte do governo aumenta no período, os outros agentes tiveram sua parcela diminuída. Nas empresas pesquisadas neste setor, no ano de 2006 foram os acionistas os que tiveram sua parte diminuída, enquanto que no ano de 2007, foram os trabalhadores que tiveram uma menor participação

Observa-se também que a parte referente à remuneração de capital de terceiros é bem pequena, significando que as empresas deste setor não possuem dependência deste tipo de capital.

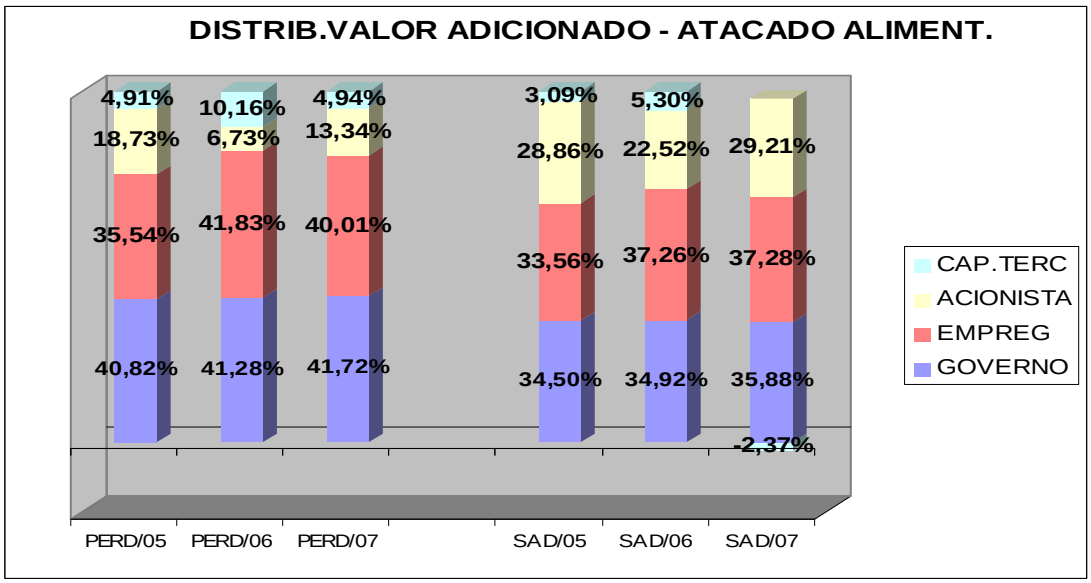


Gráfico 03 – Distribuição do Valor Adicionado – Atacado de Alimentos

4.2.2. Setor de Auto-Indústria

Neste setor foram estudadas as DVAs da Iochpe e da Random

Conforme evidencia o gráfico 04, verifica-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas é inferior à carga brasileira medida pelo IBGE.

Nota-se, ainda, que a parcela destinada ao governo, nas duas empresas, teve comportamento diferente nos três anos, durante o período estudado, sendo que a Random manteve-se quase inalterada, enquanto a Iochpe teve um aumento em 2006 e uma queda em 2007, completamente diferente da carga tributária média brasileira. Portanto, infere-se que a carga tributária referente ao setor de auto-indústria, medida nas empresas estudadas, é variável, menor e não apresenta nenhum vínculo com a carga tributária brasileira.

.

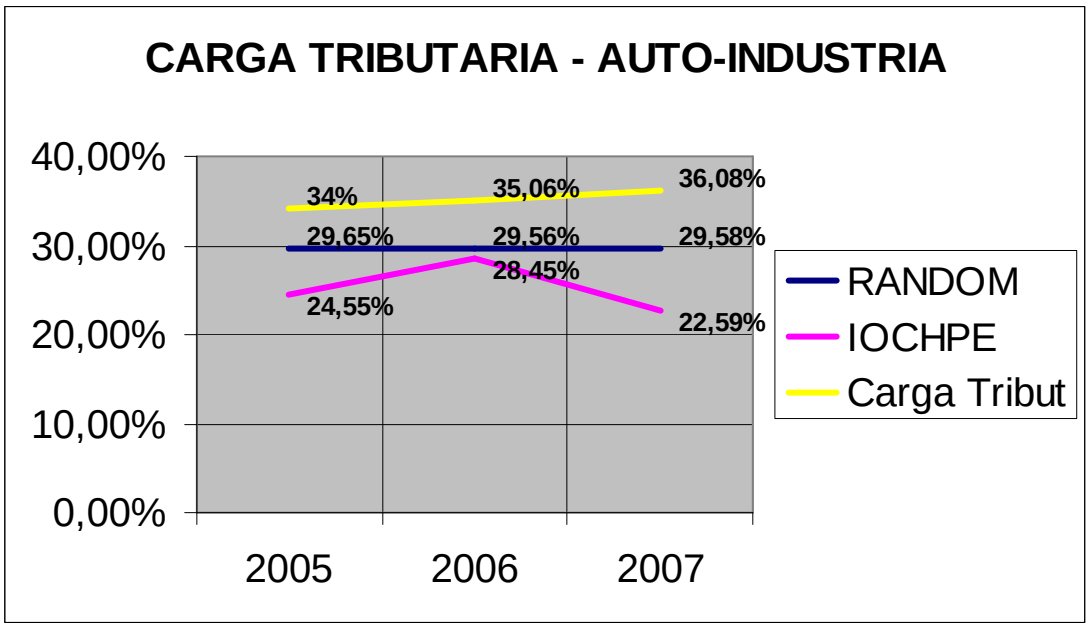


Gráfico 04 – Carga tributária medida no setor - Auto-Industria

Quanto ao gráfico 05, onde se visualiza como o valor adicionado (VA) do setor de auto-indústria foi repartido entre seus agentes, percebe-se que, todas as partes envolvidas têm parcelas relativamente constantes durante todo o período, e que os mais beneficiados com a distribuição são os funcionários, que ficam com a parte maior.

Pode-se observar que aproximadamente 10% do valor adicionado das empresas é destinado à remuneração de capital de terceiros, parcela menor que de todos os outros agentes.

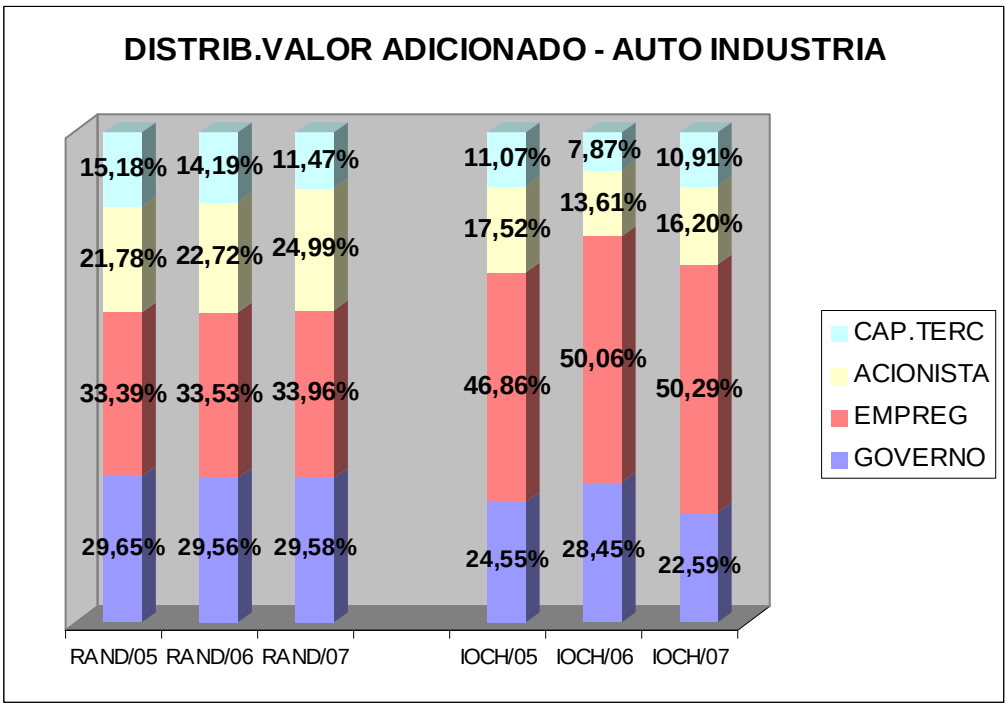


Gráfico 05 – Distribuição do Valor adicionado – Auto-Indústria

4.2.3. Setor de Bens de Capital

Neste setor foram estudadas as DVAs da Villares e das Forjas Taurus.

Da análise do gráfico 06, verifica-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas se apresenta independente e diferente da forma como a carga tributária brasileira se comporta.

Enquanto a Villares está com sua carga tributária acima da média, a Taurus se apresenta abaixo da mesma. Porém, apesar do acréscimo nos tributos da Villares no ano de 2007, constata-se que a tendência nestes três anos foi de queda.

Pode-se, portanto, notar que a carga tributária referente ao setor de bens de capital, medida nas empresas estudadas, é variável, menor e não apresenta nenhum vínculo com a carga tributária brasileira.

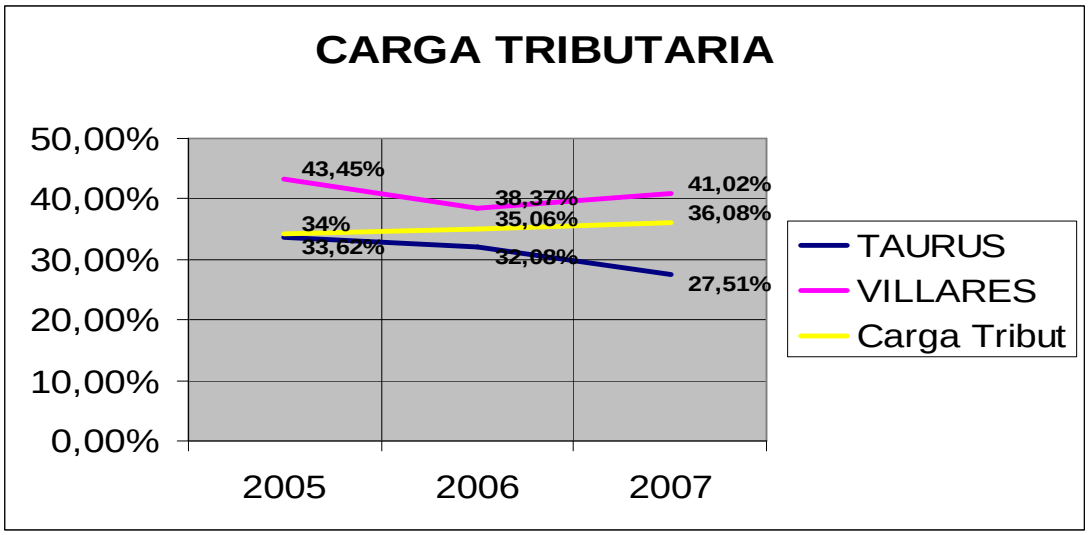


Gráfico 06 – Carga tributária medida no setor – Bens de Capital

Quanto ao gráfico 07, onde se visualiza como o valor adicionado do setor de bens de capital foi repartido entre seus agentes, percebe-se que as empresas estudadas apresentam posições completamente diferentes. Enquanto na Villares a parte destinada aos funcionários é a menor, com o governo recebendo a maior fatia e ocorrendo uma evolução na parcela destinada aos acionistas, na Taurus os funcionários recebem a maior parte do valor adicionado pela empresa, deixando os acionistas com uma parte menor, porém com valores inferiores ao do governo.

Observa-se no gráfico 07 também que, este setor, de acordo com as empresas estudadas, não depende de capital de terceiros, sendo que a parte do valor adicionado pela empresa é de aproximadamente 10%. Porém, na Taurus, que nos três anos estudados apresentou uma queda na parcela dos acionistas, aproximou sua participação do valor destinado à remuneração de capital de terceiros.

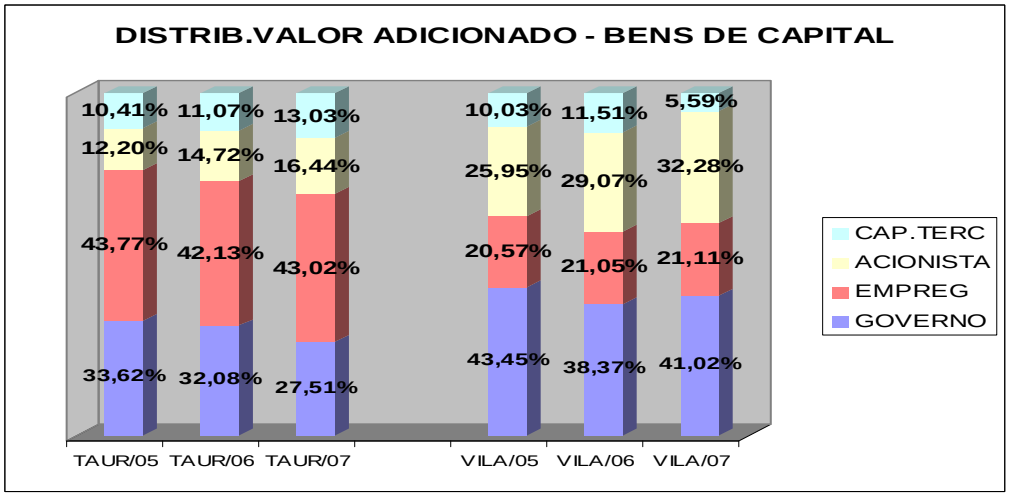


Gráfico 07 – Distribuição do Valor adicionado – Bens de Capital

4.2.4. Setor de Bens de Consumo Supérfluos

Neste setor foram estudadas as DVAs da Natura e Souza Cruz.

Conforme evidencia o gráfico 8, infere-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas se apresenta bem acima da carga tributária média do Brasil. Fato mais que esperado por se tratar de duas empresas que atuam no setor de supérfluos. Inclusive o setor de fumo (Souza Cruz) possui uma carga tributária acima do setor de cosméticos (Natura). Nota-se ainda que esta carga sofre pequenas variações, seguindo o comportamento da carga tributária brasileira.

Pode-se, portanto, perceber que a carga tributária referente ao setor de bens de consumo supérfluo, medida nas empresas estudadas, é bem maior e apresenta vínculo com a carga tributária brasileira.

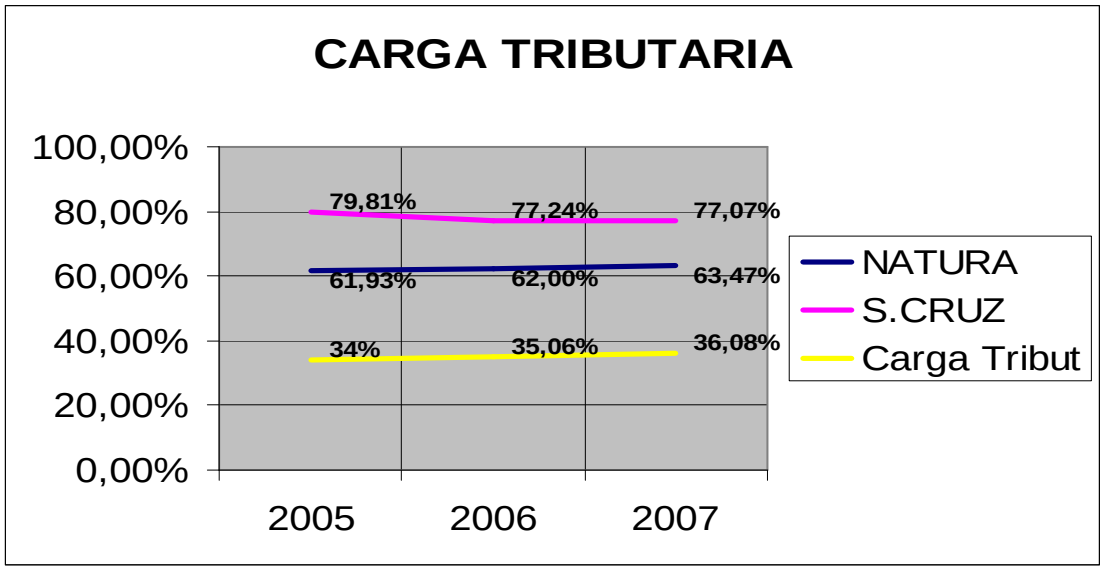


Gráfico 8 – Carga tributária medida no setor – Bens de Consumo Supérfluo

Na análise do gráfico 9, percebe-se que devido à alta carga tributária incidente sobre este tipo de empresa, quem fica com a menor parte do valor adicionado gerado são os funcionários, sendo que na Souza Cruz sua participação é bem menor que na Natura, por ser intensiva em capital.

Os acionistas têm ficado com uma parcela razoavelmente constante deste valor nas duas empresas, e sempre superior à parte destinada aos funcionários. Outro ponto que merece destaque diz respeito desigualdade na proporção da divisão. Na Souza Cruz a diferença entre a parte destinada ao governo é,

aproximadamente, dez vezes maior que à parte dos funcionários e na Natura esta razão cai para perto de duas vezes e meia.

Quanto à parcela destinada a juros e aluguel, o valor é muito pequeno em relação aos demais agentes, demonstrando que as empresas do setor de bens de consumo supérfluo não precisam recorrer a capital de terceiros (empréstimos e financiamentos) para sua operacionalidade, dependendo muito pouco deste tipo de capital.

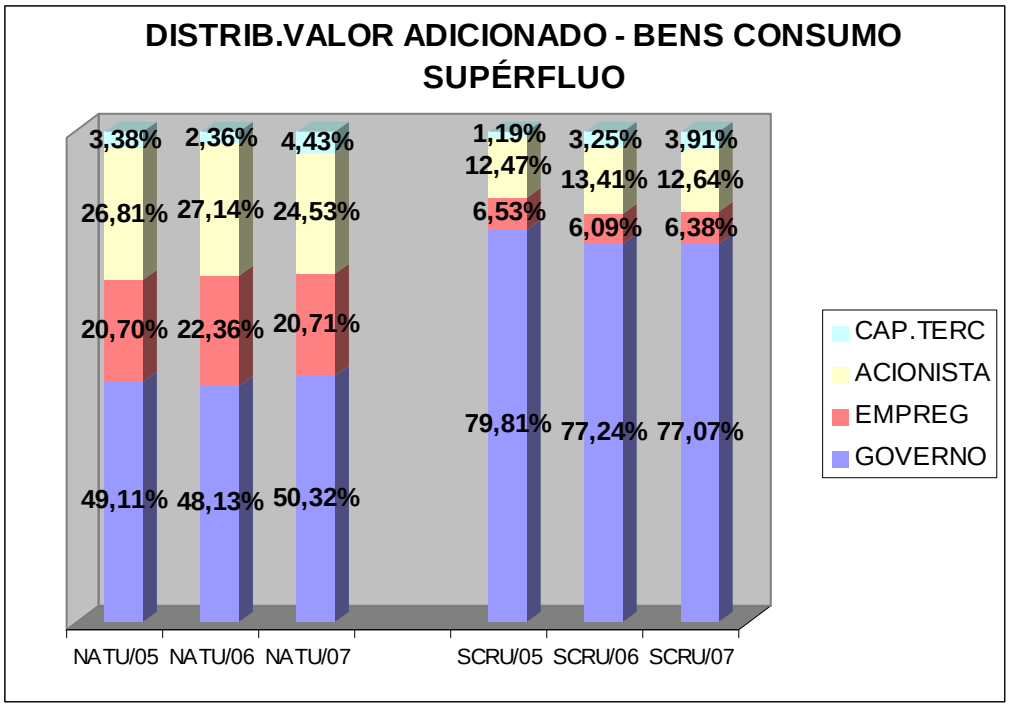


Gráfico 9 – Distribuição do Valor adicionado – Bens de Consumo Supérfluos

4.2.5. Setor de Energia

Neste setor foram estudadas as DVAs da CPFL e da Elektro.

O gráfico 10, evidencia que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas situa-se bem acima da média da carga tributária brasileira e em tendência de crescimento no período.

Percebe-se, portanto, que a carga tributária referente ao setor de energia, medida nas empresas estudadas, apresenta vínculo com a carga tributária brasileira, e situa-se em um patamar bem acima da média nacional.

Deve-se destacar que este setor muito importante para as empresas como também para a sociedade, já que se trata de um setor de necessidade básica, onde a carga tributária não deveria se situar em um patamar tão elevado.

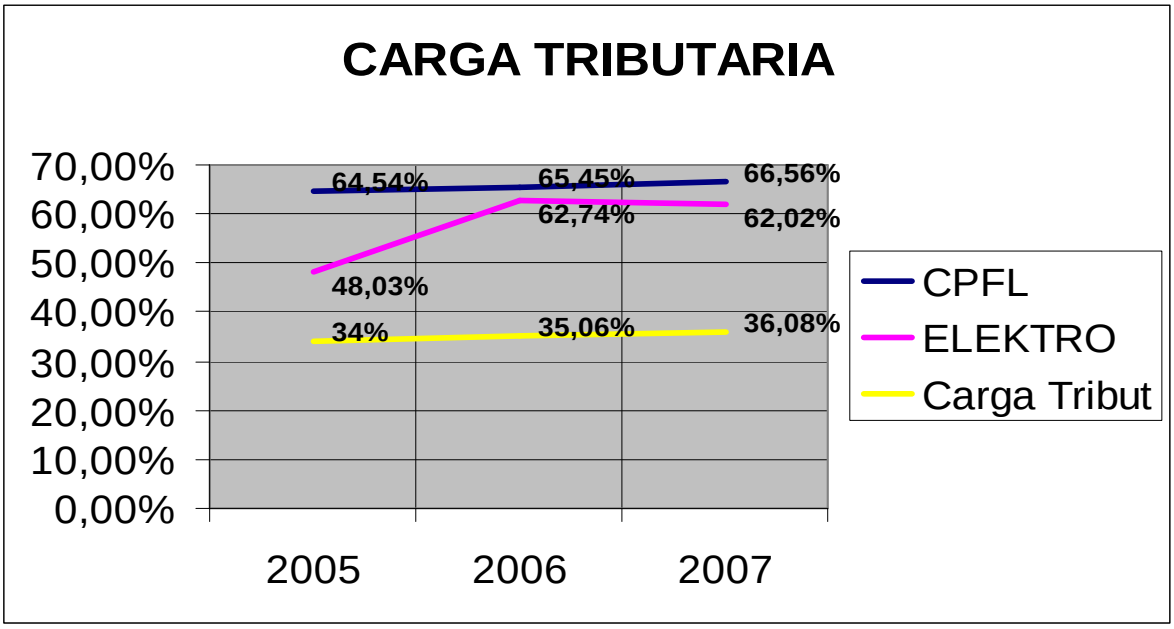


Gráfico 10 – Carga tributária medida no setor – Energia

Quanto ao gráfico 11, constata-se que a menor parcela do valor adicionado gerado é destinada ao Pessoal. Em decorrência de serem empresas de capital intensivo, apenas uma pequena parcela é destinada aos empregados, sendo que estes valores situam-se em cerca 5% na CPFL e em 7% na Elektro.

Destaque-se que como a carga tributária neste setor é muito alta, consumindo acima de 60% da riqueza gerada pelas empresas. Com isso, os outros agentes envolvidos ficam prejudicados.

Infere-se que essa carga tributária prejudica os usuários dos serviços, que terão de pagar mais caro para tê-los.

Cabe ressaltar ainda que, a parcela dos acionistas se situa estável, no patamar dos 20%.

Percebe-se também que a parte destinada à remuneração do capital de terceiros que começou em 2005 em 12% na CPFL e de 16% na Elektro, caiu para aproximadamente 8% nas duas empresas em 2007. Mais uma vez é importante destacar que este valor, mesmo ficando acima da parcela destinada aos funcionários, é bem reduzida. Tais valores se devem a alta percentagem que é destinada ao governo através da carga tributária imposta para este tipo de empresa. Mesmo se tratando de um insumo básico, tanto para as empresas como para a sociedade em geral.

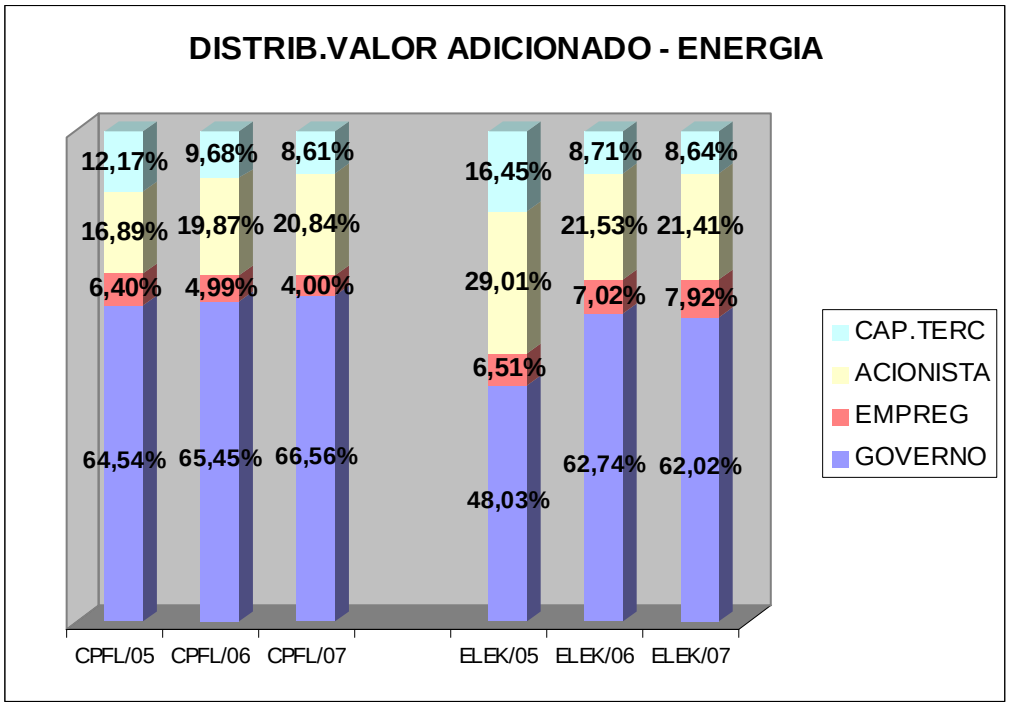


Gráfico 11 – Distribuição do Valor adicionado – Energia

4.2.6. Setor Farmacêutico

Neste setor foram estudadas as DVAs da Roche e da Apsen.

Conforme mostra o gráfico 12, percebe-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas se comportam de maneira diferente. Enquanto a Roche que possuía uma carga tributária menor em relação à média nacional, viu esta carga tributária se elevar no período pesquisado, inclusive ultrapassando-a em 2007, a Apsen que no início possuía uma carga tributária acima da média, decaiu no período, acabando com um valor menor que a média brasileira. Porém, por se tratar de um setor primordial para a população, a Saúde, pode-se considerar a carga tributária deste setor muito elevada, consumindo praticamente um terço de toda a riqueza gerada pela empresa.

Percebe-se, portanto, que a carga tributária referente ao setor farmacêutico, medida nas empresas estudadas, apresenta certo vínculo com a carga tributária brasileira, podendo ser considerada como estando encaixada na média brasileira.

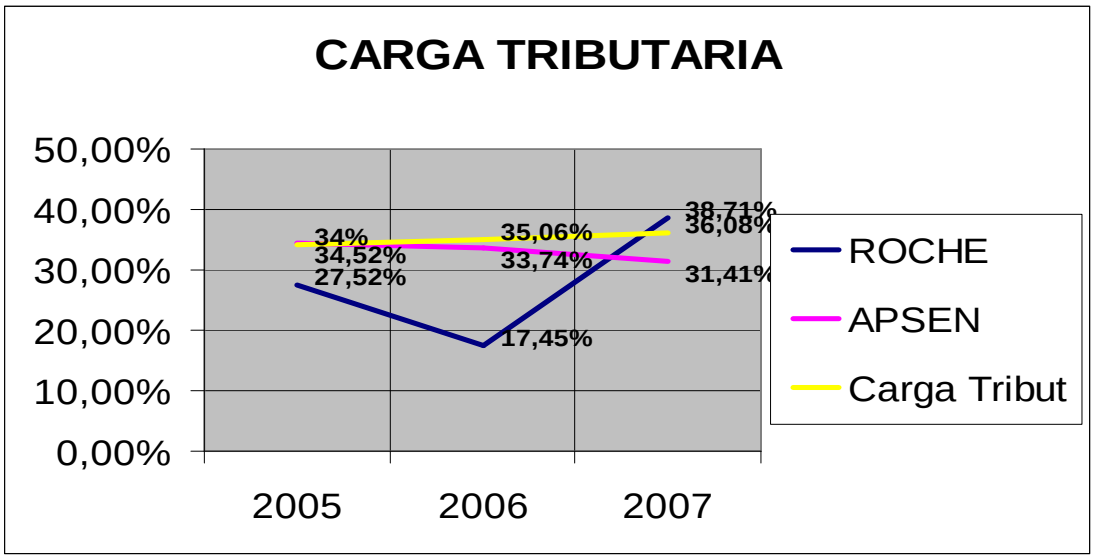


Gráfico 12 – Carga tributária medida no setor – Farmacêutico

Quanto ao gráfico 13, nota-se que a maior parcela do valor adicionado gerado pelas empresas é destinada aos funcionários, já que nas empresas pesquisadas, a maior parte é destinada a eles, recebendo em média 40% do total gerado. Quanto aos sócios, sua parte é a menor, variando de 12% a 23%, ficando abaixo do governo e dos empregados.

Com relação à remuneração do capital de terceiros, enquanto na Roche o valor é insignificante, na Apsen é maior chegando a 8,39% em 2007.

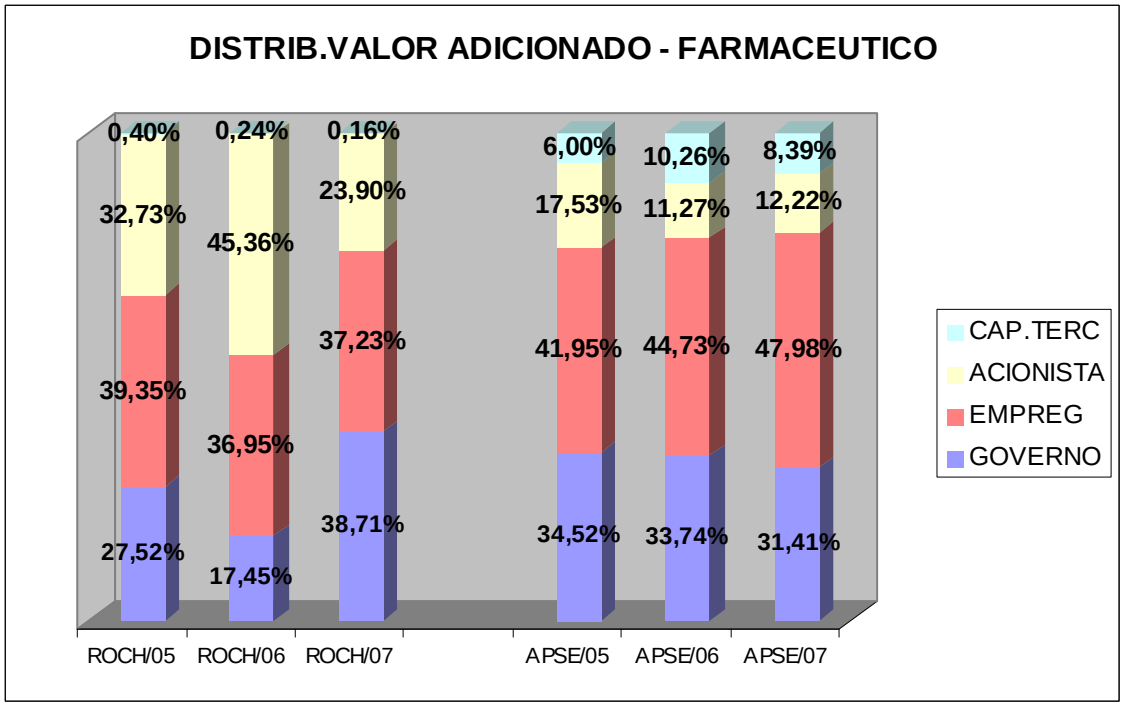


Gráfico 13 – Distribuição do Valor adicionado – Farmacêutico

4.2.7. Setor da Industria da Construção

Neste setor foram estudadas as DVAs da Camargo Correa e da Duratex.

O gráfico 14, evidencia que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas situa-se acima da média da carga tributária brasileira. Também por ser um setor muito importante na área social, o da habitação, este apresenta uma carga acima do desejado. E, apesar da pequena queda no peso da carga tributária da Duratex no período, ficou em um patamar acima da média nacional, enquanto que na Camargo Correa ocorreu crescimento na parte destinada ao governo no último ano (2007).

Portanto, a carga tributária referente ao setor da indústria da construção, medida nas empresas estudadas, apresenta vínculo com a carga tributária brasileira, situando-se acima da mesma, chegando a representar quase 50% de toda a riqueza gerada pela empresa.

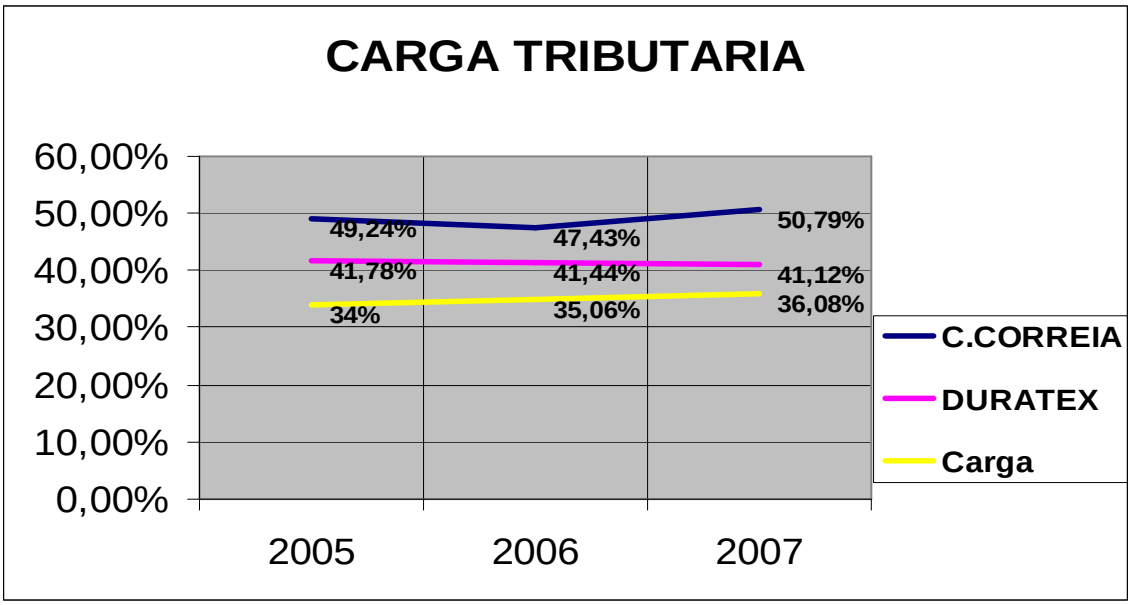


Gráfico 14 – Carga tributária medida no setor – Industria da Construção

Com relação ao gráfico 15, nota-se que, como o peso da parte do governo é elevada, o restante é dividido entre os acionistas e os funcionários, em parcelas menores. Apesar de nenhuma das duas empresas ter apresentado uma diminuição no seu quadro de funcionários no período, a parte destinada a eles diminuiu, enquanto à parcela dos sócios apresentou uma significativa melhora.

O setor de construção depende mais do capital de terceiros, e isto é retratado no valor referente à remuneração do capital de terceiros, que apesar de apresentar uma queda nos três anos, gira em torno dos 10% para estas empresas.

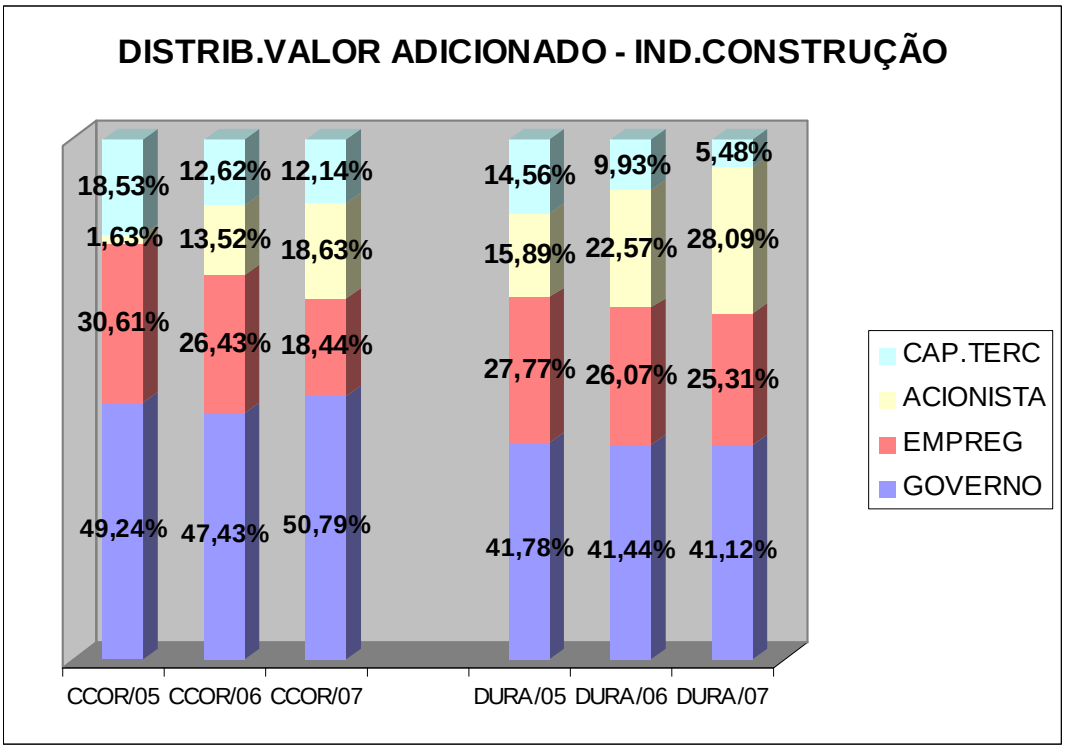


Gráfico 15 – Distribuição do Valor adicionado – Industria da Construção

4.2.8. Setor de Mineração

Neste setor foram estudadas as DVAs da Vale e da MRN.

Conforme evidencia o gráfico 16, infere-se que a parcela destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas situa-se bem abaixo da média da carga tributária brasileira.

Nos dois primeiros anos estudados, ambas as empresas tinham uma carga tributária bem parecida, porém no último ano (2007) a MRN teve uma subida bem acentuada na sua carga tributária, ficando, porém, abaixo da média nacional.

Constata-se que a carga tributária referente ao setor de mineração, medida nas empresas pesquisada, apresenta certo vínculo com a carga tributária brasileira, situando-se bem abaixo da mesma.

A seguir é apresentado o comportamento da carga tributária neste segmento da economia brasileira.

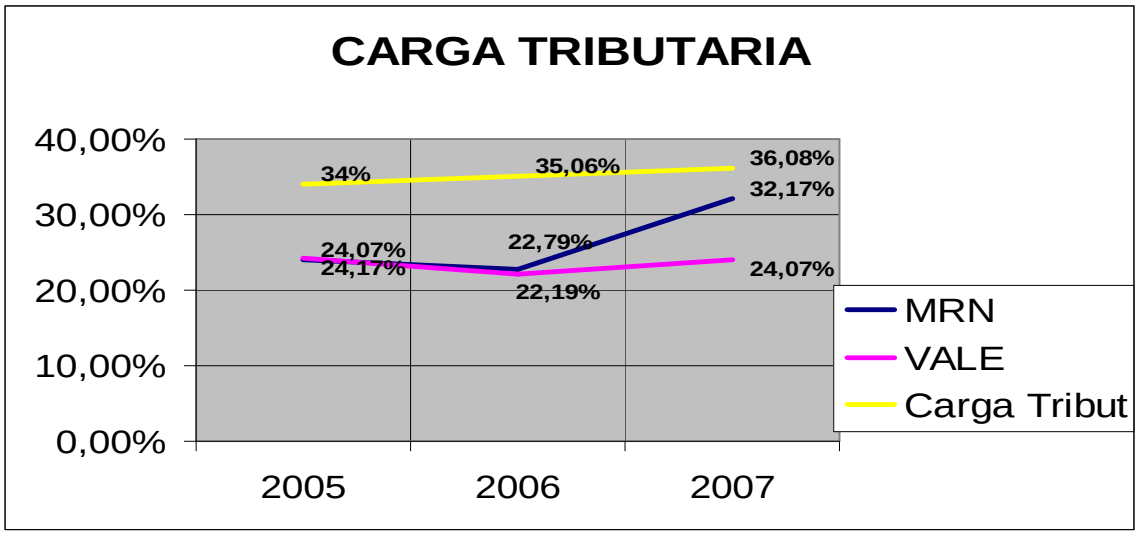


Gráfico 16 – Carga tributária medida no setor – Mineração

Na análise do gráfico 17, constatou-se que este setor é bastante rentável para os acionistas destas empresas. A parte destinada a eles representa mais da metade de toda a riqueza gerada pelas companhias. Já os funcionários ficam com apenas dez por cento de toda a riqueza que ajudam a criar.

Evidencie-se que mesmo empresas de grande porte como a Vale, com mais de 60.000 funcionários, a parte destinada a eles é bem inferior à parte dos acionistas e do governo.

Percebe-se ainda que, a dependência deste setor referente ao capital de terceiros não é grande, mesmo que na Vale este valor esteja com uma tendência de crescimento, devido aos investimentos que a empresa tem efetuado atualmente.

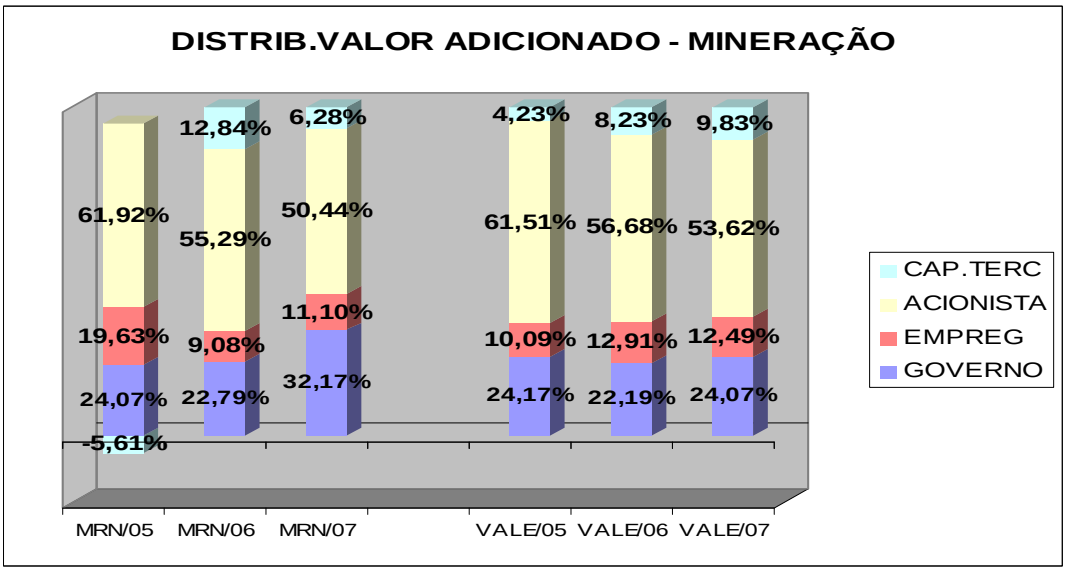


Gráfico 17 – Distribuição do Valor adicionado – Mineração

4.2.9. Setor de Papel e Celulose

Neste setor foram estudadas as DVAs da Suzano e da Klabin.

O gráfico 18, evidencia que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas situava-se abaixo da média da carga tributária brasileira, nos dois primeiros anos pesquisados, 2005 e 2006. Porém, no ano de 2007 a Suzano teve um acréscimo na carga tributária que a fez ultrapassar o valor da média nacional, em decorrência de acréscimo de lucros tributados pelo imposto de renda e contribuição social, notando-se um achatamento da parte relativa ao pessoal.

A Klabin continuou com carga tributária abaixo desta média. Mas pode-se considerar que a carga deste setor é menor do que a média medida no Brasil. Mesmo assim, a carga tributária das empresas encontra-se em torno de 30%.

A carga tributária referente ao setor de papel e celulose, medida nas empresas estudadas apresenta certo vínculo com a carga tributária brasileira, situando-se abaixo da mesma.

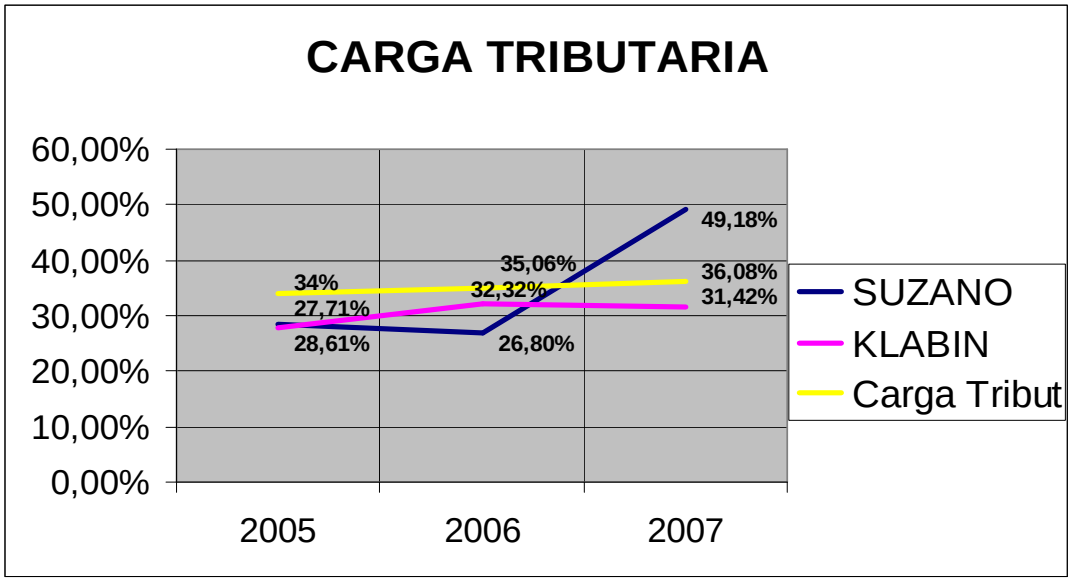


Gráfico 18 – Carga tributária medida no setor – Papel e Celulose

Observando-se o gráfico 19, nota-se que a divisão entre as partes é bem distribuída, sendo que os sócios ficam uma parcela um pouco maior que o governo e os funcionários.

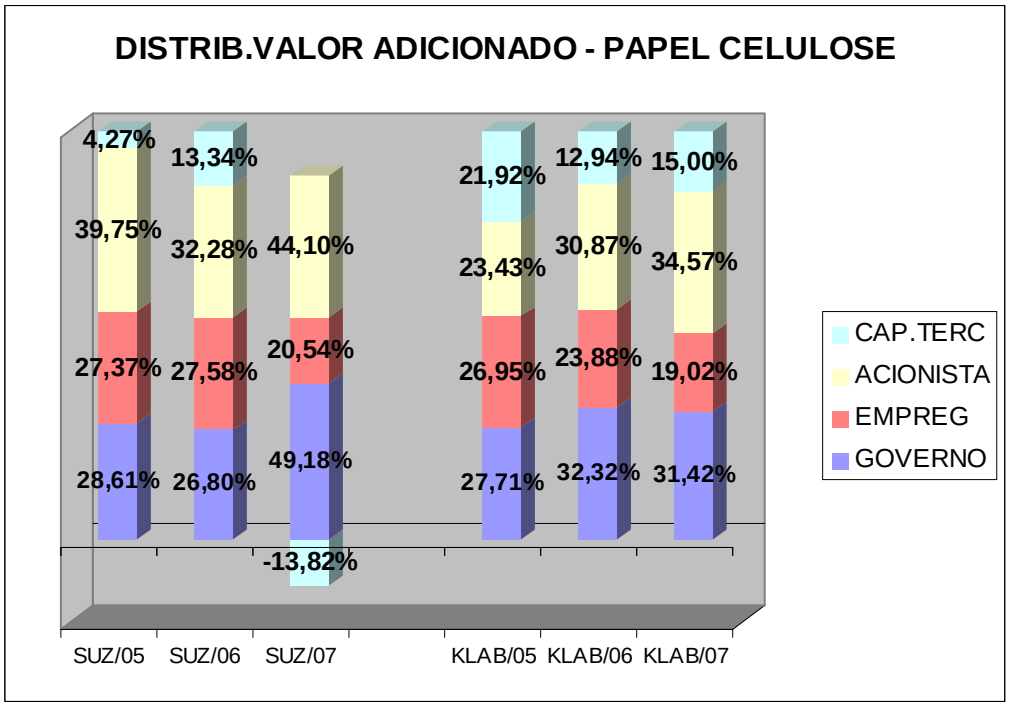


Gráfico 19 – Distribuição do Valor adicionado – Papel e Celulose

4.2.10. Setor de Química e Petroquímica

Neste setor foram estudadas as DVAs da Petrobras e Fosfertil.

Conforme mostra o gráfico 20, verifica-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado das empresas tem um comportamento distinto. A Fosfertil está abaixo da carga tributária média brasileira, porém apresentou um acréscimo no período aproximando-se da média nacional em 2007. A Petrobras apresentou uma carga tributária extremamente alta, em torno de 60% de todo o valor adicionado gerado. Inclusive, por ser a Petrobras uma empresa que produz combustíveis, que servem a população de forma direta através do transporte coletivo e indireta, através do transporte de bens e produtos. Esta alta carga tributária acaba aumentando o valor dos preços finais, reduzindo a renda da população, contribuindo para o aumento da carga tributária média nacional, bem como da inflação, pelo efeito multiplicador que os preços dos produtos têm na economia brasileira.

O peso da carga tributária no setor de Química e Petroquímica é apresentado no gráfico 20, a seguir.

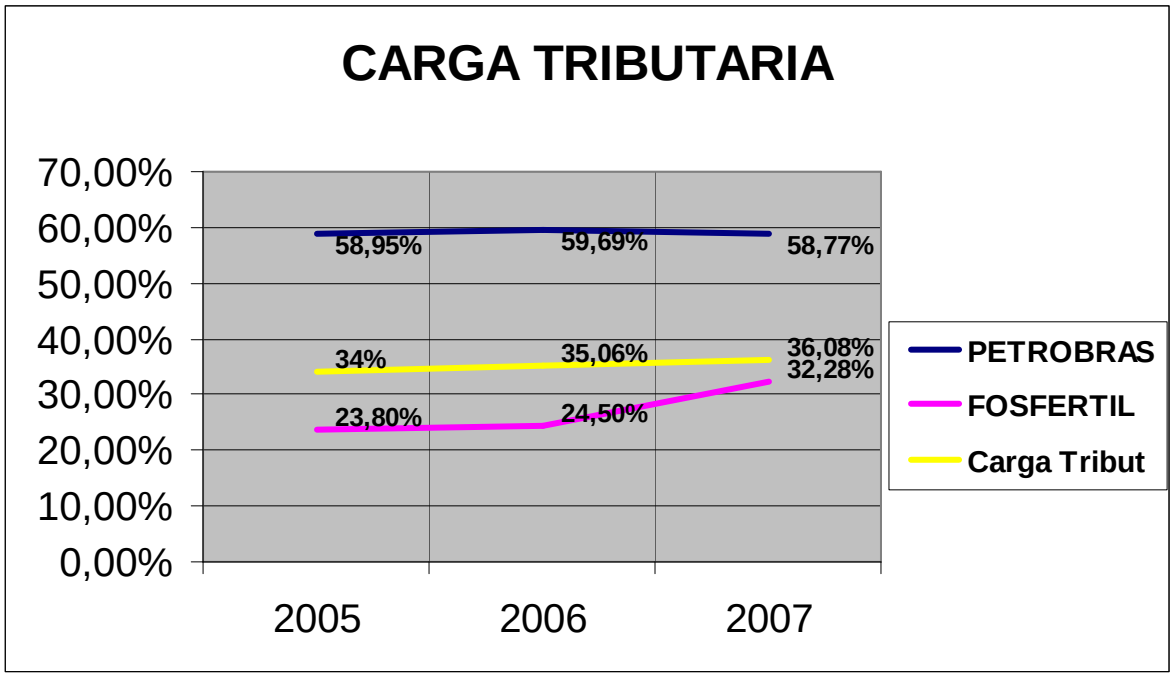


Gráfico 20 – Carga tributária medida no setor – Química e Petroquímica

Com relação ao gráfico 21, que expressa como a riqueza foi distribuída entre seus agentes, percebe-se que os funcionários ficam com a menor parcela do valor adicionado em ambas as empresas. Na Petrobras, onde a carga tributária é maior, chegando a quase 60%, os funcionários recebem pouco mais de 10% do valor distribuído de 2007, sendo que nos anos de 2006 e 2005 essa parcela foi inferior a 9%. Os acionistas ficam com uma parte ao redor de 20% do valor gerado.

No que tange à Fosfertil verificou-se que carga tributária é menor, ainda assim os funcionários continuam ficando com a menor parte, em torno de 20% em 2007, após terem conseguido parcela ao redor de 28% nos anos anteriores. Os acionistas ficam com a maior parcela, aproximadamente 40%, acima, inclusive, da parte destinada ao governo, que apesar de menor que a Petrobras, gira em torno de 30%.

Portanto, neste ramo em particular, nota-se que quando a carga tributária é maior, os outros agentes envolvidos ficam com uma parte bem menor do total de riqueza gerada pela empresa.

Quanto à parcela de remuneração de capital de terceiros, ambas apresentam na média, o mesmo valor, em torno de 10%, que diminuiu no último ano referente à queda dos juros em dólar.

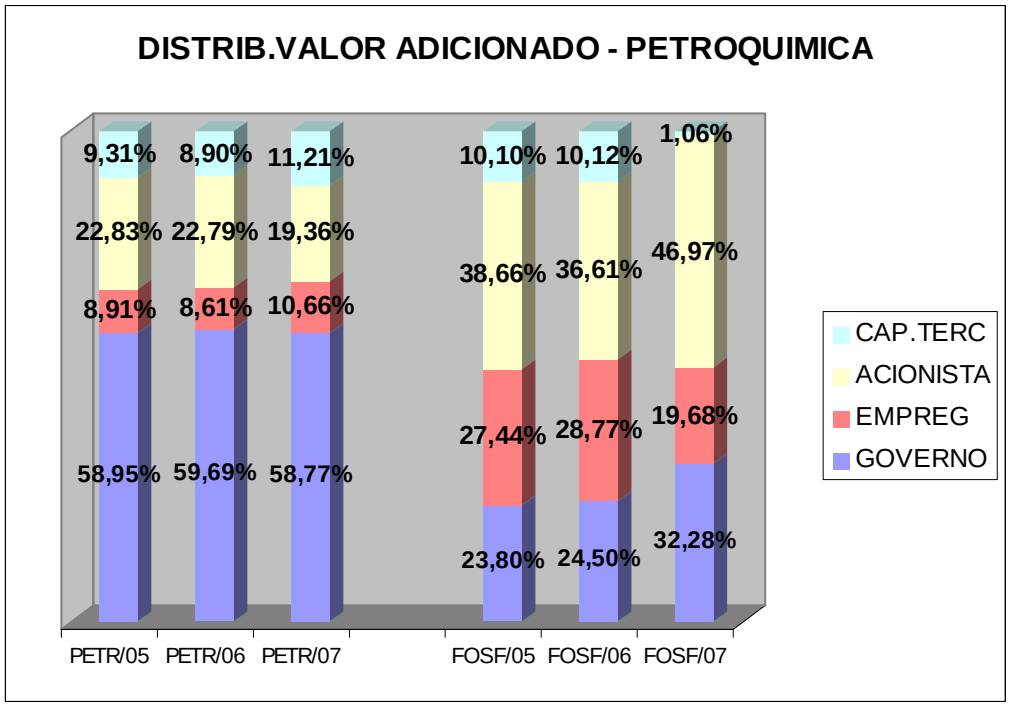


Gráfico 21 – Distribuição do Valor adicionado – Química e Petroquímica

4.2.11. Setor de Serviços

Neste setor foram estudadas as DVAs da Diagnósticos da América – DASA e da Medial, empresas ligadas ao ramo da saúde.

O gráfico 22, explicita que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas situava-se bem abaixo da média da carga tributária brasileira durante todo o período estudado. Observou-se, ademais, que em ambas as empresas, o comportamento da carga tributária no período é completamente diferente da média nacional, que apresenta acréscimo no período, enquanto neste setor o valor destinado ao governo vem diminuindo.

Infere-se, que a carga tributária referente ao setor de serviços, medida nas empresas estudadas, não apresenta vínculo com a carga tributária brasileira, situando-se abaixo da mesma, e aumentando a diferença entre a média nacional e a parcela destinada ao governo.

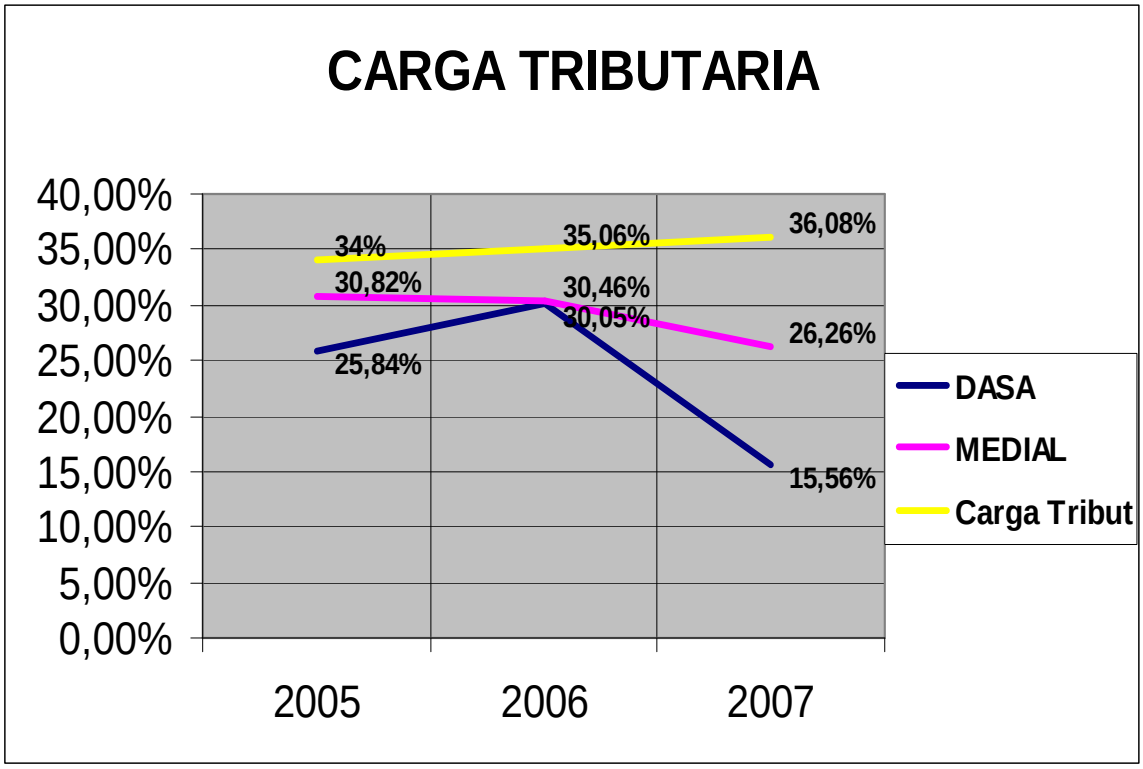


Gráfico 22 – Carga tributária medida no setor – Serviços

Na análise do gráfico 23, onde é demonstrado como o valor adicionado é distribuído entre seus principais agentes, constata-se que a parte com a maior fatia foi a dos funcionários. Em decorrência de serem empresas intensivas em pessoas, tendo este fator de produção preponderância na geração de valor.

No caso das empresas listadas, os funcionários ficaram, na média, com mais da metade do valor adicionado, enquanto os acionistas ficam apenas com uma pequena parcela.

A parte que cabe ao governo vem diminuindo com referencia ao valor adicionado a distribuir. A Medial Saúde já foi apenada em 30,82% no exercício de 2005 e caiu para 26,26% em 2007. Na DASA o governo teve participação decrescente ao longo do período, passando de 25,84% em 2005, para 30% em 2006 e 15,56% em 2007.

Percebe-se neste grupo que a Dasa é muito mais dependente de capital de terceiros do que a Medial, já que como uma empresa de diagnósticos necessita um maior investimento em maquinário moderno e de alto valor (ativo permanente) do que uma empresa que atua no ramo de Plano de Saúde.

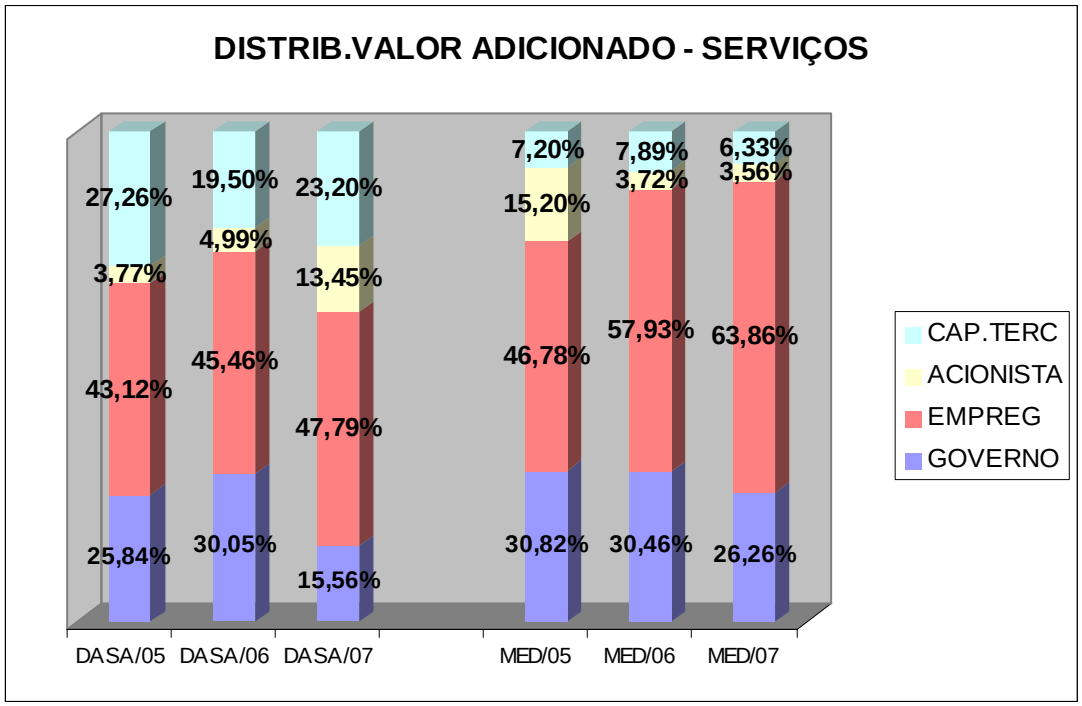


Gráfico 23 – Distribuição do Valor adicionado – Serviços

4.2.12. Setor de Serviços Públicos

Neste setor foram estudadas as DVAs da Sanepar e da Sabesp.

Conforme mostra o gráfico 24, constata-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado de ambas as empresas é muito parecida, apresentando comportamento e valores quase iguais.

Pode-se observar também que a carga tributária medida através das duas empresas estudadas, se mostra bem inferior à média da carga tributária medida no Brasil. Inclusive, a parcela destinada ao governo das duas empresas tem acompanhado o mesmo crescimento que vem ocorrendo na carga tributária brasileira.

A parcela relacionada ao capital de terceiros é residual situando-se em patamares ao redor de 20%.

Desta forma, a carga tributária referente ao setor de serviços públicos, medida nas empresas estudadas, apresenta vínculo com a carga tributária brasileira, situando-se em um patamar bem abaixo dela e a mesma tendência de crescimento.

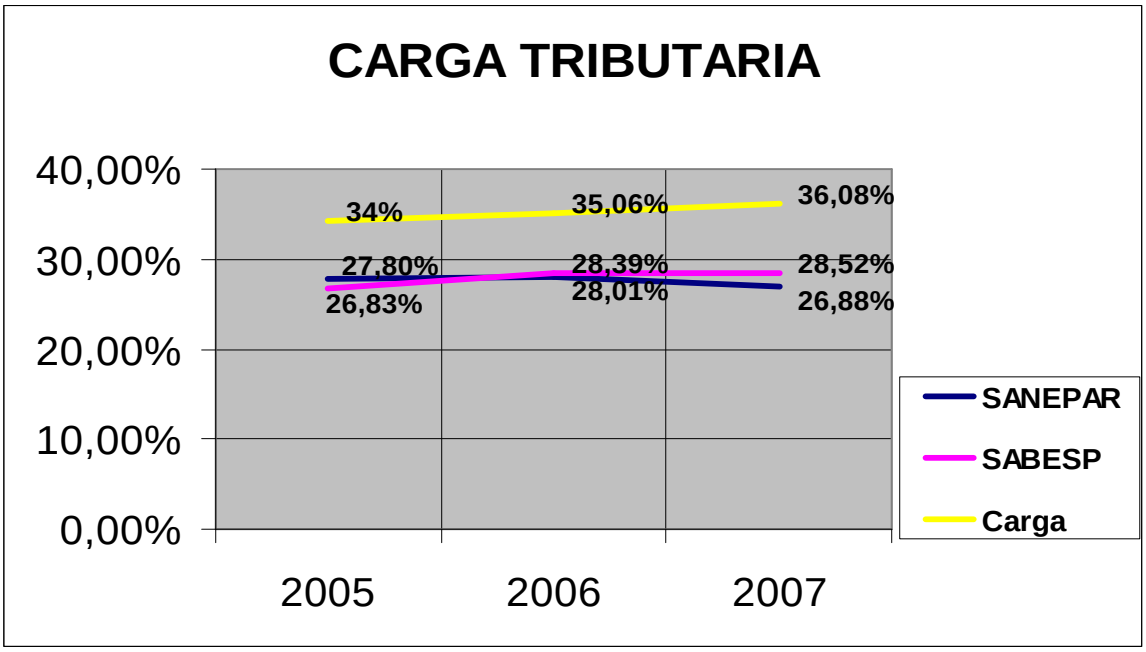


Gráfico 24 – Carga tributária medida no setor – Serviços Públicos

Com relação ao gráfico 25, nota-se que a distribuição do VA ambas as empresas também são assemelhadas. Nas duas empresas estudadas, as parcelas destinadas aos seus três principais agentes envolvidos, funcionários, governo e acionistas, têm seus valores praticamente constantes e quase iguais em termos de divisão durante todo o período estudado.

Quanto ao valor referente à remuneração de capital de terceiros, ambas tem uma dependência maior que outros setores, girando em torno de 17%.

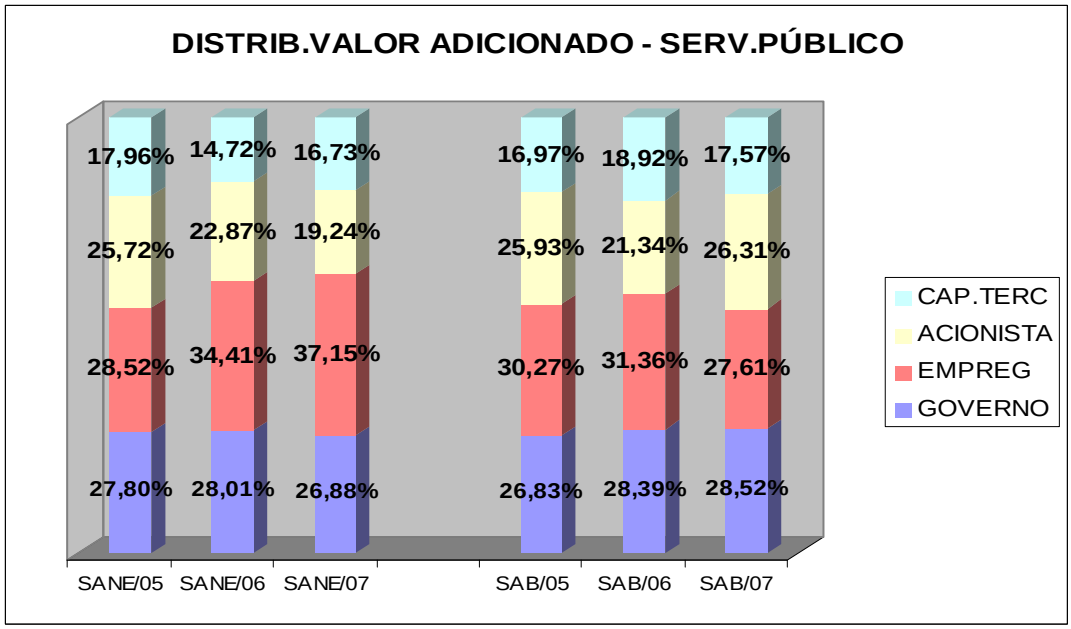


Gráfico 25 – Distribuição do Valor adicionado – Serviços Públicos

4.2.13. Setor de Siderurgia e Metalurgia

Neste setor foram estudadas as DVAs da Usiminas e da CSN.

O gráfico 26, evidencia que a parte destinada ao governo do valor adicionado das empresas tem um comportamento um pouco diferente, já que enquanto a CSN teve uma queda em sua carga tributária no último ano a Usiminas apresentou um crescimento durante todo o período. Mesmo assim, em ambas as empresas estudadas, a carga tributária situa-se acima da média brasileira por todo o período pesquisado, sendo que a Usiminas alcançou 43,64% no ano de 2007, atingindo 35,27% em 2005 e 39,91% em 2006. No que concerne a CSN, após ter remunerado o governo com 54,89% no exercício de 2006, houve um decréscimo para 45,69% em 2007. Ainda situa-se em patamares muito elevados, levando-se em conta que essas empresas exercerem um efeito multiplicador forte na economia e serem a base dos insumos, na maior parte do parque fabril brasileiro.

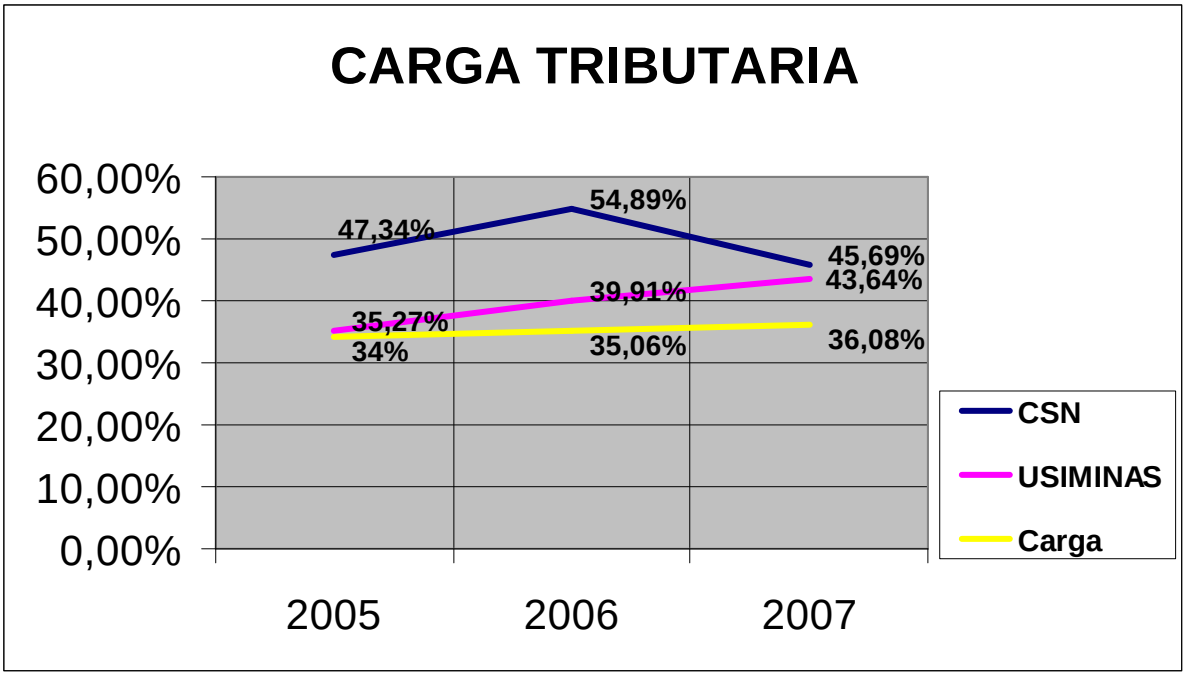


Gráfico 26 – Carga tributária medida no setor – Siderurgia e Metalurgia

Com referencia ao gráfico 27 infere-se que a parte destinada ao governo é bastante elevada, enquanto os outros agentes têm sua participação reduzida. Porém, enquanto os acionistas conseguem acompanhar os percentuais destinados ao governo, os funcionários ficam com a menor parcela da riqueza gerada pela

empresa, todavia, decrescendo ano a ano. A parcela relacionada ao capital de terceiros é residual e não significativa na Usiminas, sendo que na CSN situa-se ao redor de 14% em 2007.

Não se nota neste setor dependência das empresas com o capital de terceiros, inclusive o valor referente à remuneração de capital de terceiros vem diminuindo sensivelmente nos três anos estudados.

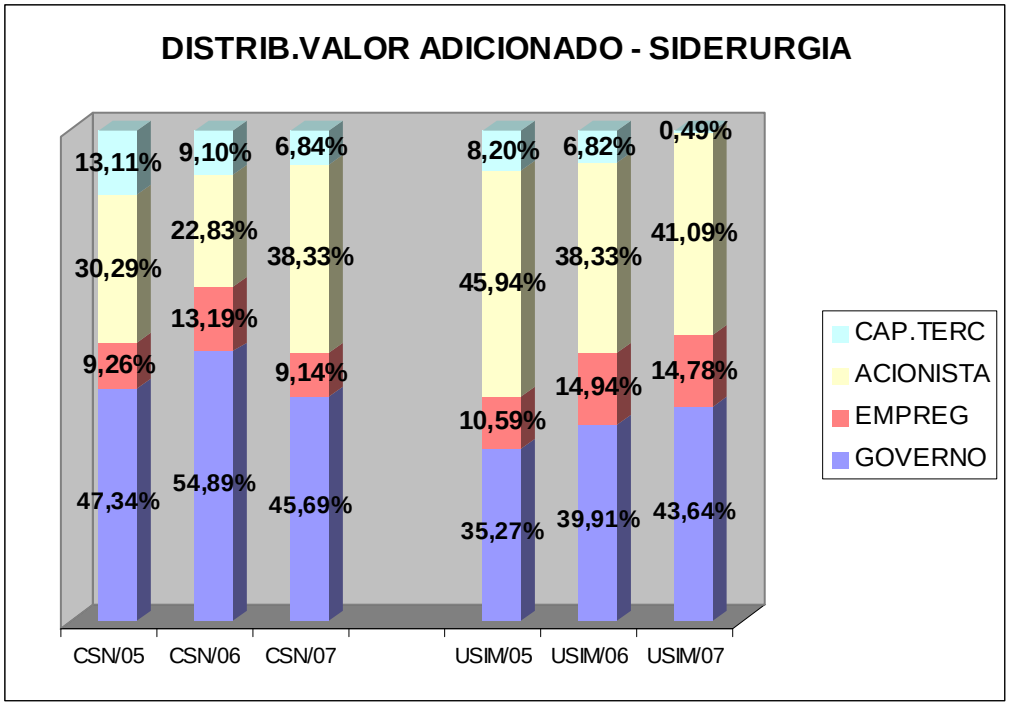


Gráfico 27 – Distribuição do Valor adicionado – Siderurgia e Metalurgia

4.2.14. Setor de Telecomunicações

Neste setor foram estudadas as DVAs da Telefônica e da Vivo.

Conforme evidencia o gráfico 28, constata-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado das empresas é muita elevada e crescente.

Possuem carga tributária bem acima da média nacional durante todo o período estudado, sendo que no caso da VIVO, no ano de 2007 alcançou praticamente o dobro da média nacional. A Telefônica situou-se em patamar de cerca de 80% acima da carga tributária nacional.

Desta forma, a carga tributária referente ao setor de telecomunicações medida nas empresas estudadas, apresenta vínculo com a carga tributária brasileira e situa-se em um patamar bem acima da mesma e com tendência de alta.

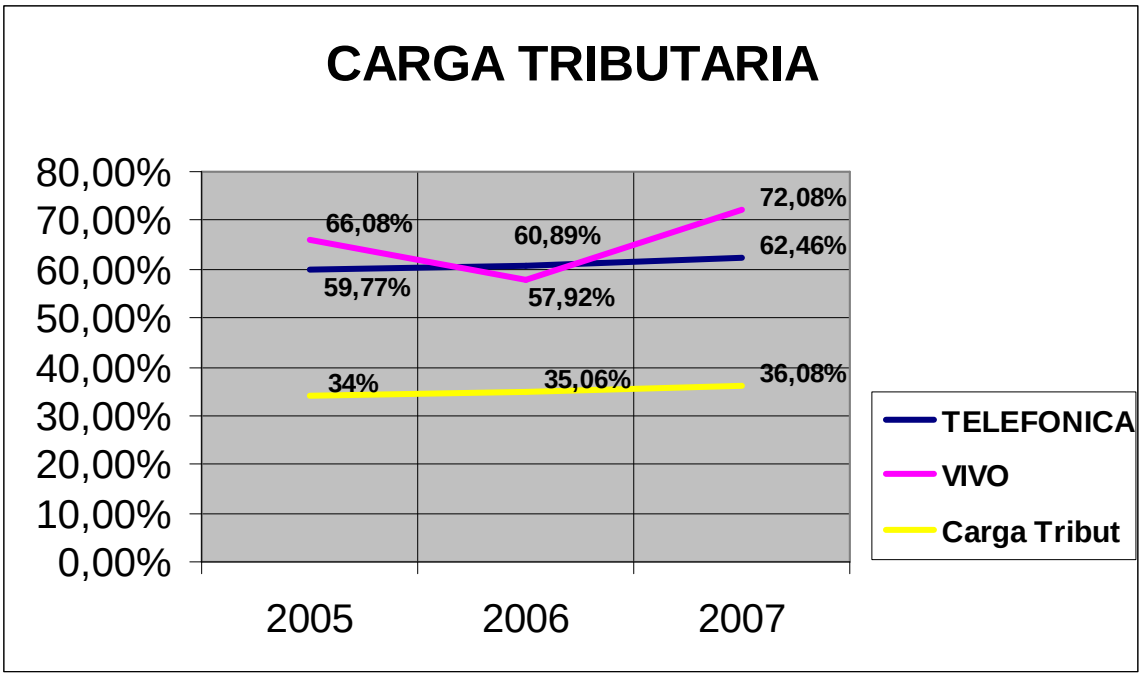


Gráfico 28 – Carga tributária medida no setor – Telecomunicações

Quanto à análise do gráfico 29, percebe-se que como a parte destinada ao governo é bastante elevada, oscilando na VIVO entre 66,08% em 2005 e 72,08% em 2007; a Telefônica oscilou entre 59,77% e 62,46% em 2007. Os outros agentes geradores do VA, ou seja, pessoal, financiadores externos e acionistas tiveram sua participação reduzida.

Os funcionários têm uma participação pequena nas duas empresas, sendo que sua parcela não atinge os 10% e toda a riqueza gerada pelas empresas, girando entre 6% e 9%, tanto na Vivo como na Telefônica, mesmo com ambas as empresas tendo tido uma pequena diminuição no número de funcionários nestes três anos estudados.

Quanto aos acionistas, a situação é bastante diferente entre as empresas deste setor. Enquanto os acionistas da Telefônica conseguem um percentual em torno de 20%, os da Vivo praticamente tiveram apenas prejuízos durante o período estudado. Tal fato se origina pela maior concorrência existente e pelos altos investimentos que foram efetuados pelas empresas de telefonia móvel nestes três anos pesquisados.

Infere-se que o Governo usa as empresas de Telecomunicações (concessões) e alguns outros poucos setores da economia com uma maior carga tributária, poupando outros setores, muitas vezes menos essenciais.

Com referencia a parcela destinada a remuneração de capital de terceiros (juros e aluguéis), as empresas apresentam posições diferentes. Enquanto a Telefônica apresenta um valor pequeno e decrescente, a Vivo, apesar de também apresentar uma queda nos anos estudados, o seu valor que começou em 2005 com 47,15%, passou em 2007 para 19,89%, bem superior ao da Telefônica.

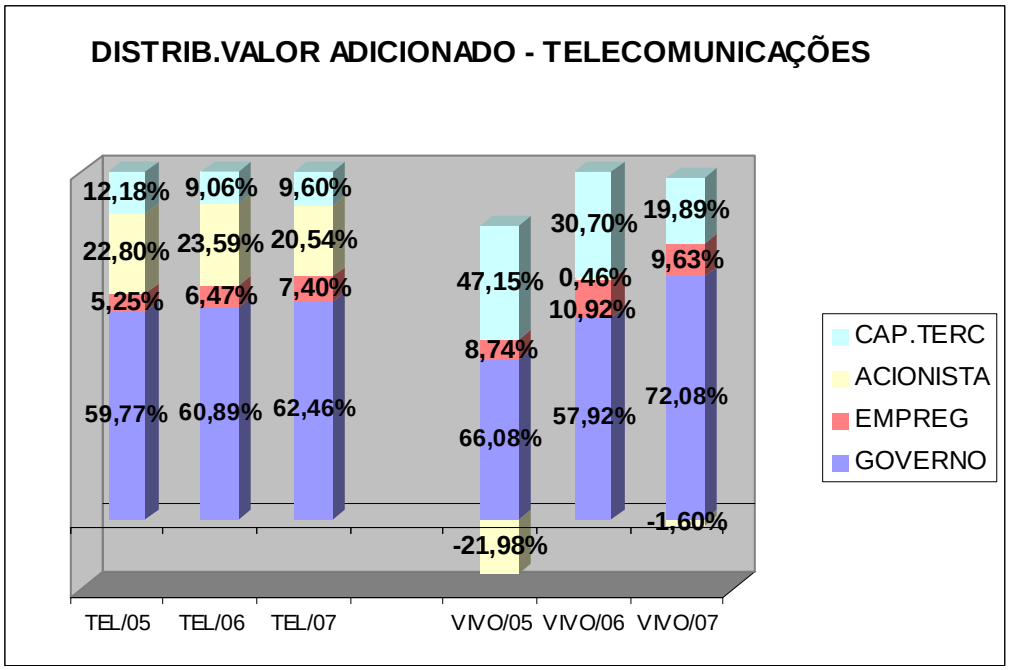


Gráfico 29 – Distribuição do Valor adicionado – Telecomunicações

4.2.15. Setor Têxtil

Neste setor foram estudadas as DVAs da Grendene e da Karsten.

Conforme mostra o gráfico 30, constatou-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado das empresas apresenta-se com uma mesma tendência de alta no período. Nota-se, ainda, que a carga tributária deste setor mostra-se no mesmo patamar da média da carga tributária brasileira. É importante ressaltar, contudo, que em ambas as empresas pesquisadas a carga tributária teve um aumento bastante significativo no período estudado, aumentando, em média, 10% entre 2005 e 2007, bem acima do acréscimo de 2% apontado na carga tributária média nacional.

Desta forma, a carga tributária referente ao setor têxtil medida nas empresas estudadas, apresenta vínculo com a carga tributária brasileira, situa-se em um patamar equivalente com a média nacional e com uma forte tendência de alta.

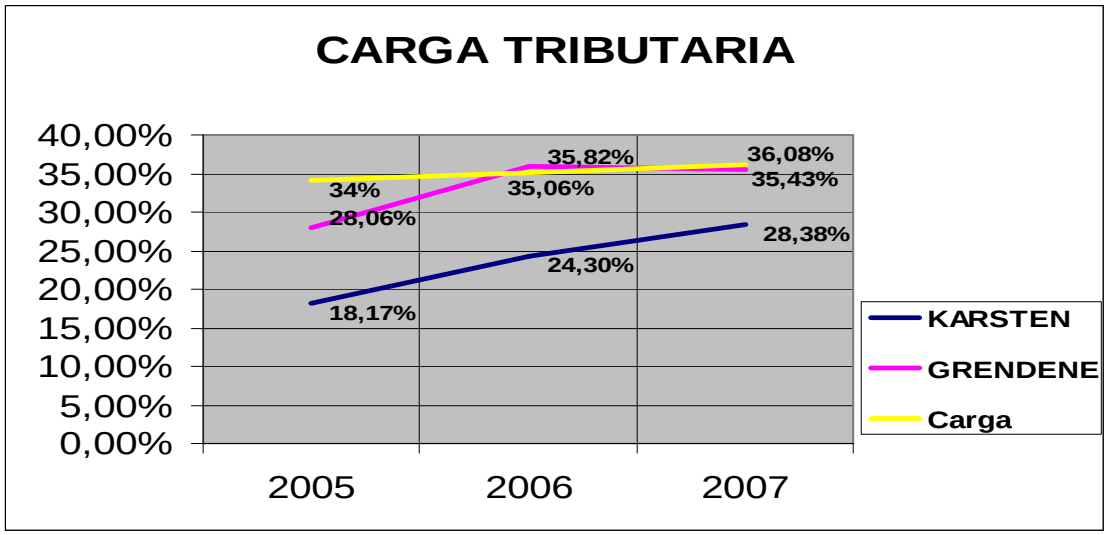


Gráfico 30 – Carga tributária medida no setor – Têxtil

Referente ao gráfico 31, percebe-se que a principal parcela do valor adicionado pelas empresas é distribuída para os funcionários, por serem empresas intensivas em mão-de-obra, oscilando entre aproximadamente 60% e 55% na Karsten e entre 40% em 2005 e 30% na Grendene, entre 2005 e 2007, porém ambas apresentando uma queda desta participação no período pesquisado. Quanto aos acionistas, a situação é bastante distinta entre as empresas. Enquanto na Grendene o sócio fica com aproximadamente 15% da riqueza gerada, na Karsten o ganho é muito menor, sendo que em 2006 a empresa apresentou prejuízo.

Com referencia a remuneração do capital de terceiros, apesar da queda no último ano por parte da Karsten, ambas apresentam uma certa dependência do capital de terceiros, com seus valores aproximados de 18%.

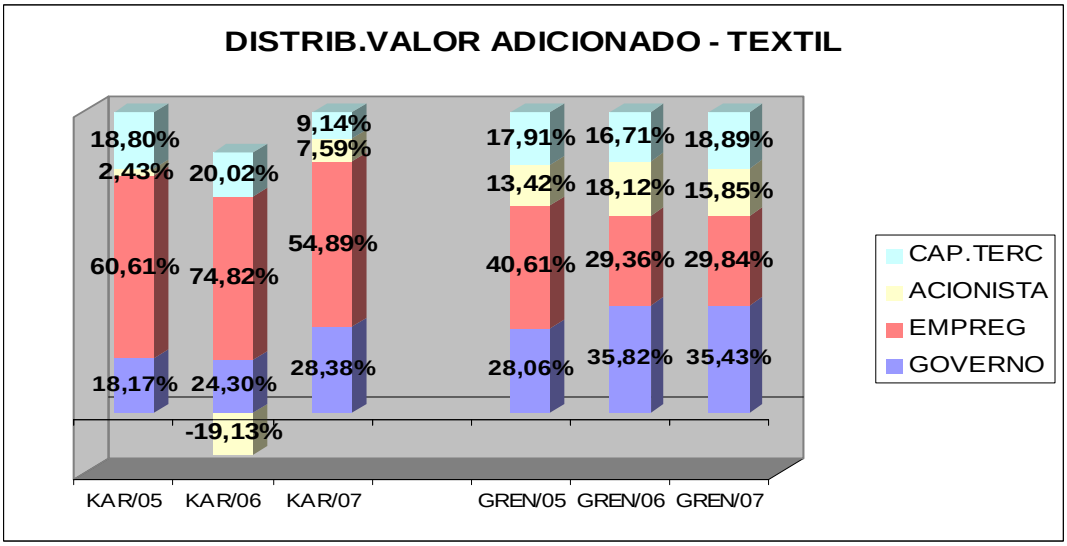


Gráfico 31 – Distribuição do Valor adicionado – Têxtil

4.2.16. Setor de Transporte

Neste setor foram estudadas as DVAs da Tam e da Localiza.

Da análise do gráfico 32, verifica-se que do VA gerado, a parte destinada ao governo apresenta-se de forma diferente nas duas empresas. A Localiza apresentou crescimento no período, enquanto a Tam apresentou um aumento em 2006 e uma queda em 2007. Porém, mesmo com essa divergência, ambas acompanham a média nacional de carga tributária. E no ano de 2007, ambas as empresas apresentaram um patamar bastante próximo de carga tributária nacional, mesmo saindo de valores bem diferentes no inicio do período pesquisado, em 2005.

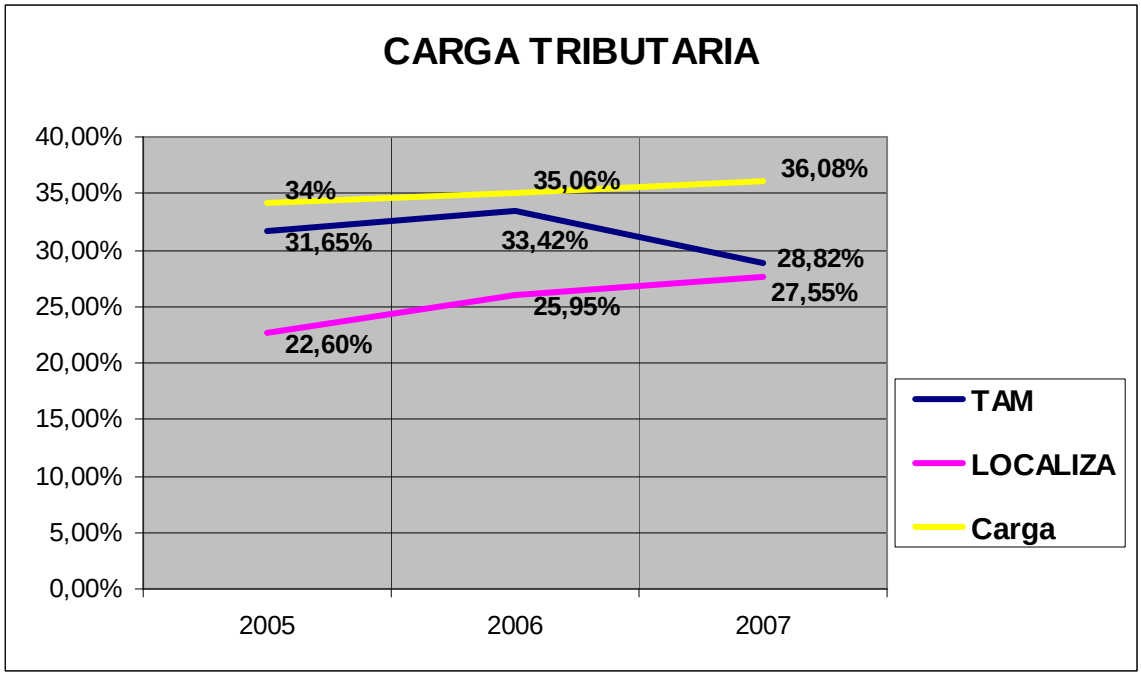


Gráfico 32 – Carga tributária medida no setor – Transportes

Quanto ao gráfico 33, constatou-se que a forma de distribuição do valor adicionado é diferenciada entre as duas empresas deste setor. Enquanto na Tam distribui uma grande parte de seu valor adicionado para os funcionários (entre 25% e 30%), na Localiza a maior parcela fica com os sócios (em torno de 30%). Provavelmente isto se dê devido ao número bem maior de funcionários na Tam (19.574 em 2007) em relação a Localiza (2.692 em 2007). Deve-se ressaltar ainda que a Localiza tem uma distribuição da riqueza gerada bem mais uniforme do que a Tam.

Neste setor, como as empresas dependem muito da aquisição de bens permanentes (veículos e aviões), através de leasing ou financiamentos, era de se esperar, conforme se constata no gráfico 33, uma alta dependência de capital de terceiros, apresentando altos valores de remuneração deste tipo de capital.

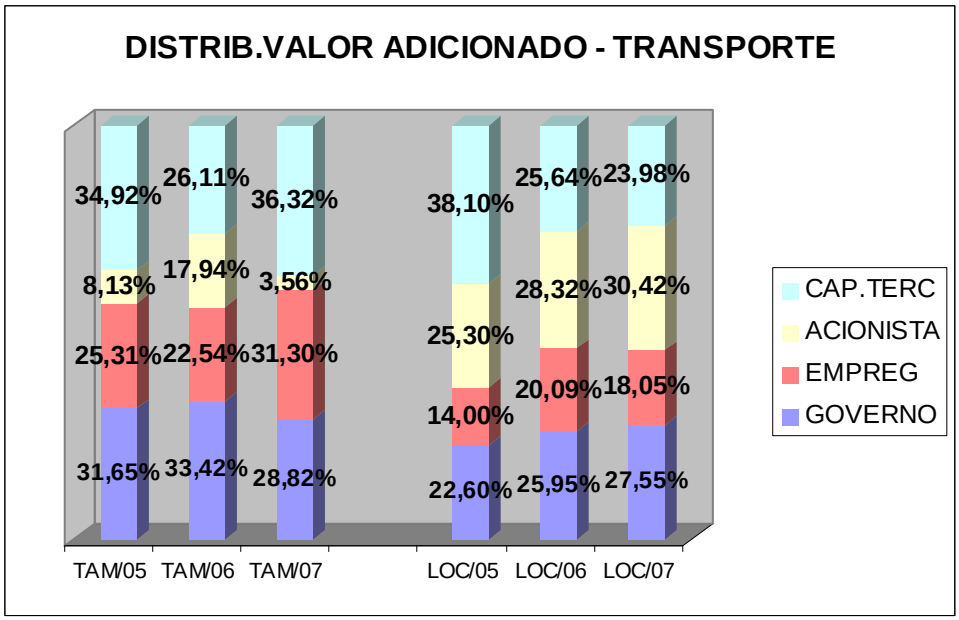


Gráfico 33 – Distribuição do Valor adicionado – Transporte

4.2.17. Setor de Varejo

Neste setor foram estudadas as DVAs da Riachuelo e Pão de Açúcar.

Conforme mostra o gráfico 34, percebe-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado das empresas apresenta-se de forma diferente nas duas empresas. As duas apresentaram declínio no valor percentual referente à carga tributária no período, porém, a Riachuelo ficou acima da média nacional, enquanto o Pão de Açúcar apresentou um valor da parte destinada ao governo em um patamar abaixo dos valores da carga tributária brasileira.

Desta forma, a carga tributária referente ao setor de varejo medida nas empresas estudadas, apresenta um vínculo inverso com a carga tributária brasileira, ou seja, enquanto a carga tributária média tem a tendência de subida, esses valores no setor de varejo, apresentam tendência de queda.

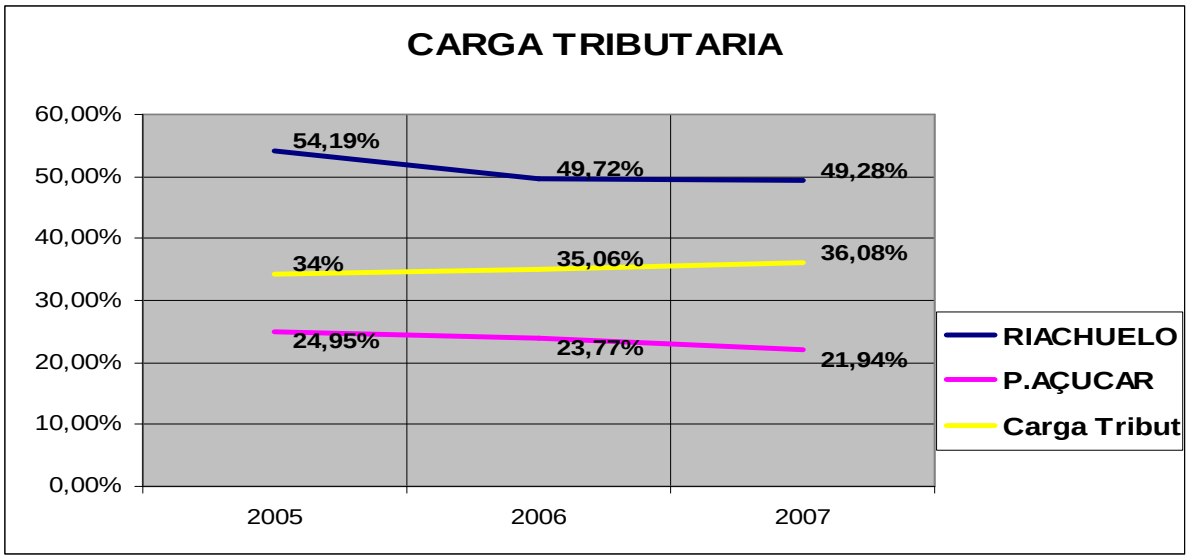


Gráfico 34 – Carga tributária medida no setor – Varejo

Já ao se analisar a forma como o VA foi repartido entre seus agentes, conforme demonstra o gráfico 35, percebe-se que a menor parcela vai para os acionistas em ambas as empresas, ficando uma grande parcela da riqueza gerada pelas empresas nas mãos dos funcionários, no caso do Pão de Açúcar, e uma maior para o governo no casa da Riachuelo.

Com relação à remuneração do capital de terceiros, percebe-se que existe uma grande dependência deste tipo de capital, principalmente por parte do Pão de Açúcar. Conforme o gráfico 35, enquanto a Riachuelo, que atua no ramo de vestuário o valor é de aproximadamente 12%, o Pão de Açúcar possui valores em torno de 30%, além da necessidade de capital nos últimos anos.

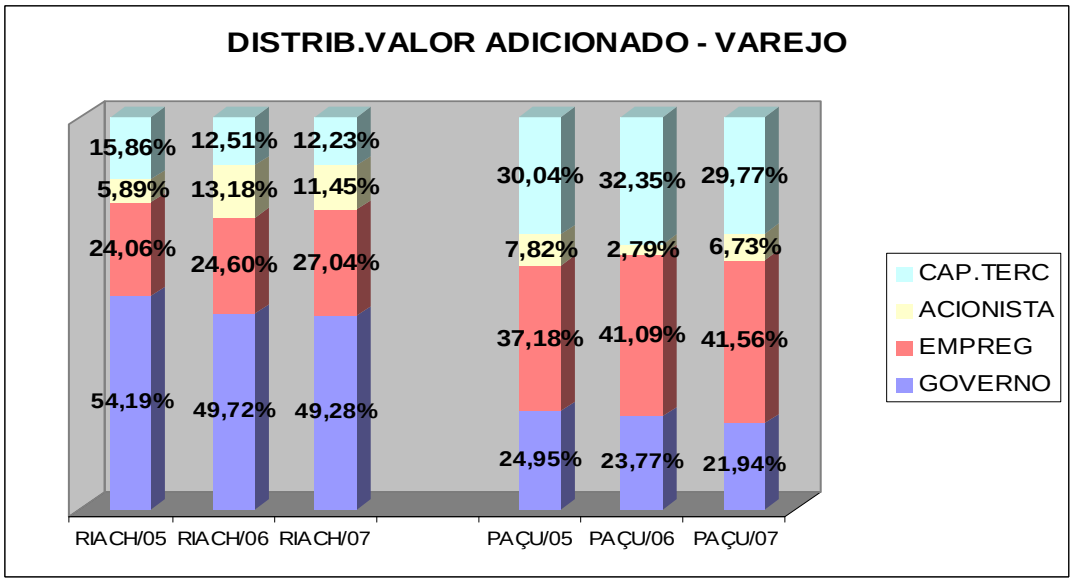


Gráfico 35 – Distribuição do Valor adicionado – Varejo

4.2.18. Setor de Seguros

Neste setor foram pesquisadas as DVAs da Porto Seguro e da Mapfre.

Conforme mostra o gráfico 36, infere-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado das empresas apresenta-se de forma bastante divergente entre as empresas deste setor. Enquanto a Mapfre possui uma carga tributária que apresenta uma queda no período e situa-se acima da média nacional, a Porto Seguro apresenta uma ligeira tendência de alta, situando-se abaixo da média da carga tributária nacional.

Desta forma, a carga tributária referente ao setor de seguros medida nas empresas estudadas, não apresenta um vínculo com a carga tributária brasileira, ou seja, enquanto a carga tributária média tem a tendência de subida, no setor de seguros as empresas apresentam valores divergentes neste aspecto.

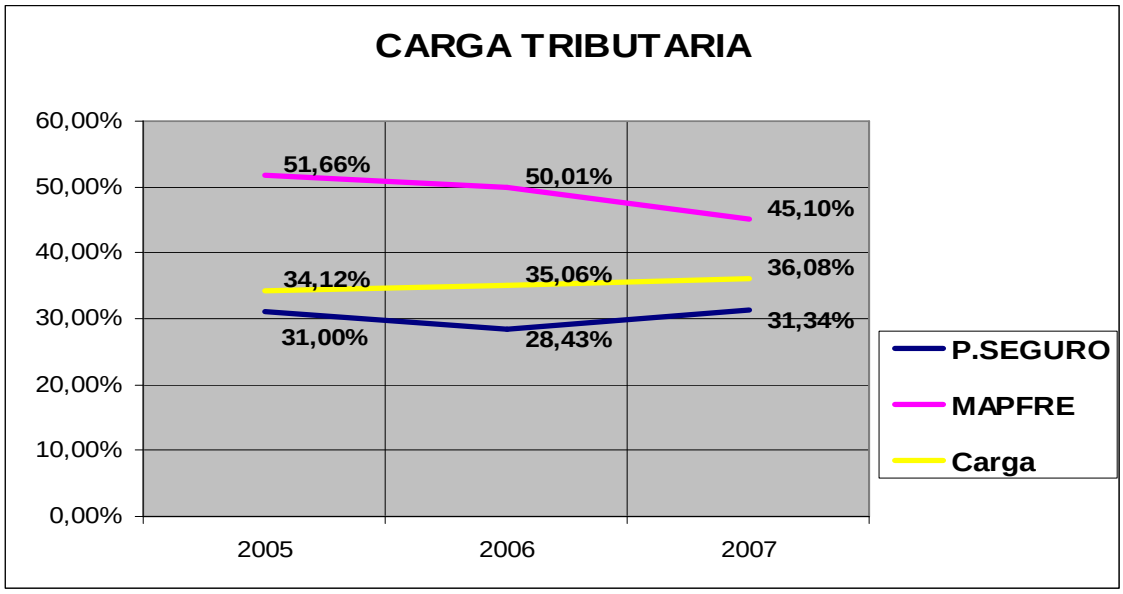


Gráfico 36 – Carga tributária medida no setor – Seguros

Quanto à forma de distribuição do valor adicionado pelas empresas neste setor, conforme o gráfico 37, a distribuição entre os outros agentes, além do governo (acionistas e funcionários), em ambas as empresas, mostram-se equivalentes. Ou seja, as duas partes recebem parcelas praticamente iguais da riqueza gerada pela empresa, com a Porto Seguro distribuindo aproximadamente 30% para ambos os agentes em 2007 e a Mapfre, por possuir uma carga tributária maior, distribui aproximadamente 27% para as duas partes também em 2007.

Quanto à parcela destinada à remuneração de capital de terceiros por parte das seguradoras, cabe esclarecer que na DVA da Mapfre este valor não aparece, sem que fosse possível identificar se é praticamente igual a zero ou se não foi informado. Com relação a Porto Seguro, percebe-se que a dependência do capital de terceiros é pequena e apresenta-se em queda durante o período estudado.

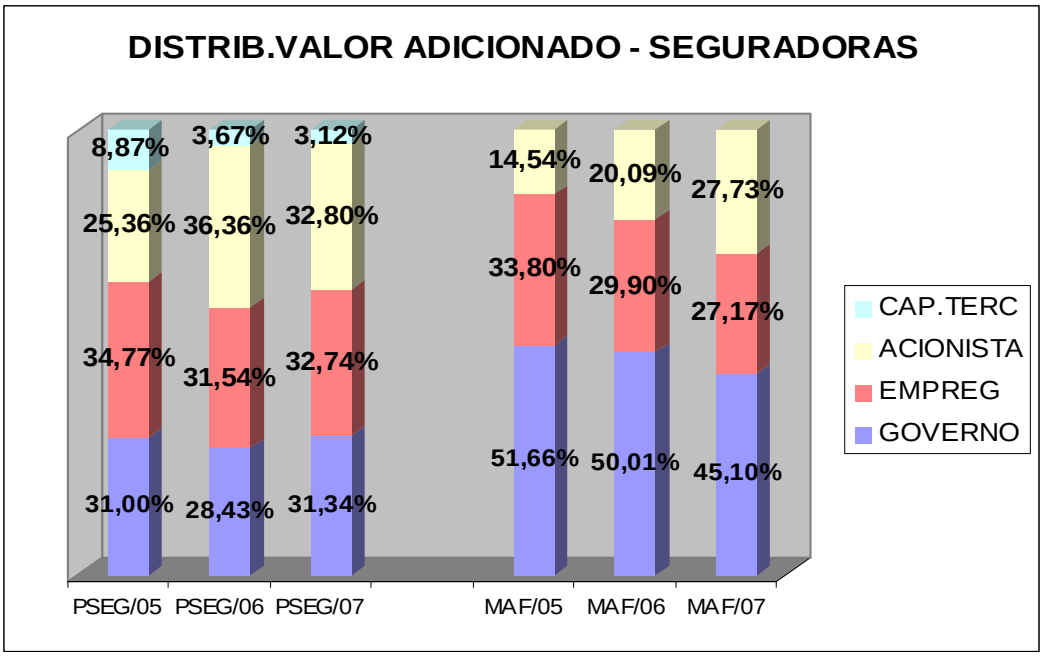


Gráfico 37 – Distribuição do Valor adicionado – Seguros

4.2.19. Setor de Bancos

Neste setor foram estudadas as DVAs do Itaú, Santander, Banco do Brasil e Bradesco.

Conforme explicita o gráfico 38, constatou-se que a parte destinada ao governo do valor adicionado das empresas apresenta-se de forma ligeiramente divergente. Enquanto o Banco Itaú, o Santander e o Banco do Brasil apresentaram uma ascensão em sua carga tributária, o Bradesco apresentou uma ligeira queda. Porém nota-se que mesmo com essa divergência com referencia a tendência, todos os bancos referenciados apresentam uma carga tributária menor que a média brasileira. Cabe ressaltar que a grande queda ocorrida com o Banco do Brasil em 2006 deve-se aos créditos tributários referentes há anos anteriores.

Desta forma, a carga tributária referente ao setor de bancos medida nas empresas estudadas, apresenta um vínculo com a carga tributária brasileira, ou seja,

enquanto a carga tributária média tem a tendência de subida, no setor bancário a média das empresas possui valores que também apresentam esta tendência.

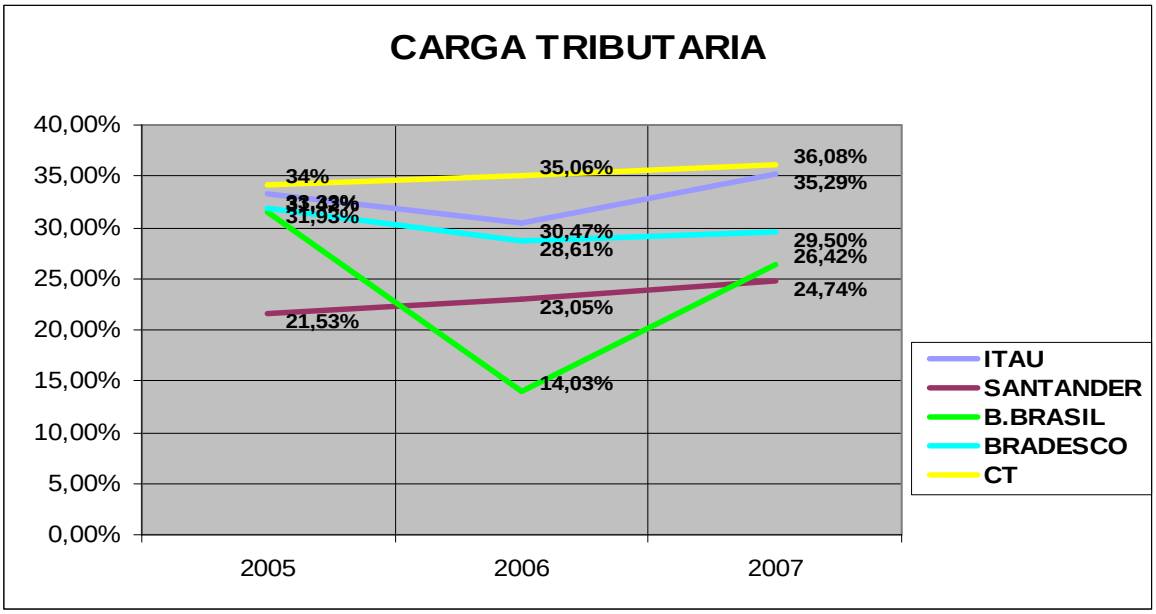


Gráfico 38 – Carga tributária medida no setor – Bancos

O gráfico 39, que demonstra como a riqueza gerada pelas empresas do setor bancário foram repartidas entre seus agentes, nota-se que tanto os acionistas como os funcionários dividem em partes equivalentes o valor adicionado. Porém, pode-se perceber também que a parcela destinada aos funcionários vem apresentando uma pequena queda no período estudado, mesmo não havendo uma queda acentuada no número de funcionários nestas instituições financeiras nos anos estudados.

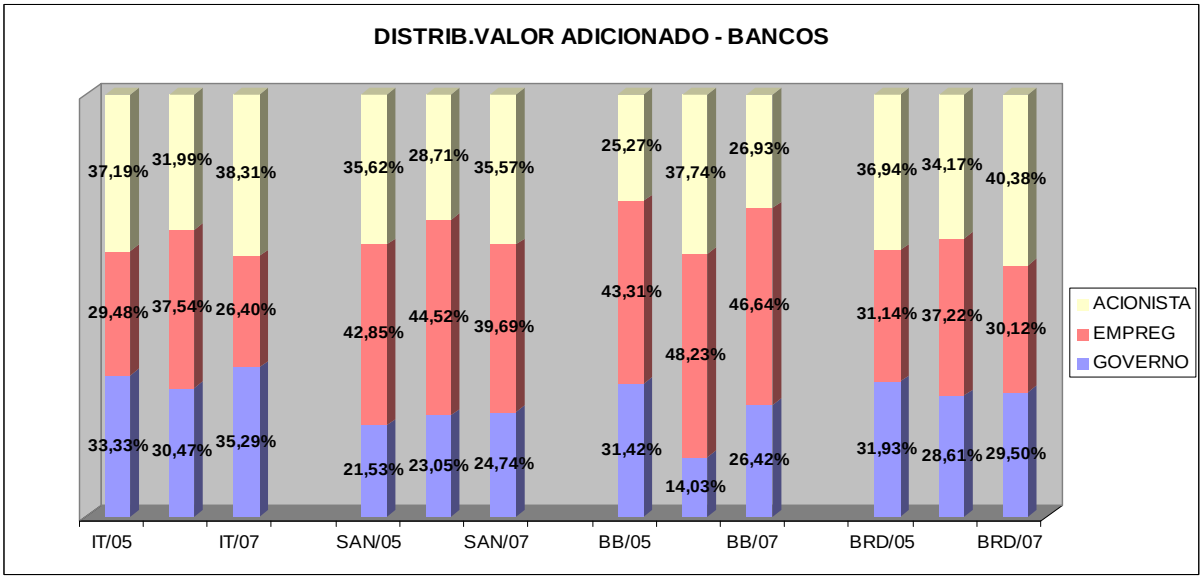


Gráfico 39 – Distribuição do Valor adicionado – Bancos

4.3. Análise Geral das Demonstrações do Valor Adicionado

Neste capitulo 4, até o item 4.2.19 foram apresentadas às análises das Demonstrações dos Valores Adicionados, tanto individualmente como por setor. Foi identificado como a riqueza gerada pelas empresas foi dividida entre seus principais agentes, destacando-se como a carga tributária, que é a parcela do governo apropriada do valor adicionado das empresas interfere nesta distribuição.

A seguir, será realizada uma análise comparativa geral, estudando o comportamento da carga tributária em todos os setores, comparando-a com a média da carga tributária nacional e comparando durante todo o período estudado, como foi feita a distribuição entre seus agentes.

Como já visto no capítulo 2, item 2.7, a carga tributária média brasileira medida nos anos pesquisados, foi de 34,12% no ano de 2005, de 35,06% no ano de 2006 e 36,08% no ano de 2007.

Para facilitar o entendimento, foi calculado através de uma média aritmética simples o valor da carga tributária entre todas as empresas estudadas, comparando-a com a carga tributária nacional, demonstrado na tabela 42:

Comparativo da C.Tributária	C.Tributária Nacional	C.Tributária da Amostra
2005	34,12%	37,77%
2006	35,06%	38,18%
2007	36,08%	39,67%

Tabela 42 – Comparativo da Carga Tributária Nacional e da amostra

Um comentário interessante sobre os dados contidos na tabela 42 é que a carga tributária média calculada sobre as empresas estudadas apresenta valores maiores que a média nacional se aproximando mais dos valores calculados pela metodologia antiga, demonstrada na tabela 1 (pág. 54).

4.3.1. Comparativo da Carga Tributária em 2005

Neste tópico compara-se como se comportou a carga tributária dos setores estudados com referencia a carga tributária nacional.

Primeiramente calculou-se a média aritmética da carga tributária de cada setor, tomando-se como base o dados contidos nas DVAs das empresas desses setores, comparando-as com a média anual da carga tributária brasileira.

Com estas informações, colocou-se em ordem decrescente a média do valor da carga tributária incidente sobre cada setor, comparando-as entre si e com a carga tributária brasileira em cada ano, verificando-se em que setores da economia brasileira a carga tributária tem um maior peso.

Tais dados são demonstrados no gráfico 40:

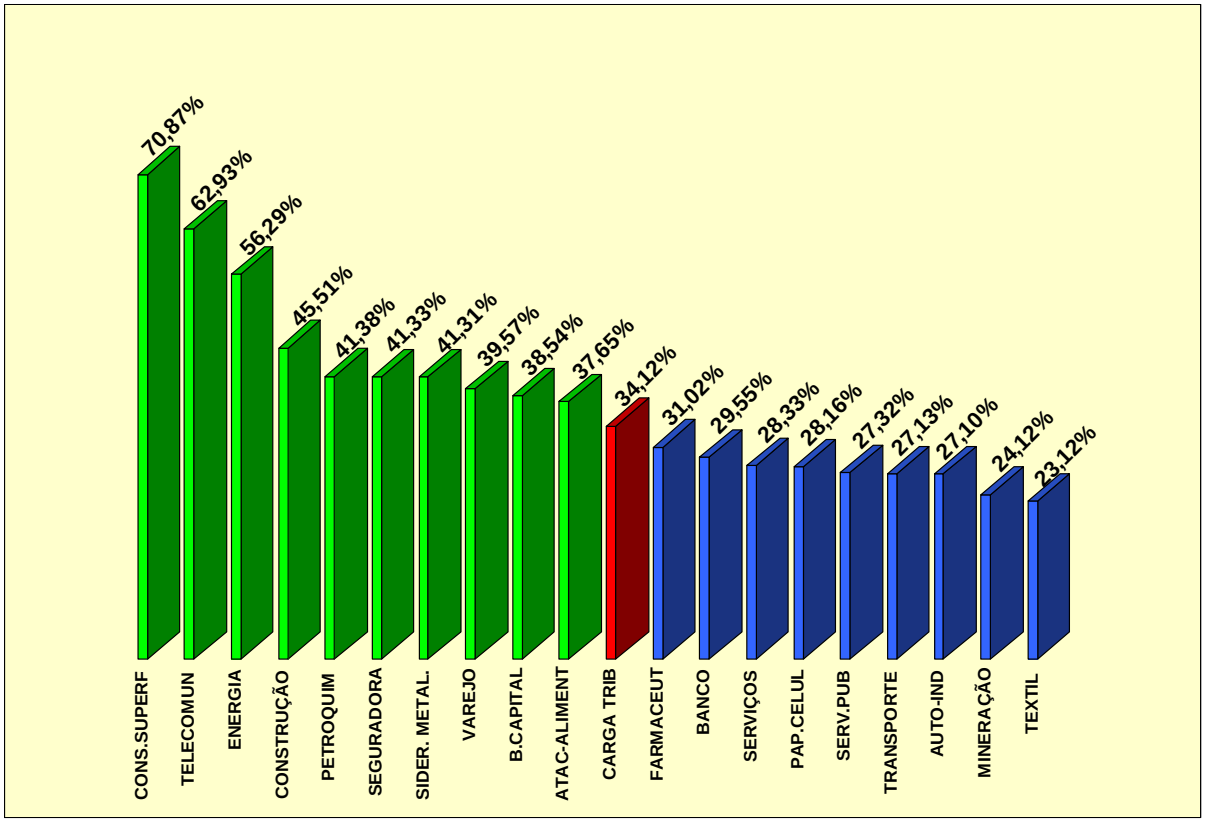


Gráfico 40 – Comparativo da Carga Tributária por Setor - 2005

Conforme se pode observar no gráfico 40, a carga tributária nacional medida no ano de 2005, apesar de se encontrar na parte central do gráfico, não corresponde com a média calculada entre as empresas estudadas no ano de 2005 que, conforme demonstrado na tabela 42 (pág. 153) é de 37,77%.

Porém, o primeiro ponto a ser verificado é a grande diferença que existe entre o setor que teve a maior carga tributária, o de bens de consumo supérfluo com 70,84%, e o setor com a menor carga, o têxtil com 23,21%. A diferença entre estes

dois setores limítrofes é de 47,63%. É uma diferença extremamente alta ultrapassando inclusive a média nacional, que no ano de 2005 foi de 34,12%.

Portanto, apesar da média nacional exprimir uma verdade, através da análise das Demonstrações do Valor Adicionado percebe-se que cada setor tem uma carga tributária própria, com um intervalo muito grande entre elas.

Existem setores muito acima da média e outros bem abaixo, sendo muito importante se conhecer quais os setores mais afetados pela incidência dos tributos.

Outro ponto relevante a ser ressaltado é o peso da carga tributária em determinados setores. Entre os setores com maior carga tributária, o fato do setor de bens de consumo supérfluo apresentar a maior carga é normal e explicável.

Porém, foram encontrados alguns setores que não deveriam ter uma carga tão alta, como o de energia, petroquímica e alimentos. Os dois primeiros por serem as principais origens energéticas de operação das indústrias, que seria a elétrica e o diesel, que com isso acabam encarecendo, de forma direta, o valor final de seus produtos, como também de forma indireta, através dos fretes.

Para as pessoas físicas, a carestia das famílias vem através do alto peso da carga tributária na condução (gasolina e diesel) como também através da energia elétrica e alimentação.

Outro ponto importante a ser observado é a baixa carga tributária no setor bancário (29,55%), abaixo da média nacional. Talvez isto ajude o setor a auferir os elevados índices de lucratividade.

Vale destacar que os cinco setores com maior carga tributária, são os de bens supérfluos, telecomunicação, energia, construção e petroquímico. E entre os cinco setores com menor carga tributária encontra-se o têxtil, de mineração, auto-indústria, transporte e de serviços públicos.

A seguir, será efetuada a análise das cinco empresas que apresentaram a maior e a menor carga tributária no ano de 2005.

Pode-se observar que as empresas constantes desta análise pertencem aos setores detentores das maiores cargas tributárias, conforme evidenciado no gráfico 40, ou seja, cuja maior parcela do valor adicionado é distribuída para o governo. A seguir, é demonstrado no gráfico 41, o grupo das empresas com maiores e menores cargas tributárias em 2005.

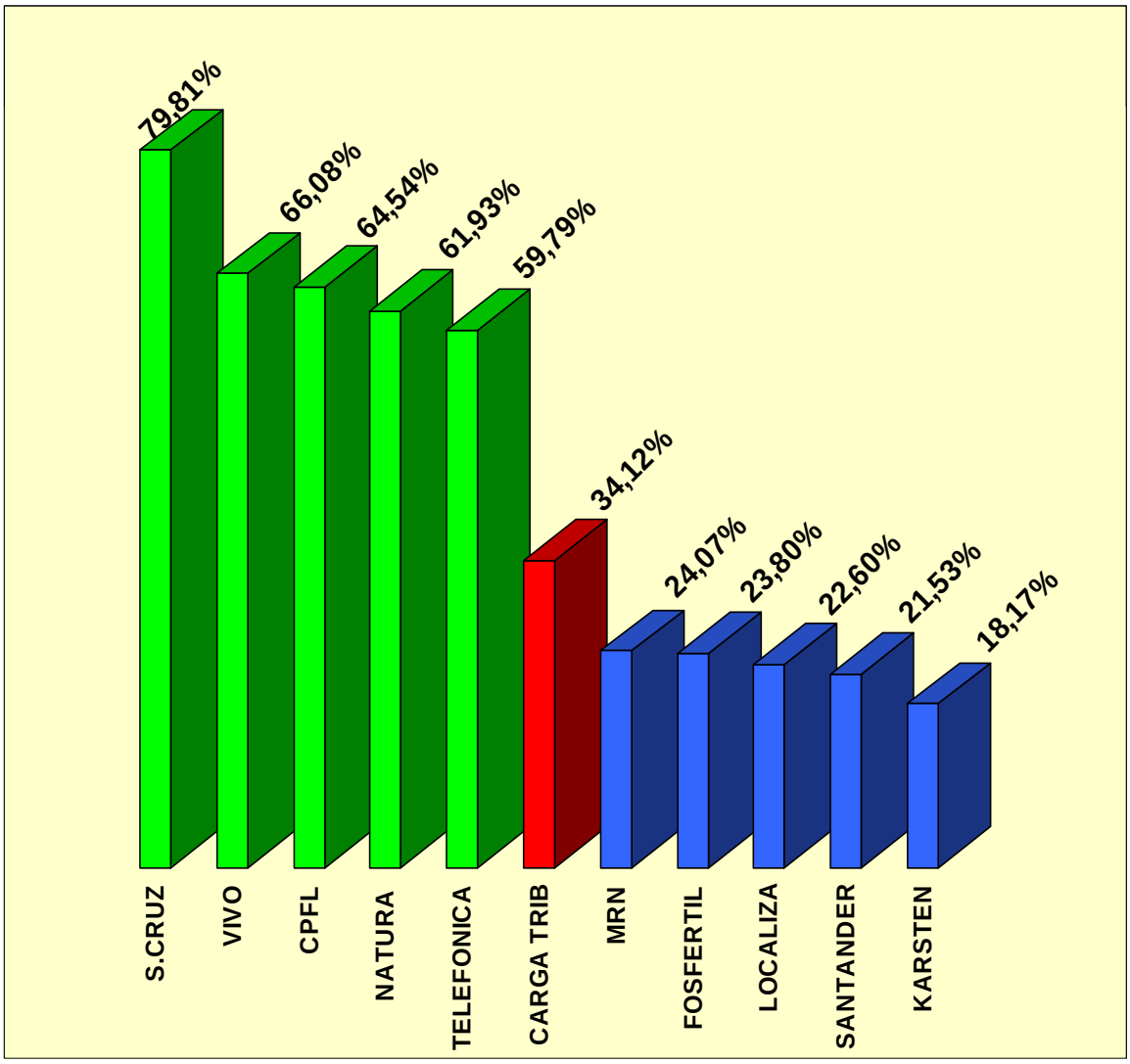


Gráfico 41 – Empresas com maior e menor carga tributária em 2005

É fácil perceber que no grupo das empresas que possuem uma carga tributária maior no ano de 2005, pode-se encontrar duas empresas do ramo de bens de consumo supérfluos (Souza Cruz e Natura), duas do setor de telecomunicações (Vivo e Telefônica) e uma do setor de energia.

Quanto às empresas com a menor carga tributária no ano de 2005, encontram-se quatro empresas que pertencem a setores com pouca carga tributária, conforme o gráfico 40: uma do setor de mineração (MRN), uma do setor de transportes (Localiza), uma do setor de Bancos (Santander) e uma do setor têxtil (Karsten). A única empresa que não pertence aos setores que menos contribuem com o governo é a Fosfertil, que pertence ao setor Petroquímico, e que figura entre os setores com maior carga tributária, já que a outra empresa estudada que pertence a este grupo é a Petrobras, que possui um valor elevadíssimo de impostos.

4.3.2. Comparativo da Carga Tributária em 2006

A seguir, será efetuada a analise de como se comportou a carga tributária nos setores estudados no ano de 2006, demonstrado no gráfico 42.

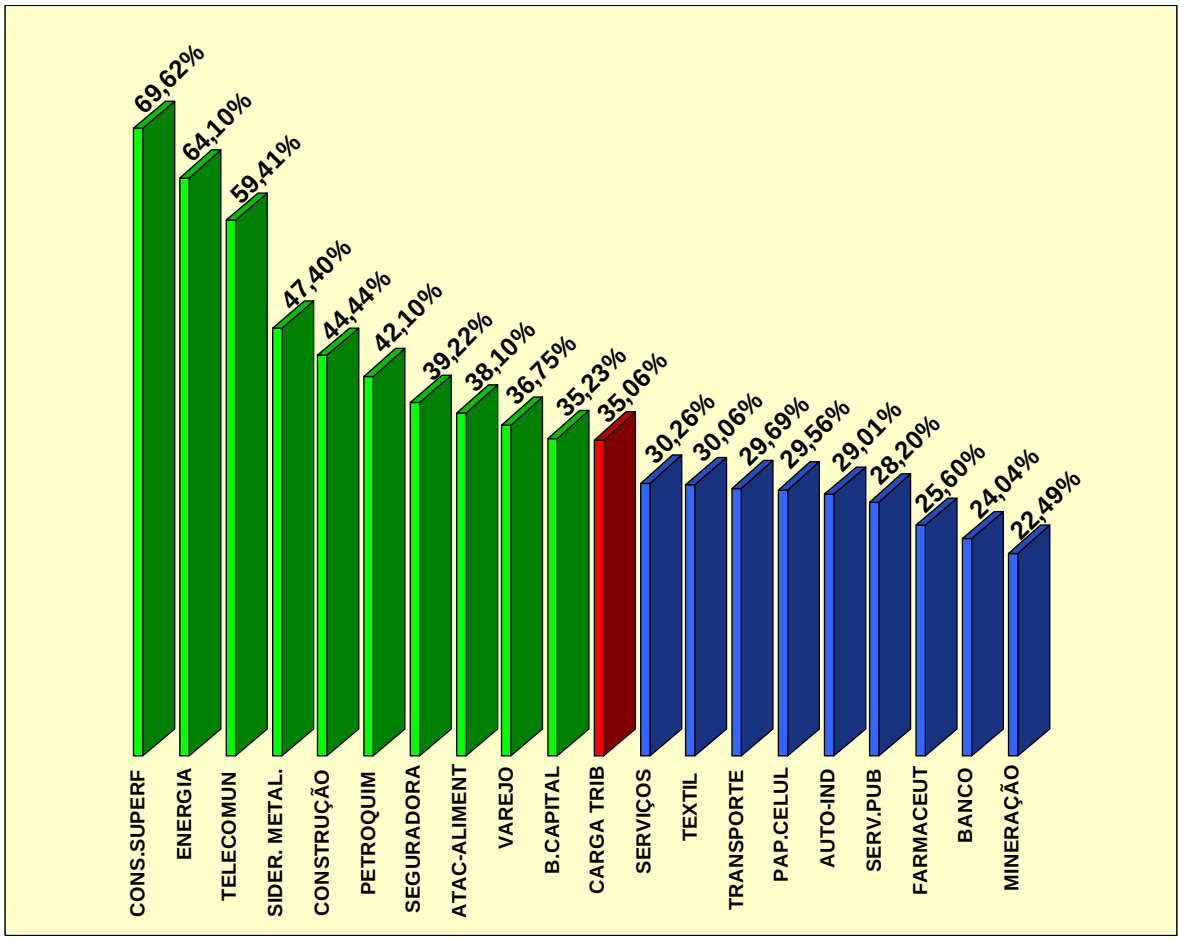


Gráfico 42 – Comparativo da Carga Tributária por Setor – 2006

Na comparação do peso da carga tributária nos diversos setores da economia brasileira entre os anos de 2005 e de 2006, percebe-se que houve pouca mudança, apenas com a inversão de colocações. Os setores com maior e menor carga tributária continuam, sendo os mesmos.

A diferença entre o setor com a maior carga, o de bens de consumo supérfluos com 69,62% e a de menor carga, a de mineração com 22,49% é de 47,13%. E, praticamente não se alterou com relação a 2005, abaixando apenas meio ponto percentual.

Entre as mudanças de colocação ocorridas, a que mais chama atenção é a de atacados de alimentos, que em 2005 era o setor que vinha logo acima da média

nacional e passou a ser a terceiro acima desta média. Não que o valor dos tributos tenha aumentado muito neste ano, já que o acréscimo foi de apenas 0,5%. É que a carga tributária dos setores de bens de capital e varejo, que estavam com valores acima do setor de alimentos, diminuiu em relação a 2005.

Com referencia aos cinco setores com maior carga tributária, temos o de bens supérfluos, energia, telecomunicação, metalurgia e industria da construção. Portanto não houve grande mudança com relação ao ano anterior (2005).

Entre os cinco setores com menor carga tributária encontra-se o de mineração, de bancos, o farmacêutico, de serviços públicos e de auto-indústria. Neste grupo percebe-se uma mudança relevante, não apenas em termos de colocação, como também com determinados setores que antes participavam deste seleto grupo como o têxtil e o de transportes, que deram lugar para outros setores (o farmacêutico e o de bancos).

A seguir, conforme demonstrado no gráfico 43 serão analisadas as empresas que tiveram a maior e a menor carga tributária no ano de 2006.

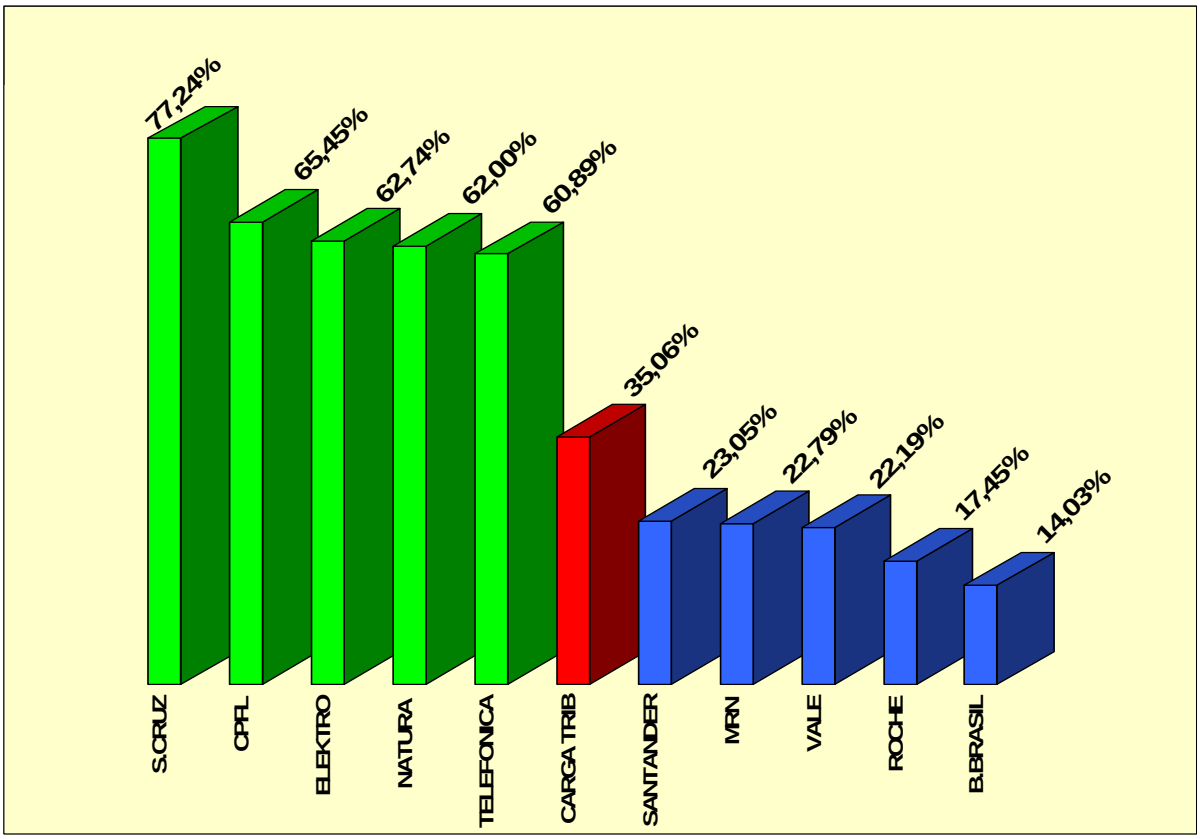


Gráfico 43 – Empresas com maior e menor carga tributária em 2006

Ao se analisar o grupo das empresas que possuem alta carga tributária no ano de 2006, pode-se encontrar duas empresas do ramo de bens de consumo

supérfluos (Souza Cruz e Natura), uma do setor de telecomunicações (Telefônica) e duas do setor de energia (CPFL e Elektro), conforme verificado no quadro 43.

Quanto às empresas com a menor carga tributária no ano de 2006, encontra-se quatro empresas que pertencem a setores com pouca carga tributária, conforme o gráfico 43: duas do setor de mineração (Vale e MRN), duas do setor de Bancos (Santander e Banco do Brasil) e uma do setor farmacêutico (Roche).

Quanto as empresas que apresentam a menor carga tributária entre as empresas estudadas, nota-se que houve uma mudança muito grande em relação a 2005. Apenas a MRN e o Santander figuraram neste grupo em 2005, sendo que a Vale, o Banco de Brasil e a Roche ocuparam os lugares da Fosfertil, Localiza e Karsten.

4.3.3. Comparativo da Carga Tributária em 2007

Por fim, será efetuada a analise de como se comportou a carga tributária nos setores estudados no ano de 2007, conforme demonstrados no gráfico 44.

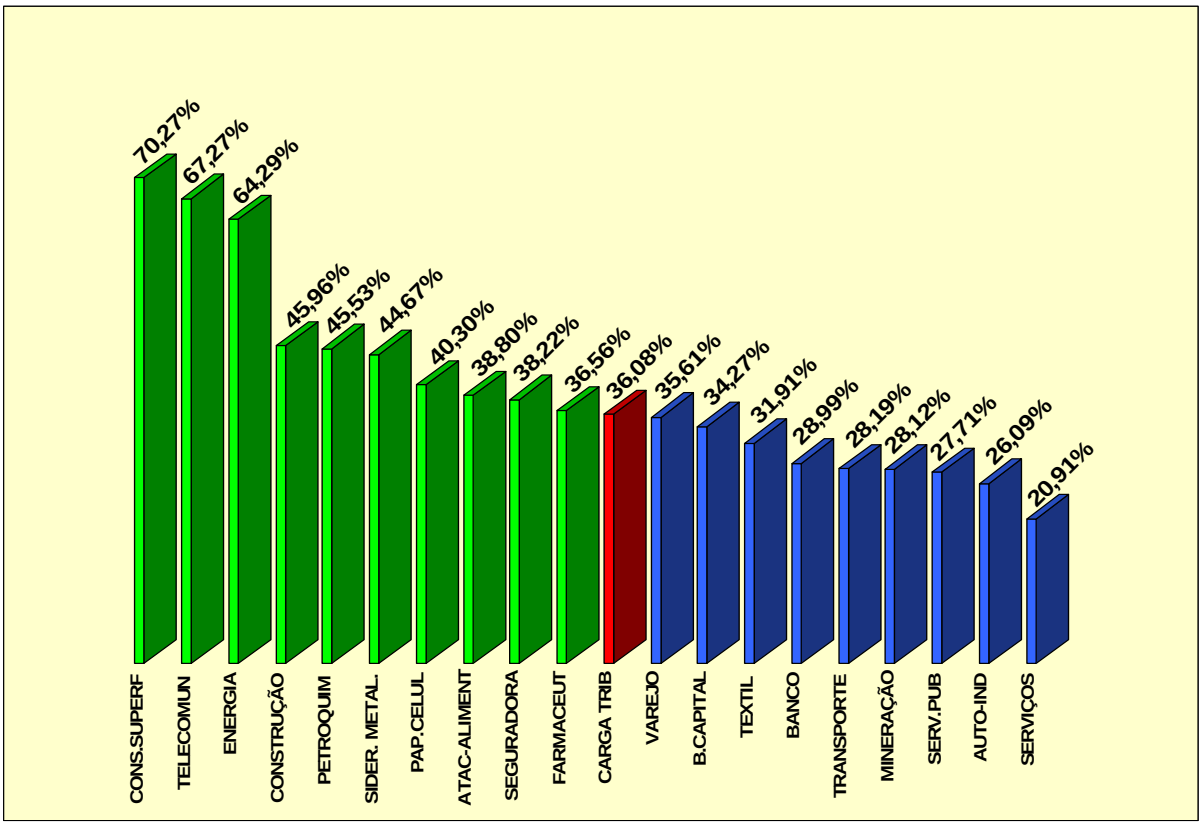


Gráfico 44 – Comparativo da Carga Tributária por Setor – 2007

Na comparação do peso da carga tributária nos diversos setores da economia brasileira entre os anos anteriores, percebe-se que houve pouca mudança novamente, apenas com a inversão dos setores em sua na colocação em relação a carga tributária nacional.

A diferença entre o setor com a maior carga, o de bens de consumo supérfluos com 70,27% e a de menor carga, o de serviços com 20,91% é de 49,36%.

Percebe-se, portanto, que houve um significativo aumento na diferença ao compará-lo com os anos anteriores, ou seja, 47,63% em 2005 e 47,13% em 2006. Portanto, a diminuição de apenas meio ponto percentual ocorrida em 2006 com relação a 2005, agora apresentou um acréscimo de 2,23% de 2007 em relação a 2006.

Esse valor reflete como a alta da carga tributária influi particularmente sobre cada setor da economia, não se comportando de forma uniforme como parece ao se falar do valor da carga tributária média do Brasil, já que o aumento na carga tributária brasileira teve um acréscimo de apenas 1,02%, passando de 35,06% em 2005 para 36,08% em 2006, o que corresponde a uma evolução de 2,91%.

Com referência aos cinco setores com maior carga tributária, encontra-se o de bens supérfluos, telecomunicações, energia, industria da construção e petroquímica. Portanto, não houve grande mudança com relação ao que ocorreu nos anos anteriores (2005 e 2006).

Entre os cinco setores com menor carga tributária encontra-se o de serviços, auto-indústria, serviços públicos, mineração, e transportes.

Neste grupo percebe-se que além da mudança de posição ocupada no ano anterior, determinados setores que antes participavam deste seleto grupo como o de bancos e farmacêutico, deram lugar para outros setores, de serviços e transporte.

Porém, o único setor novo neste grupo que tem baixo custo tributário, seria o de serviços, já que o de transporte já figurou nesta lista no ano de 2005.

A seguir, conforme demonstrado no gráfico 45, serão analisadas as empresas que tiveram a maior e a menor carga tributária no ano de 2007.

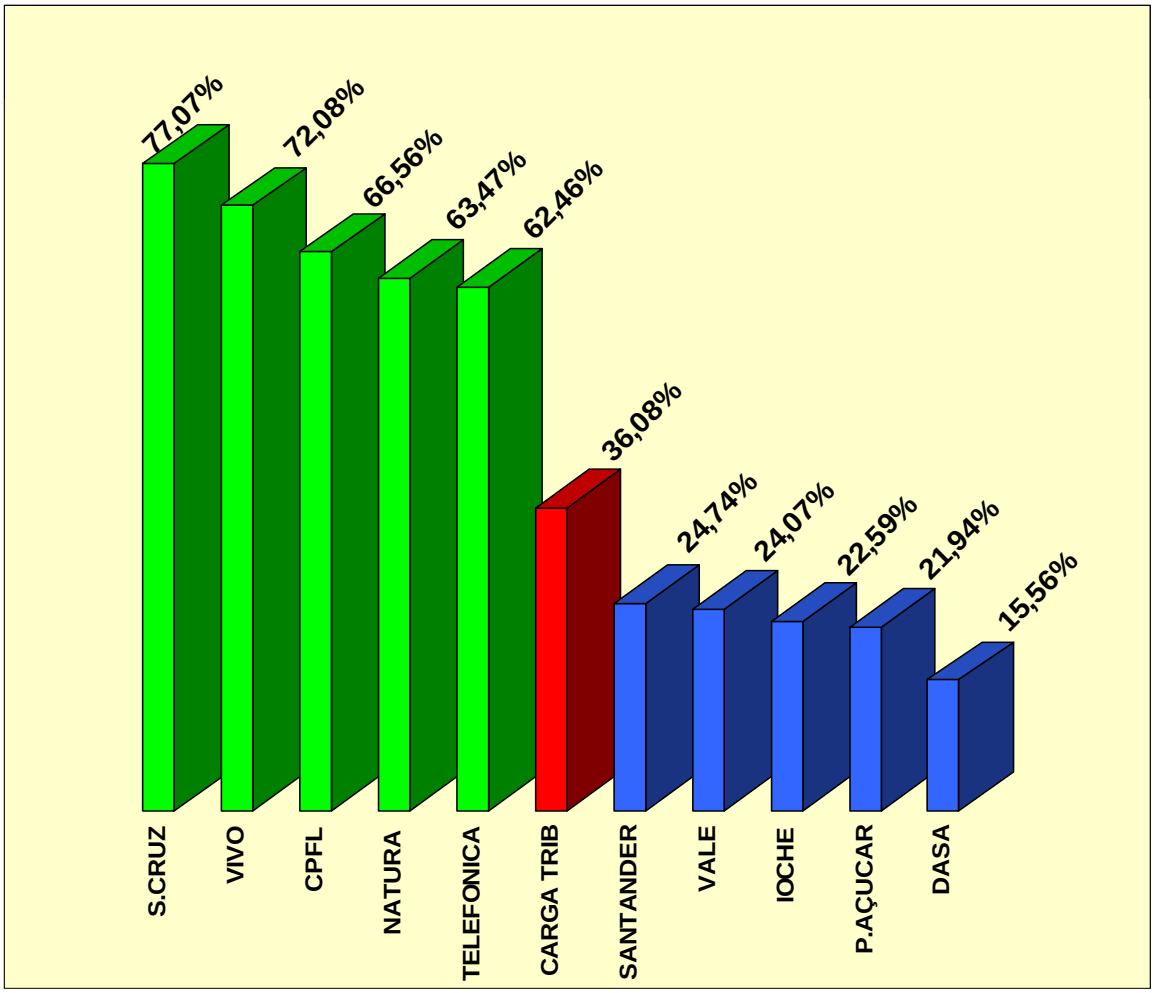


Gráfico 45 – Empresas com maior e menor carga tributária em 2007

Ao se analisar o grupo das empresas que possuem uma maior carga tributária no ano de 2007, pode-se encontrar duas empresas do ramo de bens de consumo supérfluos (Souza Cruz e Natura), duas do setor de telecomunicações (Vivo e Telefônica) e uma do setor de energia (CPFL), que são exatamente aquelas que já figuravam nestas condições em 2006 e 2005.

Quanto às empresas com a menor carga tributária no ano de 2005, encontra-se cinco empresas que pertencem a setores diferentes, e essas empresas, com exceção da Vale, não participavam deste grupo no ano anterior. Estas empresas são: uma do setor de mineração (Vale), uma do setor de Bancos (Santander), uma do setor de auto-industria (Iochpe), uma do setor de varejo (Pão de Açúcar) e uma do setor de serviços (Dasa).

Portanto, analisando-se em conjunto as empresas com a maior e menor carga tributária, percebe-se que as empresas que tiveram alta carga tributária, ou seja, aquelas empresas onde o governo teve a maior parcela no valor adicionado, não se

alteram, são sempre as mesmas. Apenas alteram sua colocação em relação a carga tributária média brasileira entre os três anos estudados.

Já as empresas com menor carga tributária, ou seja, as empresas onde o governo teve menor participação na riqueza gerada pela empresa, permitindo que os outros agentes dividam uma parcela maior, alteram-se constantemente, não só nas empresas como nos setores.

4.3.4. Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado Geral

Por fim, analisar-se-á como a distribuição da riqueza gerada pelas empresas, de uma forma geral, se comportou durante todo o período estudado.

Como já comentado anteriormente, percentualmente, quanto maior for a carga tributária, maior será a parcela que cabe ao governo, sobrando menos do valor adicionado pela empresa para distribuição entre os demais agentes envolvidos, que são os funcionários, os financiadores e os acionistas, sendo que, este último, através da remuneração do capital próprio e do lucro retido.

Ao analisar como se comportou esta distribuição entre os principais agentes, o governo, os acionistas, os funcionários e os financiadores, nota-se que o maior beneficiário foi o governo, conforme demonstra o gráfico 46.

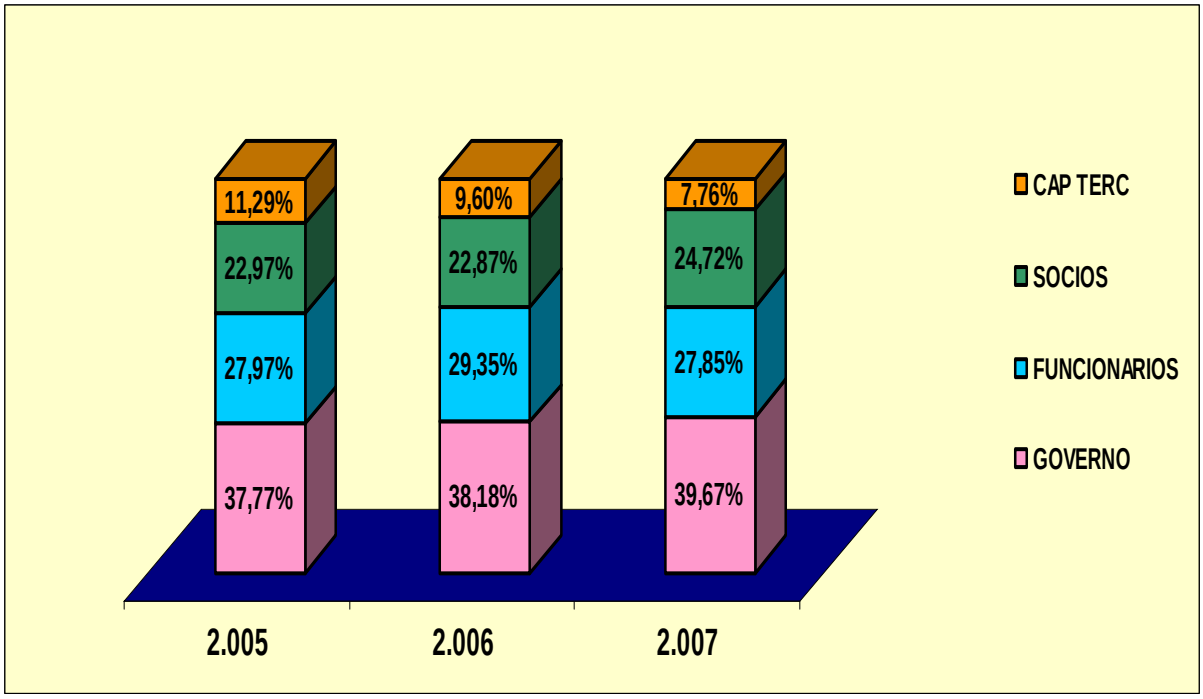


Gráfico 46 – Distribuição do Valor Adicionado entre 2005 e 2007

Neste gráfico fica fácil perceber que durante todo o período estudado, o governo foi quem ficou com a maior parcela do valor adicionado, referente aos impostos, taxas e contribuições, em todas as esferas, que a empresa incorreu.

Nota-se, ainda, que a parcela que coube ao governo, apresentou aumento durante todo o período estudado. Entre os anos de 2005 e 2006, apresentou um acréscimo de 0,41% o que corresponde a uma evolução de 1,09%. Com relação ao período de 2006 e 2007, a alta foi maior, com um acréscimo de 1,49%, o que significa uma evolução de 3,90%.

Se a diferença entre os anos de 2005 e 2007 praticamente é a mesma da verificada na média nacional de carga tributária, com evolução de 5,74% na carga tributária nacional e de 5,03% na amostragem, percebe-se que o aumento maior, no universo estudado, ocorreu no último ano.

Quanto aos outros agentes envolvidos, percebe-se que as parcelas destinadas aos acionistas e aos funcionários, são bem próximas e pouco se alteram durante o período. Em 2007, com relação a 2006, a parcela dos funcionários diminuiu em 1,5%, passando de 29,35% em 2006 para 27,85% em 2007. Já os acionistas, neste mesmo período, obtiveram um aumento de 1,85%, passando de 22,87% nem 2006 para 24,72% em 2007.

Com relação à remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis) o gráfico apresenta uma tendência de queda durante todo o período.

Outro ponto a se destacar é que a carga tributária média medida nas empresas estudadas está acima da média brasileira calculada pelo IBGE pela nova metodologia nos três anos, se aproximando mais dos valores medidos pela metodologia antiga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta dissertação foi o de identificar, informar, mensurar e comparar a carga tributária de empresas brasileiras selecionadas, nos vários ramos de atividade econômica, conforme a classificação da Revista Exame – Melhores e Maiores, através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Já os objetivos específicos foram dois: a) Apresentar para os agentes econômicos internos, acionistas, trabalhadores e gestores, e para os agentes econômicos externos, fornecedores, clientes, governo e sociedade em geral, a DVA como uma ferramenta de acompanhamento e comparação da evolução destas distribuições, e cobrando ações que visem transformar esta distribuição em algo mais igualitário e justo; b) Analisar, através da Demonstração do Valor Adicionado, como se comporta a carga tributária em cada setor da economia brasileira, utilizando as empresas estudadas, comparando-a com a carga tributária média nacional, e verificar como a carga tributária influi na distribuição da riqueza gerada pelas empresas.

A partir dos objetivos propostos e das análises realizadas, é possível tecer as seguintes considerações:

✓ A DVA é um instrumento capaz de atender às necessidades relacionadas à informação sobre a riqueza gerada e como essa riqueza foi distribuída entre os elementos que contribuíram para sua geração;

✓ É possível, através da DVA, medir a carga tributária existente nos diversos setores econômicos brasileiros, verificando distorções quanto ao peso que esta carga exerce sobre determinados setores, importantes tanto no aspecto econômico (como o de energia e o petroquímico), como também no aspecto social (alimentos, energia e telecomunicações);

✓ A análise da DVA demonstrou como a carga tributária influi no preço final de determinados produtos ou de determinados setores da economia.

✓ Através da publicação da Lei 11.638/07 em 27/12/2007, que tornou obrigatória a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado pelas empresas de capital aberto, bem como grandes empresas (mesmo de capital fechado) torna-se muito mais fácil a análise das empresas, que fornecerão importantes informações da riqueza gerada e da forma como essa riqueza foi distribuída. Ademais, permite traçar um perfil histórico por empresa e por setor, fornecendo informações mais transparentes, no

contexto da *accountability*, para toda a sociedade do comportamento das empresas e de determinados setores da economia, quanto à forma como esta divisão vêm ocorrendo nos últimos anos, possibilitando prever uma tendência.

✓ Utilizando-se os dados da análise efetuada nesta dissertação, é possível identificar a existência de setores apenados com alta carga tributária, que são transferidos aos preços e, portanto aos consumidores, penalizando-os, como o de combustíveis (Petroquímico - através de empresas como a Petrobrás), de energia e telecomunicações, que influem significativamente no crescimento do país, interferindo negativamente na formação de preços, e na diminuição de investimentos e geração de empregos, de forma direta e indireta, como no preço do frete, que encarece todos os demais produtos;

✓ No setor social, a alta carga tributária existente nos setores de alimentação, combustível (transporte), energia e telecomunicações, interferem negativamente na qualidade de vida da população que é atingida por preços elevados em setores de necessidades básicas da sociedade;

✓ Pode-se destacar ao se analisar o conjunto das empresas com a maior e menor carga tributária por todo o período pesquisado (de 2005 a 2007), que as empresas com alta carga tributária não se alteram. E esta informação é válida ao se analisar os setores envolvidos como também em relação as empresas com alta incidência da carga tributária sobre seu valor adicionado. Isto pode ser observado no quadro 3.

	CARGA TRIBUTÁRIA POR SETOR		
	2007	2006	2005
MAIOR	CONS.SUPERF	CONS.SUPERF	CONS.SUPERF
	TELECOMUN	TELECOMUN	TELECOMUN
	ENERGIA	ENERGIA	ENERGIA
	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO
	PETROQUIM	SIDER.METAL	PETROQUIM
MENOR	TRANSPORTE	AUTO-IND	TRANSPORTE
	SERV.PUB	SERV.PUB	SERV.PUB
	AUTO-IND	FARMACEUT	AUTO-IND
	MINERAÇÃO	MINERAÇÃO	MINERAÇÃO
	SERVIÇOS	BANCO	TEXTIL

	CARGA TRIBUTÁRIA POR EMPRESA		
	2007	2006	2005
MAIOR	S.CRUZ	S.CRUZ	S.CRUZ
	VIVO	ELEKTRO	VIVO
	CPFL	CPFL	CPFL
	NATURA	NATURA	NATURA
	TELEFONICA	TELEFONICA	TELEFONICA
MENOR	SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER
	IOCHE	MRN	MRN
	VALE	VALE	LOCALIZA
	P.AÇUCAR	ROCHE	FOSFERTIL
	DASA	B.BRASIL	KARSTEN

SETORES/EMPRESAS QUE APARECEM NO MÍNIMO DUAS VEZES (MAIOR CARGA)
SETORES/EMPRESAS QUE APARECEM NO MÍNIMO DUAS VEZES (MENOR CARGA)
SETORES/EMPRESAS QUE APARECEM APENAS UMA VEZ

Quadro 3 – Maior e Menor Carga Tributária por Setor e por Empresas

De acordo com o quadro 3 é fácil notar que, tanto o grupo de setores como o grupo de empresas com maior incidência de carga tributária, não se modifica. Nos setores mais apenados, apenas o setor de metalurgia e siderurgia aparece apenas uma vez (em 2006). No grupo das empresas com alta carga tributária, apenas a Elektro (ano de 2006) aparece uma única vez. As outras empresas e setores estão sempre incluídos entre os que distribuem uma grande parcela de seu valor adicionado ao governo. Quanto aos setores e empresas com menor carga tributária, observa-se que existe uma alternância maior.

É importante ressaltar, também as limitações naturalmente impostas às pesquisas e análises desenvolvidas, cabendo, nesse sentido, observar as apresentadas neste trabalho:

- ✓ Por uma questão de se atender aos objetivos traçados e para simplificar o universo a ser pesquisado, foram estudadas duas empresas de grande porte por setor. Talvez este pequeno universo setorial, possa apresentar vieses, não traduzindo alguma vertente que possa ocorrer ao se pesquisar um universo maior;
- ✓ Como até a promulgação da Lei 11.638/07 em 27/12/2007, a elaboração e divulgação da DVA não era obrigatória a nenhum tipo de empresas, apenas algumas a apresentavam de forma totalmente voluntária. Desta forma, alguma companhias que se encaixavam no perfil do estudo por setor, não puderam ser estudadas por não apresentar sua DVA;
- ✓ Por não ser obrigatório e não existir nenhuma normatização nacional quanto ao modelo de apresentação da DVA até meados de 2008, algumas empresas divulgavam sua DVA utilizando modelos próprios, ou de forma resumida sem a apresentação da forma como a riqueza foi gerada, mas apenas sua distribuição, ou apenas na forma gráfica. Estes fatos dificultaram a padronização dos relatórios para fins de análise e conclusões;
- ✓ Outra dificuldade encontrada foi a mudança na metodologia de cálculo da carga tributária nacional, através de nova forma de calcular o Produto Interno Bruto (PIB), que pode ter contribuído para algum pequeno desvio quanto aos valores encontrados.

Por fim, vale ressaltar que este estudo, como um dos primeiros trabalhos acadêmicos versando sobre a DVA após a Lei 11.638/07 ter sido sancionada, apenas acende a discussão sobre o assunto. Como recomendações, para

complementar a discussão sobre a gama de informações a serem obtidas através da análise da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), pode-se sugerir:

- ✓ A utilização da DVA para calcular, mais profundamente, o peso da carga tributária, particularmente centrado em algum importante setor, tanto do ponto de vista econômico como no social;
- ✓ Determinar com um maior número de empresas estudadas, as distorções referentes a carga tributária nacional e de alguns setores fundamentais para o crescimento do país;
- ✓ Estudo sobre a viabilidade da diminuição da carga tributária hoje aplicada sobre as empresas, que irá gerar preços de venda menores, ocasionando um maior consumo, o que deverá alavancar o investimento em ativos permanentes das empresas e gerar novos postos de trabalho na área empresarial, diminuindo o desemprego, aumentando a média salarial da população ativa e, conseqüentemente, a qualidade de vida no âmbito social.

Enfim, ainda existe uma gama enorme de vertentes a serem pesquisadas quanto ao uso da DVA. E, com certeza, as demais pesquisas, unidas a esta, formariam um embasamento mais amplo e sólido quanto as relevantes informações a serem obtidas através das análises efetuadas neste importante relatório socioeconômico, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

REFERENCIAS

ABREU, R.M., DAVID, F., CROWTHER, D. & MAGRO, F.A European Perspective on Corporate Social Responsibility. Paper presented at the 7th Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference (IPA 2003), Madrid, Spain

AFONSO, José Roberto R. e MEIRELLES, Barbosa Meirelles. Carga Tributária Global no Brasil, 2000/2005: cálculos revisitados. Universidade Estadual De Campinas – Unicamp - Núcleo De Estudos De Políticas Públicas – Nepp, Março – 2006

ALVES, Ivo Costa. METODOLOGIA PARA APURAÇÃO E CONTROLE DE CUSTOS DA QUALIDADE AMBIENTAL. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

ASHLEY, Patricia. Ética e Responsabilidade Social nos negócios. S.Paulo: Saraiva, 2002.

BATISTA, Halcima Melo; RAMOS, Anatália Saraiva Martins. Por uma organização socialmente responsável: proposta de modelo de Balanço Social aplicado em uma indústria têxtil de grande porte. Revista Brasileira de Administração (RBA), São Paulo, ano XI, no 34, p. 18-27, set. 2001.

BRASIL. LEI Nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 – Edição Extra**.** Altera a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. Libro Verde: fomentar un marco europeo para responsabilidad social de las empresas. Bruxelas, 2001.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves, RIBEIRO, Maisa de Souza Ribeiro, SANTOS, Ariovaldo dos. A Demonstração Do Valor Adicionado como Instrumento De Mensuração Da Distribuição Da Riqueza. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, n. 37, p. 7–23, Jan./Abr. 2005

CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da & RIBEIRO, Maisa de Souza. Evolução e diagnóstico atual do balanço social. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/281.pdf>. Acesso em: 07 maio 2008

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário dos trabalhadores: 2007. 8.ed. / São Paulo : DIEESE, 2007. 260 p.

ELORRIAGA, Aitziber Mugarra. El Balance Social aplicado a las cooperativas.Tese de Doutorado (Contabilidade). Universidade de Deuto–Espanha, 1995.

EXAME – MELHORES & MAIORES. São Paulo: Abril, 2007. Anual.

EXAME – MELHORES & MAIORES. São Paulo: Abril, 2008. Anual.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Ed.Nova Fronteira. 2001.

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuarias e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCO, Odair de Brito. Responsabilidade social no balanço. Gazeta Mercantil, São Paulo, 18/07/2002, Caderno A, p.3.

FREIRE, Fátima de Souza. Balanço Social Abrangente: ferramenta contábil eficaz para mensuração do papel social das empresas. Revista Brasileira de Contabilidade, São Paulo, no. 130, p.23-32, Julho-Agosto/2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000

KROETZ, Cesar E. S.(2000). Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. 6ª ed. São Paulo: Atlas,2001. 220 p.

LIMA, Paulo R dos Santos. Responsabilidade Social: a experiencia do selo empresa cidadã na cidade de S.Paulo -1999. Dissertação de Mestrado – PUC. 2001

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: 3º Setor: desenvolvimento social sustentável. Evelyn Ioschpe et. al., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de Monografías e Dissertações. São Paulo: Atlas, 2000.

MICHAELIS, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Ed. Melhoramentos. 2004 - Organizador: WEISZFLOG, Walter. 2280 p

MORAES, Pérsio Belluomini, TINOCO, João Eduardo Prudêncio. , 2008. *e*Gesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócios, Santos/SP, v. 4, n. 1, jan.-mar./2008, p. 1-32.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V.. Contabilidade Avançada e analise das Demonstrações Financeiras. 11ª edição, São Paulo: Frase Editora, 2002.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; FIRMINO, Adriano Figueiredo Carneiro Fábio G.; SILVA, Francisco Rolando de Vasconcelos; DA SILVA, Gerardo Rodrigues Bezerra. A Importância da Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de

Evidenciação da Geração e da Distribuição de Riqueza das Empresas. Área Temática: Contabilidade Social e Ambiental – ENANPAD 1999

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. Revista Brasileira de Contabilidade, São Paulo, no 127, p.51-59, Setembro-Outubro/2000

PINTO, Anacleto Laurino e RIBEIRO, Maisa De Souza. Balanço Social: Avaliação De Informações Fornecidas Por Empresas Industriais Situadas no Estado De Santa Catarina. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro 2004.

RECEITA FEDERAL. Carga Tributária no Brasil 2006. Brasília, 2007. Disponível em http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/CTB2006.pdf, acessado em 25/06/2008.

REIS, Carlos Nelson dos e MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social. S.Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Maisa de S. Custeio das Atividades de Natureza Ambiental**.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FEA/USP. São Paulo: USP. 1992.

RIBEIRO, Maisa de Souza. O Custeio por Atividades aplicado ao tratamento contábil dos gastos de natureza ambiental. Caderno de Estudos FIPECAFI, v. 10, n. 19, set/dez., 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social: instrumento de divulgação da interação da empresa com a sociedade. Revista Brasileira de Contabilidade, n.115, ano XXVIII, jan./fev., 1999, p.72-81

RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. A DVA como instrumento de mensuração da relação custo beneficio na concessão de incentivos fiscais: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. USP, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. 1999. Demonstração do Valor Adicionado – DVA- Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza nas empresas. Tese de Livre Docência, São Paulo: FEA/USP.

SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração do Valor Adicionado. São Paulo: Ed.Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico**.** 21ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Cortez, 2000. 280 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio**.** Balanço Social – Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade. Dissertação de mestrado – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 1984

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Editora Atlas, 2001. 243 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria E.P. Contabilidade e Gestão Ambiental. 2ª ed.São Paulo: Editora Atlas, 2008.

TUNCA, Caliyurt Kiymet e CROWTHER, David: Social Responsibility Effects on Shareholder Prices: An Analysis of the Banking Sector in Turkey, Research Papers in Corporate Social Responsibility No 8, July 2005, ISSN: 1740-0473, London Metropolitan University, July 2005

URSINI, Tarcila Reis e BRUNO, Giuliana Ortega. Um panorama de la responsabilidad social empresarial en América Latina. Revista Ethos, TN Projetos Sociais n. 5, 2004.

URSINI, Tarcila Reis e BRUNO, Giuliana Ortega. A Gestão para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável. Revista da FAT, edição Jun/Jul/Ago 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.** São Paulo: Atlas.1998. 90 p.

WANDERLEY, L.S O., COLLER, J. Responsabilidade social das empresas: na busca de referencial teórico. Revista da Angrad, v. 1, n. 2, p. 40-41, Rio de Janeiro, 2000

Sitios:

Bovespa - http://www.bovespa.com.br/Principal.asp. Acesso em 10/04/2008.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Pesquisa de DVA por empresas - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx. Acesso em 12/08/2008.

Dieese – www.dieese.org.br. Acesso em 05/05/2008.

Grupo Ethos - www.ethos.org.br . Acesso em 10/04/2008.

Ibase - www.ibase.com.br. Acesso em 10/04/2008.

IBGE – www.ibge.org.br . Acesso em 04/05/2008.

Receita Federal – www.receita.federal.gov.br . Acesso em 10/05/2008.

SAI – CEPAA - http://www.sa-intl.org/index.cfm . Acesso em 25/04/2008.

Sitios das empresas consultados:

AES TIETE. http://www.aestiete.com.br/artigo374.asp. Acesso em 15/07/2008.

APSEN. http://www.apsen.com.br/novosite/index.php?modulo=homes&id=20 Acesso em 15/07/2008.

BANCO DO BRASIL.http://www.bb.com.br/portalbb/page22,136,3527,0,0,1,8.bb?codigoNoticia= 11543&codigoMenu=3095 Acesso em 21/07/2008.
BRADESCO. http://www.bradesco.com.br/ri/. Acesso em 17/07/2008.
CAMARGO CORREA. http://www.camargocorrea.com.br/ .Acesso em 15/07/2008.
CPFL. http://www.cpflpiratininga.com.br/new/conheca_energia/conheca.asp. Acesso em 16/07/2008.
CSN.http://www.csn.com.br/portal/page?_pageid=456,170479&_dad=portal&_schema=PORTAL. Acesso em 15/07/2008.
DASA. http://diagnosticosdaamerica.com.br/RI/perfil_historia.php. Acesso em 20/07/2008)
DURATEX. http://www.duratex.com.br/. Acesso em 15/07/2008.
ELEKTRO.http://www.elektro.com.br/portal/page/portal/pg_site_elektro/elektro_capa/elektro_quem/elektro_quem_historia. Acesso em 20/07/2008.
FOSFERTIL.http://www.fosfertil.com.br/. Acesso em 16/07/2008.
GRENDENE.http://www.grendene.com.br/www/ri/RAO/2006/governanca/novo_mercado.asp. Acesso em 17/07/2008.
IOCHPE. http://www.iochpe-maxion.com.br/. Acesso em 21/07/2008.
ITAU. http://ww13.itau.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port. Acesso em 17/07/2008.
KARSTEN.http://www.karsten.com.br/2007/hp_ptb/institucional_historico_principal.php. Acesso em 21/07/2008.
KLABIN. http://www.klabin.com.br/(S(aai5z3551nwjmkqdtqqhyiiv))/ptbr/investidores/perfilCorporativo.aspx. Acesso em 16/07/2008.
LOCALIZA.http://www.localiza.com/reservas/institucional/historico.aspx. Acesso em 17/07/2008.
MAPFRE. http://www.mapfre.com.br/iContent/area.jsp?idArea=61. Acesso em 18/07/2008.
MEDIAL SAUDE. http://www.medialsaude.com.br/. Acesso em 20/07/2008.
NATURA.http://natura.infoinvest.com.br/static/ptb/perfil_organizacao.asp?language=ptb . Acesso em 15/07/2008.
PERDIGAO. http://www.perdigao.com.br/corp/paginas.cfm?area=0&sub=1. Acesso em 15/07/2008.
PETROBRAS. http://www2.petrobras.com.br/portugues/ads/ads_Petrobras.html. Acesso em 16/07/2008

PORTO SEGURO. http://www.portoseguro.com.br/site/institucional/historia.cfm Acesso em 18/07/2008.

RANDON. http://www.randon.com.br/ri. Acesso em 15/07/2008.

RIACHUELO.http://www.guararapes.ind.br/2007/navegacao/guararapes/investidores.asp. Acesso em 17/07/2008.

ROCHE.http://www.roche.com.br/Company/historico/default_PT.htm. Acesso em 21/07/2008.

SABESP.http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=5&proj=sabesp&pub=T&db=&comp=Investidores&docid=2AE760C85CF05345832570DF0063F183 . Acesso em 15/07/2008.

SADIA. http://www.sadia.com.br/br/empresa/empresa.asp. Acesso em 15/07/2008.

SANTANDER.http://www.santander.com.br/portal/gsb/script/templates/GCMRequest.do?page=1241&entryID=641.Acesso em 21/07/2008.

SOUZA CRUZ:http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/80256DAD006376DD80256D87004457B0?opendocument&SID=&DTC. Acesso em 15/07/2008.

SUZANO.http://www.suzano.com.br/ri_/home/perfilcompanhia/index.cfm?objectID=36C6638B-BA9D-28A5-D565B862CAA6ABBF. Acesso em 16/07/2008.

TAM.http://www.mzweb.com.br/tam/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=5391&submenu=1&img=5385&conta=28. Acesso em 17/07/2008.

TAURUS. http://www.taurusforjados.com.br/portugues/index.php. Acesso em 15/07/2008.

TELEFONICA. http://www.telefonica.com.br/sobre/grupo_telefonica.htm. Acesso em 17/07/2008.

USIMINAS. http://www.usiminas.com.br/ir_historico/. Acesso em 17/07/2008.

VALE. http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2. Acesso em 16/07/2008.

VILARES. http://www.villares.com.br/wwwroot/avillares/quemsomos/ptbr/quemsomos.cfm. Acesso em 15/07/2008.

VIVO. http://www.vivo.com.br/portal/institucional_vivo_amarca.php. Acesso em 17/07/2008.

V&M BRASIL. http://www.vmtubes.com.br/vmbinternet/calandra.nsf/0/BDEA9A83636DD284032572FA007DDDA5?OpenDocument&pub=T&proj=Internet. Acesso em 17/07/2008.

ANEXOS
LEI Nº 11.638 DE 28.12.2007

D.O.U.: 28.12.2007 - Edição Extra

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 176. (...)

(...)

IV - demonstração dos fluxos de caixa; e

V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

(...)

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa." (NR)

"Artigo 177. (...)

(...)

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I - em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou

II - no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

(...)

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários." (NR)

"Artigo 178. (...)

§ 1º (...)

(...)

c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º (...)

(...)

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

(...)" (NR)

"Artigo 179. (...)

(...)

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V - no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

VI - no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

(...)" (NR)

"(VETADO)

Artigo 181. (VETADO)"

"Patrimônio Líquido

Artigo 182. (...)

§ 1º (...)

(...)

c) (revogada);

d) (revogada).

(...)

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (§ 5º do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3º do art. 226 desta Lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

(...)" (NR)

"Critérios de Avaliação do Ativo

Artigo 183. (...)

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

(...)

VII - os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

VIII - os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

§ 1º (...)

(...)

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:

1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;

2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou

3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado, intangível e diferido será registrada periodicamente nas contas de:

(...)

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I - registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II - revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

(...)" (NR)

"Critérios de Avaliação do Passivo

Artigo 184. (...)

(...)

III - as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante." (NR)

"Demonstração do Resultado do Exercício

Artigo 187. (...)

(...)

VI - as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

(...)

§ 2º (Revogado)." (NR)

"Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

Artigo 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I - demonstração dos fluxos de caixa - as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

a) das operações;

b) dos financiamentos; e

c) dos investimentos;

II - demonstração do valor adicionado - o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

(...)" (NR)

"Reserva de Lucros a Realizar

Artigo 197. (...)

§ 1º (...)

(...)

II - o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

(...)" (NR)

"Limite do Saldo das Reservas de Lucro

Artigo 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos." (NR)

"Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão

Artigo 226. (...)

(...)

§ 3º Nas operações referidas no caput deste artigo, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado." (NR)

"Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas

Artigo 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

(...)" (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 195-A:

"Reserva de Incentivos Fiscais

"Artigo 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

"Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Art. 4º As normas de que tratam os incisos I, II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, poderão ser especificadas por categorias de companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários em função do seu porte e das espécies e classes dos valores mobiliários por eles emitidos e negociados no mercado.

Art. 5º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

"Artigo 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais."

Art. 6º Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

Art. 7º As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderão ser divulgadas, no primeiro ano de vigência desta Lei, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Art. 8º Os textos consolidados das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com todas as alterações nelas introduzidas pela legislação posterior, inclusive esta Lei, serão publicados no Diário Oficial da União pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as alíneas c e d do § 1º do art. 182 e o § 2º do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Brasília, 28 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

ANEXO B

NOTA EXPLICATIVA À INSTRUÇÃO CVM Nº 469, DE 2 DE MAIO DE 2008

Ref. Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e altera as Instruções CVM n° 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000.

Introdução

Com a edição da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que altera e introduz novos dispositivos à Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, foram criadas as condições para que as normas e práticas contábeis brasileiras, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais das sociedades por ações, sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais.

Em relação ao capítulo XV da Lei 6404, de 1976, que trata de matéria contábil, a Lei nº 11.638, de 2007, determinou que a Comissão de Valores Mobiliários – CVM editasse normas mais detalhadas a respeito da aplicação das mudanças. Alguns aspectos terão que ser regulados ainda em 2008, outros ficarão para 2009 e 2010. Nesse sentido, a CVM, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, elaborou um programa de trabalho visando a edição, ainda em 2008, de um conjunto de normas diretamente relacionadas às alterações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007. Este programa de trabalho está disponível em nossa página principal na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) no item "Contabilidade e Auditoria".

Não obstante a edição futura dessas normas, tendo sempre em vista os ditames legais e a convergência com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, é necessário alterar, imediatamente, alguns normativos já emitidos pela CVM, bem como esclarecer outras questões relacionadas às alterações produzidas pela Lei nº 11.638, de 2007.

Em comunicado ao mercado, feito em 14 de janeiro de 2008, a CVM manifestou seu entendimento preliminar acerca da aplicação da Lei nº 11.638, de 2007, e de como o processo de regulamentação de tal Lei seria desenvolvido, além de solicitar, por meio de audiência pública, a apresentação de dúvidas e sugestões a respeito da matéria.

Assim, como parte do processo de incorporação das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, às normas e práticas contábeis brasileiras, e tendo em conta as sugestões e dúvidas surgidas na mencionada audiência pública, a CVM emitiu a Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008 ("Instrução"), que dispõe sobre as necessidades imediatas de adaptações de alguns normativos e esclarece outras questões relacionadas às alterações produzidas pela Lei nº 11.638, de 2007.

1. Aplicação da Lei Nº 11.638/07 - ITR e Demonstrações Especiais

Os art. 1º e 2º da Instrução reafirmam e formalizam o entendimento da CVM, já manifestado por meio de comunicado ao mercado de 14 de janeiro de 2008, de que as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, aplicam-se às demonstrações financeiras elaboradas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2008, incluindo as demonstrações especialmente elaboradas para atendimento do disposto no art. 45, §2º, e art. 204, § 1º da Lei nº 6.404, de 1976, sendo facultativa a sua aplicação aos formulários de Informações Trimestrais – ITR de 2008 e às demonstrações especialmente elaboradas para fins de registro na CVM, nos termos do art. 7º, inciso X, da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993.

Em relação às demonstrações financeiras de encerramento de exercício, a obrigatoriedade de aplicação das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, aplica-se às demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2008 ou em data posterior. No caso das companhias que iniciaram o exercício antes de 1º de janeiro de 2008, a aplicação obrigatória se dará somente para as demonstrações financeiras encerradas a partir de 2009. Por exemplo, as companhias cujo exercício social se inicia em 1º de maio somente estarão obrigadas a cumprir com a Lei nº 11.638, de 2007 nas demonstrações encerradas em 30 de abril de 2009. O mesmo ocorre em relação

às demonstrações especialmente elaboradas em qualquer data a partir da vigência da Lei nº 11.638, de 2007, para atendimento do disposto no art. 45, §2º, e art. 204, § 1º da Lei nº 6.404, de 1976.

O art. 2º da Instrução faculta a aplicação das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, para os ITR e para as demonstrações especialmente elaboradas para fins de registro na CVM (art. 7º, inciso X, da Instrução CVM nº 202, de 1993).

A companhia aberta que não opte por se adaptar imediatamente obedecerá ao comando do parágrafo único do art. 1º da Instrução que prevê a obrigatoriedade de divulgação, em nota explicativa aos ITR de 2008, de descrição das alterações que possam ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, bem como uma estimativa de seus possíveis efeitos no patrimônio e no resultado do período ou os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação dessa estimativa.

De outro modo, se a companhia optar pela aplicação das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, nos ITR de 2008 e nas demonstrações especialmente elaboradas para fins de registro na CVM (art. 7º, inciso X, da Instrução CVM nº 202, de 1993), o art. 2º da Instrução impõe as seguintes condições:

1. sejam contempladas todas as alterações da Lei nº 6.404, de 1976, produzidas pela Lei nº 11.638, de 2007;

2. as alterações deverão se basear nas orientações e normas emitidas pela CVM;

3. na ausência de norma ou orientação específica da CVM, as normas do IASB deverão ser utilizadas na sua integralidade; e

4. sejam divulgados, em nota explicativa, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes dessas alterações.

A exigência referida no item 1 acima, visa a evitar que a companhia adote, a sua exclusiva escolha, uma ou mais alterações que possam causar impactos parciais nos seus resultados trimestrais. Ela não impede, no entanto, a companhia de apresentar adicionalmente informações em linha com os padrões internacionais, caso venha sendo essa a sua política de divulgação, como por exemplo, informação por segmentos, demonstração dos fluxos de caixa – DFC e operações descontinuadas. A adoção de normas editadas pela CVM ainda em 2008 que reflitam as alterações da Lei nº 11.638, de 2007, cuja aplicação seja imediata para todas as companhias abertas, não implicará adoção plena e voluntária das alterações da Lei nº 11.638, de 2007.

A aplicação das normas emitidas pelo IASB, para o caso de ausência de orientações e normas emitidas pela CVM, prevista no item 3 acima, está restrita às alterações produzidas pela Lei nº 11.638, de 2007.

Como exemplo de assunto para o qual já existe norma e orientação da CVM, podemos citar a Instrução CVM nº 235, de 23 de março de 1995, que trata da apresentação e divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras das companhias abertas. Ainda sobre apresentação e divulgação, há as orientações contidas no item 21 do Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 01, de 14 de fevereiro de 2007. Exemplo de matéria sobre a qual a CVM não emitiu normas ou orientações é o reconhecimento e a mensuração desses instrumentos financeiros. Tendo em vista que ainda não há norma específica da CVM sobre a matéria, o padrão a ser adotado deve ser aquele previsto no **International Financial Reporting Standards IAS - 39**. Outro exemplo de assunto não regulado pela CVM, mas já previsto na nova lei e que, portanto, deve ser aplicado tendo como base as normas emitidas pelo IASB, é o disposto no novo inciso IV do art. 179 da Lei nº 6.404, de 1976. Neste caso, o padrão internacional a ser aplicado nas operações de arrendamento mercantil deve ser aquele previsto no **International Financial Reporting Standards - IAS- 17**.

A exigência de divulgação prevista no item 4 acima tem como objetivo possibilitar, nessa fase de transição, a apresentação do resultado e do patrimônio líquido sem os efeitos trazidos pela Lei nº 11.638, de 2007, e a sua comparação com as companhias que não optarem por aquela faculdade. Essa divulgação não se confunde com aquela exigida no parágrafo único do art 1º da Instrução, que se refere a uma estimativa da administração da companhia sobre os possíveis impactos nas demonstrações futuras.

A adoção integral das normas emitidas pelo IASB está prevista somente para as demonstrações financeiras consolidadas, nos termos da Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007. A referida Instrução

CVM nº 457, de 2007, torna obrigatória, a partir do exercício findo em 2010, a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas com a adoção do padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e, facultativamente, até o exercício social de 2009, em substituição ao padrão contábil brasileiro, nas condições que especifica. No entanto, como já mencionado, a CVM, em conjunto com o CPC, estabeleceu uma agenda para elaboração de regulação conjunta visando a reduzir ou eliminar as diferenças entre as demonstrações individuais e as demonstrações consolidadas em IFRS.

As determinações contidas na Instrução devem ser observadas a partir do primeiro ITR de 2008, tanto para as que apresentarem os efeitos da Lei nº 11.638, de 2007, somente no final do período, conforme o disposto no artigo 1º da Instrução, quanto para aquelas companhias que adotarem a partir do primeiro ITR as disposições da Lei nº 11.638, de 2007, conforme o disposto no artigo 2º.

2. Saldos das Reservas de Capital Alteradas pela Lei nº 11.638, de 2007

As reservas de capital devem refletir, essencialmente, as contribuições feitas pelos acionistas que estejam diretamente relacionadas à formação ou ao incremento do capital social. Nesse sentido, a Lei nº 11.638, de 2007, extinguiu as reservas de capital "*Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures*" e "*Doações e Subvenção para Investimento*".

O prêmio na emissão de debêntures faz parte das condições de negociação desses títulos, que constituem exigibilidades da companhia e, portanto, não pode ser considerado como uma reserva de capital (patrimônio líquido).

As doações e subvenções para investimento devem ser consideradas redução do custo do ativo a que elas se referem, no caso de ativos não monetários, ou, nos demais casos, como receita a ser apropriada ao resultado do exercício em que ocorrer a sua realização. Assim, as doações e as subvenções para investimento passam a ser registradas, de imediato ou na medida de sua realização, no resultado do exercício, afetando, portanto, o lucro líquido do exercício, que é a base para cômputo tanto dos dividendos, quanto do imposto de renda e contribuição social.

Em alguns casos, a distribuição de lucros pode implicar a perda desse benefício. Nesses casos, o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 1976, introduzido pela Lei nº 11.638, de 2007, contempla a possibilidade da companhia destinar para a reserva de lucro por incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976).

As subvenções devem ser reconhecidas como receita em uma base racional e sistemática ao longo do tempo, a fim de confrontá-las com os respectivos custos. Enquanto não reconhecidos como receitas, os ganhos por doação ou subvenção para investimento serão registrados como resultados não realizados. A CVM emitirá norma específica aprovando pronunciamento que se encontra em elaboração no CPC que trata dessa matéria.

Tendo em vista que os saldos das reservas existentes até a edição da Lei nº 11.638, de 2007, foram formados com base nas disposições da Lei nº 6.404, de 1976, não seria cabível, nesses casos, alterar esse quadro mediante ajustes retroativos ou qualquer reclassificação que implicasse alteração desse direito. Assim, a Instrução estabelece que os saldos existentes no início do exercício de 2008 poderão ser mantidos por prazo indeterminado nas respectivas contas de reserva, para sua utilização na forma do art. 200 da Lei nº 6.404, de 1976.

Além disso, a Instrução cria regra transitória para permitir que, enquanto a CVM não emitir norma específica regulando essa matéria, os prêmios recebidos na emissão de debêntures e as doações e subvenções para investimento decorrentes de eventos e operações ocorridos no exercício de 2008, sejam registrados em contas específicas de resultado de exercícios futuros, com divulgação do fato e dos valores envolvidos em nota explicativa.

3. Reserva de Reavaliação

A Lei nº 11.638, de 2007, eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens e, conseqüentemente, a figura da reserva de reavaliação o que inclui as reavaliações periódicas previstas na Deliberação CVM nº 183, de 19 de junho de 1995. Assim, os saldos existentes nas reservas de reavaliação constituídas antes da vigência da Lei nº 11.638, de 2007, inclusive as reavaliações reflexas de controladas e

coligadas, poderão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei nº 11.638, de 2007, entrou em vigor, ou seja, 2008 (art. 6º, Lei nº 11.638, de 2007).

O prazo para o estorno previsto na Lei nº 11.638, de 2007, se aplica às demonstrações a serem encerradas no primeiro exercício de sua vigência. No caso de companhia que iniciou o exercício após 1º de janeiro de 2008, o prazo recai sobre as demonstrações financeiras encerradas em 2009. Por exemplo, no caso de empresas cujo exercício social tenha início em 1º de maio de 2008, o estorno poderá ser registrado até 30 de abril de 2009.

Como a decisão de manter ou estornar os saldos existentes nas reservas de reavaliação pode ter efeitos relevantes sobre os resultados futuros, as companhias abertas deverão divulgar a opção adotada até a apresentação da segunda ITR do exercício iniciado em 2008.

O § 5º, art. 4º da Instrução estabelece a uniformidade de tratamento ao mencionar que as companhias abertas deverão utilizar a mesma alternativa para as reavaliações próprias e reflexas e determinar às suas controladas e recomendar às suas coligadas a adoção da mesma alternativa. Nos casos em que as coligadas adotarem alternativa diferente daquela recomendada pela companhia aberta, a investidora deve ajustar as demonstrações financeiras da investida com vistas a manter essa uniformidade de procedimentos.

A manutenção do saldo da reserva de reavaliação e, conseqüentemente, do valor reavaliado do ativo, não elimina a obrigatoriedade da verificação periódica do seu valor recuperável, conforme disposto na Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007.

4. Lucros Acumulados

Embora a redação original da Lei nº 6.404, de 1976, já tenha determinado a destinação de todo o resultado do exercício, a redação anterior, ao prever a existência de saldo final na conta de lucros acumulados, suscitou dúvidas e até a possibilidade de retenções indiscriminadas e não devidamente justificadas.

Tendo em vista que todo o lucro líquido do exercício deve ser destinado, de acordo com os fundamentos contidos nos art. 194 a 197, a redação atual da Lei nº 6.404, de 1976, eliminou a possibilidade de existência de saldo de lucros acumulados no encerramento do exercício social. Evidentemente, não foram eliminadas a conta de lucros acumulados e a demonstração da sua movimentação, que deverão ser apresentados de forma isolada ou, no caso das companhias abertas, como parte da demonstração das mutações de patrimônio líquido. Essa conta, entretanto, possui natureza absolutamente transitória, e será utilizada para servir de contrapartida às reversões das reservas de lucros e às destinações do lucro.

5. Novas Demonstrações

5.1. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A recém criada demonstração do valor adicionado - DVA tem como objetivo evidenciar o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa.

A DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu produto interno bruto - PIB. Existe, entretanto, uma diferença temporal entre o modelo econômico e modelo contábil de DVA. Enquanto o primeiro utiliza o conceito de produção, a demonstração contábil utiliza o conceito de vendas para obter o valor adicionado ou riqueza criada pela empresa.

A DVA serve ainda para orientar os investidores que tenham como objetivo conhecer informações de natureza social e de produtividade. A exigência de apresentação do DVA está relacionada com o chamado balanço social, que apresentado em conjunto com as demonstrações contábeis, amplia o conhecimento sobre as atividades econômicas e o seu valor para a sociedade.

O valor adicionado de uma empresa, elaborado na forma contábil, representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Este valor terá também o significado de toda a remuneração dos

esforços aplicados na atividade da empresa.

Essa visão é diferente da estrutura de informações contábeis habituais. As demonstrações têm como objetivo apresentar a visão do proprietário no patrimônio líquido, por meio da subtração dos ativos e passivos, e no resultado líquido, por meio da subtração de receitas e despesas, ambos representando o resíduo que remunera os riscos do capital dos acionistas. Nesse caso, o resultado pode ser observado como uma parte da riqueza que se destina ao proprietário diferentemente do valor adicionado (DVA) que demonstra todas destinações da riqueza gerada pela empresa como a remuneração dos financiadores, empregados e acionistas, além dos impostos pagos ao governo.

As DVA já são elaboradas por um grupo expressivo de companhias abertas brasileiras. As linhas gerais de elaboração dessa demonstração já mereceram orientação em ofícios circulares da CVM, conforme pode ser observado no item 1.12 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 2007. Essa orientação deverá ser utilizada para elaboração e divulgação da DVA enquanto a CVM não emitir norma contábil específica sobre a matéria.

Cabe ressaltar que a DVA foi inserida pela Lei nº 11.638, de 2007, no conjunto de demonstrações financeiras que as companhias abertas devem apresentar ao final de cada exercício social, estando, portanto, sujeita a todas as regras de aprovação, de divulgação e de auditoria aplicáveis às demais demonstrações. Convém ainda ressaltar que, embora não seja exigida nas normas internacionais, a CVM não vê qualquer conflito com estas, posto que a DVA, além de ser uma informação adicional, agrega bastante qualidade ao conjunto básico de demonstrações exigidas pelo IASB.

5.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Lei nº 11.638, de 2007, em linha com a norma internacional, contempla a substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos - DOAR pela demonstração do fluxo de caixa - DFC. A DFC mostra as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em um determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos.

Deve ser esclarecido que as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 188 da Lei nº 6.404, de 1976, que não foram expressamente revogadas pela Lei nº 11.638, de 2007, tratam especificamente de informações relacionadas à DOAR, que foi substituída e, portanto, não são aplicáveis às DFC.

6. Remuneração baseada em Ações

Os princípios de contabilidade internacionais recomendam o reconhecimento contábil das despesas referentes à concessão de ações como forma de remunerar os empregados, utilizando método de precificação adequado. As recomendações emitidas pela CVM estão em linha com tal recomendação (item 25.9 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 2007). No entanto, ainda não há regra contábil brasileira recomendando o reconhecimento contábil as despesas referentes à concessão de ações como forma de remunerar os empregados. A falta de regra determinando que as companhias contabilizem o efeito dos planos de remuneração baseado em ações no resultado não impede que as companhias abertas, caso o desejem, o façam, conforme preconizado pela norma internacional IFRS 2 - *Share-based Payment*.

Enquanto não houver determinação expressa exigindo a contabilização de tais despesas, as companhias abertas que não contabilizarem voluntariamente as despesas resultantes de ações como forma de remuneração de empregados, devem divulgar, em nota explicativa, no mínimo, qual seria o montante do resultado do período e do patrimônio líquido caso essa contabilização tivesse sido feita.

Para cumprir os objetivos de divulgação e atender ao art. 176 da Lei nº 6.404, de 1976, que prevê a divulgação das opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício social, a companhia deve divulgar, em nota explicativa às demonstrações contábeis e aos ITR, as seguintes informações relativas aos planos de opções, sempre comparativamente aos períodos anteriores:

1. na existência de planos de opções, com a descrição de sua natureza e condições (incluindo condições de elegibilidade por parte dos beneficiários);

2. a política contábil adotada;

3. a quantidade, descrição da natureza e condições (incluindo, quando aplicável, direitos a dividendos, voto, conversão, datas de exercício e expiração) e montante de opções outorgadas, exercidas e expiradas, se for o caso, detidas por cada grupo de beneficiários, incluindo o seu preço de exercício ou, se for o caso, a forma de cálculo para obtê-lo. A medida da elegibilidade dos beneficiários ao exercício do direito deve ser indicada (por exemplo, o prazo decorrido desde a data da outorga da opção em relação ao prazo total até que o beneficiário possa exercer a opção);

4. o percentual de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções a serem outorgadas;

5. quanto às opções exercidas, descrição das ações entregues, em quantidade, classe e espécie, e o preço total e unitário de exercício relativamente a cada uma das classes e espécies e o respectivo valor de mercado nas respectivas datas;

6. as datas ou períodos em que poderão ser exercidas opções pelos beneficiários;

7. descrição das eventuais negociações envolvendo ações em tesouraria para efetuar o resgate das opções, indicando a quantidade de ações, por classe e espécie, bem como o valor recebido pela companhia; e

8. o efeito na demonstração do resultado do exercício e no patrimônio líquido, caso essa contabilização tivesse sido feita.

7. Ajustes a Valor Presente

A metodologia mais adequada para se conhecer o valor de recursos no tempo é a sua capitalização a uma determinada taxa de juros, para que eles se refiram a uma data futura. O mesmo acontece com o cálculo do respectivo desconto ao qual deve ser aplicada a mesma taxa.

Essa metodologia foi introduzida no ambiente societário brasileiro por meio da Lei nº 11.638, de 2007, e está prevista na nova redação dos incisos VIII do art. 183 e III do art. 184 da Lei nº 6.404, de 1976, que tratam dos critérios de avaliação de ativos e passivos, respectivamente, e determinam o ajuste a valor presente dos ativos e passivos de longo prazo e dos de curto prazo, se nestes os efeitos forem relevantes.

Há muito existe a intenção de tornar obrigatório o ajuste a valor presente na avaliação de itens monetários, prática de reconhecido potencial qualitativo, e a evidenciação de informações contábeis. A Instrução CVM nº 192, de 15 de julho de 1992, foi a primeira tentativa de introdução de tal conceito. A Instrução CVM nº 192, de 1992 previa a avaliação de itens monetários e a evidenciação de informações contábeis. No entanto, a aplicação de tal comando ficou restrita às informações complementares em moeda de poder aquisitivo constante da Instrução CVM nº 191, de 15 de julho de 1992.

O ambiente econômico no qual foram desenvolvidas as Instruções CVM nº 191 e 192, de 1992, era significativamente distinto deste que vivenciamos atualmente. Tanto as taxas de inflação quanto as de juros eram extremamente elevadas, demandando a aplicação do ajuste a valor presente a todos os itens monetários pré-fixados, aqui entendidos como aquelas transações geradoras de direitos e obrigações pagáveis ou recebíveis em moeda, em data futura e em montantes previamente determinados. Discutia-se, ainda, a aplicação desse procedimento também para os itens monetários pós-fixados, a fim de se eliminar possíveis efeitos, por exemplo, de juros subsidiados.

Assim, o objeto central da aplicação do ajuste a valor presente, à época, eram ativos e passivos monetários pré-fixados, diferente da previsão atual, que amplia o objeto de ajuste para todos os ativos e passivos de longo prazo e aqueles de curto prazo, quando os efeitos forem relevantes. Esse fato, em si, já representa um tópico para discussão, pois, o que se pretende com o ajuste a valor presente de créditos e obrigações não é a eliminação da presença de uma expectativa de rendimento ou encargo futuro embutidos nos ativos e passivos monetários, mas sim, a necessidade de se obter os valores representativos da época da operação.

Considerando o exposto, em princípio, integrariam o grupo de itens passíveis de ajuste a valor presente, além dos ativos e passivos monetários pré-fixados decorrentes da execução da atividade operacional, aqueles decorrentes de empréstimos, adiantamentos, provisões fiscais, trabalhistas, societárias, créditos tributários (ICMS, PIS, etc.), imposto de renda diferido ativo ou passivo, entre outros.

Entretanto, o conceito de ajuste a valor presente pressupõe o conhecimento firme de três elementos fundamentais para sua aplicação, quais sejam: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização/liquidação; e (iii) a taxa de desconto. Considerando esses elementos, devemos excluir do grupo citado alguns créditos tributários, quando não se tem certeza do quanto e quando será realizado. Analogamente e em linha com o disposto no item 53 do *IAS 12 – Income Taxes*, devemos excluir também o imposto de renda diferido (ativo ou passivo) em relação ao qual o nível de incerteza do quando e/ou quanto é significativo, tanto para aquele decorrente de prejuízos fiscais, quanto para os originados de diferenças temporais.

Na metodologia do ajuste a valor presente de itens pré-fixados também não se incluem os valores que, apesar de fixos e sujeitos à liquidação em data futura, são reconhecidos como casos clássicos de itens monetários puros, como os adiantamentos a empregados e dividendos a pagar. Tais itens não são formados em contrapartida de receitas, despesas ou ativos não-monetários e já estão registrados na moeda de poder aquisitivo da data da transação.

Cabe ressaltar que os créditos e obrigações sujeitos a variações pós-fixadas, por terem os respectivos valores periodicamente atualizados, estarão sempre registrados pelo valor da moeda na data da divulgação das demonstrações contábeis.

A Instrução estabelece que, enquanto a CVM não regular essa matéria, devem ser utilizadas como orientação as Deliberações CVM nºs 489, de 3 de outubro de 2005 e 527, de 2007. Assim, a taxa de desconto a ser utilizada deve considerar as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo e o passivo, conforme previsto no item 38 da NPC 22 e nos itens 53 a 55 do CPC 01, respectivamente aprovados pelas Deliberações CVM nº 489, de 2005 e 527, de 2007.

Adicionalmente, nos itens não abrangidos pela Instrução e pelas Deliberações CVM nº 489, de 2005 e 527, de 2007, podem ser aplicadas as previsões contidas na Instrução CVM nº 191, de 1992, desde que não sejam conflitantes com a orientação básica acima, como por exemplo: (i) independente da taxa a ser utilizada, a quantificação do ajuste a valor presente deverá ser realizada em base exponencial *"pro rata die"*, a partir da origem de cada transação; (ii) os ajustes a valor presente de créditos e obrigações deverão ser apropriados nas contas a que se vinculam, ou seja, os ajustes a valor presente de créditos retificarão os valores das respectivas receitas geradas; os ajustes a valor presente de obrigações retificarão os valores dos respectivos ativos e despesas incorridas; e (iii) as reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras. Quando for utilizado o desconto a valor presente de provisões, seu valor contábil aumenta a cada período para refletir a passagem de tempo. Esse aumento é reconhecido, também, como uma despesa financeira.

8. Operações de Incorporação, Fusão e Cisão

O § 3º do art. 226 da Lei 6.404, de 1976, obriga que o valor dos ativos e passivos e, conseqüentemente, do patrimônio líquido seja ajustado a preços de mercado, sempre que houver uma operação de incorporação, fusão ou cisão que decorra ou envolva uma efetiva alienação de controle e que tenha sido realizada entre partes independentes. Não estão abrangidas, portanto, as reorganizações societárias feitas dentro de um mesmo grupo econômico. Esse procedimento aproxima as práticas contábeis brasileiras às práticas contábeis internacionais relativas à contabilização de combinação de negócios ou concentrações de atividades empresariais.

A Lei nº 11.638, de 2007, determina, portanto, que a avaliação a preços de mercado nas reorganizações societárias, deva ser registrada quando existe objetividade para esse reconhecimento. No caso, a objetividade ocorre quando a reorganização tenha sido decorrente de efetiva transação com terceiros (parte independente) que, na qual o processo de negociação valida o preço de mercado.

Tendo em vista que ainda não há regulamentação específica sobre a aplicação do procedimento previsto na Lei nº 11.638, de 2007, o § único, art. 9º da Instrução, prevê a possibilidade de que essas operações realizadas no decorrer de 2008 sejam temporariamente contabilizadas pelo seu valor contábil, devendo ser ajustadas ao valor de mercado até o encerramento do exercício social em curso, quando então, a CVM já terá editado norma específica que estabelecerá os procedimentos a serem adotados.

Não obstante, as operações de aquisição de investimentos permanentes em controladas e coligadas estão sujeitas ao disposto na Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, que prevê procedimento parcialmente convergente com as normas internacionais quando trata da contabilização do ágio ou deságio na aquisição de investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de

1998, que altera a Instrução CVM nº 247, de 1996, estabelece que o ágio por rentabilidade futura é somente aquele que ultrapassar o valor de mercado dos ativos e passivos.

9. Companhias Patrocinadoras de Programa de BDR

A negociação de certificado de depósito de valores mobiliários – BDR, nos níveis II e III, no mercado de capitais brasileiro permite a captação de recursos públicos no Brasil por empresas estabelecidas no exterior o que implica necessidade de registro de companhia na CVM. Este registro foi regulado pelas Instruções CVM nº 331, de 4 de abril de 2000, e 332, de 4 de abril de 2000, alteradas pela Instrução CVM nº 431, de 29 de maio de 2006, que impõe às companhias patrocinadoras dos programas de BDR a obrigação de prestar informações para os investidores brasileiros de forma equivalente às outras companhias brasileiras.

A obrigação de reconciliar os números do patrimônio líquido e da demonstração do resultado foi anteriormente solicitada para que fosse possível comparar o conjunto de informações contábeis prestadas tanto por companhias brasileiras quanto pelas companhias estrangeiras. Ao determinar a convergência com as normas internacionais de contabilidade, as mudanças feitas pela Lei nº 11.638, de 2007, definiram um novo padrão para a comparação de informações contábeis das companhias abertas brasileiras e estrangeiras, o que tornou desnecessária a apresentação da nota explicativa de reconciliação devida anteriormente.

Finalmente, as demonstrações financeiras devem continuar sendo apresentadas em moeda corrente nacional para preservação da comparabilidade e compreensibilidade das informações contábeis pelos investidores brasileiros.

10. Avaliação de Investimentos em Coligadas

A Lei nº 11.638, de 2007, alterou o alcance da aplicação do método da equivalência patrimonial dos investimentos em coligadas classificadas no ativo permanente. Ao eliminar o conceito de relevância e ao estabelecer a figura da "influência significativa", criou-se a possibilidade de alguns investimentos em coligadas e equiparadas passarem a ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial, enquanto outros investimentos poderão deixar de ser avaliados por tal método.

Em vista disso, a CVM está apresentando os procedimentos a serem adotados nesses casos e, concomitantemente, efetuando uma revisão parcial da Instrução CVM nº 247, de 1996, que trata da matéria. Nessa revisão, basicamente, estão sendo incorporadas as alterações trazidas pela Lei nº 11.638, de 2007. Uma ampla revisão da Instrução CVM nº 247, de 1996, será efetuada para contemplar as demais alterações decorrentes dos recentes pronunciamentos técnicos do CPC, aprovados pela CVM, bem como para torná-la integralmente compatível com as normas internacionais.

A figura da "influência significativa" introduzida pela nova redação do art. 248 da Lei nº 6.404, de 1976, é entendida pelas normas internacionais de contabilidade como o poder de participar nas decisões das políticas financeira e operacional da investida, sem contudo, exercer o controle sobre tais políticas. A Instrução CVM nº 247, de 1996, em seu art. 5º, parágrafo único, exemplifica as evidências de influência na administração da coligada:

1. participação nas suas deliberações sociais, inclusive com a existência de administradores comuns;

2. poder de eleger ou destituir um ou mais de seus administradores;

3. volume relevante de transações, inclusive com o fornecimento de assistência técnica ou informações técnicas essenciais para as atividades da investidora;

4. significativa dependência tecnológica e/ou econômico-financeira;

5. recebimento permanente de informações contábeis detalhadas, bem como de planos de investimento; ou

6. uso comum de recursos materiais, tecnológicos ou humanos.

No mesmo sentido, a International Financial Reporting Standards IAS – 28, emitida pelo IASB, prevê que a existência de influência significativa de um investidor é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

1. representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;

2. participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;

3. transações materiais entre o investidor e a investida;

4. intercambio de pessoal de gestão; ou

5. fornecimento de informação técnica essencial.

O novo art. 248 também introduziu a necessidade de avaliar pelo método da equivalência patrimonial o investimento em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

A figura do "controle comum" está diretamente relacionada à essência econômica da entidade contábil e, como tal, deve ser entendida. A dimensão econômica da entidade é delimitada como o conjunto de entes, ainda que juridicamente distintos, que estejam em um mesmo grupo ou que seu controle seja exercido por um mesmo ente ou conjunto de entes. Vejamos a questão por meio de um exemplo:

1. a companhia **XYZ** controla as companhias **A**, **B** e **C**;
2. a companhia **A** é uma companhia aberta e participa com 10% do capital votante das companhias **B**e **C**;
3. assim, a companhia A avaliará os investimentos em **B** e **C** pelo método da equivalência patrimonial, já que todas estão sob o controle comum de **XYZ**.

Finalmente, conforme preconizado pela Deliberação CVM nº 207, de 1996, que os juros sobre capital próprio recebidos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial devem ser contabilizados como crédito da conta de investimentos.

Original assinado por

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
Presidente

ANEXO C

OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 (parte)

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2007

Aos Senhores
Diretores de Relações com Investidores e Auditores Independentes
ASSUNTO: Orientação sobre Normas Contábeis pelas Companhias Abertas

Prezados Senhores,Os Ofícios-Circulares emitidos pela área técnica da CVM têm como objetivo principal divulgar os problemas centrais e esclarecer dúvidas sobre a aplicação das Normas de Contabilidade pelas Companhias Abertas e das normas relativas aos Auditores Independentes. Esse ofício-circular também procura incentivar a adoção de novos procedimentos e divulgações, bem como antecipar futura regulamentação por parte da CVM e, em alguns casos, esclarecer questões relacionadas às normas internacionais emitidas pelo IASB.

A CVM vem, ao longo dos anos da sua atuação, buscando aperfeiçoar e manter atualizado o seu arcabouço normativo contábil, sempre com a participação de segmentos interessados do mercado ou da profissão contábil. Cumpre destacar a importante colaboração recebida da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM, que conta com representantes da ABRASCA, APIMEC, CFC, IBRACON, FIPECAFI/USP e colaboradores especialmente nomeados pela CVM, além dos professores Ariovaldo dos Santos (USP), José Augusto Marques (UFRJ) e Natan Szuster (UFRJ) e, agora, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, recentemente instalado.

Tem sido uma prática a atualização anual deste Ofício-Circular. Não obstante, a partir do corrente ano, é intenção da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria – SNC e da Superintendência de Relações com Empresas - SEP, realizar atualizações deste documento em períodos menores, sempre que houver necessidade.

Nesse sentido e com vistas a permitir a participação de todos os interessados na evolução da qualidade das informações contábeis, a SNC e a SEP estão disponibilizando o endereço eletrônico "sugestoesoficiocontabil@cvm.gov.br" para que qualquer interessado possa colaborar, a qualquer tempo, oferecendo sugestões de aprimoramento deste ofício.

Pontos para a evolução da informação contábil no mercado de capitais brasileiro

...

1.12 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa. A atual e a potencial aplicações do valor adicionado mostram o aspecto econômico e social que o seu conceito envolve: (i) como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas, e (ii) como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, dos Agentes Financiadores e dos Acionistas.

O valor adicionado demonstra, ainda, a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção..

A Demonstração do Valor Adicionado, que também pode integrar o Balanço Social, constitui, desse modo, uma importante fonte de informações à medida que apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da

empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.

Dentro dessa visão, a CVM vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo, inclusive, já em 1992, apoiado e estimulado a divulgação da DVA, por meio do Parecer de Orientação CVM nº 24/92. No Ofício Circular CVM/SNC/SEP/ no 01/00, a CVM sugeriu a utilização de modelo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras da USP (FIPECAFI). Além disso, fez incluir no anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404/76 a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado e de informações de natureza social e de produtividade.

Considerando que as companhias abertas vêm, cada vez mais, aderindo à divulgação de informações de natureza social, principalmente a DVA, e, dentro desse caráter voluntário de divulgação, objetivando orientar e incentivar aquelas empresas que ainda não aderiram, estamos apresentando um modelo simplificado de Demonstração do Valor Adicionado (baseado em modelo elaborado pela FIPECAFI) com instruções para o seu preenchimento.

Pode-se verificar, no modelo abaixo, a utilização do critério de cálculo do valor adicionado com base nas vendas, o que torna mais simples a elaboração da DVA e mais fácil seu entendimento, uma vez que, assim, o valor adicionado fica relacionado com os princípios contábeis utilizados nas demonstrações contábeis tradicionais, possibilitando sua conciliação com a demonstração do resultado. Parte-se, desse modo, das receitas brutas e subtrai-se o valor dos bens adquiridos de terceiros que foi incorporado ao produto final alienado ou serviço prestado, para que se conheça o valor efetivamente gerado pela companhia. Deve-se destacar, ainda, que a depreciação de ativos avaliados pelo custo de aquisição deve ser subtraída do valor adicionado bruto para se calcular o valor adicionado líquido, não devendo ser classificados tais valores como retenções do lucro do período.

Devemos ressaltar que esse modelo, até mesmo por não se tratar de informação obrigatória, não deve inibir a apresentação de demonstração mais detalhada e melhor adaptada ao segmento de negócio da empresa. Caso a empresa julgue necessário, poderá apresentar essas informações em notas explicativas às demonstrações contábeis, ao invés de incluí-las no corpo do Relatório da Administração.

Demonstração do Valor Adicionado		
em R$ mil	20X1	20X2
DESCRIÇÃO		
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-Primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		

3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.		

Instruções para preenchimento:

As informações são extraídas da contabilidade e, portanto, deverão ter como base o princípio contábil do regime de competência de exercícios.

1 – RECEITAS (soma dos itens 1.1 a 1.3)

1.1 – Vendas de mercadorias, produtos e serviços

Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde à receita bruta ou faturamento bruto.

1.2 – Provisão para devedores duvidosos – Reversão/Constituição

Inclui os valores relativos à constituição/baixa de provisão para devedores duvidosos.

1.3 – Não operacionais

Inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos etc.

2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 2.1 a 2.4)

2.1 - Matérias-primas consumidas (incluídas no custo do produto vendido).

2.2 - Custos das mercadorias e serviços vendidos (não inclui gastos com pessoal próprio).

2.3 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros).

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.4 - Perda/Recuperação de valores ativos

Inclui valores relativos a valor de mercado de estoques e investimentos, etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre itens 1 e 2)

4 – RETENÇÕES

4.1 – Depreciação, amortização e exaustão

Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (item 3 menos item 4)

6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (soma dos itens 6.1 e 6.2)

6.1 - Resultado de equivalência patrimonial (inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo)

O resultado de equivalência poderá representar receita ou despesa; se despesa deverá ser informado entre parênteses.

6.2 - Receitas financeiras (incluir todas as receitas financeiras independentemente de sua origem)

7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (soma dos itens 5 e 6)

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (soma dos itens 8.1 a 8.5)

8.1 – Pessoal e encargos

Nesse item deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não incluir encargos com o INSS – veja tratamento a ser dado no item seguinte).

8.2 – Impostos, taxas e contribuições

Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social, todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídos neste item. Os valores relativos ao ICMS e IPI deverão ser considerados como os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2 – Insumos adquiridos de terceiros.

8.3 – Juros e aluguéis

Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com *leasing*) pagos ou creditados a terceiros.

8.4 – Juros sobre o capital próprio e dividendos

Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item "lucros retidos".

8.5 – Lucros retidos/prejuízo do exercício

Devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.